



**ORGANIZAÇÕES REGIONAIS INDÍGENAS,
CIDADANIA E TECNOLOGIA DE
(DES)INFORMAÇÃO E (IN)COMUNICAÇÃO NA
PAN-AMAZÔNIA**

P R Ê M I O N A E A

JAMES LEÓN PARRA MONSALVE

**ORGANIZAÇÕES REGIONAIS INDÍGENAS, CIDADANIA E
TECNOLOGIAS DE (DES)INFORMAÇÃO E (IN)COMUNICAÇÃO
NA PAN-AMAZÔNIA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho
Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva



Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Silvio José de Lima Figueiredo

Editora

Nirvia Ravena - Editora-Chefe

Lairson Costa - Diretor Executivo

Comissão Editorial

Edna Castro, NAEA/UFPA

Flavio Gaitán, UNILA

Gisela Leitão, EUC (Colômbia)

Lucimara Costa, UFAM

Marion Glaser, LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva, UFT

Nirvia Ravena, NAEA/UFPA

Peter May, UFRJ

Renato Boschi, IESP/UFRJ

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Universidade Federal do Pará

Cidade Universitária José da Silveira Neto

Setor Profissional – Campus Belém

Av. Perimetral, nº 1, Guamá

Belém-PA, Brasil, CEP 66075-650

Telefone (91) 3201-8521

www.ufpa.br/naea

naea@ufpa.br; editora_naea@ufpa.br

JAMES LEÓN PARRA MONSALVE

**ORGANIZAÇÕES REGIONAIS INDÍGENAS, CIDADANIA E TECNOLOGIAS DE
(DES)INFORMAÇÃO E (IN)COMUNICAÇÃO NA PAN-AMAZÔNIA**

Belém
NAEA
2017

Diagramação e Capa: Rafael Bittencourt
Revisão: Lairson Costa
Ficha catalográfica: Ruthane Saraiva da Silva (CRB 2/1128)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Monsalve, James León Parra

Organizações regionais indígenas, cidadania e tecnologias de (des)informação e (in)comunicação na Pan-Amazônia / James León Parra Monsalve. – Belém, 2017.

314 p.: il. ; 26 cm

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-7143-160-7

1. Indígenas – Amazônia. 2. Cidadania – Amazônia. 3. Tecnologias de Informação e Comunicação. I. Marin, Rosa Elizabeth Acevedo, orientadora. II. Título.

CDD 22. ed. 330.153

À memória de Moubê,
liderança Nukak Maku, que
me fez compreender os
múltiplos embates que seu
povo sofre há quase três
décadas, graças a nossa
selvajaria ocidental.

À memória de Armando
Mendes e Thomas Hurtienne,
os mestres que me ensinaram
a enxergar a Amazônia de
outro jeito.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pela concessão da bolsa com a qual pude desenvolver essa pesquisa sobre uma problemática transcendental para a região Norte e, mormente, para a Pan-Amazônia toda, unidade na diversidade sul-americana

Ao(a)s professore(a)s e funcionário(as)s do NAEA, na UFPA, por compartilharem seu saber conosco, notadamente, ao Prof. Dr. Luis Aragón, por quem soube dessa instituição.

À Prof.^a Dr.^a Rosa Elizabeth Acevedo Marin, pela sua amabilidade e compreensão, por todo o tempo oferecido nessa longa caminhada e todas as orientações dadas durante os anos em que desenrolamos essa pesquisa. Fico imensamente obrigado.

Ao Prof. Dr. Sirio Possenti, por me aceitar como aluno especial na sua disciplina de *Introdução à Análise do Discurso*, ministrada em 2014 na UNICAMP. Esse período no IEL foi realmente crucial na minha formação pessoal e acadêmica.

A María Ernestina Garreta Chindoy, admirável lutadora e querida esposa, por sua incansável companhia e apoio ao longo desse esforço que nos levou à descoberta de novos e valiosos conhecimentos e paisagens maravilhosas. Sem sua magnífica ajuda, coragem e perseverança, esse processo nem sequer teria começado.

À minha mãe, Rosa, ao meu pai, Oscar, e todos os meus irmãos e irmãs, dessa família que começou a formar-se na década de 1970 e que, mesmo a distância, enviam-me a energia que fortifica as minhas jornadas.

Aos meus sogros, Delia Chindoy e Miguel Garreta, pela estimação e apreço, pela atenção com que sempre nos acolhem.

A Gustavo Patiño Álvarez, advogado extraordinário, e a sua família, graças a quem conheci as lutas indígenas e me aventurei pela primeira vez na Amazônia em 2004.

Aos indígenas das organizações e terras visitadas durante 2012 e 2013, na região amazônica do Equador, Peru, Bolívia, Brasil, Venezuela e Colômbia. Especialmente às comunidades de Condagua e Cidade Hitoma, na Colômbia; e ao povo Mundurucu, no Brasil. Todas as suas lutas e reivindicações sociais são também as nossas.

Aos colegas dessa turma diversa que integrou o curso de doutorado no PPGDSTU no início de 2011, pelos momentos partilhados conosco, os cafezinhos dos intervalos e os múltiplas bate-papos que ajudaram no aperfeiçoamento do meu português.

Enfim, a todo(a)s o(a)s que, de alguma maneira, encontramos ou nos encontramos no caminho feito ao longo desses quatro anos.

El hecho de que no nos hayan puesto en los mapas no quiere decir que seamos unos aparecidos.

Povo Ianacona

Es el mayor río que hay en el Perú; los indios le llaman Apurímac; quiere decir: el principal, o el capitán que habla, que el nombre apu tiene ambas significaciones, que comprende los principales de la paz y los de la guerra. También le dan otro nombre, por ensalzarle más, que es Cápac Mayu: mayu quiere decir río; Cápac es renombre que daban a sus Reyes; diéronselo a este río por decir que era el príncipe de todos los ríos del mundo.

Inca Garcilaso de la Vega

La gran mayoría de los pueblos han sido y siguen siendo no ciudadanos sino súbditos.

James Scott

Si las nuevas técnicas de comunicación favorecen el funcionamiento de los grupos humanos en inteligencia colectiva, repitamos que no la determinan automáticamente.

Pierre Lévy

PREFÁCIO

Em torno do uso e controle da informação e da comunicação estão em jogo grandes batalhas e lutas contemporâneas, disseminadas e desenvolvidas nos sistemas midiáticos mundiais e em cada sociedade. O primeiro ponto em debate é a propósito dessas lutas vinculadas com a expressão Guerra de Quarta Geração - 4GW, que associam essas lutas com o uso da comunicação e psicologia de massas, com capacidade para influenciar a opinião pública mundial utilizando recursos tecnológicos e informacionais da era das comunicações. A leitura gira sobre a capacidade de poder instalada, o monopólio dos meios de comunicação e da internet. O segundo debate surge da reivindicação e lutas de amplos setores pelo direito à comunicação, aos meios de produção e de veiculação, as condições técnicas e materiais para se comunicar. O terceiro foco é o posicionamento dentro desse último debate do direito à comunicação das organizações de povos indígenas e tradicionais como forma de luta por direitos - territoriais, étnicos, entre outros, fundamentais à sua existência material e social; condição de possibilidade para manifestar a diversidade de povos e culturas indígenas, meios que lhes permitem compartilhar suas reivindicações e visões de mundo, como escreve Brito (2018)¹.

As questões do direito à comunicação estão em um espectro amplo de debate desde as rádios comunitárias² e televisão até a potencialização da utilização das TICs, com a popularização da internet, isto é, o uso de tecnologias digitais. Para além do dado técnico está o debate do direito à comunicação e informatização em face das desigualdades históricas de acesso, uso e usufruto desses bens por setores sociais, o que é dificultado, ainda mais, pela persistência de posições políticas conservadoras e retrocessos nas conquistas de direito. Somente nesta última década foram aprovadas Leis de Comunicação com cláusulas para evitar a concentração

¹ Brito, Thais. Direitos Indígenas: Território e Comunicação. Carta Capital. Publicado em 17.12.2014. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/direitos-indigenas-territorios-e-comunicacao-532.html>. Acesso em 13.05.2018.

² Atualmente, a radiodifusão e serviços de comunicação usam o suporte de informação digital e continuam sendo fundamentais para a comunicação da maioria da população do mundo. O que importa é situar esses sistemas na pauta de lutas pelo direito à comunicação. Ver sobre o tema João Paulo Malerba. Panorama da situação legal das rádios comunitárias na América Latina. Observatório da Imprensa. Edição 712. http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed712_panorama_da_situacao_legal_na_america_sul/

dos serviços de comunicação e especificação do caráter pluriétnico e pluricultural. Todavia, estas são deslocadas em contextos políticos adversos.

Essas reivindicações convergem para a regularização dos prestadores de serviço de comunicação e inspira-se em valores fundamentais como a liberdade de expressão como condição de usufruir de cidadania e garantir a democracia. Os valores e a consciência da necessidade de estar, formar parte, produzir e decidir sobre a imagem de cada povo no mundo virtual e real são o objetivo dessas lutas. De acordo com Habermas³, a teoria do Agir Comunicativo revela interações (ato locucionário) que são mediadas pela linguagem de participantes que buscam atingir fins ilocucionários; contrário “do agir estratégico”, no qual um “dos presentes pretende ocasionar com suas ações de fala efeitos perlocucionários em quem está diante dele”. O agir comunicativo representa um novo sentido para a razão na modernidade e exige a instrumentalização efetiva dos cidadãos no âmbito da constituição de uma sociedade justa, a liberdade política do direito racional, isto é, da autolegislação democrática. Portanto, temos um campo de estudos sobre as “estruturas comunicativas, a formação da opinião, as práticas e sentidos da comunicação para ser estudados e problematizados em um contexto de lutas políticas travadas por cidadãos - povos indígenas e tradicionais nas Américas, África e Ásia.

As iniciativas pela aprovação de Leis de comunicação tornam-se muito frequentemente objeto de disputas, como se confere em Bolívia, Equador, Colômbia, Brasil e Argentina. Em Bolívia, a Ley General de Telecomunicaciones, Tecnologías de Información y Comunicación foi sancionada em 8 de agosto de 2011. No tocante aos diferentes prestadores de serviço de comunicação estabelece uma distribuição com equidade⁴ e desta forma contemplaria a pluriétnicidade e pluriculturalidade da população boliviana. A Agencia Plurinacional de Comunicación funciona na Bolívia atuando como mecanismo de interconexão entre os povos indígenas.

No Equador, a Ley Orgánica de Comunicación foi sancionada em junho de 2013 com artigos que reconhecem direitos aos povos indígenas

³ HABERMAS, Jürgen. Teoria do Agir Comunicativo 1: Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

⁴ Nela se estabelece que “até trinta e três por cento para o Estado; outros trinta e três por cento para o setor comercial; dividindo o restante para o social comunitário – até dezesseite por cento – e os povos indígenas originários campesinos, comunidades interculturais e afrobolivianas – até o dezessete por cento” com isto seria alterada a posição ocupada por emissoras AM e FM sob controle do setor “privado comercial” que detinha 81% em 2008. (MALERBA, Edição 712)

(nacionalidades)⁵. No contexto eleitoral de fevereiro de 2017, havia posições que defendiam a derrogação da Lei, que, por primeira vez na história do país, reconhecia a cidadania aos povos, comunidades, por meio de suas organizações que pudessem contar com os seus próprios meios comunitários, portanto o reconhecimento do direito à comunicação. A Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER) elaborou manifestação considerando que esse posicionamento constituía retrocesso na vida democrática do país, uma vez que essa lei tinha amparo na Constituição do Equador e apontava que essa lei é vista como “referente positivo en la lucha por la democratización de las comunicaciones y el derecho que tienen los pueblos a comunicarse”⁶.

Colômbia dispõe da Lei 1.341 de julho de 2009 que, no Artigo 2, define que as TICs devem servir ao interesse geral e é dever do Estado promover seu acesso eficiente e em igualdade de oportunidades a todos os habitantes do território nacional. Corresponde a uma política de Estado a pesquisa, fomento, promoção e desenvolvimento das TICs que concerne a todos os setores, de maneira a contribuir ao desenvolvimento educativo, cultural, econômico, social e político, incrementar a produtividade, a competitividade, o respeito aos Direitos Humanos inerentes e a inclusão social. Como princípio, define a prioridade do acesso e uso das TICs e afirma as condições não discriminatórias na conectividade, na educação, nos conteúdos e na competitividade⁷. Embora a Constituição da Colômbia, no artigo 20, abra possibilidade para fundar médios massivos de comunicação, garantir o direito de expressão, de difundir o pensamento e opiniões, continua dominando o “duopólio privado” – dois grandes grupos econômicos

⁵ A Lei Orgânica de Comunicação insere artigos fundamentais ao exercício do direito a comunicação. Art. 14.- Principio de interculturalidad y plurinacionalidad.- El Estado a través de las instituciones, autoridades y funcionarios públicos competentes en materia de derechos a la comunicación promoverán medidas de política pública para garantizar la relación intercultural entre las comunas, comunidades, pueblos y nacionalidades; a fin de que éstas produzcan y difundan contenidos que reflejen su cosmovisión, cultura, tradiciones, conocimientos y saberes en su propia lengua, con la finalidad de establecer y profundizar progresivamente una comunicación intercultural que valore y respete la diversidad que caracteriza al Estado ecuatoriano. Art. 35 - Derecho al acceso universal a las tecnologías de la información y comunicación.- Todas las personas tienen derecho a acceder, capacitarse y usar las tecnologías de información y comunicación para potenciar el disfrute de sus derechos y oportunidades de desarrollo. Art. 36.- Derecho a la comunicación intercultural y plurinacional.- Los pueblos y nacionalidades indígenas, afroecuatorianas y montubias tienen derecho a producir y difundir en su propia lengua, contenidos que expresen y reflejen su cosmovisión, cultura, tradiciones, conocimientos y saberes.

⁶ Nota publicada em Quito, 08 fevereiro 2017. <https://www.alainet.org/fr/node/183439>. Acesso em 12.05.2018.

⁷ Ver <http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=36913>

proprietários de canais privados de televisão com cobertura nacional, assim como de emissoras radiais. Movimentos sociais e diversas vozes defendem publicamente a organização de um mercado equilibrado entre setor privado (33%); público (33%) e 34% para os médios comunitários (povos indígenas, comunidades afrocolombianas, comunidades religiosas, comunidades LGBT, universidades, Organizações não governamentais, como mecanismo de ter voz e ser visibilizados⁸.

Documento recente sobre o Direito à Comunicação no Brasil (2018)⁹ informa dados do MOM (Monitoramento da Propriedade de Mídia no Brasil - MOM-Brasil) como a “nação que apresenta maiores riscos à pluralidade e à liberdade de expressão”, pois “nem as TIs, nem os esforços regulatórios ocasionais limitaram a formação de oligopólios também na rede”. (VIEIRA, 2018: 66-67)¹⁰. A síntese desse processo está contextualizada politicamente pela atuação de grupos de mídia hegemônica que continuam influenciando o jogo político. São os empresários do setor de telecomunicações e radiodifusão ativos na aprovação de leis favoráveis aos seus interesses. Dessa nova legislação, consta a Lei nº 13.424/2017 que determina concessões de rádio e TV aprovada, extingue diversas exigências e reduz os já ineficientes dispositivos de controle social e também o poder de fiscalização do próprio Estado sobre os concessionários (idem). Conforme esse estudo, os radiodifusores foram anistiados pelo não cumprimento dos prazos para pedido de renovação das concessões, beneficiando antigos empresários. Deste campo, partem ataques diversos dirigidos aos interesses públicos nas Telecomunicações. A Lei Geral das Telecomunicações de 1997 (Lei nº 9.472) está sujeita a alterações de conformidade com o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 79/2016, que propõe modalidade de outorga do serviço de telefonia fixa de concessão para autorização e entrega de patrimônio para as empresas. A aprovação desse PLC significa a retirada do caráter público do serviço de internet, o que compromete a universalização da internet pelo país. As empresas de telefonia ficarão isentas de uma série de obrigações e as multas bilionárias das operadoras serão revertidas em investimentos próprios.

⁸ Sobre o tema ver: GUTIERREZ, Mario Fernando. Derecho a comunicar y periodismo en Colombia. Universidad Nacional de Colombia. Instituto de Estudios en Comunicación y Cultura. Bogotá, 2015. (Dissertação de Mestrado).

⁹ Ver INTERVOZES Coletivo Brasil de Comunicação Social. Direito à Comunicação no Brasil 2017. São Paulo, INTERVOZES, 2018.

¹⁰ VIEIRA, Romênia. As ameaças da liberdade de expressão no Brasil no ano de 2017. In INTERVOZES Coletivo Brasil de Comunicação Social. Direito à Comunicação no Brasil 2017. São Paulo, INTERVOZES, 2018. (60-67).

Argentina teve a Ley de Medios ou Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual promulgada em outubro de 2009 e substituiu a Ley de Radiodifusión 22.285 (1980). O projeto da nova lei foi debatido amplamente em fóruns e reuniões. A propósito desta lei, Moraes¹¹ escreveu:

A Lei de Comunicação Audiovisual da Argentina projeta-se como um instrumento inovador de regulação, fiscalização, fomento e diversificação das atividades informativas e culturais. As mudanças por ela introduzidas têm o pressuposto de que a comunicação é um serviço ligado a um direito humano, e não um negócio lucrativo¹².

Com isso o autor ressalta atender a princípios antimonopólicos, garantir a pluralidade de vozes e a horizontalidade informativa. Esse marco regulatório caracterizava-se pela abrangência para a comunicação midiática e incluía convergência digital entre TV a cabo, telefonia e internet. Em abril de 2018, o executivo apresentou projeto que modifica a Ley de Medios e a Ley Argentina digital com evidente retrocesso de direitos e favorecimento da concentração, o que provocou diversos debates e protestos no país.

O direito à comunicação e internet é uma força para se contrapor à monopolização ou oligopolização do aparelho midiático, pois a permanência de formas concentradas da produção, de difusão de conteúdos e do funcionamento dos serviços de telecomunicações constitui alvo da luta dos cidadãos por autonomia e por condições de participação, o que é possível mediante infraestrutura de qualidade para acesso a serviços de conexão à banda larga, concebida como bem comum. No tocante à apropriação tecnológica da internet e às diversas soluções tecnológicas abertas (baseadas em software livre), a hegemonia na rede dos sistemas fechados mantém-se orientada para a obtenção de lucro. Conhecer o uso de aplicativos, seu funcionamento, coleta e tratamento dos dados é fundamental, pois dominar os recursos disponíveis pelos sistemas é condição de possibilidade para a relação autônoma e utilização de maneira ativa em consonância com os objetivos e interesses, especificamente os coletivos de povos tradicionais.

¹¹ MORAES, Dênis de. Por que a Ley de Medios da Argentina é referencia fundamental para América Latina? In. Observatório do Direito à Comunicação. 28. Fevereiro 2013.

<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=27384> Acesso em 13.05.2018.

¹² Idem.

A pesquisa sobre o conhecimento, acesso, adoção e valorização das TICs contribuiu para identificar como novas tecnologias de comunicação passam a ter sentidos próprios na existência e experiências de organizações de povos indígenas. Compartilhar da ideia de que a tecnologia está imbuída de visões de mundo e comporta interesses bem definidos é situá-la em outro patamar da discussão política e ideológica.

O livro *Organizações Regionais Indígenas, Cidadania e Tecnologias de (des)informação e (in)comunicação na Pan-Amazônia*, originalmente tese defendida no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (2015), por James León Parra Monsalve (Comunicador Social – Jornalista e Mestre em História) buscou conhecer como ocorrem as dinâmicas midiáticas e de comunicação entre grupos indígenas, quer dizer, como os sujeitos coletivos e as organizações indígenas visualizam “necessidades de novo direito” ou “práticas de direito vivo” ligadas com os campos da informação e da comunicação. Portanto, compreender a relação das reivindicações cidadãs¹³ nas entidades regionais indígenas AIDSESP, CIDOB, COIAB, CONFENIAE, OPIAC e ORPIA e a utilização de TICs. Especificamente, interpretar esses usos e explicar as suas potencialidades e disfuncionalidades, ou como a prática comunicativa organizacional aparece nas redes eletrônicas.

Ao longo do estudo, o autor encara a série dos modos de produzir informação e comunicação como uma prática sociocultural, relevante na vida dos povos e organizações indígenas. As questões conduzidas nas organizações indígenas de Venezuela, Bolívia, Peru, Brasil, Equador e Colômbia: o que a informação publicada na internet representa para as metas e objetivos dos agentes organizacionais estudados? Como as organizações fazem produção e reprodução de informação eletrônica que visibiliza as suas reivindicações étnicas cidadãs? De que forma a própria organização indígena continua a enxergar a tecnologia, a informação e a comunicação? Que efeitos de sentido movimentam a cidadania nas práticas discursivas dessas organizações regionais dos povos amazônicos?

Vários pontos ficam em aberto e atualizam indagações. Quais situações sociais e de comunicação modificam-se para os povos indígenas

¹³ No corpo da tese o autor apoia-se no conceito de ‘cidadania étnica’ (LEYVA SOLANO, 2007), “a que delimita de maneira mais aproximada a conjuntura em que as reivindicações sociais dos grupos indígenas são colocadas nos países amazônicos. Este reconhecimento implícito dos povos como sujeitos de direito (e não somente do indivíduo moderno) representa um horizonte que valoriza as lutas históricas dos movimentos sociais indígenas pelo acesso à terra e o respeito pelo direito costumeiro”.

e que condições detêm para desenvolver potencialidades de comunicação e de apropriação da tecnologia? Como conseguem ser independentes (de assessorias, “parceiros”, “colaboradores” em matéria de comunicação) e ampliar no uso de TICs para elaboração da cartografia dos territórios? Como os povos indígenas se posicionam em relação à dependência gerada pelas TICs? De que forma a oralidade dessas culturas se incorpora nas novas tecnologias? Como concebem os Commons e elaboram estratégias políticas em relação a estes?

A trajetória argumentativa revela James Monsalve como pesquisador atento às questões de campo, e com acuracidade, perspicácia e rigor desenvolve reflexões sobre discursos – maiormente relativos a conflitos e reivindicações dos povos indígenas em face do Estado-Nação. O modo de pensar relacionalmente contribui para organizar dados e informações de realidades políticas e culturais diferentes.

Por último, a pesquisa aponta novos alertas nas reflexões que se apresentam em relação à internet nas sociedades pan-amazônicas. Primeiro sobre a necessidade de realizar sua discussão em todos os níveis, por todos e todas, debate necessário para se posicionar sobre uma Internet Cidadã. Esse debate é de persistente atualidade e politicamente necessário. Mieli (2017)¹⁴ argumenta que, se a internet está praticamente intermediando todas as relações econômicas, sociais e culturais e se tornou indispensável para a vida, é imperativo o seu debate. Outro plano situa-se nas relações e novas formas de dependência que ela cria, o que deve ser percebido na totalidade das implicações de poder das TICs (HILL, 2017)¹⁵.

No final do trabalho, lê-se a expressão de Fabián Moreno da OPIAC que não apenas faz apelo por um aprendizado de parte e parte, mas também afirma desejos de autonomia e de novas relações sociais com pesquisadores e diversos agentes que deles se aproximam para se posicionar politicamente, na condição de estarem esclarecidos sobre a complexidade em matéria de informação e comunicação:

Precisamos gente que nos ilumine nesse processo, que é o que necessitamos realmente nas comunidades e

¹⁴ MIELLI, Renata. Una Internet para fortalecer la ciudadanía. In. Internet Ciudadana o monopolio. ALAI. América Latina en movimiento. Ano. 41. 2. Época. N. 526-529. Out. Nov, 2017. (p. 5-9).

¹⁵ HILL, Richard. La Política de la gobernanza de Internet. El imperialismo por otros medios. In. Internet Ciudadana o monopolio. ALAI. América Latina en movimiento. Ano. 41. 2. Época. N. 526-529. Out. Nov, 2017. (p. 13-16).

desde aqui, entre nós mesmos entendermos essa parte para poder formular essa política, para poder depois ver que tecnologia vamos aplicar aqui, internamente. (Tradução de James Monsalve).

Acompanhar as iniciativas de povos indígenas neste campo da informação e comunicação não se reduz a simples constatações de uso ou dificuldades. O que é articulado por James Monsalve representa uma trama de conceitos, apropriações tecnológicas, bens comuns e comunicação etnicamente diferenciada como campo de lutas que captou por meio da análise do discurso e do materialismo histórico, e como afirma: Hoje o aparelho estatal e a grande imprensa (veículo do estado e das grandes corporações) continuam a exercer práticas de exclusão de setores como povos indígenas e, em geral, das populações tradicionais, apesar dos mandados de fomento e promoção da diversidade cultural nos vários países amazônicos. Motivos de sobra para reconhecer no agir comunicativo crítico desses povos os discursos que os mobiliza e insurge contra as formas de poder negadoras de direito e opressoras da autono

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	SOBRE A COMUNICAÇÃO DISCURSIVA	34
2.1	Problematizar a comunicação	34
2.1.1	O que é discurso? Uma definição interdisciplinar.....	37
2.2	Da comunicação mecanicista ao discurso	39
2.2.1	O modelo de comunicação subjacente na linguística saussuriana	39
2.2.2	Teoria da informação e modelo jakobsoniano da comunicação	44
2.2.3	'O efeito é a mensagem'.....	46
2.3	Filosofia e linguagem	47
2.4	Teoria do discurso: fundamentos para uma comunicação discursiva	50
2.4.1	Condições de produção do discurso.....	51
2.4.2	O que é formação discursiva (FD)?.....	53
2.4.2.1	<i>Formação discursiva em Foucault</i>	54
2.4.2.2	<i>Formação discursiva em Pêcheux</i>	57
2.4.2.3	<i>O que é 'interdiscurso'?</i>	59
2.4.2.4	<i>Outra forma de entender as FD: unidades tópicas e não tópicas</i>	62
2.4.3	O enunciado como unidade da comunicação discursiva....	63
2.4.4	Enunciação não é fala: a questão do sujeito numa teoria do discurso.....	72
3	TICs, IDEOLOGIA E CIDADANIA	86
3.1	Tecnologias, informação e comunicação	86
3.2	Pensar as TICs numa ótica sociomaterialista	96
3.3	Teoria da comunicação: uma visão geral	99
3.4	Ideologia e discurso	106
3.5	Poder e práticas sociais	110
3.5.1	História, sociedade e relações de dominação.....	110
3.5.2	Texto e prática social.....	115
3.6	Da cidadania incompleta à cidadania étnica	117
4	MATERIALISMO HISTÓRICO, METODOLOGIA DISCURSIVA E BENS	122
4.1	Metodologia: reconstruções e polos	122
4.2	Materialismo histórico e dialética	125

4.2.1	A vida e a atividade produtiva numa ontologia materialista histórica.....	129
4.2.2	Modo de produção extrativo, propriedade, domínios.....	135
4.2.3	Sobre a dialética como lógica científica.....	143
4.2.4	Considerações epistemológicas sobre o materialismo histórico e dialético.....	147
4.3	Análise crítica do discurso e questões de pesquisa.....	156
4.3.1	O <i>corpus</i> de uma pesquisa discursiva sobre as TICs.....	158
4.3.2	O quadrado ideológico, instrumento de análise discursivo-social	161
4.4	A internet como bem ou recurso comum.....	163
5	TÓPICOS PARA UMA TEORIA TRANSDISCIPLINAR DA COMUNICAÇÃO.....	173
5.1	Informação, impressão e sentido.....	173
5.1.1	A informação como fator de comunicação.....	174
5.1.2	O 'efeito expressão' e a unidade de análise da comunicação	177
5.2	A linguagem como fator de comunicação social.....	179
5.3	O canal ou as condições ambientais da comunicação.....	183
5.4	Uma perspectiva transdisciplinar da comunicação.....	185
5.5	Elementos para uma análise das relações entre cidadania e comunicação na Amazônia.....	187
5.5.1	Modos de produção e formação social na Amazônia.....	188
5.5.2	Aspectos da cidadania em face da comunicação na Amazônia	202
5.5.2.1	<i>Revisitando o sentido da cidadania sob a ótica do materialismo histórico.....</i>	<i>205</i>
5.5.3	Informação geográfica e TICs na AIDSESEP.....	209
6	SENTIDOS DA CIDADANIA ATRELADO AO USO DE TICS EM ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS NA AMAZÔNIA.....	212
6.1	Organizações indígenas: espaços históricos de reivindicação social.....	218
6.2	Uma luta sócio-histórica da AIDSESEP no Peru.....	223
6.2.1	Sentidos da cidadania na AIDSESEP.....	224
6.3	O estado Plurinacional Boliviano e a defesa dos direitos nas terras baixas.....	230
6.3.1	CIDOB: a defesa dos direitos nas terras baixas.....	231
6.3.2	Sentidos da cidadania na CIDOB.....	233
6.4	Um instrumento de representação e luta na Amazônia brasileira.....	250
6.4.1	A cidadania entre aspas.....	252

7	TECNOLOGIAS DE (DES)INFORMAÇÃO E (IN)COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DO SABER COMUNICACIONAL INDÍGENA AMAZÔNICO.....	266
7.1	Elementos etnográficos do saber comunicacional indígena amazônico.....	266
7.1.1	O mullu e o botuto.....	267
7.1.2	De trocanos e manguarés.....	270
7.1.3	Ecos e cantos entre os tacana e os aioero.....	272
7.1.4	A comunicação interpessoal.....	274
7.1.5	De chasques e quipos.....	275
7.2	Organizações regionais indígenas e tecnologias de (des) informação e (in)comunicação.....	278
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	287
	REFERÊNCIAS	295
	APÊNDICE	315

1 INTRODUÇÃO

Os parênteses que acompanham o título deste trabalho merecem a primeira consideração. O *des-* e o *in-* da informação e da comunicação, respectivamente, sugerem uma problematização desses conceitos-chave da pesquisa. Isto é, de não partir deles como se fossem fenômenos ou processos dados, claros, certos. Trata-se de enxergá-los na sua constituição como práticas sociais que navegam entre a certeza e a incerteza, com graus diversos de probabilidades na sua concreção.

Entre informação e desinformação (ou comunicação e incomunicação) não existe uma linha divisória evidente ou que, ao menos, possa-se distinguir com absoluta clareza. Em alguns cenários, a identificação da primeira poderia ser fácil, mas, a segunda, graças ao seu caráter camaleônico, insere-se pelos interstícios dos chamados meios massivos de comunicação, tanto quanto no cotidiano. Assim muitos desses meios fazem questão de se declarar isentos, reproduzem estratégias de manipulação comercial, política, cultural, militar, etc. nos seus discursos. Ali a comunicação inibe ou impossibilita o seu sentido como processo aberto e solidário para se converter numa mercadoria a mais.

Até hoje parece que estamos mais desinformados do que comunicados. Ou, talvez, mais incomunicados do que informados. Assim, o acúmulo de informação que atingimos não acompanha, necessariamente, a qualidade da comunicação social. Pense-se ainda na importância crescente do uso de TICs nas organizações e na sociedade em geral, os poucos estudos sobre o assunto na Pan-Amazônia, a diversidade socioambiental nesta região e as percepções acríicas na relação da comunicação e o desenvolvimento. Conjuntura em que a reflexão sobre os modos de produzir informação e comunicação nas organizações indígenas torna-se inadiável.

Aprofunda-se nessa problemática segundo uma abordagem transdisciplinar e pluralista. Neste aspecto, a leitura de todo tipo de textos recomendados nas disciplinas cursadas no NAEA, os conselhos da minha orientadora, a pesquisa de campo, o período de estudo na Unicamp e o diálogo entre saberes comunicacionais foram essenciais para a escrita e a estruturação dos capítulos aqui reunidos. Eles aparecem aqui como produto, mas devem ser considerados igualmente como ponto de partida de outras indagações.

É dito que as últimas décadas do século XX trouxeram grandes inovações nos campos da informação e da comunicação, especialmente

em relação à microeletrônica e às telecomunicações. Estas potenciaram os computadores e possibilitaram a interconexão de máquinas e seres humanos na internet. No entanto, o acesso e o uso das mais novas Tecnologias de Informação e Comunicação (doravante TICs) herdaram as enormes desigualdades históricas, pois enquanto alguns setores sociais têm acesso de ótima qualidade e os mais avançados aparelhos informáticos, muitos outros carecem deles e/ou não têm acesso sequer à internet. Mas, a carência desse acesso não quer dizer que os valores sociais da informação e da comunicação sejam menores. Os saberes e práticas a elas ligados assinalam algumas tendências sobre o agir comunicativo nas entidades regionais indígenas analisadas: AIDSESEP, CIDOB, COIAB, CONFENIAE, OPIAC e ORPIA.

Em termos organizacionais, a visibilidade das atividades corporativas e a disponibilização e compartilhamento de informação dinamizar-se-iam com os avanços das TICs. Por exemplo, o desenvolvimento da *Web 2.0*, durante a primeira década do século XXI, diminuiu custos como os de transmissão e publicação, desonerando as entidades de boa parte dessas despesas. Mas, outras barreiras, relativas ao saber-fazer e às relações de produção, impedem usos mais efetivos dessas tecnologias por parte de algumas organizações indígenas amazônicas.

Nesse panorama, as entidades indígenas locais às vezes sofrem até pelo fornecimento de energia elétrica, que é a base para o funcionamento de aparelhos e dispositivos eletrônicos. Porém, no nível regional, as organizações têm conseguido melhor infraestrutura e serviços por estar sediadas nas capitais de departamentos, estados ou países, sendo que não por isso deixem de experimentarem também disfuncionalidades no acesso e uso de TICs.

Devo dizer que a oportunidade que tenho tido de trabalhar profissionalmente na área de Comunicação Social, nos últimos anos, com grupos e entidades indígenas amazônicos, principalmente na Colômbia, oferece-me elementos imprescindíveis para o estudo dessa problemática. Da mesma maneira, no desenvolvimento da minha dissertação tive ocasião de fazer uma pesquisa de campo ao longo do rio Putumayo-Içá, conhecendo de perto as atividades indígenas nessa bacia, que leva suas águas até o rio Solimões. Outra excursão de campo, feita em alguns pontos da bacia do Caquetá-Japurá, permitiu aprofundar também a minha aproximação às culturas da Amazônia (PARRA MONSALVE, 2009). Dessa vez, o horizonte de pesquisa pan-amazônico, analisado através dos modos de produzir

informação e comunicação num âmbito organizacional indígena, implicou o desenvolvimento de atividades de campo em setores amazônicos e andinos da Bolívia, o Peru, a Colômbia, o Equador, a Venezuela e o Brasil. O que forneceu diversos momentos e materiais que complementaram as várias considerações teórico-metodológicas colocadas nesse documento.

Por isso, a temática escolhida tem a ver com aquela, a minha trajetória recente, e com a procura de melhor conhecimento sobre as dinâmicas midiáticas e de comunicação dos grupos indígenas dessa região tropical. Trata-se de descrever, interpretar e explicar a realização dessas dinâmicas nas organizações a partir de ferramentas tecnológicas, avaliando as suas potencialidades e limitações no contexto corporativo dos movimentos sociais indígenas amazônicos. Enxerga-se, desse ponto de vista, a riqueza representada nos saberes indígenas sobre, entre outras matérias, a informação e a comunicação, em constante transformação pelos diferentes contatos culturais.

Quanto à perspectiva temporal e espacial dessa pesquisa, deu-se prioridade ao estado atual da temática em seis entidades regionais na bacia amazônica, com foco na última década e meia (2001-2014). No entanto, considera-se fundamental levar em mente as trajetórias organizacionais, que dão conta do seu desenvolvimento histórico nas décadas finais do século XX. Este fio condutor levar-nos-á muito seguramente a quatro ou cinco décadas atrás, aos primórdios da estruturação de algumas das atuais organizações indígenas dessa bacia na Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Estimou-se, inicialmente, em quase 50 mil reais o orçamento para a realização da pesquisa de campo nos países objeto da análise, incluindo despesas de transporte integral (internacional, nacional, regional, local), hospedagem, alimentação, em parte ultrapassado. No total estive seis dias na Bolívia, dez no Peru, seis no Equador, sete na Venezuela, quinze no Brasil, e, a maior permanência, na Colômbia, durante quase 90 dias. Essa desproporção quanto ao tempo dedicado ao campo na Colômbia respeito dos outros países, justifica-se por duas razões. Em primeiro lugar, devido às restrições do orçamento da pesquisa e sendo natural da Colômbia, onde conheço várias organizações, comunidades e terras indígenas, preferi desenvolver ali com maior aprofundamento algumas questões etnográficas desta pesquisa. Em segundo lugar, pela minha experiência profissional na Amazônia colombiana, essa perspectiva etnográfica pôde concretizar-se

nas terras indígenas de Cidade Hitoma em Letícia, Amazonas, e Condagua, em Mocoa, Putumayo, nas quais tinha contatos desde os anos 2007 e 2008, época em que realizei essa outra pesquisa de campo para a minha dissertação, no programa de mestrado em história da Universidade Nacional da Colômbia. Cidades em que foi relativamente fácil o acesso a diversos centros regionais de documentação e pesquisa, assim como a espaços adequados à sistematização e análise dos dados coletados durante o percorrido de investigação.

Esse tempo em campo representou, aproximadamente, quatro meses, ainda que não consecutivos. Uma parte do orçamento concretizou-se com a bolsa da CAPES; a outra parte com fundos pessoais e a gentileza de diversas pessoas nesses territórios. Finalmente, fizeram-se visitas e entrevistas em cinco das nove organizações almejadas na proposta inicial (cf. Apêndice A). Por questões orçamentárias e de tempo não foi possível fazer visita de campo nem entrevistas na Guiana (*Amerindian People's Association of Guyana*, APA), na Guiana Francesa (*Fédération des Organisations Autochtones de Guyane*, FOAG), no Suriname (*Organisatie van Inheemsen in Suriname*, OIS) e no Equador (*Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana*, CONFENIAE). Contudo, o alcance dessa seleção, em termos de aprofundamento sobre a comunicação na região amazônica, continua a ser amplo e diverso, tal e como se verá.

Na sua ordem, a *Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente, Chaco y Amazonia de Bolivia*, CIDOB, em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia; a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, COIAB, em Manaus, Brasil; a *Organización de los Pueblos Indígenas de la Amazonia Colombiana*, OPIAC, em Bogotá, Colômbia; a *Organización Regional de Pueblos Indígenas del Amazonas*, ORPIA, em Puerto Ayacucho, Venezuela; e a *Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana*, AIDSESEP, em Lima, Peru, foram visitadas e realizadas entrevistas nas suas sedes principais.

Não obstante, em termos de acesso às matérias publicadas na internet, os sítios da COIAB, da CIDOB e da AIDSESEP, permitiram uma análise mais detalhada e rigorosa, comparativamente falando. Isto se vê respaldado também pelas próprias trajetórias desses agentes organizacionais e suas condições históricas. Tais organizações foram essenciais para a construção do *corpus* de análise da cidadania, com base em matérias disponibilizadas na internet.

O objetivo principal deste trabalho foi compreender a relação das reivindicações cidadãs dessas organizações regionais e a utilização de TICs.

Especificamente, interpretar esses usos e explicar as suas potencialidades e disfuncionalidades nesse âmbito. Para tanto, o *corpus* de análise selecionado, fornece materiais onde a prática comunicativa organizacional aparece nas redes eletrônicas. Mas, antes de se chegar lá, serão feitas várias reflexões e discussões sobre alguns fundamentos teóricos, metodológicos, analíticos, técnicos, que constam em diversos capítulos desse documento, tal e como se descreve a continuação.

Começamos pelo segundo capítulo, *Sobre a comunicação discursiva*, o qual desenvolve pressupostos teóricos derivados, mormente, das ciências da comunicação, da linguística, da teoria do discurso, da sociologia e da filosofia da linguagem, complementados no terceiro capítulo intitulado *TICs, ideologia e cidadania*. A seguir, o quarto, *Materialismo histórico, metodologia discursiva e bens comuns*, coloca questões de ordem lógica, ontológica, epistemológica e, em menor medida, teórica. Representa o momento de ponderação dos fundamentos metodológicos principais desta obra, assim como da reflexão em torno da prática científico social.

Vale repetir que nesses capítulos (como no livro todo) desenvolvemos uma perspectiva pluralista, pois se articulam ali abordagens críticas, sociais, discursivas, inter- e transdisciplinares. Interdisciplinar no primeiro momento da pesquisa, o qual se defronta com a fundamentação teórica e metodológica oferecida, em parte, nas disciplinas cursadas durante o primeiro ano de estudos no NAEA e na revisão de literatura. O segundo momento, da pesquisa de campo, desdobrou-se numa perspectiva transdisciplinar, acolhendo outros saberes sobre informação e comunicação na Pan-Amazônia.

Quanto ao quinto, *Tópicos para uma teoria transdisciplinar da comunicação*, sugere um caminho possível para a investigação social, o qual visa a abordagens inovadoras nas ciências da comunicação e, por que não, nas práticas comunicativas dos mesmos agentes sociais. Isto se poderia desenrolar só com a ampla discussão e a adequada participação que uma temática como essas exige. Já o sexto, *Sentidos da cidadania atrelados ao uso de TICs em organizações indígenas amazônicas*, oferece uma análise do discurso sobre a cidadania indígena, num contexto dito democrático, pois o período estudado foca-se nos anos de 2001 a 2014, em países com regimes constitucionais democráticos vigentes.

Destaca-se a ênfase teórico-discursiva nessa pesquisa. Assim, o eixo central da nossa análise, estrutura-se numa conceitualização aprofundada, mormente, no começo e a metade, a qual se auna, paulatinamente, nas

divisões posteriores desse documento. É bom lembrar que nessas divisões desenrolam-se considerações político econômicas, etnográficas, discursivas, comunicativas, descrevendo os resultados centrais da análise. Finalmente, o sétimo capítulo, *Tecnologias de (des)informação e (in)comunicação no contexto do saber comunicacional indígena amazônico*, desenvolve um olhar etnográfico ligado aos resultados mais importantes da pesquisa de campo.

Nesses quase três lustros do nosso recorte temporal, a internet e todo tipo de aparelhagem têm se espalhado enormemente, com o aumento das velocidades de transferência e as maiores quantidades de armazenagem e processamento de informação. Sem, no entanto, melhorar as possibilidades de permanência dessa imensa diversidade social e ambiental que é a Amazônia. À primeira vista, esses avanços dos campos da informação e da comunicação não aparecem como ameaça para essa diversidade regional. Mas, mergulhando-se nas conexões propostas ao longo desses capítulos, enxerga-se o desafio que representam as TICs respeito da diversidade socioambiental e a sua permanência; desafio atrelado, mormente, ao desenvolvimento do modo capitalista de produção.

É preciso lembrar também que diversos textos aqui aprofundados foram apresentados em anais, resumos, pôster, comunicações orais, em reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). Recentemente foi aceite, de igual forma, outro trabalho para apresentação no XIV Congresso da Associação Ibero-Americana de Comunicação (IBERCOM), a realizar-se na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (29 de março a 02 de abril de 2015).

Nessas participações (e outras mais, como na Cúpula dos Povos na Rio+20) pude trocar ideias e argumentos com múltiplas pessoas, sobre variados aspectos da pesquisa que, sem dúvida, auxiliaram no seu aperfeiçoamento. Dessa maneira, tanto a pesquisa de campo como as publicações e a análise aqui redigida, respondem às diferentes fases deste trabalho. Um trabalho que representou para mim um verdadeiro desafio também em termos de uma temática que ainda é pouco entendida pela própria pesquisa científica.

Se pensarmos que o nosso objeto de análise tem a ver com sujeitos coletivos, portanto, político-ideológicos, torna-se sugestivo, então, conceber as atividades organizacionais indígenas como “necessidades

de novo direito” ou “práticas de direito vivo” (GRIMALDI, 2014), as quais estão ligadas com os campos da informação e da comunicação. Trata-se de uma discussão relacionada com uso do espectro eletromagnético, das infraestruturas digitais, da transmissão de conteúdos, entre outros assuntos do complexo (mas não complicado) e reticular mundo das tecnologias digitais, da produção de informação e comunicação, ligados ao campo da cidadania, em última instância, do direito e da política.

As possibilidades da informática e da comunicação assinalam novos horizontes nesses campos, decorrentes das invenções e descobertas em diferentes setores científicos e tecnológicos. Só que a dinâmica dominante em que tais invenções e descobertas desenvolvem-se, assinalam a maneira perversa em que ainda vivemos, na pré-história da humanidade; levando nas nossas costas a carga da transformação indevida dos bens comuns em mercadorias. Incluindo nelas até a informação e o conhecimento.

Sem dúvida, uma das resistências mais perseverantes ante tal transformação tem sido a dos povos indígenas, nos quais a terra (e outros *commons*) ainda conservam um sentido do pró-comum, presente nessas populações, povos originários, nacionalidades ou comunidades nativas. Onde o governo do território não pode ser particular senão coletivo, pois a terra não é tida como simples mercadoria. Sobre esse tópico vai se discutir ao longo desse trabalho, frisando a importância da formação e funcionamento de laboratórios e atividades de informação geográfica. Adiantando um pouco disso, diremos que os processos de criação cartográfica feitos pelas organizações e/ou comunidades indígenas amazônicas revelam uma tendência para o uso de mapas que alicerçam suas reivindicações cidadãs. Portanto, de sua forma coletiva de apropriação e usufruto da terra, água, ar, floresta, animais; de sua luta por um espaço de existência comum como grupo social que resiste, está vivo e que precisa de novos horizontes de direito.

Explica-se. Essas práticas produtivas coletivas, que poderíamos agrupar nos chamados “bens comuns” são especialmente importantes na nossa consideração. Isto inclui, é claro, aquelas relativas aos campos da informação e da comunicação, onde essa perspectiva teórica assinala não uma tragédia senão uma alternativa viável de administração dos recursos de uso comum. O grande contraste entre as terras indígenas e as áreas de colonização aponta à transformação acelerada dessas últimas, com um elevadíssimo custo social e ambiental, que se projeta em cada um dos

países que dividem as territorialidades amazônicas. Muitos desses projetos planejados, ou em obra, constam dos programas da chamada Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul-Americana, IIRSA, ou do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, e demais planos de desenvolvimento nacional (planos que no Brasil transformaram rapidamente a Amazônia, especialmente desde os anos 1970, como eixo de articulação necessário à nova configuração espacial do país).

Fala-se, assim, da construção de grandes hidrelétricas como as dos rios Xingu e Madeira ou do Plano Amazônia Sustentável (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008, não paginado); este último com o compromisso manifesto de fortalecer a integração amazônica por meio de organismos como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL. Esses empreendimentos são impostos às populações locais como prioridade nacional, visando fornecer ao mercado os recursos naturais, assim entregues a grandes empresas nacionais e estrangeiras (CASTRO, 2009), enquanto o planejamento nacional em instrumentos como o *Plan Nacional de Desarrollo* da Colômbia (2011) projetam ali as áreas amazônicas no marco de uma integração para a circulação de mercadorias, energia, transporte, ligados aos discursos sobre os mercados nacionais e globais. Mais adiante voltaremos a esse contexto que, certamente, tem a ver com a nossa problemática.

Por enquanto, anotaremos algumas outras considerações em torno desse trabalho. Devemos dizer, primeiramente, que a pesquisa traz as referências em português, espanhol, francês, inglês, pois se optou por citações em língua de origem no texto e suas respectivas traduções livres em nota de rodapé. Há ali uma rica coleção de notas explicativas, especificações, dados, enunciados, acompanhando, assim, as arguições feitas em cada seção.

A análise foca questões como: o que a informação publicada na internet representa para as metas e objetivos dos agentes organizacionais estudados? Como as organizações fazem produção e reprodução de informação eletrônica que visibiliza as suas reivindicações étnicas cidadãs? De que forma a própria organização indígena continua a enxergar a tecnologia, a informação e a comunicação? Que efeitos de sentido movimenta a cidadania nas práticas discursivas dessas organizações regionais dos povos amazônicos? Em suma, trata-se de refletir sobre o modo de produzir informação e comunicação, como uma prática sociocultural, entre outras, relevante na vida das populações e das organizações indígenas.

O que é mais certo se pensarmos que na *Ideologia Alemã* Marx e Engels (1998) falam nos modos de produção como a maneira mediante a qual os homens, organizados em sociedade, produzem a sua subsistência; os modos de produção correspondem aqui, de acordo com palavras dos fundadores do Materialismo Histórico, a “modos de vida”, ou “uma forma determinada de manifestar a vida”, próximo de “modo de fazer”. Eles realizam isto usando os instrumentos de sua cultura; de sua cultura na prática como diria Sahlins. Destarte, optou-se por enfatizar a categoria de “modos de produção” nesta obra.

Em nossos dias, certamente, o modo capitalista ainda domina o cenário mundial. E cabe aos pesquisadores lembrarem e descobrirem formas específicas em que esse predomínio é produzido, reproduzido ou contestado. É assim que entendemos a prática cidadã, atrofiada por mecanismos estatais ou de mercado. Nessa medida podemos afirmar que em “lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*.” (SANTOS, 1996, p. 13, grifo do autor). O que à primeira vista apareceria como uma contradição de termos não é senão o devir do mundo, segundo uma lógica que enxerga tragédias que encobrem o potencial de os sujeitos coletivos cooperarem e se comunicarem.

Não se deve esquecer que o conhecimento tradicional (que, ao final, pode ser pensado também como um acervo dinâmico de informação comum) associado aos usos de fauna e flora, ou ao funcionamento da cultura como um todo, é vital para a reprodução das sociedades indígenas. Mas, um saber transmissível que se fragiliza pelo processo de cerceamento dos bens comuns do conhecimento e da informação. Nesse sentido, exploram-se argumentos que valorizam o pró-comum nas TICs, o que é apenas justo se pensamos na transcendência do coletivo para se entender o individual no âmbito das sociedades indígenas. Isso se constatou tanto na literatura como na pesquisa de campo. O reconhecimento desse valor demais, resultante do trabalho social, da ação em comum, da cooperação, que se prolonga entre gerações como conhecimento partilhado (produzido/reproduzido).

Após ler os fundamentos constitucionais dos vários países que dividem a Amazônia, parece haver nesses textos muitos sinais de estimacão das liberdades de expressão, informação e comunicação, assim como alertas perante os perigos da monopolização ou oligopolização do aparelho midiático. Mas, a realidade novamente supera a ficção, pois embora a internet tenha criado espaços alternos para a comunicação, as relações

sociais atuais sinalizam ainda uma concentração da produção e a difusão de conteúdos e do funcionamento dos serviços de telecomunicações.

Panorama que representa hoje uma verdadeira provocação, em termos da diversidade social e cultural existente na Amazônia. Quer dizer, onde os diversos modos de (re)produzir informação nas populações indígenas amazônicas e, por extensão, nas suas organizações, são tópicos compreendidos, maiormente, sob o reducionismo disciplinar que perde de vista as especificidades das formações econômicas e sociais como a do trópico úmido sul-americano. Por isto, seguimos assistindo hoje ao confronto cultural e social, renovado agora pela homogeneização potenciada no aparelho público-privado de informação e comunicação.

Panorama que, todavia, representa a utilização de tecnologias, geralmente alheias, mas estrategicamente usadas, segundo os próprios fins sociais e organizacionais dos indígenas. Desse modo, emergem possibilidades contra-hegemônicas, de resistência, de emancipação, de reivindicação, ocultas muitas vezes como resultado das condições subalternas em que se produzem. Por isso, pensamos com Scott (2000, 2011) que a exploração é passível, em diversos momentos e espaços, de ser contestada, controvertida e até transformada, em processos de resistência incubados à sombra dela mesma.

Uma abordagem que nos aproxima dos pressupostos sociomaterialistas centrais dessa arguição, os quais alicerçam também a discussão em torno da cidadania. Acredita-se como Santos (1996, p. 8) que ela “pode começar por definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas para ser válida deve poder ser reclamada.” Ideia que sintetiza uma cidadania ativa, onde diversas ações são desenvolvidas por sujeitos (em nosso caso organizacionais) que efetivamente reclamam, manifestam, contestam, como exercício constante na defesa dos seus territórios, da sua vida. Atividades claramente ligadas a esses processos de resistência e reivindicação que se contrapõem às concepções formalista e substantivista da cidadania.

É o caso das marchas que durante os anos 2011 e 2012 realizaram alguns setores indígenas opostos à construção de um tramo de estrada na Terra Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS), na Bolívia. Ou a oposição feita pela população de Bagua, Amazônia peruana, em defesa dos recursos naturais. Ou da ORPIA, na Venezuela, nas lutas pelo reconhecimento dos territórios indígenas e na denúncia da violência contra os seus *hermanos* no Estado do Amazonas, em particular, e desse país, em geral. Esse exercício

constante, ativo, na defesa dos bens comuns é articulado em alguns efeitos de sentido sobre a cidadania, colocados em matérias publicadas pela AIDSESP, a CIDOB e a COIAB durante o período analisado.

Sentidos que encontram eco na discussão sobre o “não cidadão” do terceiro mundo, aquele que, em nossos países, é classificado diversamente: “há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são.” (SANTOS, 1996, p. 12). Por isso, chega a falar-se dela até como se fosse mais privilégio do que exercício político. Então, refletindo sobre essa cidadania “atrofiada”, justifica-se a deriva conceitual tomada do arcabouço materialista histórico, com o escopo de se explicar esse campo político-comunicativo ao que nos aproximamos nessas laudas.

Mas, o que tem a ver a cidadania com os modos de produção e as formações sociais numa perspectiva transdisciplinar da comunicação? Sintetizá-lo em poucas linhas não é uma tarefa simples. Pensemos numa abordagem que considera também a vida, a prática social, onde as problemáticas ligadas às reivindicações cidadãs são colocadas, dispostas, e analisadas sob uma ótica “sociomaterialista”, onde fatores “como as condições materiais e político-econômicas da sociedade” (MCQUAIL, 2003) passam a fundamentar também o nosso olhar científico social sobre a produção de fenômenos de comunicação e informação no espaço e tempo escolhidos.

Dessa forma, configurou-se um arcabouço teórico-metodológico fundamentado mormente no Materialismo Histórico e na Análise do Discurso. Pressupostos que, segundo o nosso modo de ver, permitem descrever, interpretar e explicar de forma mais rigorosa a problemática da produção de informação e comunicação nas entidades regionais indígenas, objeto dessa análise. Por isto, o longo percurso dedicado a eles, na teoria da comunicação, considera-se uma etapa necessária (ainda que pesada e inacabada) desse empreendimento crítico.

Empreendimento fundamentado, primeiramente, numa metodologia interdisciplinar que, aos poucos, foi se aproximando de um horizonte transdisciplinar. Explica-se. Nos primeiros anos desse doutorado e com a revisão de literatura realizada aprofundamos numa visão interdisciplinar da investigação científico social, tal e como estipulado no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, adscrito, entre outros 288 programas de educação superior brasileira, na área interdisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Mas, considerando-se a problemática abordada e os principais resultados da pesquisa de campo, procurou-se uma via alterna, com o fim de integrar e pensar esses outros saberes indígenas sobre a informação e a comunicação na Amazônia.

Uma abordagem reforçada pela análise comparativa que evidencia as maneiras concretas em que as organizações indígenas amazônicas utilizam as TICs segundo suas especificidades. No entanto, com o intuito de delimitar a abrangência ampla dessa comparação, optou-se por explorar analiticamente o eixo discursivo da cidadania. Desse modo, definiu-se também o alcance da pesquisa, debateu-se e refletiu-se na comunicação e na informação de uma forma comparativa. Para tanto, exploraram-se diversas conceitualizações, entre as quais a expressão “cidadania étnica” é a que melhor resume os processos de reivindicação social desses grupos; processos também presentes no dialogismo (BAKHTIN, 1999) dos discursos organizacionais indígenas.

A conceitualização sobre a comunicação e a cidadania seguiu, assim, alguns dos achados materialista-históricos, problematizadas segundo um contexto multissocietal como o amazônico. Nesse mesmo sentido deve ser entendida a tentativa de ir do inter ao transdisciplinar. Por isso, a execução do nosso trabalho de pesquisa buscou envolver o “indivíduo comum com sua maneira comum de falar e de pensar” (MARX, 2007, p. 131), articulando um olhar que perpassa, portanto, o âmbito universitário.

Devo dizer ainda que tanto a pesquisa de campo desenvolvida como o período de estudos feitos na Universidade Estadual de Campinas, em São Paulo, foram cruciais para esta pesquisa. Foi o período em que tive a oportunidade de assistir à disciplina *Introdução à Análise do Discurso*, ministrada pelo Prof. Dr. Sirio Possenti, no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) dessa universidade. O período começou em fevereiro de 2014 e se prolongou até outubro desse ano; tempo em que foram dedicadas extensas jornadas à leitura e à análise, especialmente na Biblioteca Central Cesar Lattes e outros espaços comuns desse centro de educação superior, na cidade de Campinas.

O fato de ter desenvolvido a pesquisa de campo com antecedência ao aprofundamento teórico metodológico desse período implicou novas questões que são colocadas no começo desse trabalho. Pode ser que a ordem expositiva dele, por isso, não seja a melhor, mas constitui uma estrutura que reflete a caminhada que se fez ao longo dos anos para apreender, compreender, explicar, em termos científicos, a informação

e a comunicação. Conceitos como formação e comunicação discursiva, interdiscurso, enunciado, informação, impressão, sentido, sujeito, ideologia, práticas sociais, linguagem, canal e transdisciplinaridade são pensados sob uma visão crítica da cidadania. O que segue vigente hoje, pois essa visão ainda aponta uma cidadania atrofiada, imperfeita, pensada, imaginada, controvertida, resistida, transformada, por isto, com a necessidade de se analisarem, concretamente, quais os seus sentidos.

Tenho a firme convicção da necessidade de refletir sobre os processos, procedimentos e representações da informação e a comunicação que influenciam, de alguma maneira, a evolução organizacional e dos movimentos sociais na Amazônia. Então, a comunicação, a linguística, a antropologia, o direito, a sociologia, entre outras ciências sociais e humanas, com a história das organizações e as formações econômicas e sociais, podem alicerçar a análise comparativa, a discussão interdisciplinar e o reconhecimento de outros saberes na temática aqui proposta. Esta obra procura e anima, de igual modo, o debate sobre a transdisciplinaridade, imaginada aqui como um caminho certo para religar os saberes, os conhecimentos tradicionais indígenas e não indígenas; para tentar achar e navegar nas ondas emergentes de um paradigma científico que faz questão da incerteza e do movimento na história da humanidade social.

2 SOBRE A COMUNICAÇÃO DISCURSIVA

Este capítulo representa uma tentativa para a construção de um campo teórico interdisciplinar que vá além das concepções mais tradicionais da comunicação social. Procura ressignificar o “social” na comunicação, uma disciplina que se tornou importantíssima no século XX entre as ciências em geral. Para isso, desenvolver-se-ão algumas ideias das correntes de pensamento que constituíram o seu dominante teórico, logo do qual apresento algumas categorias e noções fundamentais para a construção desse campo denominado já por Mikhail Bakhtin de ‘comunicação discursiva’. Descrevem-se, a seguir, maiores determinações sobre a problemática e alguns elementos fundamentais nesse arcabouço teórico discursivo.

2.1 Problematizar a comunicação

Nesta abordagem fica claro que a comunicação não pode ser enxergada nem como transmissão de informação ou como um estímulo-resposta. A primeira reduz mecânica e linearmente o complexo (mas não complicado) processo da comunicação, enquanto a segunda o simplifica, em termos comportamentais, desdenhando a riqueza simbólica nele movimentada. Sentido e complexidade têm de ser levados a sério numa teoria da comunicação. Se acreditamos na transcendência da comunicação na vida e nas relações humanas, dever observar-se que

uma teoria da comunicação não pode limitar-se a analisar aspectos parciais da convivência social, nem contentar-se em examinar as diversas técnicas de comunicação, embora estas e suas consequências despertem, pela sua novidade, particular interesse na sociedade atual. (LUHMANN, 2006, p. 39).

Pensar na improbabilidade da comunicação é, de alguma forma, problematizá-la. Primeiro, é improvável “que alguém compreenda o que outro quer dizer”; segundo, “que uma comunicação chegue a mais pessoas do que as que se encontram presentes numa situação”; e, terceiro, que se obtenha o ‘resultado desejado’, entendendo este como “que o receptor adote o conteúdo seletivo da comunicação (a informação) como premissa

de seu próprio comportamento, incorporando à selecção novas selecções e elevando assim o grau de selectividade” (LUHMANN, 2006, p. 42); em consequência dessas improbabilidades a comunicação arrisca falhar ou se degradar. Esta incerteza constitutiva fará até que os sujeitos se abstenham “de comunicar no momento em que não tenham garantias suficientes de que a sua mensagem vai chegar a outras pessoas, de que vai ser compreendida e de que vai cumprir os seus objectivos.” (LUHMANN, 2006, p. 43).

Apesar dessa improbabilidade, a concepção de sistemas sociais afirma que a comunicação pode encontrar um certo êxito, superando e transformando a sua natureza improvável. Luhmann (2006, p. 45) crítica que no “sistema dos meios modernos de comunicação de massas actua-se, sob a sugestão do funcionamento, como se todos estes problemas estivessem resolvidos.” Quer dizer, a mídia, até hoje, defende a comunicação como um mecanismo harmônico, não contraditório, uma visão bastante generalizada nas correntes teóricas mais tradicionais. E o que torna, então, a comunicação improvável em provável?

Luhmann vai propor que os ‘meios’ são os mecanismos que permitem uma tendência para essa probabilidade. Em sua concepção os ‘meios’ estão agrupados em três tipos: de linguagem, de difusão e de comunicação simbolicamente generalizados, assim chamados porque “neles precisamente se atinge por antonomásia o objectivo da comunicação” (LUHMANN, 2006, p. 46-47). Para ele ‘sociedade’ é “o sistema que compreende todo tipo de comunicações, que reproduz a comunicação por meio da comunicação e desta forma se distingue de um ambiente.” (LUHMANN, 2006, p. 129). Postulou assim uma ontologia do social, embasada na comunicação como mecanismo autopoietico que constitui o seu ser. Entende o social como uma possibilidade de existência, decorrente das relações comunicativas.

Nesse sentido é primordial a diferenciação entre comunicação e informação, pois isto “marca a separação entre dois contextos de selecção completamente diferentes, e deste ponto de vista, o ato de comunicação tem como tarefa voltar a reunir os elementos separados.” (LUHMANN, 2006, p. 133). Desprovida dessa tarefa articuladora, a comunicação é entendida como o estabelecimento de uma unidade comum, uma comunidade.

Esse ‘estabelecer uma comunidade’ fica evidente quando considerados aqueles meios ‘de comunicação simbolicamente generalizados’ (que traz à tona a noção de meios de intercâmbio de Parsons) como o dinheiro, o poder, a influência, os compromissos morais, a verdade (na ciência) e o amor

(nas relações íntimas). Ou seja, nas ‘comunidades’ criadas a partir de trocas econômicas, políticas, culturais, sexuais, vai se desenvolver a ‘comunicação’, como criação do comum entre pessoas, de compartilhamento de uma dada unidade espacial e social. É nesse âmbito que a comunicação se torna essencial para as formações econômicas e sociais e não só na explicação de um sistema social.

Levando em consideração isso, deveríamos falar melhor de uma possível dispersão ou bifurcação de fenômenos análogos mais do que uma diferenciação real entre comunicação e informação. Com esse objeto aprofundaremos mais adiante nessa distinção entre sentido, impressão, linguagem e comunicação (Cap. 5), conceitos de grande valor heurístico nesta abordagem discursiva. Por enquanto, tratar-se-á do discurso como categoria central do arcabouço teórico-metodológico relacionado com a nossa problemática sociocomunicativa.

2.1.1 O que é discurso? Uma definição interdisciplinar

Considera-se que o discurso “ultrapassa os códigos de manifestação linguageira na medida em que é o lugar da encenação da significação, sendo que pode utilizar, conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos.” (CHARAUDEAU, 2001, p. 25). Não é o mesmo que texto ou algo que ultrapasse a frase ou que seja um plano de enunciação diferente e oposto ao da história (CHARAUDEAU, 2001). Por isto, um conceito ligado, certamente, ao campo da comunicação.

A categoria ‘discurso’, como é usada aqui, provém do campo dos estudos do discurso, especialmente da denominada Análise do Discurso (AD). Nessa linha ele “designa menos um campo de investigação delimitado do que um certo modo de apreensão da linguagem”; modo não considerado “como uma estrutura arbitrária, mas como a atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados.” (MAINGUENEAU, 1998, p. 43, grifo do autor). Em outras palavras,

O discurso, bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção de sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem. (MAINGUENEAU, 1997, p. 50).

Em vez de um “lugar da encenação da significação”, ele se aproxima do dispositivo (KLEIN, 2007), da existência de uma atividade determinada, chamada prática discursiva, que não é meramente transmissão de informação, já que existe ali um processo complexo de constituição de sujeitos e criação de sentidos. Portanto, muito mais do que um cenário pré-estabelecido ou ringue. Essa relação de sujeitos e sentidos produz efeitos múltiplos e variados, “[d]aí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores.” (ORLANDI, 2010, p. 21).

Foucault (1999, p. 51) sugeria o questionamento da vontade de verdade, a reconsideração do discurso como acontecimento e a elevação da soberania do significante. Dessa maneira, sugerindo uma crítica dos atos comunicativos, que é aqui tomada como pressuposto teórico para a análise dos processos de informação e comunicação nas organizações indígenas. Vale a pena então frisar o discurso como prática privilegiada na formação de sujeitos, objetos e conceitos, por tanto, uma prática “não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Diz Foucault (2008, p. 55) também que os discursos são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas.” Processos, atividades, práticas, por isso, ligados com o extralinguístico ou o que está fora da linguagem, com o real.

Nesse sentido, vale observar dois equívocos a serem evitados numa teoria discursiva:

O primeiro consiste em confundir discurso e fala (no sentido saussuriano): o discurso seria então a realização em atos verbais da liberdade subjetiva que ‘escapa ao sistema’ (da língua). Contra esta interpretação reafirmamos que a teoria do discurso e os procedimentos que ela engaja não poderiam se identificar com uma ‘linguística da fala’. O segundo equívoco se opõe ao primeiro porque ‘distorce no outro sentido’ a significação do termo ‘discurso’, enxergando aí um suplemento social do enunciado, logo um elemento particular do sistema da língua, que a ‘linguística clássica’ teria negligenciado. (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 178-179).

Então, se ele não é fala nem suplemento social do enunciado, poderíamos dizer com Brandão (2004, p. 106) que ele “é o efeito de sentido construído no processo de interlocução”, o qual se opõe “à concepção de língua como mera transmissão de informação”. Trata-se de um fenômeno em movimento que articula diversas disciplinas e tendências na sua análise:

Daí o fato de suas fronteiras se confinarem com as de determinadas áreas das ciências humanas como a História, a Psicanálise, a Sociologia, só para citar algumas. Pelos próprios objetivos a que se propõe, a análise do discurso é, e só pode ser, interdisciplinar. Da mesma forma, essa interdisciplinaridade surge na sua relação com as outras tendências desenvolvidas no interior das ciências lingüísticas, e nesse sentido é que a vemos, por exemplo, dialogando com as teorias enunciativas, a lingüística textual e, no campo da pragmática, com a semântica argumentativa e a teoria dos atos de linguagem. (BRANDÃO, 2004, p. 104).

Nesse contexto interdisciplinar vai se enfatizar o seu caráter material, sócio-histórico. Segundo Foucault (2002, p. 141) “os discursos são efetivamente acontecimentos, [...] têm uma materialidade.” Por sua parte, Orlandi (2006, p. 17) diz que o “discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua é a materialidade específica do discurso.” Assim, o discurso não se deve conceber fora da sua dinâmica, da sua relação com a sociedade, a linguagem e a história.

Num sentido mais abstrato o discurso é uma categoria analítica que descreve os amplos recursos de significação a nossa mão, entendido assim também como ‘semiose’; a Análise Crítica do Discurso (ACD) o concebe como uma forma de prática social que implica uma relação dialética entre um evento discursivo particular e a situação, a instituição e a estrutura social que o enquadra; conseqüentemente uma relação de mão-dupla: “the discursive event is shaped by situations, institutions and social structures, but also shapes them.”¹⁶ (FAIRCLOUGH; MULDERRIG; WODAK, 2009, p. 357). Portanto, uma relação dialética que resulta, necessariamente, das interações sociedade/sujeito e sujeito/sociedade.

¹ “o evento discursivo é delimitado pelas situações, instituições e estruturas sociais, mas também as delimita.” (Tradução nossa).

Wodak (2004) vê na ACD, campo que se alimenta especialmente da teoria crítica, uma perspectiva frutífera ao interior da AD. Desta relação com a teoria crítica decorre a ênfase que a ACD dá aos problemas sociais vigentes, ponto de partida para a pesquisa e a construção de estratégias para a ação política. Pesquisa e ação ligadas, em nosso caso, com uma problemática sobre os modos de produzir informação e comunicação no âmbito indígena.

Não se pretende aqui determinar absolutamente o que é (são) o(s) discurso(s), embora os parágrafos anteriores constituam um ponto de partida certo nessa aproximação. Pensa-se que o alcance dessa ótica discursiva na área inter/transdisciplinar da comunicação será mais bem apreendido com base em conceitualizações tais como condições de produção, formação discursiva, interdiscurso, intradiscurso, enunciação, comunicação discursiva, as quais fornecem um variado “instrumental” para uma análise histórica e social dessa problemática. É o que se detalha a seguir.

2.2 Da comunicação mecanicista ao discurso

2.2.1 O modelo de comunicação subjacente na linguística saussuriana

Curso de Linguística Geral foi o nome dado à compilação das disciplinas ministradas pelo suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) entre 1906 e 1911, na Universidade de Genebra. O livro foi publicado primeiramente, e de forma póstuma, em francês, no ano de 1916. Contudo, seria traduzido ao espanhol só em 1945; a versão em português viria à luz em 1970. Dessa maneira é que, aos poucos, o seu pensamento ir-se-ia difundir amplamente entre leigos, discentes, docentes, profissionais, pesquisadores, tanto da linguística como da comunicação e outras disciplinas das ciências humanas e sociais, inicialmente na América Latina e logo no Brasil. É um desses poucos autores que muitos dos que passamos por uma faculdade de comunicação ainda lembramos, pois, tanto no ciclo básico de estudos como no aprofundamento disciplinar, os ensinamentos do linguista eram (e ainda são) matéria obrigatória em aulas de semiologia ou semiótica.

Tendo como antecedentes a gramática e a filologia (incluindo aí suas versões comparadas), e devido à insuficiência delas para os problemas que os estudos sobre as línguas colocavam no final do século XIX, Saussure (2006, p. 7) propõe uma linguística geral. O assunto dessa nova disciplina atingiria as diferentes manifestações da linguagem humana, centrando-se especialmente

nos textos escritos, para o qual se estipulou como tarefa a descrição e história das línguas, a procura das leis que as regem e o estabelecimento dos limites e definições próprios desse novo espaço disciplinar.

Para se estudar então a língua, destacada como fato primordial e norma nos assuntos de linguagem, vai se definir no *Curso* uma unidade teórica: o signo linguístico (SAUSSURE, 2006, p. 79). Como um dos seus pressupostos essenciais, ele representa a associação necessária de um significante (imagem acústica) e um significado (conceito). Dessa maneira, explicava-se o mecanismo psicofisiológico a partir do qual os indivíduos poderiam formar e expressar ideias numa língua, entendida como um sistema de signos.

Mas, como poderia pensar-se um modelo subjacente de comunicação nessa teoria linguística? Tendo em mente essa natureza dicotômica do signo linguístico (significante–significado), o que Saussure (SAUSSURE, 2006, p. 19) nomeou como “circuito da fala” pode imaginar-se como o modelo básico de comunicação subjacente na sua teoria, tal e como se apresenta na figura seguinte (Figura 1):

Figura 1 - “Circuito da fala” segundo Saussure



Fonte: Saussure (2006, p. 19)

O funcionamento do circuito dar-se-ia com, no mínimo, dois indivíduos, representados por A e B. Tomando como origem o cérebro A, um conceito suscitaria nele uma imagem acústica, num processo inteiramente *psíquico*; logo, esse cérebro, por meio de um impulso relacionado com essa imagem, ativaria o aparelho fônico num processo *fisiológico*, para traduzir a imagem em sons; em seguida, as ondas sonoras chegariam da boca de A até o ouvido de B por processo *físico*; depois, inversamente, o ouvido deste último captaria esses sons como imagem acústica para chegar por meio de sinais ao cérebro de B, onde psiquicamente voltaria a se formar o conceito. Completado o circuito dessa fala o cérebro de B estaria na capacidade de recomeçá-lo.

Esquemáticamente, o circuito desenvolvido por duas pessoas que falassem, ficaria representado pelos seguintes pontos nodais: cérebro(A), boca(A), canal(=), ouvido(B), cérebro(B) e vice-versa. De maneira que processos psíquicos e fisiológicos pessoais encarregar-se-iam de manter, criar e, finalmente, veicular o signo linguístico para o canal que possibilitaria a equivalência de um conceito em ambos os cérebros. Em termos gerais, trata-se de um modelo do ato de fala, quer dizer, de comunicação verbal, formalista e psicologizante, ao colocar a origem do sentido como estando no cérebro individual. No entanto, o autor vai se voltar ao estudo da língua sem se deter, por tanto, na problematização desses aspectos.

Segundo Saussure (2006, p. 22), “Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1.º, o que é social do que é individual; 2.º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental.” A fala fica aqui explicitamente considerada como um ato individual, acessório e acidental. E sua razão de ser permitiria expressar o pensamento pessoal, por meio de mecanismos psicofisiológicos e físicos e umas combinações apropriadas da língua, em sua função de código. Evidencia-se assim uma preferência no bojo da sua teoria pelo estudo da língua, a qual, a diferença da fala e pelo seu caráter homogêneo e sistemático, poderia ser estudada separadamente, como o pretendia no seu projeto da linguística geral.

No *Curso* reconhece-se que língua e fala são os dois fatores constituintes da linguagem, embora assinala-se que: “A língua é para nós a linguagem menos a *fala*. É o conjunto dos hábitos linguísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender.” (SAUSSURE, 2006, grifo no original, p. 92). Não obstante, enxerga-se uma concepção onde ‘hábitos linguísticos’ apropriados se relacionam com a realização da linguagem,

com a comunicação, com o ‘compreender e fazer-se compreender’. Mas é preciso do tempo e de uma massa falante para que exista uma língua como instituição social.

E como se constitui essa instituição social? Pela “soma de sinais”? “A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário, cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos.” (SAUSSURE, 2006, p. 27) Por isso, a realização da fala, não havendo nada de coletivo nela, dependeria da vontade e dos hábitos linguísticos dos que falam, desconsiderando assim os aspectos históricos do ato comunicativo. Diz-se ali também que o linguista “só pode penetrar na consciência dos indivíduos que falam suprimindo o passado. A intervenção da História apenas lhe falsearia o julgamento.” (SAUSSURE, 2006, p. 97); e o seu trabalho dar-se-ia fundamentalmente na sincronia, pois “se este se coloca na perspectiva diacrônica, não é mais a língua o que percebe, mas uma série de acontecimentos que a modificam.” (SAUSSURE, 2006, p. 106).

Essa visão sincronista a-histórica vai obstaculizar a descoberta de uma unidade para o estudo da linguagem (menos fala): “Não podendo captar diretamente as entidades concretas ou unidades da língua, trabalharemos sobre as palavras.” (SAUSSURE, 2006, p. 132). A escolha da palavra como entidade instrumental, dá-se pela sua propriedade de representar ideias com valor convencional e/ou diferencial. O tempo considerou-se ali somente como elemento cronológico da sucessão de palavras (ou subunidades destas), as quais conformariam assim ordens de relações sintagmáticas ou associativas, que limitariam a arbitrariedade do signo linguístico. Mas, como disse Bakhtin (1999, p. 70): “Se ligarmos o processo fisiológico da produção do som ao processo de percepção sonora, nem por isso estaremos nos aproximando de nosso objetivo.”

Após detalhar melhor alguns dos aspectos relacionados com a linguagem na teoria saussuriana, fica evidente o atrativo do seu arcabouço conceitual para os estudos em comunicação. A língua, como meio por excelência para a comunicação humana (explicitada especialmente como instituição social base do ‘circuito da fala’), transferiu-se metonimicamente para o estudo de estruturas com funções mediadoras como a imprensa, o rádio, a televisão, o cinema. De fato, o texto do *Curso* anima uma trajetória dessa espécie, quando assinala que: “A língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-

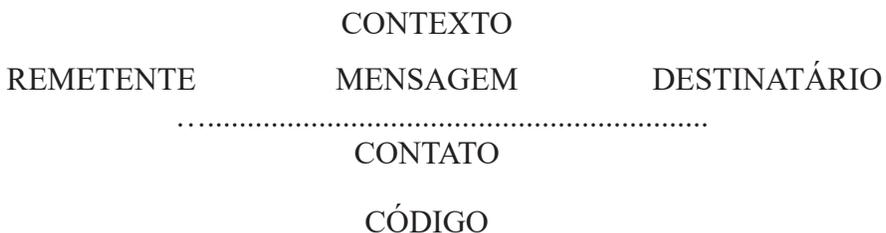
mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc.” (SAUSSURE, 2006, p. 24). Nesse sentido, não só a linguística saussuriana contribuiria eficazmente. Outros campos como o da engenharia e a matemática brindariam modelos suscetíveis de entrar nas correntezas desse novo campo de conhecimento estruturado no século XX.

2.2.2 Teoria da informação e modelo jakobsoniano da comunicação

A teoria matemática da comunicação (ou teoria da informação) é, sem dúvida, uma das teorias mais caras aos estudos em comunicação. Seu problema básico foi o de reproduzir, exata ou aproximadamente, uma mensagem de um ponto a outro, esquecendo os seus aspectos semânticos; para isso, Shannon (1948, p. 1) propôs um esquema geral de comunicação, onde haveria uma fonte de informação, origem da mensagem, que seria veiculada por um transmissor através de sinais num canal (susceptível a perturbações), sinais que seriam recebidos logo por um receptor que reconstituiria a mensagem, endereçada finalmente para alguém (ou para algo). Este esquema chamaria imensamente a atenção de outros cientistas, além dos da matemática e da engenharia.

Na década de 1960, Jakobson (2001, p. 73) considerava a análise linguística coincidente e convergente com a abordagem da linguagem feita pela supradita teoria da informação. Seguindo essa perspectiva, o autor construiu também seu esquema de análise, com o objetivo de relacionar os fatores ‘inalienavelmente’ postos em jogo em todo processo linguístico, em toda comunicação verbal, assim:

Quadro 1 - Fatores envolvidos na comunicação verbal segundo Jakobson



Fonte: Jakobson (2001, p. 123).

Explicado sumariamente: “O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO”, mas, para que isso seja eficaz, requer-se de um CONTEXTO ou “referente”, um CÓDIGO comum (ou parcialmente comum) e um CONTATO, sendo este “um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário” que possibilitam a comunicação; esquema do qual derivam as seis funções básicas da comunicação verbal: emotiva, poética, conativa, referencial, metalinguística e fática, relacionadas, com remetente, mensagem, destinatário, contexto, código e contato, respetivamente (JAKOBSON, 2001, p. 129).

Destarte, o autor estabelece uma categorização que serviria para a análise da comunicação verbal, aproximando-se mais do que se afastando da teoria matemática da comunicação. Se a informação ali é quantificada como dígito binário, como *bit*, esta caracterização formalista vai ser extrapolada no “fonema” como unidade distintiva e elementar para a linguística da fala, em quanto elabora uma esquemática linear do processo de comunicação verbal, anexando-lhe um contexto e algumas características psicossociológicas na sua explicitação. Além disso, ao suprimir no seu modelo a possibilidade de perturbações (ruídos, disfuncionalidades) do canal ou da “conexão psicológica” do remetente e o destinatário (no que ele denomina de ‘contato’), deixa de lado uma parte imprescindível ao funcionamento da própria linguagem. Porque, enquanto para Shannon essa potencialidade do erro no mecanismo comunicativo é evidente, em Jakobson esse funcionamento da comunicação verbal vai ser normalizado.

Para Jakobson (2001, p. 52): “Na linguagem normal, a palavra é ao mesmo tempo parte integrante de um contexto superior, a frase, e por si mesma um contexto de constituintes menores, os morfemas (unidades mínimas dotadas de significação) e os fonemas.” Uma desordem nessa estruturação vai, portanto, constituir a anormalidade na linguagem, a incapacidade do indivíduo combinar e selecionar, por inteligência e vontade, as unidades linguísticas certas para falar.

Jakobson mostra grande afinidade com o modelo saussuriano de comunicação. No seu objetivismo enxerga-se também uma grande influência do esquema informacional, além do funcionalismo aplicado na sua fundamentação teórica. Contemporaneamente a Jakobson vai se desenvolver outra teoria de corte comportamental, que vai dominar uma parte do *mainstream*, em décadas posteriores, nos estudos da comunicação.

2.2.3 'O efeito é a mensagem'

Para McLuhan (1988, p. 21) “as conseqüências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos – constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma tecnologia ou extensão de nós mesmos”, uma tese que teria uma grande influência nos estudos acadêmicos de comunicação a partir da década de 1960. Assinalava-se o reclamo por uma mudança de foco na pesquisa em comunicação, pois “as mais recentes abordagens ao estudo dos meios levam em conta não apenas o ‘conteúdo’, mas o próprio meio e a matriz cultural em que um meio ou veículo específico atua.” (MCLUHAN, 1988, p. 25).

Em palavras de McLuhan (1988, p. 33), o ‘conteúdo’ “é como a ‘bola’ de carne que o assaltante leva consigo para distrair o cão de guarda da mente. O efeito de um meio se torna mais forte e intenso justamente porque o seu ‘conteúdo’ é um outro meio.” Daí a aposta por novos horizontes para além do conteúdo como caminho alternativo para um programa de pesquisa.

O passo de uma era mecânica para uma era elétrica seria um dos pressupostos essenciais para as concepções mcluhanianas. Ele faz uma analogia do sistema elétrico como extensão de nosso sistema nervoso central. No seu pensamento, a energia elétrica é informação pura, sem conteúdo, por isso, com uma capacidade imensamente informativa e transformadora. Os meios, pela sua possibilidade de se hibridizar, de se encontrar com outros meios, possuem também esta capacidade libertadora. McLuhan (1988, p. 77) vaticina:

Ao colocar o nosso corpo físico dentro do sistema nervoso prolongado, mediante os meios elétricos, nós deflagramos uma dinâmica pela qual tôdas as tecnologias anteriores – meras extensões das mãos, dos pés, dos dentes e dos contrôles de calor do corpo, e incluindo as cidades como extensões do corpo – serão traduzidas em sistemas de informação.

Nesse contexto os meios tornam-se produtores de acontecimentos, de efeitos sobre os indivíduos e a sociedade. “Elêtricamente contraído, o globo já não é mais do que uma vila.” (MCLUHAN, 1988, p. 19). Este conceito de aldeia global seria um dos avanços mais conhecidos da sua teoria e a rede elétrica o sistema central dessa vila planetária. McLuhan interessa-se mais pelo efeito do

que pelo significado, “pois o efeito envolve a situação total e não apenas um plano do movimento da informação.” (MCLUHAN, 1988, p. 43). Poderia ser problemático falar sobre “a situação total” já que os planos do movimento da informação são múltiplos e até contra-hegemônicos e não simplesmente uma questão de efeitos.

A palavra falada, a escrita, as estradas, o número, o vestuário, a habitação, o dinheiro, os relógios, a tipografia, a imprensa, a roda, o automóvel, os anúncios, os jogos, o telégrafo, a máquina de escrever, o telefone, o fonógrafo, o cinema, o rádio, a televisão, os armamentos e a automação, são considerados por McLuhan os principais meios de informação e comunicação.

Esse objetivismo radical no estudo da comunicação e da informação só poderia produzir uma ‘midiática’ ou, mais além, uma ‘midiatologia’, tal e como o apresenta a versão mais elaborada desse paradigma, concebendo o meio como se fosse a mensagem, como se o objeto mesmo levasse no seu seio as condições sociais de produção dos discursos de forma evidente. E, as mais das vezes, tais condições são apagadas em prol dos efeitos ligados fundamentalmente com os meios mesmos. Nesse sentido, far-se-ão a seguir algumas reflexões sobre filosofia e linguagem tendo ao grupo de Bakhtin, notadamente, como base para elas.

2.3 Filosofia e linguagem

As pesquisas que sobre diversos aspectos da linguagem fizeram Mikhail Bakhtin e o denominado Círculo de Bakhtin são de reconhecida importância na linguística e nos estudos da linguagem contemporâneos, mas, ao que parece não assim no campo da comunicação. Esta disciplina, de alguma maneira, ficou apresada na corrente de pensamento inaugurada e difundida amplamente pela Linguística Geral de Saussure.

Essa proeminência do pensamento saussuriano na comunicação pode se explicar, em parte, pelo fato de que estudos como os do Círculo, publicados já desde os anos 1920 na Rússia, só chegaram a se conhecer a partir das décadas de 1960 e 1970¹⁷ em países europeus e posteriormente no âmbito latino-americano. Tais estudos refutam muitas das teses do suíço e seus seguidores, fundamentalmente a sua

² Segundo Gregolin (2008, p. 35) “Nas décadas de 1960-1970, momento da primeira recepção de Bakhtin na Europa, as obras traduzidas incidem sobre problemas da literatura, razão pela qual ele será uma referência fundamental para os estudiosos de Teoria Literária.” Por sua parte, Brait (2008, p. 21) assinala que: “Embora Bakhtin e seu Círculo tenham produzido seus trabalhos sobre a linguagem desde a segunda década do século XX, os linguistas entraram em contato com esse pensamento no final da década de 1970, por meio de *Marxismo e filosofia da linguagem*. A versão brasileira, como as demais tem um subtítulo bastante significativo: *Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*.”

ontologia materialista histórica, onde as relações e não os termos configuram a base do sentido.

Segundo Sobral (2005, p. 137) ao “mesmo tempo em que generaliza sobre o singular, o Círculo recusa a abstração, o teoreticismo, ou seja, a atribuição aos elementos gerais de um papel autônomo, o que apagaria a especificidade dos fenômenos singulares.” Destarte, a inovadora maneira de enxergar os fenômenos da linguagem sob um prisma sociológico e materialista, indica uma via mais sugestiva para evitar esse objetivismo.

O tempo e espaço aqui não permitem aprofundar sobre os detalhes dessa abordagem. Pelo momento vale lembrar as grandes afinidades entre a linguagem e o campo da comunicação e, é claro, da cultura popular e a filosofia do cotidiano, pois a

‘linguagem’ é essencialmente um nome coletivo: êle não pressupõe uma coisa ‘única’, nem no tempo nem no espaço. Linguagem significa também cultura e filosofia (ainda que no nível do senso comum) e, por tanto, o fato ‘linguagem’ é, na realidade, uma multiplicidade de fatos mais ou menos organicamente coerentes e coordenados: no extremo limite, pode-se dizer que todo ser falante tem uma linguagem pessoal e própria, isto é, um modo pessoal de pensar e de sentir. (GRAMSCI, 1995, p. 36).

No entanto, seja no extremo limite, é indevido pensar numa “linguagem pessoal e própria”, pois, ao nosso modo de ver, no nível pessoal é realizada uma linguagem mas não constituída e, portanto, os seres falantes teriam, sim, um estilo e não uma linguagem própria. Nesta ordem de ideias, a linguagem é enxergada como sendo de caráter social e não individual, como um todo que transcende essa soma de indivíduos falantes. Caráter social atravessado por relações de poder que agem na determinação das hierarquias e usos diferentes das linguagens.

As relações hegemônicas são vistas por Gramsci (1995, p. 37) como ativas e de vinculações recíprocas, ou seja, uma relação pedagógica, onde “todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor.” Professor, aluno, ser humano, concebido como ‘o processo de seus atos’, na sua relação ativa com os outros e a natureza. Além disso, se “todo indivíduo é não somente

a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações sociais, isto é, o resumo de todo o passado” (GRAMSCI, 1995, p. 40), o ser social, então, pode ser pesquisado em termos sincrônicos e/ou diacrônicos, focando-se na explicação dessas relações sociais de produção. A unidade do gênero humano não provém da sua natureza biológica (que pouco ou nada tem importância na história), nem do raciocínio ou do espírito, e sim daquelas relações sociais que constituem a sua natureza. Ele é vontade concreta, ou seja, “aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital aos meios concretos que realizam esta vontade” (GRAMSCI, 1995, p. 47), transformando, na sua medida, o mundo exterior e suas relações com os outros, num processo que produz a sua própria personalidade.

Uma sociologia materialista se encaminhou numa explicação dessas relações, fundamentada na filosofia da linguagem. Desde a década de 1920 as críticas russas ao formalismo linguístico assinalaram o buraco de enxergar só para a língua sem a fala. Respeito de *Marxismo e filosofia da linguagem* pode-se dizer que:

Partindo da tradição dos estudos da linguagem, sem apagar os ganhos trazidos pelos estudos saussurianos e pelos estudos estilísticos, o pensamento bahktiniano presente nessa obra ofereceu a ocasião de um salto qualitativo no sentido de observar a linguagem não apenas no que ela tem de sistemático, abstrato, invariável, ou, por outro lado, no que de fato tem de individual e absolutamente variável e criativo, mas de observá-la em uso, na combinatória dessas suas dimensões, como uma forma de conhecer o ser humano, suas atividades, sua condição de sujeito múltiplo, sua inserção na história, no social, no cultural pela linguagem, pelas linguagens. (BRAIT, 2008, p. 22-23).

Mais detalhadamente, afirma Bakhtin (1999, p. 32, grifo do autor) que “ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, *o universo de signos*.” Nesse sentido e, em relação com o materialismo histórico, deve-se enxergar a filosofia da linguagem como *‘filosofia do signo ideológico’* (BAKHTIN, 1999, p. 38). Além do mais, usa a expressão ‘psicologia do corpo social’ como o

meio ambiente inicial da comunicação, a qual se deveria estudar desde dois pontos de vista: do conteúdo temático e dos tipos e formas de discurso; assim sendo, concebem-se os temas como possuindo um valor social, entanto as formas são condicionadas “pelos relações de produção e pela estrutura sócio-política.” (BAKHTIN, 1999, p. 42). Neste contexto teórico, o signo ideológico não se apresenta como algo transparente e unívoco, mas, pelo contrário, como instrumento que refrata e deforma o ser, portanto, signo flexível, maleável.

Bakhtin (1999, p. 72) classifica duas grandes orientações na filosofia da linguagem: o ‘subjativismo idealista’ e o ‘objetivismo abstrato’. A primeira enfatizaria a expressão psicológica individual, a fala, como processo criativo, contrário à língua inerte e fria; a segunda, sublinharia a língua como sistema sincrônico, imutável, fechado e objetivo, contraposto à fala, mero acidente ou variação fortuita desse sistema normativo social.

A respeito da segunda orientação destaca-se que

A língua, como sistema de formas que remetem a uma norma, não passa de uma abstração, que só pode ser demonstrada no plano teórico e prático do ponto de vista do deciframento de uma língua morta e do seu ensino. Esse sistema não pode servir de base para a compreensão e explicação dos fatos lingüísticos enquanto fatos vivos e em evolução. Ao contrário, ele nos distancia da realidade evolutiva e viva da língua e de suas funções sociais, embora os adeptos do objetivismo abstrato tenham pretensões quanto à significação sociológica de seus pontos de vista. (BAKHTIN, 1999, p. 108).

Quanto à primeira, trata-se de uma orientação que também deve ser rejeitada, pois, “[o] centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo.” (BAKHTIN, 1999, p. 121, *itálicos do autor*). Se bem é certo que a língua substancia-se em enunciações isoladas, esses atos não se poderiam considerar monológicos, já que a “estrutura da enunciação e da atividade mental a exprimir são de natureza *social*.” (BAKHTIN, 1999, p. 122, *grifo do autor*). Em síntese:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. [...] A língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta*, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes. (BAKHTIN, 1999, p. 123-124, grifo do autor).

De maneira que é na comunicação verbal concreta que uma língua – melhor dizendo, uma linguagem – vive e evolui. Sugere-se pensar este movimento como um processo entre agentes ou interação discursiva, ao invés, de se considerar unicamente como troca verbal. Mas, o que há de maior importância no pensamento bakhtiniano é a sua insistência em não deixar de lado o caráter vivo e transformador das linguagens como fenômeno social concreto. Concreto no sentido de ser “a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”, aquilo que “aparece no pensamento como o processo da concentração, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, por tanto, o ponto de partida também da intuição e da representação.” (MARX, 1984a, p. 410). E o discurso, conceitualmente falando, é uma categoria especialmente adequada num contexto concreto e vivo da comunicação. A seguir detalha-se esse arcabouço teórico.

2.4 Teoria do discurso: fundamentos para uma comunicação discursiva

Segundo uma epistemologia tradicional e hegemônica, o conhecimento seguiria uma evolução cumulativa que lhe faria se desenvolver. No entanto, sob uma ótica de ruptura, considera-se que seu avanço não se dá por acumulação e sim por cortes, saltos, rompimentos, mudanças, transformações, em face desse cúmulo de conhecimentos. Nesta perspectiva a teoria do discurso não é um acréscimo da linguística, rompendo com ela, em “um gesto do qual resulta produção de conhecimento.” (POSSENTI, 2011, p. 389). Gesto a partir do qual se constroem cortes e transformações

interessantíssimos em alguns conceitos ou campos linguísticos como o da interpretação, da língua, da pragmática, do texto, das condições de produção, do sentido, da enunciação, do acontecimento, do interdiscurso e do sujeito.

Na década de 1960 dois paradigmas gerais concorreram na explicação do ato comunicativo: o informacional, fundamentado no modelo emissor-mensagem-receptor, e o comportamental, alicerçado no esquema de estímulo-resposta. Paradigmas bem representados por Jakobson e McLuhan, respetivamente, tal como se descreveu anteriormente. No entanto, um esforço por ir além de tais esquemas, começou a se construir também nessa década. Autores como Foucault e Pêcheux formam parte dessa alternativa, respeito desses modelos positivistas da linguagem e da comunicação.

Pese a sua simpatia pelo paradigma informacional, Pêcheux (2010, p. 81, *itálico do autor*) opera uma mudança, uma transformação, num dos alicerces desse modelo: em vez de falar em mensagem prefere “o termo *discurso*, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B.” Pontos, A e B, que não são ocupados mais por indivíduos ou pessoas, sendo definidos como lugares articulados numa formação social específica, sob umas condições de produção determinadas.

2.4.1 Condições de produção do discurso

Dada a constatação de que “*é impossível analisar um discurso como um texto*”, considerado em si mesmo, como sequência fechada, faz-se, por tanto, “necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis”, mediante o “mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto do discurso”, mecanismo que define as ‘condições de produção’ do discurso (PÊCHEUX, 2010, p. 78, *grifo do autor*). Tal mecanismo de ‘colocação’ permite, por meio de ‘formações imaginárias’, designar o lugar de A e B, um em relação ao outro, estabelecendo-se, por sua vez, elos entre situações e posições no discurso. Esta estratégica discursiva desses sujeitos e suas falas resume-se da seguinte maneira:

Quadro 2 - Formações imaginárias do sujeito do discurso

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja 'resposta' subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	'Quem sou eu para lhe falar assim?'
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	'Quem é ele para que eu lhe fale assim?'
	$I_A(R)$	'Ponto de vista' de A sobre R	'De que lhe falo assim?'
B	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	'Quem sou eu para que ele me fale assim?'
	$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	'Quem é ele para que me fale assim?'
	$I_B(R)$	'Ponto de vista' de B sobre R	'De que ele me fala assim?'

Fonte: Pêcheux (2010, p. 82-83).

No quadro o referente, R, que é a imagem do 'contexto' ou da 'situação' em que se dá o discurso, forma também parte das condições de produção. E o esquema vai se complexificando na medida em que existem, por exemplo, antecipações das imagens do receptor. Isto é, "a maneira pela qual A representa para si as representações de B, e reciprocamente, em um momento dado do discurso." (PÊCHEUX, 2010, p. 83).

Ditas formações imaginárias estão atravessadas pela historicidade do ser no mundo, quer dizer, pelo 'já ouvido' e o 'já dito' (ibidem, p. 85), por extensão, do 'já visto', em suma, do 'já sentido'. A dominância de uma determinada formação imaginária vai estar condicionada pela situação discursiva particular. Num ato de comunicação política, por exemplo, em que um político (A) dirige-se a um auditório (B) a imagem que este (B) tem sobre a situação (R) de que ele (A) fala, vai ser dominante, como sintetizado na expressão $I_B(I_A(R))$.

As origens da noção de ‘condições de produção’ estão na psicologia social e na sociolinguística, razão pela qual Courtine (2009, p. 50) considera que a definição elaborada por Pêcheux, e descrita nos parágrafos anteriores, não constitui uma alternativa que possa romper com essas origens psicossociológicas. Para pular esse impasse Courtine vai recorrer à pragmática, a qual fornece as metáforas de teatro e combate para mostrar as condições de produção de um discurso segundo papéis ou estratégias, desenvolvidas pelos protagonistas numa interlocução. Ele diz que:

As metáforas do discurso como teatro ou como combate têm o mérito de designar a lacuna existente entre essas perspectivas e aquelas que, em AD [análise do discurso], têm por objetivo a articulação teórica da Linguística com a História: *é em campo fechado*, na cena do teatro ou entre as cordas do ringue, que se passam as peripécias discursivas, ao abrigo das determinações da história. (COURTINE, 2009, p. 53-54, grifo do autor).

Para Courtine (2009, p. 49), o quadro apresentado evidencia um conjunto de *definições empíricas*, oposto a outro conjunto de *definições teóricas*, fundamentadas pela expressão *formação discursiva*. Contudo, não acredito que tais definições sejam totalmente opostas, mas as metáforas de teatro e combate, pelo seu ‘fechamento encenatório’, também não fornecem uma adequação à teoria do discurso. O modelo desenvolvido por Pêcheux, pelo contrário, adéqua a ela, sempre que complementada com uma teoria sócio-histórica da enunciação. Uma tentativa para se construir esta teoria se elabora mais adiante.

Ditas definições empíricas podem explicar a parte mais palpável ou propriamente a situação discursiva, mas não dão conta dos mecanismos históricos e sociais que possibilitam a sua manifestação num dado momento. Por isto, a definição teórica dessas condições é também crucial mais do que oposta. Neste contexto, apresentar-se-á agora a expressão *formação discursiva*, a qual é igualmente chave neste recorte teórico.

2.4.2 O que é formação discursiva (FD)?

O conceito de FD nasce beneficiando-se de dupla paternidade: por uma parte, Michel Foucault, que a introduz em 1969 na *Arqueologia do saber*, e, de

outra, Michel Pêcheux, quem a toma como unidade de base da denominada “escola francesa de análise do discurso” (MAINGUENEAU, 2008, p. 12). Maingueneau (2008, p. 12-13) considera ser muito difícil de lhe fixar um valor à noção foucaultiana de FD pela sua leitura que deixa aberta a oscilação exegética em termos de “regras” e em termos de “dispersão”, dando lugar a certo desconcerto e perplexidade entre cientistas das ciências humanas e sociais.

Uma formulação muito mais clara do que é FD, segundo Maingueneau (2008, p. 14), seria colocada por Pêcheux, em artigo escrito em 1971 com Claudine Haroche e Paul Henry; ainda que emprestado de Foucault, o conceito de FD para Pêcheux alicerça-se no pensamento althusseriano, em categorias como “formação social” e “formação ideológica”, dentro das quais uma FD determinaria o que pode e deve ser dito, segundo uma posição e uma conjuntura específicas.

De forma que essa dupla paternidade vai indicar duas problemáticas diferentes, as quais não esclarecem a sua relação com o “gênero” e o “posicionamento”, além de se tratar de *corpora* diversos: “Foucault busca seus exemplos na história das ciências; Pêcheux na luta política” (MAINGUENEAU, 2008, p.14). Vale a pena, portanto, conhecer e contrastar mais detalhadamente os elementos originais dessas posições aparentemente conflituosas de FD, o qual permitirá ajustá-la dentro deste recorte teórico.

2.4.2.1 Formação discursiva em Foucault

Foucault vai propor quatro hipóteses para explicar o que é uma FD, as quais, pelo seu revezamento, abrem novos caminhos no seu lugar. Ora, quais são tais hipóteses e qual o seu revezamento? Antes de se responder a pergunta, proponho, como uma forma de se entender mais claramente esse arcabouço teórico, refletir para além dos próprios exemplos postos na *Arqueologia* pelo próprio autor. De maneira a evitar o desconcerto e a perplexidade por ficarmos nas teias de aranha, quando considerada uma obra como unidade acabada e completa por parte de seu autor.

Como primeira hipótese comum, Foucault (2008, p. 36) diria que “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto.” Não obstante, partir do objeto para assegurar uma unidade apresenta problemas: não todos os enunciados sobre um dado objeto o concebem da mesma maneira, como se fosse uma coisa acabada, inteira.

Vejamos: a ‘informação’ tomada como objeto através do qual se perfilaria um determinado campo de conhecimentos tem seus riscos. Apresenta-se à primeira vista a possibilidade de enxergá-la no seu acabamento, quer dizer, como notícia dada ou recebida, como mensagem numa cadeia que vai do emissor ao receptor, através de um canal, como unidade informacional. O termo hoje é usado em muitas disciplinas como a linguística, a ciência da informação, a comunicação, a biblioteconomia, a ciência da computação, a informática, etc. Partindo desse contexto objetivo existiria o risco de tomar os enunciados que potencialmente a contêm como se ela fosse um produto da linguagem, os meios ou as mensagens. Mas, se fôssemos atrás no tempo, essa noção emergiria mais frequentemente em campos como a instrução e o direito, onde teria um uso diferenciado, revelando assim certa descontinuidade em relação com esses campos disciplinares. Não é a mesma informação, tão semelhante nesses campos, quando se traz à tona o seu antigo sentido de formação, de aperfeiçoamento de alguém por meio da educação. Um risco dessa espécie dá-se no momento em que o cientista apressa-se a tomar o objeto como ponto de partida para a agrupação de determinados enunciados a se analisar. O correto no modo de ver de Foucault seria, por isso, formular a sua lei de repartição, pois a unidade do objeto não é dada pela sua permanência ou singularidade e sim pela sua dispersão e transformação.

Uma segunda hipótese procuraria encontrar no tipo de enunciação certa homogeneidade unificadora. Caso se procurasse um estilo particular num corpo específico de saber, que possibilitariam uma visão homogênea e analítica das coisas, cairíamos facilmente numa ilusão unificadora do conhecimento. Desta maneira, não é por descrever ou considerar os meios que um campo como a comunicação vai se constituir. Ela é atrelada a instituições midiáticas, mas também estatais, educativas, culturais, enfim, sociais, que ativam nela espaços éticos, funcionais, estratégicos, para além de certa forma de expressão ou certa divisão especializada no uso dos termos a ela referidos. É por isso recomendável ir à procura do sistema que regula a sua repartição e não do modo ou do tipo de discurso que a caracteriza.

Determinar conceitualizações permanentes e coerentes nos discursos, a terceira hipótese, mostra-se igualmente insuficiente. Nesta ordem de ideias, acredito útil me referir à palavra nação. Este termo que hoje se associa comumente com país, há uns três ou quatro séculos, referia-se propriamente a

tribo, a povo. Por isso o seu uso em relatos dos missionários que chegaram ao rio Amazonas foi frequente e não assim nos tratados políticos daqueles idos. Daí também que o vocábulo atrelasse, em algum momento, outro sentido que teve de passar por seu e que faz com que hoje a Organização de Nações Unidas não seja para nós uma congregação de povos. Vale então melhor se “analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão” (FOUCAULT, 2008, p. 40) do que tê-los como significados imutáveis.

A quarta hipótese, procurar a unidade numa identificação ou persistência temática, revela-se um objetivo insatisfatório. Tentar encontrar nos temas uma possibilidade de agrupamento para os enunciados, ainda que atrativo, é problemático. Para o caso, a guarda da democracia, como temática da visão idealista do jornalismo, revela as suas fissuras, pois ela não é idêntica em todos os jornais, podendo-se articular uma visão de democracia por cada um deles, ou várias visões num mesmo jornal, dependentes de conjunturas específicas. Para exemplificar isto é útil considerar que a temática da democracia na *Folha de São Paulo*, durante e depois da ditadura militar brasileira, mostra-se contraditória em face do seu papel como guardião das instituições democráticas. Dessa maneira, o jornal, nos primeiros anos da ditadura, equipara democratização com ascensão e consolidação do regime militar, com o derrubamento do governo constitucional. No entanto, a partir de 1983, a mesma temática vai se relacionar com a volta de um regime civil, a eleição popular e o fim da ditadura (MONSALVE, 2014). Neste contexto, o tema mostra-se mais como uma estratégia discursiva e menos como unidade que identifica pela sua persistência.

Perante tais hipóteses e a sua futilidade no contexto de uma arqueologia do saber, Foucault vai optar melhor pela

[...] idéia de descrever essas dispersões; de pesquisar se entre esses elementos, que seguramente não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, nem como um livro sem medida que se escreveria, pouco a pouco, através do tempo, nem como a obra de um sujeito coletivo, não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas. (FOUCAULT, 2008, p. 42).

A descoberta de tal sistema de dispersão é, por tanto, o primeiro passo para a definição de uma FD. Isto é, “no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade”, tratar-se-ia então de uma FD, com o qual se evitaria o uso de noções inadequadas como ‘ciência’, ‘ideologia’, ‘teoria’ ou ‘domínio de objetividade’ (FOUCAULT, 2008, p. 43). Não obstante, desde uma perspectiva pluralista tais ‘noções’ não necessariamente são inadequadas, ainda que haja uma tendência provável para esta inadequação.

Por sua parte, as regras de formação seriam as condições de existência e transformação de uma determinada FD. Ao que convida a sua teorização é a manter em suspenso as unidades mais tradicionais tomadas como hipóteses costumeiras das nossas análises, em prol de um mecanismo de descoberta baseado na ruptura, na incerteza do que ao final da pesquisa poderia sobrevir, o abandono de toda teleologia em nosso procedimento.

De outro lado, a “definição de uma FD como forma de repartição ou ainda sistema de dispersão convida a estabelecer a contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade no interior das FD [...]”, correlacionando contraditoriamente duas maneiras do discurso como objeto: o nível “de um sistema de formação dos enunciados” (nível do enunciado) e o “de uma sequência discursiva concreta” (nível da formulação) (COURTINE, 2009, p. 83-84). Enunciados e formulações são, assim, categorias pertinentes dentro da teoria do discurso.

Assinala-se ainda que a expressão FD detalha-se melhor quando relacionada com outras noções tais como interdiscurso, intradiscurso, enunciado, enunciação e sujeito. Embora, antes de continuar nessa ordem, será descrita nas próximas linhas a concepção sobre FD construída por Michel Pêcheux. Destarte, encontrar-se-ão outros elementos teóricos interessantes para relacioná-la com os supraditos conceitos.

2.4.2.2 Formação discursiva em Pêcheux

A Análise Automática do Discurso (AAD) articula-se sob o guarda-chuva do materialismo histórico, da linguística e da teoria do discurso. Desse ponto de vista, o materialismo histórico fornece uma teoria das formações sociais e suas mudanças, incluída aí também uma teoria das ideologias. Entendendo esta última desde uma ótica althusseriana é que Pêcheux e

Fuchs (2010, p. 163) fundamentam o arcabouço epistemológico da AAD, concebendo, nesse contexto, “o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica.”

Desse modo, em primeira instância, as FD enxergam-se como componentes das formações ideológicas, regulando o que pode e deve ser dito “a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes.” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 164). Neste contexto, uma formação ideológica considera-se como sendo externa à FD, e “designa o efeito necessário de elementos ideológicos não discursivos (representações, imagens ligadas a práticas etc.) numa determinada formação discursiva.” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 166).

Assim, a formação ideológica vale-se das FD para se materializar. Por tanto, “afirmamos que o ‘sentido’ de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencendo necessariamente a esta ou aquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos).” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 167). Ou seja, é no seio das FD que vão se manifestar os sentidos do discurso e não nas formações ideológicas.

Uma FD também não se pode descrever como um lugar material onde as ideologias apareceriam. Daí a necessidade de se ligar discurso e língua: “A perspectiva de conjunto é a seguinte: estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o *lugar material* onde se realizam estes efeitos de sentido.” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 171, grifo no original). Têm-se, destarte, formações ideológicas fornecendo representações, crenças, atitudes, etc., às FD que, conseqüentemente, vão alicerçar discursos a se materializar numa língua, melhor dizendo, numa linguagem.

E se definir uma FD é também delimitá-la, como é que ela poder-se-ia delimitar? É aqui que Pêcheux e Fuchs apontam o seguinte:

queremos apenas caracterizar o fato de que uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, logo *por aquilo que aí é estritamente não formulável, já que a determina*, e, ao mesmo tempo, sublinhar que esta exterioridade constitutiva em nenhum caso poderia ser confundida com o *espaço*

subjetivo da enunciação, espaço imaginário que assegura ao sujeito falante seus deslocamentos no interior do reformulável de forma que ele faça incessantes retornos sobre o que formula [...]. (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 177-178 grifo do autor).

Assim demarcada uma FD, é preciso de se distinguir ainda, por um lado, a base (linguagem) e, por outro, o processo discursivo que sobre esta última desenvolve-se, de modo que sejam enxergadas relações contraditórias, antagônicas, de aliança, absorção, etc., “entre formações discursivas que pertencem a formações ideológicas diferentes, sem implicar, para tanto, a existência mítica de uma pluralidade de ‘línguas’ pertencendo a estas diferentes formações.” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 179).

Não obstante, o fechamento de uma FD é sempre instável, com limites que se deslocam, mesmo que funcione demarcando um interior de formulações que podem e devem ser ditas e um exterior de exclusões do que não pode ou deve ser dito. Ressalta-se, ainda, que as FD vão ser condicionadas pelas formações ideológicas, de modo que um dado discurso concebe-se como uma manifestação material ideológica, em maior ou menor grau. Courtine (2009, p. 72-73) extrai as seguintes proposições da relação que articula formações ideológicas com FD: (a) as formações ideológicas são específicas e estabelecem posições de classe, o que permite falar das mesmas coisas de forma diferente segundo FI antagônicas; (b) “As FD são componentes interligados das FI”, determinando o discurso de cada FD segundo relações de distinção ou contradição; e (c) “É no interior de uma FD que se realiza o ‘assujeitamento’ do sujeito (ideológico) do discurso”, sendo o processo discursivo (com base em relações linguísticas de sinonímia, paráfrase, substituição, etc.) matriz de constituição do sentido para o sujeito, processo condicionado pelo interdiscursivo. Um conceito fundamental para a nossa perspectiva teórica, do qual se falará a continuação.

2.4.2.3 O que é ‘interdiscurso’?

O interdiscurso possibilita a análise do assujeitamento, pois ele é

[...] o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse

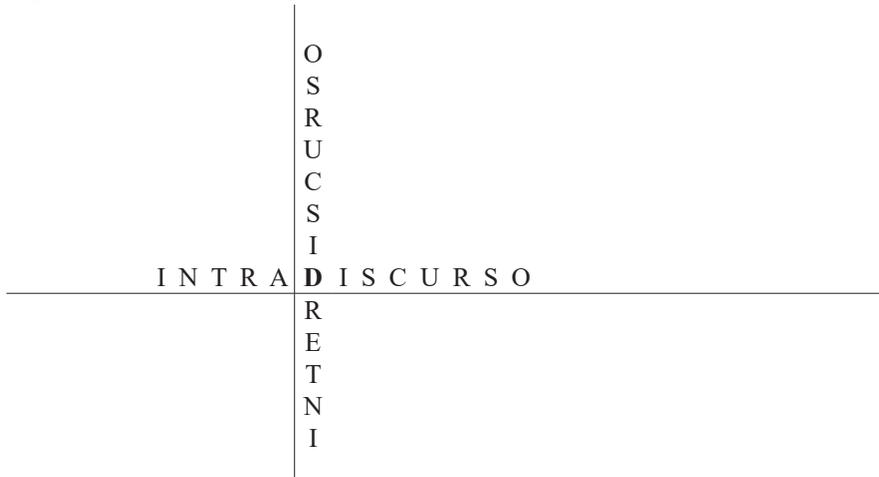
sujeito enunciador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciador vai dar uma coerência à sua declaração, no que chamaremos, depois de Pêcheux, o *intradiscurso* da sequência discursiva que ele enuncia. (COURTINE, 2009, p. 74).

Essa caracterização do autor vem a ser explicitada noutros dois aspectos relacionados com o interdiscurso: o pré-construído e a articulação de enunciados. O pré-construído fornece ao sujeito enunciador seus objetos de modo exterior e preexistente, não obstante esse modo “se apaga (ou esquece) no movimento da identificação”, ‘o que cada um sabe e pode ver’ (COURTINE, 2009, p. 75). A articulação de enunciados é “um efeito do interdiscurso sobre si próprio. [...] de apoio correlativo à articulação das orações no intradiscurso”, coerência do fio discursivo, ‘como nós dissemos/ como cada um sabe, pode-se ver’ (COURTINE, 2009, p. 75).

Dessa maneira, a noção de interdiscurso apresenta a condição que têm os discursos de trazer à tona outros já ditos, pré-construídos, que emergem na enunciação, criando efeitos de coerência e ‘sabedoria’. Destaca-se de igual forma a interseção de campos diacrônicos e sincrônicos, subsidiando a constituição de sentidos, no que se pode denominar aqui de protodiscursivo.

Contudo, e voltando à colocação feita por Courtine da relação dessa noção com o intradiscurso, convém explicitar aqui essa ligação. Imaginemos dos eixos: um vertical, correspondente ao interdiscurso, e outro horizontal, referente ao intradiscurso. O primeiro representa a linha cumulativa de discursos já ditos em diversos tempos e lugares; o segundo, a composição de um discurso dentro das possibilidades de seu aparecimento, condicionadas pelas formações discursivas de uma determinada época e lugar, como desenhado a seguir (Figura 2):

Figura 2 - Eixos inter- e intradiscursivo



Fonte: elaboração do autor

Nesse esboço, enquanto o interdiscurso refere o todo já enunciado, dito, a generalidade, o intradiscursivo relaciona-se com um enunciado, com uma especificidade, tendo o cruzamento dos eixos (D) como ponto de surgimento de sentidos na enunciação. Além disso, poder-se-ia dizer que o eixo vertical (inter) propende, mormente, à dispersão e à entropia, em tanto o horizontal (intra) tende à agregação e a ordem.

As anteriores considerações evidenciam melhor o sentido do interdiscurso, para se utilizar numa conceitualização discursiva. No entanto, assim ele possa parecer um termo claro, há quem o considere nebuloso e confuso, um conceito que precisa de explicitações alternativas para a sua compreensão. É o caso de uma noção “mais operacional e produtiva”, que Maingueneau (1984 apud POSSENTI, 2011, p. 383) formula numa tríade alternativa: “*universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo*”; o primeiro representando o conjunto de formações discursivas de diverso tipo que interatuam numa determinada conjuntura; o segundo, o conjunto de formações discursivas que concorrem e se delimitam, respetivamente, num setor do universo discursivo (em confronto, aliança, neutralidade aparente, etc.), sendo aqui onde um discurso constitui-se; e, o terceiro, o subconjunto de formações discursivas elegidas pelo analista visando ao seu interesse investigativo.

É então pelo interdiscurso que “sempre haveria um espaço de trocas entre discursos, que não poderiam ser uma entidade fechada”, contrariando “as teorias espontâneas dos enunciadorees que, longe de admitir tal

descentramento radical, reivindicam a autonomia do seu discurso.” (POSSENTI, 2011, p. 383). A tipologia apresentada por Maingueneau operacionaliza, certamente, o conceito de interdiscurso. No entanto, quando entendido na sua relação dialética com o intradiscurso, confronta qualquer teoria espontânea e subjetivista da enunciação.

Fiorin (2008) propõe-se verificar se a temática interdiscursiva está presente também em Bakhtin e se é possível se distinguir nela interdiscursividade e intertextualidade. O interdiscurso aparece no russo como questão “sob o nome de dialogismo”, “uma forma composicional em que ocorrem relações dialógicas, que se dão em todos os enunciados no processo de comunicação, tenham eles a dimensão que tiverem”, e “sempre entre discursos” (FIORIN, 2008, p. 165-166). A seguir, detalha-se outra proposta para se entender as FD.

2.4.2.4 Outra forma de entender as FD: unidades tópicas e não tópicas

As unidades não tópicas são construídas pelos pesquisadores e agrupam enunciados profundamente inscritos na história. Entre estas se encontram as FD: “Os *corpora* aos quais elas correspondem podem conter um conjunto aberto de tipos e de gêneros do discurso, de campos e de aparelhos, de registros.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 18). Propõe ali dois tipos de FD: unifocais e plurifocais, tributários das noções bakhtinianas de monologia e dialogia. “A questão da representatividade é, sem dúvida, fundamental, mas não deve permitir que se esqueçam as operações que permitem instaurar esse *corpus*.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 22). Ou seja, das múltiplas determinações que delimitam, de algum modo, a sua análise. De outro lado estão os percursos, os quais tentam definir bifurcações inesperadas, a partir de relações insuspeitas no interdiscurso.

Entre as unidades tópicas encontram-se as unidades territoriais, espaços já ‘pré-delineados’ (co-pertencimento–aparelho institucional, dependência–posicionamento) pelas práticas verbais, sejam tipos de discurso ou gêneros discursivos englobados pelos primeiros, num relacionamento recíproco; quanto às unidades transversas (“atravessam textos de múltiplos gêneros de discurso”), definem-se segundo três tipos de critérios: linguísticos, funcionais e comunicacionais (Quadro 3).

Quadro 3 - Unidades tópicas e não tópicas da Análise do Discurso

Unidades tópicas		Unidades não tópicas	
<i>Territoriais</i>	<i>Transversas</i>	<i>Formações discursivas</i>	<i>Percursos</i>
Tipos / gêneros de discurso	Registros linguísticos	Unifocais	Plurifocais
-----	Registros funcionais		
Gêneros concementes a campos	Registros comunicacionais		
Gêneros concementes a aparelhos			

Fonte: Maingueneau (2008, p. 24).

Em síntese, uma FD, concebida como unidade não tópica, seja unifocal ou plurifocal, encaixa-se nessa classificação como um modo a mais de se pensar uma expressão tão cara aos analistas do discurso e, por extensão, da comunicação, em últimas, das ciências sociais.

2.4.3 O enunciado como unidade da comunicação discursiva

Segundo Bakhtin (2010a, p. 261) o uso da linguagem está ligado à diversidade das atividades humanas, representado numa ampla heterogeneidade de gêneros discursivos que dificulta determinar a natureza geral do enunciado; daí a necessidade de se distinguir entre gêneros discursivos primários (simples) e secundários (complexos)¹⁸, não se tratando de uma diferença de ordem funcional senão essencial. Esses últimos gêneros surgem em condições socioculturais mais complexas, desenvolvidas e organizadas, incorporando e reelaborando os primeiros,

e é por isso mesmo que a natureza do enunciado deve ser descoberta e definida por meio da análise de ambas as modalidades; apenas sob essa condição e definição pode vir a ser adequada à natureza complexa e profunda do enunciado (e abranger as suas facetas mais importantes); a orientação unilateral centrada nos gêneros primários redundava fatalmente na vulgarização de todo o problema (o behaviorismo linguístico é o grau extremado de tal vulgarização). A própria relação

3 Os primários estão relacionados com atividades da vida cotidiana, ‘da comunicação discursiva imediata’; os secundários, com romances, pesquisas, reportagens, dramas, relatórios, etc.

mútua dos gêneros primários e secundários e o processo de formação histórica dos últimos lançam luz sobre a natureza do enunciado (e antes de tudo sobre o complexo problema da relação de reciprocidade entre linguagem e ideologia). (BAKHTIN, 2010a, p. 264).

É preciso se destacar aqui que, pela extensa abrangência do conceito ‘enunciado’, este perpassa campos como o da linguística ou, inclusive, da semiologia. Nesse sentido, não se deve esquecer que a abordagem bakhtiniana fornece elementos teóricos relativos especialmente à análise linguística e literária, mas que abre uma trilha interessante para as ciências sociais em geral, notadamente desde uma perspectiva discursiva. Nesta ordem de ideias, o enunciado, em sua emergência real e concreta, categorizado logo sob suas formas típicas (gêneros discursivos), permite uma primeira aproximação ao seu caráter sócio-histórico determinado. Adiante esta consideração será desenvolvida. Pelo momento voltemos à delimitação do conceito.

O vocábulo ‘enunciado’, segundo o dicionário Priberam (2013) da Língua Portuguesa, provém do latim *enunciatum* e, em sua função de substantivo masculino, denota: o que se enunciou; o conjunto dos termos em que um teorema, um problema ou as questões de uma prova de avaliação, está exposto; em linguística, a “[s]equência de unidades linguísticas produzidas por um sujeito, em determinado contexto”; como adjetivo qualifica o que se enunciou; o expresso ou declarado. O dicionário da Real Academia Española (2001) define-o como o particípio pretérito do verbo enunciar e, em gramática, como a “[s]ecuencia finita de palabras delimitada por pausas muy marcadas, que puede estar constituida por una o varias oraciones.”¹⁹

Nessas definições enxerga-se claramente o caráter de ‘produto’, feito, produzido, de pretérito, dado ao termo ‘enunciado’. Ditas definições, em termos da linguística ou da gramática, fundamentaram algumas teorias da língua e da comunicação. No entanto, na teoria bakhtiniana da linguagem este conceito vai se transformar, acolhendo uma perspectiva histórica e social na sua definição. Segundo Brait e Melo (2005) enxerga-se assim a

⁴ “Sequência finita de palavras delimitada por pausas muito marcadas, que pode estar constituída por uma ou várias orações.” (Tradução nossa).

presença de sujeito e de história na existência de um enunciado concreto, apontando para a enunciação como sendo de natureza constitutivamente social, histórica e que, por isso, liga-se a enunciações anteriores e a enunciações posteriores, produzindo e fazendo circular discursos. (BRAIT; MELO, 2005, p. 68).

Nessa perspectiva, o conceito vai romper com a linguística tradicional para ir além das unidades por ela estabelecidas, tais como a frase ou a oração, para abranger desde expressões mono lexemáticas como ‘Bem’ até textos muito extensos (BRAIT; MELO, 2005) ou, inclusive, dir-se-ia desde sinais de pontuação como parênteses ou reticências até filmes e anúncios publicitários.

Na sua obra *Estética da criação verbal*, Bakhtin (2010a, p. 269, grifo do autor) sugere a possibilidade da constituição de um campo para a comunicação discursiva, ao assinalar que “o estudo do enunciado como *unidade real da comunicação discursiva* permitirá compreender de modo mais correto também a natureza das unidades da língua (enquanto sistema) – as palavras e orações.” Enunciado considerado como “um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados.” (BAKHTIN, 2010a, p. 272).

Detalhadamente,

O enunciado (produção de discurso) como um todo entra em um campo inteiramente novo da comunicação discursiva (como unidade desse novo campo) que não se presta à descrição e à definição nos termos e métodos da lingüística e – em termos mais amplos – da semiótica. Esse campo é dirigido por uma lei específica e para ser estudado requer uma metodologia especial e, pode-se dizer francamente, uma ciência especial (uma disciplina científica). O enunciado enquanto totalidade não se presta a uma definição nos termos da lingüística (e da semiótica). O termo ‘texto’ não corresponde de maneira nenhuma à essência do conjunto todo do enunciado. (BAKHTIN, 2010b, p. 371).

Nesse contexto teórico, o enunciado, unidade real (por tanto, aberta, incompleta) da comunicação discursiva, é distinguido (1) pela alternância dos sujeitos da comunicação (caráter interativo); (2) pela sua conclusividade; e (3) pela relação do enunciador e os outros participantes da comunicação.²⁰ A alternância coloca-lhe limites precisos, já que o “falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva.” (BAKHTIN, 2010a, p. 275). Quanto à conclusividade, é um aspecto interno dessa alternância, no qual alguém enuncia ‘tudo’ (inteireza acabada) o que quer dizer, numa condições e num momento concretos.²¹ Finalmente, a relação do enunciador com outros participantes determina o conteúdo ‘semântico-objetal’ e o seu valor expressivo.²²

Dessa maneira, a compreensão de termos como texto, palavra ou oração torna-se insuficiente sob os postulados da linguística de Saussure, na suposição de uma combinação livre das formas da língua por parte do indivíduo. Essa insuficiência tem a ver justamente com a reformulação bakhtiniana do processo que dá vida aos enunciados:

Em suma, em toda enunciação, por mais insignificante que seja, renova-se sem cessar essa síntese dialética viva

⁵ Decorrente de estas considerações mostra-se clara uma perspectiva dialógica. “Por sua precisão e simplicidade, o diálogo é a forma clássica de comunicação discursiva. [...] Ao mesmo tempo, as réplicas são interligadas. Mas aquelas relações que existem entre as réplicas do diálogo – as relações de pergunta-resposta, afirmação-objeção, afirmação-concordância, proposta-aceitação, ordem-execução, etc. – são impossíveis entre unidades da língua (palavras e orações), quer no sistema da língua (no corte vertical), quer no interior do enunciado (no corte horizontal).” (BAKHTIN, 2010a, p. 275).

⁶ A conclusibilidade é delimitada por três fatores intimamente ligados no enunciado: “1) exauribilidade do objeto e do sentido; 2) projeto de discurso ou vontade de discurso do falante; 3) formas típicas composicionais e de gênero do acabamento.” (BAKHTIN, 2010a, p. 281).

⁷ Quanto a esta relação, Bakhtin (2010b, p. 389-90) acrescenta que: “A forma de autoria depende do gênero do enunciado. As formas de autoria e o lugar (posição) ocupado na hierarquia pelo falante (líder, czar, juiz, guerreiro, sacerdote, mestre, homem privado, pai, filho, marido, esposa, irmão, etc.). A posição hierárquica correlativa do destinatário do enunciado (súdito, réu, aluno, filho, etc.). Quem fala e a quem se fala. Tudo isso determina o gênero, o tom e o estilo do enunciado: a palavra do líder, a palavra do juiz, a palavra do mestre, a palavra do pai, etc. É Isso o que determina a forma da autoria. A mesma pessoa real pode manifestar-se em diversas formas autorais.

entre o psíquico e o ideológico, entre a vida interior e a vida exterior. Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no ato objetivo da enunciação realizada, enquanto a palavra enunciada se subjetiva no ato de descodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação em forma de réplica. Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais. (BAKHTIN, 1999, p. 66).

Assim considerada, a palavra ou, concretamente, o enunciado “é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.” (BAKHTIN, 1999, p. 41). Não seria de outra forma, numa perspectiva polifônica, dialógica, que aceita a natureza social da enunciação, da fala, desdenhada pelo objetivismo formalista:

Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. (BAKHTIN, 1999, p. 113, grifo do autor).

Possenti (2011, p. 384, grifo do autor) insiste também sobre “o *carácter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso*, a impossibilidade de dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo.” Só em relação ao outro, à coletividade, uma palavra, uma oração, um enunciado, pode existir como forma discursiva de *um*, do sujeito considerado como ele mesmo. Esse foco no dialogismo e a complementaridade de interdiscurso e intradiscurso alicerçam nossa compreensão sobre o fenômeno comunicativo.

Na comunicação discursiva, as palavras sempre têm um uso individual-contextual, podendo-se dizer assim que elas existem de três modos: como palavra linguística neutra que não pertence a ninguém;

como palavra que ecoa outros enunciados (alheia, dos outros); e como palavra da minha expressão que posso usar em determinado sentido e situação (BAKHTIN, 2010a, p. 294). Desse modo, palavras e orações podem constituir-se em enunciados, mas nem toda palavra ou oração por si mesma é enunciado. Lembre-se que as “palavras e as orações são as unidades da língua, enquanto os enunciados são as unidades reais de comunicação.” (FIORIN, 2008, p. 168). A autoria e o acabamento específico caracterizam em Bakhtin o enunciado, concebido dessa forma como “uma réplica de um diálogo” (FIORIN, 2008, p. 169). Diálogo pensado como movimento, pois “o enunciado está relacionado não só aos que o precedem, mas também aos que lhe sucedem na cadeia da comunicação verbal.” (FIORIN, 2008, p. 178).

Nesse sentido não é recomendável equiparar texto e discurso, pois o primeiro tem sido entendido tradicionalmente como um produto acabado, morto, enquanto na perspectiva discursiva do Círculo de Bakhtin:

Há claramente uma distinção entre as relações dialógicas entre enunciados e aquelas que se dão entre textos. Por isso, chamaremos qualquer relação dialógica, na medida em que é uma relação de sentido, interdiscursiva. O termo *intertextualidade* fica reservado apenas para os casos em que a relação discursiva é materializada em textos. Isso significa que a intertextualidade pressupõe sempre uma interdiscursividade, mas que o contrário não é verdadeiro. (FIORIN, 2008, p. 181, grifo do autor).

Em outras palavras, a interdiscursividade pode ser pensada como “qualquer relação dialógica entre enunciados” e a intertextualidade como “um tipo particular de interdiscursividade, aquela em que se encontram num texto duas materialidades textuais distintas.” (FIORIN, 2008, p. 191). Perspectiva que faz questão de assinalar o lugar da história numa teoria do discurso, pois sendo o sentido histórico, percebê-lo requer “situar o enunciado no diálogo com outros enunciados e apreender os confrontos sêmicos que geram os sentidos. Enfim, é preciso captar o dialogismo que o permeia.” (FIORIN, 2008, p. 191-192). Mas, captar o dialogismo que permeia os enunciados requer um esquema que vá necessariamente além da própria linguística.

Com justa razão Bakhtin (2010a, p. 271, itálico do autor) afirma que: “Até hoje ainda existem na linguística *ficções* como o ‘ouvinte’ e o ‘entendedor’

(parceiros do ‘falante’, do ‘fluxo único da fala’, etc.). Tais ficções dão uma noção absolutamente deturpada do processo complexo e amplamente ativo da comunicação discursiva.” E é somente na interpenetração da linguagem com a realidade concreta como se gera o sentido, pois “só o contato da língua com a realidade, o qual se dá no enunciado, gera a centelha da expressão: esta não existe nem no sistema da língua nem na realidade objetiva existente fora de nós.” (BAKHTIN, 2010a, p. 292). Quem usa uma língua(gem) não é um ‘Adão bíblico’ que nomeia primeiramente ‘objetos virgens’,²³ o que quer dizer que no

enunciado se verifica um fenômeno muito complexo e multiplanar se não o examinamos isoladamente e só na relação com o seu autor (o falante), mas como um elo na cadeia da comunicação discursiva e da relação com outros enunciados a ele vinculados (essas relações costumavam ser descobertas não no plano verbalizado – estilístico-composicional – mas tão somente no plano semântico-verbal). (BAKHTIN, 2010a, p. 299).

Entende-se, por isso, a teimosia bakhtiniana ao repetir que “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas.” (BAKHTIN, 2010a, p. 300). Desse modo, introduzindo uma concepção histórica e social do fato comunicativo.

Existe outra ligação a elos subsequentes (enunciados), com um endereçamento definido, pois cada “gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero.” (BAKHTIN, 2010a, p. 301). Questões como essas, referentes a gênero, dialogismo, polifonia, vão ser completadas pelo Círculo de Bakhtin ao desenvolver uma abordagem do signo ideológico. Por seu lado, Michel Foucault, ainda que crítico do termo ideologia, apresenta algumas reflexões sobre o enunciado como unidade analítica do discurso.

Tendo a ruptura como característica epistemológica, a questão central na descrição de acontecimentos do discurso é para Foucault (2008, p. 30)

⁸ Segundo Bakhtin (2010a, p. 300): “As concepções simplificadas sobre comunicação como fundamento lógico-psicológico da oração nos lembram obrigatoriamente esse Adão mítico.”

a seguinte: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” E assim sendo, “deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar.” (FOUCAULT, 2008, p. 31). É, pois, uma procura da singularidade, das condições de existência, dos limites, das correlações e exclusões que um dado enunciado materializa na sua emergência como acontecimento.

Além do mais, adverte que “o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apóia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência.” (FOUCAULT, 2008, p. 97). Mais do que uma estrutura o enunciado seria visto nesse caso como função de existência:

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (FOUCAULT, 2008, p. 98).

No exercício dessa função, segundo Gregolin (2008, p. 42), “entre o enunciado e o que ele enuncia não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica; há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela História, que envolve a própria materialidade do enunciado.” Ele não pode ser definido como ‘um átomo do discurso’ mas sim como uma molécula, isto é, como na perspectiva bakhtiniana, antes do que elemento isolado, elemento dialógico, antes do que unidade, diversidade, antes do que fechamento, responsividade. Foucault (2008, p. 90) propõe o enunciado como unidade elementar do discurso. No entanto esta formulação parece-me problemática por quanto, sendo o discurso definido pelo efeito de sentido que movimenta, não poderia ser reduzido elementarmente a um ou uma série de enunciados e sim ao(s) sentido(s) que nele se articula(m).

Como disse Courtine (2009, p. 84), é “preciso observar bem a ausência, no campo da AD, de uma concepção especificamente discursiva do enunciado. Essa noção somente recebe, com efeito, uma acepção vaga ou empírica, que a subordina à problemática da língua.” Trata-se, certamente, de uma acepção vaga e subordinada a uma problemática linguística. Mais adiante se desenvolverá maior argumentação sobre esse assunto, numa perspectiva transdisciplinar da comunicação. Por enquanto, se tomados os enunciados como processos de enunciação, caracterizados pelo ‘dito’ e o ‘não dito’, isto equivaleria “a colocar fronteiras entre o que é ‘selecionado’ e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o ‘universo do discurso’), e o que é rejeitado.” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 175). Em qualquer caso, essa proposição sobre o dito, o selecionado, assim como o rejeitado, abre um leque para uma dialética discursiva

De novo, Courtine explica que

O par *enunciado/enunciação* funciona diferentemente na *Arqueologia* e na tradição linguística que a AD retoma: se a noção de enunciação utilizada por Foucault é próxima àquela tomada pela AD (atividade de produção de um discurso por um sujeito enunciador em uma situação de enunciação), o enunciado encontra-se, em compensação, ligado à noção de *repetição*. (COURTINE, 2009, p. 91).

Com certeza, a noção de repetição foi cara aos estudiosos franceses do discurso na década de 1970, com especial interesse de Pêcheux e a sua proposta de uma análise computadorizada. Com Foucault o enunciado vai ser pensado com base em noções como diversidade, dispersão e variação. A diferença do discurso como ‘diálogo inconcluso’ e o enunciado é que este se pode considerar “uma manifestação conclusa sem a qual não pode ser contestado.” (MACHADO, 2005, p. 157). Em todo caso, esse tipo de discussões sobre enunciado e enunciação era alavancado pelo Círculo desde os anos 1920. Justamente esse processo era pensado “como a teoria da ilusão subjetiva da fala (teoria do ‘corpo verbal’), e não como sua repetição.” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010, p. 244).

Nesse caso, eles enxergam “a enunciação como realidade da linguagem e como estrutura sócio-ideológica.” (BAKHTIN, 1999, p. 126). O

ponto de vista bakhtiniano sobre língua e, por extensão, a comunicação, resume-se nas seguintes proposições: (1) Como uma abstração científica com fins teóricos e práticos particulares que não dá conta da ‘realidade concreta da língua’; (2) Um “processo de evolução ininterrupto” da “interação verbal dos locutores”; (3) “As leis da evolução linguística não são de maneira alguma as leis da psicologia individual”, pois têm leis sociológicas alicerçando as da evolução linguística, não podendo desligá-la da atividade dos falantes; (4) A criatividade neste campo não coincide com outros tipos de criatividade ideológica específica (contudo, é ligada a conteúdos e valores ideológicos), e a sua evolução pode imaginar-se como necessidade mecanicista ou, até, de ‘funcionamento livre’; e (5) A enunciação tem uma estrutura social, só efetiva entre falantes, sendo o ato de fala ‘individual’ (em sentido estrito) “uma *contradictio in adjecto*.” (BAKHTIN, 1999, p. 127).

Essa contradição de se pensar o ato de fala como sendo essencialmente individual tem o risco de perder de vista os diversos fatores sociais que fundamentam a instituição de uma língua(gem). Neste aspecto, prefere-se o conceito de enunciado/enunciação que vai além do de fala. Destarte, considerando o movimento da comunicação não somente no contexto da língua. Discute-se, por exemplo, a problemática do sujeito, a qual não se reduz ao gramatical, pois na enunciação a constituição dessa categoria e do sentido merecem alguma explicação. Tratar-se-á, assim, mais detalhadamente, a questão do sujeito neste recorte discursivo.

2.4.4 Enunciação não é fala: a questão do sujeito numa teoria do discurso

As anteriores considerações mostram uma problemática posta no cerne da teoria e que tem a ver com a constituição dos sujeitos da comunicação discursiva. Assinala-se que:

Essa ideologia do homem como sujeito, cuja unidade está assegurada ou coroada pela consciência, não é uma ideologia fragmentária qualquer, é simplesmente *a forma filosófica da ideologia burguesa*, a qual dominou a História durante cinco séculos e que, embora hoje não tenha a mesma força que antes, reina, ainda, em amplos setores da filosofia idealista e constitui a filosofia implícita na Psicologia, na Moral e, inclusive, na Economia Política. [...] Marx rechaçava a idéia de que

se pudesse encontrar no homem, como sujeito de suas necessidades, não só a explicação última da sociedade, mas, também, *e isso é fundamental, a explicação do homem como sujeito*, ou seja, como unidade idêntica a si e identificável por si, em especial por esse *por si* por excelência que é a consciência de si. Regra fundamental do materialismo: *não julgar o ser por sua consciência de si!*, uma vez que todo ser é algo distinto de sua consciência de si. (ALTHUSSER, 1985, p. 84, grifo do autor).

Tomar o homem como sujeito, como se fosse uma evidência *per se*, representa, sem dúvidas, um caminho idealista moderno. Em consequência, é preciso aprofundar na compreensão deste conceito, o qual complementa uma crítica dos modos de produção. Sujeitos, subjetividades, vistos agora sob os óculos da sociologia, da história, da filosofia, da linguagem, da comunicação.

Se a enunciação não é o mesmo que fala, deve pensar-se no concreto do agir enunciativo, explorar as instâncias de sua realização. E uma dessas instâncias cruciais é a constituição dos sujeitos da comunicação. “Podemos dizer, então, que a condição inalienável para a subjetividade é a língua, a história e o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui.” (ACHARD et al., 1999, p. 61). O sujeito então se acha determinado pela língua(gem), a história e o mecanismo ideológico que o constitui. Enxerga-se assim a concorrência de múltiplos aspectos que embasam a constituição dos sujeitos da comunicação, numa dinâmica certamente dialética. Sobre isso afirma Bakhtin (1999, p. 66) que em “todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato objetivo da enunciação realizada, enquanto a palavra enunciada se subjetiva no ato de descodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação em forma de réplica.” Estamos assim no centro do processo da enunciação, onde “a língua toma contato com a comunicação, imbuí-se do seu poder vital e torna-se uma realidade.” (BAKHTIN, 1999, p. 154). Neste sentido, o primeiro caminho a trilhar é justamente o da constituição do sujeito da enunciação e do sujeito na enunciação, isto é, da posição-sujeito e do sujeito assujeitado (sujeito ideológico).

Em relação com o primeiro, foi já descrita a concepção de formações imaginárias de Pêcheux, na seção sobre ‘condições de produção’. Lembre-se rapidamente que nesse caso estabelece-se: o destinador (A), o destinatário (B), o referente (R), o código comum a eles (L), o contato e a sequência emitida destinador-destinatário (D). Este modelo fornece uma explicação da

estrutura básica em que se efetiva a enunciação e suas condições sincrônicas. É a posição-sujeito ou sujeito da enunciação. Não obstante, os limites ou fronteiras entre as relações da subjetividade e a enunciação podem ser não totalmente identificáveis.

Mussalim (2006, p. 133) enxerga o sujeito na Análise do Discurso por meio de três fases: uma primeira época, onde seria concebido como ‘assujeitado à maquinaria’, dada a submissão às limitações impostas no discurso que enuncia; numa segunda fase passa-se a concebê-lo como sujeito-função, isto é, desempenhando diversos papéis decorrentes das posições que poderia ocupar e limitado pela formação discursiva desde a que enuncia; numa terceira época, a mais contemporânea, é pensado como “um sujeito essencialmente heterogêneo, clivado, dividido.” Em síntese, essas três fases mostram a ‘dependência’ própria do assujeitamento, pois “o sujeito não é senhor de sua vontade; ou temos um sujeito que sofre as coerções de uma formação ideológica e discursiva, ou temos um sujeito submetido à sua própria natureza inconsciente.” (MUSSALIM, 2006, p. 134).

Uma argumentação da segunda época encontra-se em Courtine (2009, p. 88, grifo do autor) quando diz: “Concebemos, portanto, uma *posição de sujeito* como uma relação determinada que se estabelece numa formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma dada FD.” Sujeito que não é nem subjetividade psicológica nem entidade linguística, mas uma posição, um lugar, a ser preenchido por um ‘indivíduo’, um ‘autor’, alguém que formula uma enunciação, segundo tempo e espaço definidos.

Interessa agora destacar a questão do assujeitamento. Diremos que as formações ideológicas condicionam às formações discursivas que, por sua vez, manifestam-se na materialidade da língua(gem). Uma perspectiva teórica que exige um rigoroso aprofundamento sobre o dito e o interdito, assim como as formas de o sujeito ser interpelado pela ideologia. De outra maneira, uma teoria da enunciação deve explicitar, além de lugares ou posições discursivas, os modos em que uma determinada língua(gem) constitui as relações entre sujeitos na enunciação, que revele também as relações de classes e grupos sociais. Próximo desse âmbito da linguagem, Émile Benveniste propôs uma teoria subjetiva fundamentada na relação eu-tu, como categorias de pessoa.

Benveniste (1989, p. 82) reconhece a especificidade da enunciação sem confundi-la com a fala, definindo-a como “[...] este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. [...] é o ato

mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto.” A fala, assim imaginada, estaria mais perto do texto do que da enunciação pensada como esse ato de produzir um enunciado, que, segundo ele, vai ser um potencial linguístico eminentemente individual: “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso.” (BENVENISTE, 1989, p. 83).

Segundo a sua ótica o “ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala” (BENVENISTE, 1989, p. 84). É esse um dos fundamentos da enunciação, ao se criar um “centro de referência interno” desde o qual se relacionaria o locutor com a enunciação: “o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário.” (BENVENISTE, 1989, p. 84, grifo do autor). Desse modo, “EGO” vai se constituir em centro da enunciação, relacionando índices de pessoa (*eu-tu*), ostensão (este, esse, aqui, etc.) e tempo (agora, logo, depois, etc.), que possibilitam o “aqui-agora” do locutor, emanando no preciso momento da enunciação (BENVENISTE, 1989, p. 85-86).

No quadro teórico desenvolvido esses índices de ostensão e tempo, o aqui e agora do locutor, estão implicados nas condições de produção do discurso anteriormente expostas. Mas, quanto ao locutor, e devido à sua relação especial com os processos de enunciação/enunciado e de assujeitamento, é necessário revisitar algumas considerações benvenistianas sobre a categoria de pessoa.

Na sua teoria, a natureza dos pronomes definidos tradicionalmente (*eu, tu, ele*, isto é, 1ª, 2ª e 3ª pessoas) anula a noção de ‘pessoa’, pois esta “é própria somente de *eu/tu* e falta em *ele*. Essa diferença natural sobressairá da análise de *eu*. [...] *Eu* só pode definir-se em termos de ‘locução’, não em termos de objetos, como um signo nominal”, aliás, “*eu* só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí.” (BENVENISTE, 1995a, p. 278, grifo do autor). Nesse caso, a terceira pessoa seria uma referência objetiva, uma não pessoa, estritamente falando, sem essas faculdades, pois

É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’, [...] signo único, mas móvel, *eu*, que pode ser assumido por todo locutor, com a condição de que ele, cada vez, só remeta à instância do seu próprio

discurso. Esse signo está, pois ligado ao *exercício* da linguagem e declara o locutor como tal. (BENVENISTE, 1995a, p. 280-281, grifo do autor).

Concebendo a linguagem como instrumento de comunicação, pergunta-se Benveniste, a que ela deve essa propriedade? Se é na linguagem e pela linguagem que o homem chega a ser sujeito, entender-se-á então a subjetividade (que cria a categoria de pessoa) como fundamento da expressão, e, a *intersubjetividade*, como instância “única que torna possível a comunicação linguística.” (BENVENISTE, 1995b, p. 293, grifo do autor). Em síntese, a linguagem é vista ali como instrumento, meio de comunicação, que possibilita a posta em comum de falas subjetivas, de pessoas determinadas pelo momento da enunciação, na relação *eu-tu*.

Essa teorização aproxima-se da noção jakobsoniana de indicativo (*shifter*), pois

Passível de qualificação como um *shifter*, o sujeito gramatical de uma frase, tal como ‘Eu sou o tipo de pessoa que [...]’, designa o remetente da mensagem, e na medida em que pode ser visto como significando esse sujeito-emissor de mensagem, ele significa o eu: o sujeito consciente que acredita ser seu *self* X e não Y, generoso e não sovina, liberal e não intolerante, e assim por diante. O pronome pessoal ‘eu’ designa a pessoa que identifica o seu *self* com uma imagem ideal específica. Dessa maneira, o eu é aquilo que é representado pelo sujeito do enunciado. (FINK, 1998, p 59).

No entanto, numa teoria do sujeito da linguagem, como o assinala Charaudeau (2001, p. 37), a díade *eu-tu* não deveria ser considerada pois envia “de modo bem restrito, às pessoas gramaticais, ainda que Benveniste tenha tido cuidado para evitar essa possível confusão.” Em linhas gerais propõe uma teoria fundamentada no ‘ato de linguagem’, entendido como um jogo estratégico de ‘intencionalidades’ de ‘seres psicossociais’, mais ou menos conscientes desse ato, subsumido por certos ‘rituais sociolinguageiros’ (CHARAUDEAU, 2001, p. 29). Com esses pressupostos em mente, o autor assinala que

O *sujeito* pode ser considerado como um lugar de produção da significação linguageira, para o qual esta significação retorna, a fim de constituí-lo. O *sujeito* não é pois nem um indivíduo preciso, nem um ser coletivo particular: trata-se de uma abstração, sede da produção/ interpretação da significação, especificada de acordo com os lugares que ele ocupa no ato linguageiro. (CHARAUDEAU, 2001, p. 30).

Desse modo, o seu modelo apresenta um sujeito comunicante (EUc) e um sujeito interpretante (TUi), implicados num jogo decorrente de uma ‘relação contratual’. Mas, apesar de o autor querer se afastar do esquema benvenistiano ou da idealização de um ‘locutor-ouvinte’ num processo simétrico, parece-me que ao considerar o sujeito como ‘abstração’ que sedia a produção/interpretação da significação, Charaudeau fica preso numa concepção idealista do sujeito. Certamente o sujeito não é ‘um indivíduo preciso’ nem ‘um ser coletivo particular’, mas uma categoria histórica e social, portanto, que está transformando-se nas formações sociais no tempo.

Gramsci (1995) lembra que o chamado ‘individualismo’ teve origem no Renascimento e na Reforma, tempo em que o pensamento voltou a se interessar pela experiência, pelo mundo. Uma nova atitude sobre a posição do indivíduo no mundo e na história. Esta passagem aponta para uma paulatina transformação do modo de pensar os assuntos espirituais e materiais, como parte dessa revolução cultural. Se a terra começou-se considerar como não sendo o centro do universo e este conhecimento pôde-se testar com instrumentos materiais como o telescópio, novos horizontes abriram-se para o domínio da natureza, o qual incluía também as relações sociais. Nesse caminho: “O ‘individualismo’ que se tornou anti-histórico, contemporaneamente, é o que se manifesta na apropriação individual da riqueza, ao passo que a produção da riqueza tem se socializado cada vez mais.” (GRAMSCI, 1995, p. 48). Voltarei mais adiante sobre esta ideia do indivíduo no contexto do capitalismo.

Destaca-se, portanto, a negligência de se tomar o ‘indivíduo’ como um conceito óbvio, naturalizado, sem historicidade. Daí que para se explicar aqui o processo de assujeitamento partir-se-á de uma visão materialista e histórica do subjetivo, da constituição do sujeito, em geral, e do sujeito

discursivo, em particular. Em relação com este último, enfatizar-se-á o seu caráter dialógico quando da sua emergência no discurso e, por antonomásia, na comunicação.

Aceitemos que a palavra falada começou a se articular em períodos antiquíssimos da humanidade, aperfeiçoando-se ao longo do tempo, a partir de primitivos gestos e sons, onomatopeicos ou não, inimagináveis hoje para nós. Com este pressuposto em mente é muito difícil pensar num sujeito transcendental da linguagem, num *ego* estruturado à maneira cartesiana, na era das cavernas. Muito menos pode imaginar-se a existência de uma consciência pessoal falante que soubesse que aquele outro, aquele tu, estava lhe falando como uma vontade consciente.

Nesses primórdios, houve certa identificação entre grupo social e indivíduo, a partir da língua(gem), pois o nome tribal delimitava o 'humano'. As tribos externas, que não falavam a mesma língua, eram vistas como grupos 'mudos', devido à incapacidade de se comunicar nesse código 'humano', quer dizer, como sendo uma espécie diferente de 'a gente', 'homens verdadeiros', quem sabiam como falar:

Todo povo primitivo chamava (ou chama) a si mesmo com uma palavra que significa igualmente 'homem' e aos outros com palavras que significam 'mudos' ou 'tartamudos' (bárbaros), pois eles não conhecem a 'língua dos homens' (disto decorreu o belíssimo paradoxo de que 'canibal', ou devorador de homens, signifique originariamente – do ponto de vista etimológico – 'homem por excelência' ou 'homem verdadeiro'). (GRAMSCI, 1995, p. 78).

Em geral, cada povo ou grupo social tende a enxergar seu espaço social como sendo o centro do mundo. Essa relação primeva de um povo perante outros povos, mostra-se claramente no paradoxo do 'canibal'. Hoje 'canibal' denota e conota 'devorador de homens', antropófago, mas, outrora, designava aquele homem, ser social das Antilhas, caribe. Em outros termos, 'caribe', como enunciado, atvaria no pensamento dos caribe tanto o grupo social que habitava essa área do oceano Atlântico, quanto o ser parte desse todo social e ambiental. Voltar-se-á mais adiante nessa relação ser social – ser humano (relação puramente analítica, pois o enunciado considerado é já síntese, um só ser, e não

uma relação de seres diferenciados). Interessa aqui, no entanto, enxergar como a língua(gem) cria determinados sentidos na relação entre sujeitos.

Enfaticamente escreve Bakhtin: a “princípio eu tomo consciência de mim através dos outros: deles eu recebo as palavras, as formas e a tonalidade para a formação da primeira noção de mim mesmo.” (BAKHTIN, 2010b, p. 373-374). Nesses termos, sugere-se que o sujeito é uma produção social, uma formação que começa nesses outros já existentes no mundo próximo da criança. Assim, a consciência de ser humano desperta envolvida no seio da consciência do outro, mais “tarde começa a adequar a si mesmo as palavras e categorias neutras, isto é, a definir a si mesmo como homem independentemente do *eu* e do *outro*.” (BAKHTIN, 2010b, p. 374, grifo do autor).²⁴

No âmbito de uma teoria materialista do conhecimento, Lefebvre (1991, p. 71, itálico do autor) observa que sujeito e objeto estão indissoluvelmente ligados, “o ser humano é um ‘sujeito-objeto’: ele pensa, é ‘sujeito’, mas sua consciência não se separa de uma existência *objetiva*, seu organismo, sua atividade vital e prática.” De certa maneira “*o individual (o singular) só existe através da espécie*. É ‘posto’ por ela; ele a supõe. Ela é sua condição, sua razão de ser, sua essência, o momento essencial de sua determinação; ele não acrescenta a ela senão traços secundários.” (LEFEBVRE, 1991, p. 224, itálico do autor). Esta existência do individual através da espécie apresenta-se como uma característica essencial do olhar materialista.

Mas, então, como é que o assujeitamento pode ser formulado em termos de sujeitos existentes na e pela língua(gem)? É muito atraente procurar uma explicação gramaticalista em pronomes pessoais como eu, tu, ele, os termos adequados para responder à questão. Mesmo falar em cérebro A e cérebro B, emissor e receptor, locutor e alocutário, como pontos de uma conexão, visando compartilhar algum significado, informação ou sentido. Contudo, esses termos mostram-se insuficientes para lhe dar uma resposta à pergunta dos sujeitos da linguagem.

Saindo então desse campo dos pronomes pessoais, na Análise do Discurso, a noção de ‘pré-construído’ tem grande valor heurístico em relação com outros termos como inter e intra-discurso. Como assinala Possenti (2003, p. 255), através “deste conceito, uma interessantíssima reformulação da noção de pressuposição, a AD pretende dar conta do fato de que algo sempre fala antes e alhures.” Dessa maneira, a constituição do sujeito no

²⁴ Para Bakhtin (2010b, p. 383): “Na auto-sensação primitiva natural o *eu* e o *outro* estão fundidos. Aqui ainda não existe o egoísmo nem o altruísmo.”

discurso estaria dada com anterioridade e em outro lugar, não no momento da enunciação, e ainda que assim apareça aos nossos sentidos.

Em outros termos, “digamos, filosóficos, o que está em questão é a posição segundo a qual os sujeitos falam a partir do já dito – e isso é exatamente o que o interdiscurso lhes põe à disposição e/ou lhes impõe.” (POSSENTI, 2003, p. 255). Nesse sentido, os pré-construídos só estariam disponíveis como um leque de possibilidades que o sujeito pode/deve escolher dentro de uma formação discursiva determinada, sendo ela a fonte de assujeitamento e não o interdiscurso. No entanto, antes de se instaurar esse assujeitamento, dir-se-ia, ideológico, está o assujeitamento relativo à linguagem, fundamental, em todo caso, para se compreender como opera o primeiro.

Como assinalam Achard e outros:

É já conhecido, na análise de discurso, que há interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia. É assim que se considera que o sujeito se constitui em sujeito por ser afetado pelo simbólico. Daí seu assujeitamento, ou seja, para que o sujeito seja sujeito é necessário que ele se submeta à língua. E é por estar sujeito à língua, ao simbólico, que ele, por outro lado, pode ser sujeito de. (ACHARD et al., 1999, p. 60).

Esse processo de assujeitamento vê-se condicionado, primeiramente, pela língua(gem) e, mais tarde, por diversos aparelhos ideológicos que interpelam indivíduos em sujeitos. Se seguirmos Benveniste, ter-se-iam como pessoas: *eu* e *tu*, enquanto *ele* seria um não sujeito. Segundo Maingueneau (2005, p. 39) “poder-se-ia considerar que, para cada um dos discursos, seu Outro é um *tu* virtual, mas essa seria uma representação mais elegante do que esclarecedora.” Consequentemente, para “pensar em termos de pessoa lingüística, tal vez seja mais justo ver no Outro um *eu* do qual o enunciador discursivo deveria constantemente separar-se.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 39).²⁵

Não obstante, se, para além da linguagem, a essência humana não é o solipsismo, o assujeitamento ideológico poder-se-ia explicitar partindo de argumentos históricos, não metafísicos, evitando o caminho de Feuerbach

²⁵ Além do mais: “Ele seria, então, de alguma forma, o *interdito* de um discurso. A formação discursiva, ao delimitar a zona do dizível legítimo, atribuiria por isso mesmo ao Outro a zona do interdito, isto é, do dizível errado.” (MAINGUENEAU, 2005, p. 39).

quem “converte a essência religiosa em essência *humana*. Mas a essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 101, grifo do autor).

Seja o horizonte a seguir esse ‘conjunto de relações sociais’ que é a essência humana, como pensar então um sujeito diverso, social, dialógico, polifônico, no contexto do quadro teórico até aqui apresentado? Diremos que os sujeitos são, portanto, uma confluência de relações entre grupos sociais mais do que entre pessoas. Esta ideia nos remete assim não tanto para os pronomes *eu – tu* como para *nós – vós*²⁶. Parece-me o começo de uma resposta adequada à pergunta.

Pode-se dizer também que o assujeitamento ideológico é fundamentado em coletividades (*nós – vós*). Se a unidade da comunicação discursiva é o enunciado e, nele, constitui-se um sujeito (ou não sujeito) do discurso, então, a partir do *nós* em relação com *vós* (eles) é que vai se configurar o espaço ideológico, da luta de classes. Parece assim viável que seja na relação *nós-vós* onde a subjetividade se configure e não, como o acreditava Benveniste, na relação *eu-tu*. Tal como afirma Brait (2008, p. 27) a realização verbal do ‘eu’ ocorre somente sobre a base do ‘nós’. Daí que, historicamente falando, a aparição desse sujeito isolado da linguagem seja muito posterior no tempo ao que poderíamos chamar de ‘sujeito diverso’.

Em outras palavras, há uma tensão dialética entre o ‘eu’ e o ‘nós’, como dois polos da atividade mental, “dentro dos quais se realiza a tomada de consciência e a elaboração ideológica.” (BAKHTIN, 1999, p. 115). Se, de um lado, a atividade do ‘eu’ tende para a dilapidação do potencial ideológico, social, da representação verbal quando se aproxima do seu limite, de outro, a atividade mental do ‘nós’ (não tem caráter gregário ou primitivo) é diferenciada segundo o social pois, quanto “mais forte, mais bem organizada e diferenciada for a coletividade no interior da qual o indivíduo se orienta, mais distinto e complexo será o seu mundo interior.” (BAKHTIN, 1999, p. 115).

Talvez seja essa uma das primeiras formas em que os hominídeos sapientes começaram a diferenciar o sentido particular que hoje damos à chamada categoria de pessoa (ou pronome pessoal). Ou seja, antes de se instituir socialmente um ‘eu’ ou um ‘tu’ da enunciação o sujeito manifestar-

²⁶ O pronome *vós* é o plural do tu em português. No entanto, em diante, para efeitos teóricos, entenderemos “*vós*” como em espanhol, sem importar número e gênero, quando considerados ambos os sentidos para se referir a várias ou a uma pessoa, tal e como é praticado até hoje nos países de língua espanhola no denominado fenômeno do ‘voseo’.

se-ia como um 'nós', vale dizer, sem diferença linguística (e social) entre ele como ego (indivíduo) e os outros (indivíduos) do seu grupo, do seu conjunto próximo de relacionamento social.

Continuando, poderia dizer-se que o *eu* (um *nós* metonímico) não é constituído, em primeira instância, em relação a outro, mas sim em relação a *nós*, ao grupo social e, subsidiariamente, a *vós*, aos outros grupos sociais. De modo que o processo de constituição subjetiva estaria baseado na semelhança e na proximidade e, mais tarde, na diferença. É dizer que a relação contrastiva (*eu/tu*) não está no início da constituição do sujeito, ideologicamente falando, e sim numa relação analógica. No entanto, esta última resulta reforçada pela primeira no transcurso do tempo.

Sublinha-se assim que *nós* é sempre um 'eu com uns (em relação com outros)', mas, idealmente, um 'eu', uno, no mundo. Ilustraremos isso partindo do chamado 'discurso interior'. Para Bakhtin (1999, p. 63, itálico do autor) "as formas mínimas do discurso interior são constituídas por monólogos *completos*, análogos a parágrafos, ou então por enunciações completas. Mas elas assemelham-se ainda mais às réplicas de um diálogo." Desta forma, esse indivíduo que parece falar para si mesmo não pode fugir do elo social atrelado na sua língua(gem).

O monologo, neste ponto de vista, enxerga-se mais como um discurso de um *nós* (travestido em *eu* por uma ilusão mental), que inclui todos os possíveis lugares pronominais numa enunciação: eu, tu, você, ele, ela, isso, nós, vocês, eles, elas, estes, esses, isto, etc. Assim sendo, mesmo no monologo, somos *nós* (e não um *eu*) emergindo em diversas posições, esses 'outros próximos', denominados aqui *uns*, formando parte dessa enunciação interior.

A questão se torna complexa, mas não complicada. Um segundo movimento na constituição do sujeito ideológico vai se dar, como antedito, na diferença. Tomando de novo o monologo (gênero difícil de conceber aqui como uma expressão solipsista) como caso específico, dir-se-á que o sujeito é facultado por essa segunda condição constitutiva para se manifestar também como *outros* (*vós*), não próximos, diferentes, afastados do 'eu com uns'. Em consequência dir-se-ia que o *eu* é também um 'nós em relação com *vós*'. Desse modo, o monologo pode-se catalogar como o mais íntimo dos diálogos, um discurso de um *nós* ('eu com uns') endereçado a *nós* ('nós em relação com *vós*') mesmos, onde, de vez, somos *nós* e *vós*.

Em síntese, perfilou-se uma alternativa de compreensão do assujeitamento, pensado em termos de língua(gem) e ideologia. Entre estas duas formas de assujeitamento é que o sujeito do discurso vai aparecer. Além

disso, redefine-se a subjetividade de outra maneira: *eu sou uns em relação com outros*. Ou seja, a emergência de um eu enunciador é alicerçada na dialogia relacional social e o caráter materialista da constituição de sujeitos da comunicação. Sujeitos plurais, de modo nenhum singulares, constituídos e, por sua vez, constituintes de sentidos no discurso. Sujeitos clivados, síntese da diversidade dentro de seu grupo próximo e do antagonismo com os demais. Esta ideia de sujeito discursivo é colocada no seguinte quadro.

Quadro 4 - O sujeito discursivo numa perspectiva psicanalítica

/		
Uns	SUJEITO	outros
NÓS		VÓS
eu, tu, ele, nós, vocês, etc.		eu, tu, ele, nós, vocês, etc.

Fonte: Elaboração do autor

Uma aproximação ao sujeito clivado da psicanálise indica como a ideia de um ego, eu, pode ser inadequada quando trata-se de temas da linguagem ou da comunicação. A tríade ego (*ich*), id (*es*) e superego (*überich*) representa nela as instâncias psíquicas que descobrem a fragilidade de se considerar indivíduos como unidades conscientes e definidas absolutamente. Por isso, depois da descoberta do inconsciente, “o conceito de sujeito sofre uma alteração substancial, pois seu estatuto de entidade homogênea passa a ser questionado diante da concepção freudiana de sujeito clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente.” (MUSSALIM, 2006, p. 107). Descoberta que implica que o sujeito não seja mais concebido

como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras. (MUSSALIM, 2006, p. 110).

Nessa perspectiva, a “clivagem do Eu em eu (falso *self*) e inconsciente gera uma superfície num certo sentido com dois lados: um que é exposto e um que é escondido.” (FINK, 1998, p. 67). Uma clivagem em parte resultante do processo civilizatório. Lévy-Bruhl (1985, p. 46) lembra-nos que “en el espíritu del primitivo no se representa ni el individuo ni la especie sino a la vez uno y otra y el uno en la otra. [...] también en la vida corriente la mentalidad primitiva tiende a confundir el individuo y su especie.”²⁷ Destarte, uma tal forma de clivagem seria mais dominante hoje e diferente daquela indígena, onde a distinção entre indivíduo e espécie seria tênue ou inexistente.

As crianças, entre os seis e os dezoito meses, no chamado estágio do espelho, desenvolvem uma identificação que nos lembra essa indistinção entre indivíduo e espécie. Esta forma primordial precederia a da identificação com o outro, sendo “um caso particular da função da *imago*, que é estabelecer uma relação do organismo com sua realidade – ou, como se costuma dizer, do *Innenwelt* [mundo interior] com o *Umwelt* [mundo circundante].” (LACAN, 1999, p. 100, grifo do autor). Em nosso quadro teórico esta fase do espelho que projeta a formação individual corresponderia ao modo de assujeitamento na linguagem.

Pode-se pensar que essa identificação primordial estaria por trás de expressões ou termos que poderiam passar por ambivalentes desde uma perspectiva gramatical. Refiro-me a expressões tais como ‘a gente’ (português) e vocábulos como ‘on’ (francês) e ‘uno’ (espanhol). Isto é, guardadas as proporções, trata-se de locuções que apontam tanto para nós, quanto para eu; sentido que só é desvendado a partir da situação em que eles são usados, o qual revela, por sua vez, uma dependência extralinguística desse tipo de vocábulos e expressões. Tem-se assim uma categoria sem gênero e de número indefinido, em princípio, mas a se definir no ato da enunciação²⁸.

Esta ideia de sujeito clivado retoma os pensamentos freudianos sobre as três ‘doenças narcísicas’ ou humilhações humanas:

Primeiro Copérnico demonstrou que a Terra gira em torno do Sol, e assim privou-nos a nós, seres humanos, do lugar central no Universo. Depois Darwin demonstrou

²⁷ “no espírito do primitivo não se representa nem o indivíduo nem a espécie senão, de vez, um e outra e um na outra. [...] também na vida corrente a mentalidade primitiva tende a confundir o indivíduo e a sua espécie.” (Tradução nossa).

²⁸ Por exemplo, no enunciado ‘a gente trabalha’, ‘a gente’ refere-se a todos? Nós? Eu? Só uma continuação de tal enunciado ou o conhecimento da situação em que ele emerge é que poderá definir tal pertença classificatória ao plural ou ao singular.

que emergimos da evolução cega, e nos tomou nosso lugar de honra entre os seres vivos. Finalmente, quando Freud descobriu o papel predominante do inconsciente em processos psíquicos, revelou-se que nosso eu não manda nem mesmo em sua própria casa. (ZIZEK, 2010, p. 7-8).

A descoberta do inconsciente vai, portanto, na contramão de uma concepção egocêntrica dominante, indicando para uma identificação diversa mais do que única do sujeito contemporâneo. Nesta direção, a psicanálise abre um leque de possibilidades para os estudos discursivos e da comunicação. Se o sujeito não é dado e se constitui no interior da história, ele não pode ser “visto como o núcleo de todo conhecimento e a fonte de manifestação da liberdade e de eclosão da verdade. Ao contrário, antes de origem e fonte, o sujeito é produto e efeito.” (FONSECA, 2011, p. 77). Trata-se de um convite a repensar o sujeito segundo uma ótica discursiva e, até, transdisciplinar.

Ditas considerações da questão do sujeito vão da mão com o que se disse no começo sobre problematizar a comunicação. Ou seja, na medida em que deixamos para trás uma visão estática dela começaremos a enxergar a fragilidade de pensá-la por meio de noções como emissor, receptor, locutor, fonte, transmissão, mensagem. Dessa forma, a comunicação discursiva constituiria uma alternativa para se refletir além dessas conceitualizações mais tradicionais.

Não vamos aprofundar nessa seção sobre o tema dos bens comuns, mas, nessa abordagem levamos a sério a possibilidade de pensar enquadramentos jurídicos como “bem comum, terras tradicionalmente ocupadas, terra indígena etc.”, as quais “representam não apenas soluções formais de resolver conflitos sociais, mas contribuem à construção dos sujeitos por meio das estratégias de ação coletiva utilizadas.” (GRIMALDI, 2014, p. 9). Essa relação do coletivo com o subjetivo é fundamental numa abordagem que também reflete as reivindicações históricas dos povos amazônicos, entre os quais a transcendência do coletivo sobre o individual tem, geralmente, um caráter dominante. Relação onde, certamente, articulam-se outras possibilidades e sentidos da ação de comunicar, da sua prática, na qual são produzidos múltiplos e diversos discursos.

3 TICS, IDEOLOGIA E CIDADANIA

Foram assinaladas, anteriormente, algumas perspectivas teóricas em linguística, sociologia e filosofia da linguagem (Saussure, Jakobson, McLuhan, Bakhtin) relacionadas com a comunicação. Da mesma forma, descreveram-se ali conceitos como discurso, condições de produção, formação discursiva, interdiscurso, enunciado, sujeito. A seguir, complementamos esse quadro, detalhando alguns pontos importantes sobre a nossa abordagem em torno das TICs, da ideologia, do poder, da teoria da comunicação e da cidadania.

3.1 Tecnologias, informação e comunicação

A convergência tecnológica é elemento de transformação do mundo, produto sócio-histórico e condição material da produtividade, pois

Um computador, realmente, não é uma pura ‘tecnologia intelectual’, um simples instrumento de ‘representação’ do mundo, como postula uma parte dos cognitivistas; antes, ele é um instrumento de transformação do mundo, material e humano. *Produto* sócio-histórico (o computador atual nasceu, por exemplo, de uma precisa demanda do complexo industrial-militar norte-americano ao fim da segunda guerra mundial), o computador também é uma *condição material* essencial para a elevação da produtividade do trabalho em todas as esferas de atividade. (LOJKINE, 2002, p. 49-50, grifo do autor).

Resultado e causa, produto sócio-histórico e condição material, aquela máquina de processamento de informação pode, certamente, elevar a produtividade do trabalho. Isto é pensado também em relação às ações que as entidades indígenas amazônicas realizam em prol das suas reivindicações sociais na internet. Mas, antes de se fazer uma análise desse tipo, aproximar-nos-emos mais concretamente dos campos da tecnologia, da informação e da comunicação.

O primeiro desses termos, tecnologia (do grego ‘*τεχνολογία*’), denota o conjunto “de teorías y de técnicas que permiten el aprovechamiento

práctico del conocimiento científico.”²⁹ (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2001). Também é considerada a ciência “cujo objeto é a aplicação do conhecimento técnico e científico para fins industriais e comerciais.”³⁰ (PRIBERAM INFORMÁTICA, 2012). Ambas as duas concepções, tomadas de dicionários da língua espanhola e portuguesa, respetivamente, liga-a com a ciência, a indústria, o comércio e ela mesma é apresentada ali como ciência. Os verbetes desses vocábulos trazem também a ideia da sua relação com a técnica e a arte, lembrando a antiga noção grega de ‘τέχνη’.

A tecnologia ‘ciência das forças produtivas’, constitui um campo interessantíssimo para os cientistas pela sua natureza. Caracterizada pelo ponto de vista e não como objeto, a tecnologia, entendida como ciência humana, pode ser considerada na sua origem e função uma pesquisa das artes e as técnicas nos estudos etnográficos, uma ciência das atividades humanas (HAUDRICOURT, 1987). Seguindo a concepção de Marcel Mauss, para quem a técnica é um ato tradicional eficaz, Haudricourt (1987, p. 39) propõe que a civilização material de um grupo não seria tanto o conjunto dos objetos que ele fabrica ou usa, mas o conjunto de seus movimentos musculares tradicionais e tecnicamente eficazes.

Pelo anterior, a contribuição mais importante de um estudo tecnológico, que vá além da dicotomia maquinismo-humanismo, estaria no questionamento sobre as transformações das ‘atividades tradicionais tecnicamente eficazes’, o qual nos sugere uma aproximação etnográfica e histórica à comunicação regional amazônica. Desse modo, a tecnologia não representa algo estranho para os grupos indígenas ou para os não indígenas, pois é também uma prática que atravessa as mais importantes atividades sociais e culturais. Aliás, concebe-se como ciência humana já que se ocupa, justamente, da análise das forças produtivas. Considerando que essas forças potenciam os nossos movimentos musculares, levando o trabalho a ser notadamente mais eficaz na transformação da natureza, o valor do seu estudo se acrescenta numa perspectiva científica social da tecnologia.

²⁹ “de teorías e de técnicas que permiten o aproveitamento práctico do conhecimento científico.” (Tradução nossa). Na sua ordem, o dicionário lista os seguintes significados do verbete: “1. f. Conjunto de teorías y de técnicas que permiten el aprovechamiento práctico del conocimiento científico. 2. f. Tratado de los términos técnicos. 3. f. Lenguaje propio de una ciencia o de un arte. 4. f. Conjunto de los instrumentos y procedimientos industriales de un determinado sector o producto.” (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2001).

³⁰ Denota, assim mesmo: “2. Conjunto dos termos técnicos de uma arte ou de uma ciência. 3. Tratado das artes em geral.” (PRIBERAM INFORMÁTICA, 2012).

Esse viés social no estudo da comunicação não significa, no entanto, que seja desconsiderado o aspecto mais individual do evento comunicativo e sim que, ontologicamente falando, afirme-se o seu caráter dialógico e objetivo. Nessa perspectiva, tem-se desenvolvido abordagens que concebem a tecnologia sob uma perspectiva centrada no ser humano, como agente cooperativo:

That technology is human-centred means that technological systems should help humans in solving problems, fit their capabilities, practices and self-defined needs, support human activities and co-operation, and involve users in definition, development and application processes.³¹ (FUCHS, 2010, p. 40).

A tecnologia, assim delineada, destaca o seu lado humano-extensivo, voltada para a manutenção das suas atividades e necessidades. Hoje em dia os meios de transporte conseguem, por exemplo, uma movimentação expressivamente mais rápida do que se o fizéssemos a pé, potenciando as nossas necessidades de locomoção. Contudo, este estudo se interessa, especificamente, em atividades de informação e comunicação social nas organizações regionais indígenas da bacia amazônica. A seguir, então, serão apresentados ambos os conceitos de informação e comunicação.

Informatio, termo latino do qual deriva informação, denota ação de formar, representação, esboço, plano, ideia, concepção, formação, forma, explicação de palavras pela etimologia; como verbo, *informare*, quer dizer dar forma a, formar, modelar, fabricar, formar no espírito, imaginar, descrever, apresentar, formar, educar, instruir. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1962, p. 497). O verbete aponta vários sentidos do termo que ilustram a sua polissemia. Esta diversidade de referentes é propositalmente apagada num horizonte formalista da comunicação.

Na teoria matemática da comunicação (ou teoria da informação), por exemplo, explicou-se o conceito de maneira linear. Uma teoria na que a informação começar-se-ia a medir em unidades de base logarítmica 2, ou dígitos binários, melhor conhecidos como *bits*. Isto teve consequências

³¹ “Que a tecnologia é humano-cêntrica significa que os sistemas tecnológicos deveriam ajudar aos humanos na solução de problemas, adequação de suas capacidades, práticas e necessidades autodefinidas, manter as atividades humanas e a cooperação, e envolver usuários nos processos de definição, desenvolvimento e aplicação.” (Tradução nossa).

muito importantes para a computação, pois essa unidade passou a ser seu pressuposto lógico. Nessa teoria, a informação foi tomada em seus aspectos mais lineares de transmissão de mensagens, das quais não importava tanto a sua produção como a sua circulação. E, hoje, a conversão de textos, fotos e audiovisuais nesse sistema digital (numérico) representa uma mudança nas possibilidades de manipulação e circulação de arquivos, sujeita a menor interferência e erro com respeito da informação análoga. Na atualidade, centos ou milhares de canções com boa qualidade de som podem se salvar em discos compactos ou *pendrives*, ou podem circular pelo mundo todo como arquivo-informação, através da internet.

Nessa teoria, a informação é “caracterizada pela transferência de dados (conteúdo) do emissor ao receptor, fazendo uso de um meio determinado (canal da informação).” (STEINWACHS, 1999, p. 198). Mas, além de essa formalização procedimental, o conteúdo, como coração do sistema, cria-se e recria-se a partir de conhecimento e dados preexistentes, sendo influenciado assim por dinâmicas extradiscursivas.

A própria transformação diacrônica da noção vai manifestar essas dinâmicas. Se antes informar era descrever precisa e contextualmente fatos e acontecimentos, com a influência que ganhou a tevê, tornou-se em mostrar ao vivo, em fazer a audiência assistir os acontecimentos, replicados de um meio para outro; e com o lucro e a concorrência como valores chave, a sua função cívica é abandonada, pelo que Ramonet (2010, p. 138) assinala com razão que ela “não é um dos aspectos da distração moderna, nem constitui um dos planetas da galáxia divertimento; é uma disciplina cívica cujo objetivo é formar cidadãos.” Em consequência, reconhece-se aqui a forte relação que a informação tem com o exercício cidadão no mundo atual.

É um vocábulo usado em diversas disciplinas, com diferentes ênfases e aproximações. Uma interessante revisão dessas noções é feita por Siqueira (2011), quem as agrupa segundo autores de 4 linhas idiomáticas: (i) a anglo-saxão e eslava, onde é vista como elemento que diminui a incerteza e que é capaz de solucionar problemas, como garantia de estabilidade sistêmica ou de medida dos processos de apreensão das relações sociais, como processo, conhecimento e coisa, como pacotes que são enviados de um emissor a um receptor que os interpreta segundo um contexto sócio-histórico, como algo que é capaz de transformar as estruturas da mente (conhecimento potencial), como informatividade, como atividade social sujeita a produção, distribuição e troca num contexto social, e como padrão de organização

da matéria e a energia com um valor informativo; (ii) a francesa: vista como informação-documento (conteúdo-suporte), como conjunto de dados que tem valor específico para um indivíduo ou algum objeto sobre o qual o sujeito reconhece seu valor informativo, e como conhecimento escrito num suporte; (iii) a espanhola: como fenômeno e processo (sendo o documento o todo e a informação a parte), como relação com o conhecimento prévio do receptor, como combinação de um esforço mental com um processo tecnológico (o documento como elemento comunicador de informação), e como processo que garante a construção do conhecimento pela transformação de estruturas mentais; e (iv) a brasileira: como sinônimo de representação, como estrutura simbólica que pode gerar o conhecimento no indivíduo, como o arranjo estruturado de representações codificadas que pode ser socialmente contextualizada, como processo de atribuição de sentido e de representação, como conhecimento registrado, como energia da própria realidade ligada a um sistema organizado, como fluxo que tem o papel de ativar o acúmulo de conhecimento, e como resultado da interação de seus aspectos físicos, cognitivos e sociais. Portanto,

The definitions of the term ‘information’ reveal not only a diversity of perspectives, but also mainly, a complementarity and a dialogue among these notions, what shows a view each time more turned to scientific subjects and problems, and no more to objects delimited and isolated of a context.³² (SIQUEIRA, 2011, p. 88).

Ir além dessa visão de “objetos delimitados e isolados de um contexto”, com o fim de entender o que se passa com a informação, implica um olhar posto também nas problemáticas e temas analisados. Assim, mais que defini-la segundo suas características, procurando determiná-la pelas suas manifestações objetivas. Por isso, e levando em questão o nosso contexto circunscrito por práticas socioculturais e discursivas na região amazônica, propõem-se as seguintes reflexões, provindas da teoria dos bens comuns, visando à descoberta das principais determinações propostos nesse quadro teórico.

³² “As definições do termo ‘informação’ revelam não só uma diversidade de perspectivas, mas principalmente, uma complementaridade e um diálogo entre essas noções, o qual mostra uma visão cada vez mais virada para problemas e temas científicos, e não mais para objetos delimitados e isolados de um contexto.” (Tradução nossa).

Hess (1996) considera, por exemplo, que falar dessa “coleção rapidamente crescente e amorfa de dados disponíveis na Internet”, como recurso comum, resulta problemático porque a informação é usualmente definida como um bem público, não rival e não exclusivo, em quanto o seu governo e fornecimento não o são. Mas, a informação na Rede, abordada como um recurso de uso comum, é um argumento sugestivo, pois assim ela não sofre (ou não pareça sofrer) das mazelas do livro e da era analógica, seu uso chega facilmente a implicar rivalidade e exclusão por fatores externos ao mercado mesmo. Com certeza, o aumento dos usuários e a utilização das redes pode levar uma tendência à poluição, engarrafamento e manipulação dos fluxos de informação na infraestrutura global da internet.

O controlo oligopolista de grandes corporações no fornecimento dos seus serviços e funcionamento traz, certamente, problemas relacionados com a mercadorização da informação (quando tida como mercadoria), que se confunde com o entretenimento ou com o interesse empresarial, os quais deformam qualquer concepção pública e comunitária dela. Pensada como serviço público, segundo Lojkin (2002, p. 250),

informação universal, filha da filosofia das Luzes do século XVIII, vê-se confrontada com um outro tipo de informação, produto mercantil ‘adaptado’ a clientes específicos. Esta informação ‘particular’, oriunda da ‘segmentação’ de públicos a atingir, peculiariza-se pela sua ‘serialização’ e por seu caráter ‘esquadrejado’ (informação seccionada para públicos especializados, para cada público informação organizada em série), e se opõe a uma informação universal, igualitária, que não escamoteia os conflitos e os desafios societários em debate.

Quando entendida como aquele “produto mercantil”, então, sabe-se que há “maior preocupação com **índices de audiência**, para a qual a informação é uma **mercadoria**, do que com a ‘prestação de um serviço público’, para a qual a informação é um ‘bem social.’” (COAN, 2011, p. 24, grifo no original). Desse modo, o que é mostrado como informação, seguindo os interesses do mercado, oculta outras problemáticas que devem ser resgatadas assim pela mídia alternativa. Daí a importância de pensar-se a

informação como recurso compartilhado em arranjos sociais e comunitários, frisando seu papel nos processos político-cidadãos.

Pelos atributos físicos ela é conservada nos centros tradicionais de documentação e nos dados salvos, enviados e recuperados na internet, numa comunidade composta por usuários, fornecedores e controladores dos fluxos de informação, em contextos locais, regionais ou globais; comunidade com normas e regras que procuram regular o manejo e apresentação da informação, sendo que as regras de responsabilidade são menos desenvolvidas e as mais difíceis de monitorar e sancionar. Em quanto a padrões de interação, a capacidade de publicar dados, potencializada pelas TICs, requer de responsabilidades que, às vezes, são ignoradas ou desconhecidas, com o qual se gera um ambiente informal de publicação e problemas como o spam. Produtos indesejados do uso desse recurso comum são o esgotamento e poluição, decorrentes do sumiço de informações, devido a decisões específicas ou ao sobrecarregamento das redes com conteúdo ilegal, ofensivo, enganoso, desatualizado.³³

Segundo Hess e Ostrom (2003, p. 129-130), a informação, considerada recurso comum, apresenta-se em forma de ideias, artefatos e facilidades; neste quadro as ideias seriam unidades não físicas do fluxo de informação contidas num artefato, os artefatos unidades físicas desse fluxo e as facilidades sistemas de armazenagem de artefatos e suas ideias. Nesta perspectiva, a informação tem um importante componente cultural traduzido em funções intelectuais, econômicas e políticas. Artefato humano, com acordos e regulamentações, fortemente ligado às regras da linguagem (HESS; OSTROM, 2005, p. 131).

Pode falar-se também da informação como um bem comum cidadão ou 'bem comum cívico'. Esta ótica afirma que, se

the environmental commons are the substantive goods in common that are the sustaining grounds of life, the civic commons are the institutions, collective memories, social networks, and skills that enable and inspire individuals to engage with each other in stewarding the common good.³⁴ (REID; TAYLOR, 2010, p. 108).

³³ Esta descrição da informação como recurso comum é desenvolvida sob o Marco de Análise e Desenvolvimento Institucional (IAD Framework, em inglês). (HESS, 1996).

³⁴ "os comuns ambientais são os bens substantivos em comum que são a base que sustenta a vida, os comuns cívicos são as instituições, as memórias coletivas, as redes sociais e as capacidades que permitem e inspiram aos indivíduos para se engajar com os outros para administrar o bem comum." (Tradução nossa).

E mesmo que esse bem comum cidadão possa ser comparado com recursos como a água ou a terra, ele possui atributos materiais e imateriais que o caracterizam: limites não definidos, diversas comunidades de usuários de nível local, regional, nacional ou internacional, e múltiplas camadas de instituições reguladoras. Assim, da informação digital circulando na internet se diz que, embora “subject to congestion, is generally nonsubtractive; thus, the resource flow is not subject to erosion (deterioration) in that same way that physical information artifacts are (books, journals, newspaper, etc.).”³⁵ (HESS; OSTRUM, 2003, p. 134). A novidade, então, é que a informação digitalizada criou um novo tipo de artefato que engloba e ultrapassa os atributos físicos do livro, jornal, cassete, VHS, meios de uma época pré-digital. Isto exige, então, análises concretas dessa transformação como novos pontos de articulação ou dispersão do saber comunicativo.

Em consequência, fica claro aqui também que a

informação é mais um problema de processo que de armazenagem. [E o] país que desfrutará de maior segurança será aquele cuja situação informacional e científica se mostrar à altura das exigências que lhe possam ser feitas – o país no qual houver plena consciência de que a informação é importante como um estágio do processo contínuo pelo qual observamos o mundo exterior e agimos de modo efetivo sobre ele. (WIENER, 1993, p. 120).

Ela é assim elemento fundamental na articulação do modo em que representamos e agimos sobre e no mundo. Pode-se pensar como um dos aspectos que influenciam o desenvolvimento de uma organização, sociedade ou país. Ainda mais se considerado seu papel no desenvolvimento informacional, pois trata-se de uma noção que está na base da mudança social contemporânea. Como disse Lojkin (2002, p. 109, grifo no original), não “se trata apenas – e isto é importantíssimo – de uma revolução ‘*informática*’, mas de uma revolução da *informação*.”

Quanto a ‘comunicação’, dir-se-á que deriva do latim *communicatio*: ação de comunicar, participação, interpelação (na retórica, figura pela que

³⁵ “sujeita a engarrafamento, é geralmente não rival; assim o fluxo do recurso não está sujeito a erosão (deterioração) no mesmo modo em que os artefatos físicos de informação o estão (livros, revistas, jornais, etc.).” (Tradução nossa).

se pede a opinião dos ouvintes); já o verbo *communicare* é pôr em comum, repartir, dividir alguma coisa com alguém, reunir, misturar, associar, falar, conversar, comunicar-se. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1962, p. 212).

A comunicação é uma prática resultante, em primeira instância, da participação em trocas de sentidos, de informações, de conhecimentos, entre sujeitos, determinada pelos meios técnicos e tecnológicos de que se vale o agente social, visando a aperfeiçoá-la. Esta delimitação representa um interstício para compreender uma tal prática a partir de um olhar materialista e discursivo. Não se tenta, portanto, definir aqui absolutamente o que seria o fenômeno comunicativo, mas analisá-lo na relação com o espaço-tempo atual, segundo algumas de sus principais determinações.

Na verdade, a construção de máquinas 'inteligentes' passou a ser uma realidade, graças às aplicações tecnológicas da cibernética e a eletrônica, atingindo outro patamar em termos de programação, comunicação e controle. Numa perspectiva informacional, a conjunção de circunstâncias que possibilitou os últimos avanços da automação ligam-se à diversidade de mecanismos automáticos que a realimentação e a válvula eletrônica, como sistema geral, permitiram construir, e que foi reforçado pelo novo "tratamento teórico da comunicação, que toma pleno conhecimento das possibilidades de comunicação de máquina a máquina. É esta conjunção de circunstâncias que torna agora possível a nova era da automação." (WIENER, 1993, p. 150).

Reconhecendo a importância que a comunicação possui em termos individuais ou mecânicos, o interesse desta pesquisa é focado num nível organizacional, neste caso de caráter indígena, onde o uso de dispositivos comunicacionais fica sob a égide dos fins corporativos. Caso em que os meios de informação e comunicação tornam-se objetos que

se estabelecem como portões privilegiados da inserção social numa relação diretamente proporcional à complexidade das sociedades contemporâneas. Não resta dúvida aqui que o objeto de estudo da Comunicação são os processos comunicacionais mediados pelos meios de comunicação e atrelados à evolução das sociedades contemporâneas, conseqüentemente, é sobre o exame dessa perspectiva que os autores devem se debruçar. (SOUSA; GERALDES, 2009, p. 20).

Uma análise desses processos, num horizonte discursivo, faz questão tanto dessa mediação como das práticas sociais ligadas a eles e que acompanham, certamente, a evolução social contemporânea. Agora, quando pensam na abrangência do conceito ‘comunicação’, Sousa e Geraldês (2009) preferem aquele outro de ‘saber comunicacional’. Entende-se tal aposta dado o problema de estabelecer um objeto para um campo ainda não considerado plenamente como disciplina, mas, que ocupa um lugar dentro das ciências sociais, das quais tomaria boa parte de seus métodos e estratégias científicas.

De qualquer forma e para além desse contexto científico, dir-se-ia que “a comunicação na contemporaneidade tornou-se um espaço sócio-econômico e cultural, de fato uma dimensão nova e essencial da sociabilidade contemporânea.” (CASTRO, 2006, p. 141). Mormente, no caso das organizações, até as não lucrativas, esses aspectos sociais são de importância vital, ademais dos relativos a administração e marketing. Ali a comunicação se converte em ferramenta estratégica e competitiva, pois em este tipo de entidades

la tarea básica de la comunicación institucional consiste en transmitir los valores, la cultura y la misión que la organización tiene para con su entorno y con la sociedad en general a fin de crear en sus mercados una imagen de empresa socialmente responsable, que conducirá a una mayor confianza y por tanto a un mayor compromiso por parte sus diferentes públicos.³⁶ (MARTÍNEZ, 2004, não paginado).

Contudo, é necessário dizer que respeito das organizações indígenas aqui estudadas, consideradas sem fins lucrativos e com a tarefa de transmitir seus valores, cultura e missão, pode ser inadequado falar em criar “em seus mercados uma imagem de empresa responsável”. Talvez seja mais adequado falar em criar “uma imagem responsável perante suas audiências”, pois ainda que o mercado tenha atingido também às estruturas organizativas

³⁶ “a tarefa básica da comunicação institucional consiste em transmitir os valores, a cultura e a missão que a organização tem para com seu entorno e com a sociedade em geral a fim de criar em seus mercados uma imagem de empresa socialmente responsável, que conduzirá a uma maior confiança e por tanto a um maior compromisso por parte de seus diferentes públicos.” (Tradução nossa).

não lucrativas, o seu papel fundamenta-se mais na reivindicação de direitos e anseios sociais do que na concorrência e o consumo, numa função mais política do que de mercado.

Nesse sentido, o conjunto dessas organizações está inserido também num espaço e numa cadeia de relações midiáticas extraorganizacionais, pois, junto “com a midiática em curso, local, nacional e global, da cultura e da política, a mídia tornou-se um espaço muito importante para as lutas sociais e políticas.” (EKECRANTZ, 2006, p. 103). Lutas que têm sido acompanhadas de maneira discriminatória pela grande mídia. No entanto, amplos movimentos sociais e grupos indígenas, durante e após a década de 1960, vêm se fazendo mais visíveis dentro do novo espaço midiático, alicerçado nos computadores e na internet e dinamizado pelas organizações indígenas.

3.2 Pensar as TICs numa ótica sociomaterialista

Segundo Castells (1999, p. 49), as chamadas TICs compreenderiam

o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/rádiodifusão e optoeletrônica. Além disso, diferentemente de alguns analistas, inclui nos domínios da tecnologia da informação a engenharia genética e seu crescente conjunto de desenvolvimentos e aplicações.

Nesse quadro, resulta interessante a inclusão que se faz da engenharia genética entre as TICs, que produz, sem dúvida, mais questões do que respostas. Portanto, uma abrangência que perpassa o escopo de pesquisa, centrado especialmente nas tecnologias convergentes em microeletrônica, computação, telecomunicações e optoeletrônica, isto é, na infraestrutura associada à internet e à telemática.

Além do mais, segundo Lévy (2007, p. 12-13), o que é vulgarmente identificado como ‘novas tecnologias’ encobre “la actividad multiforme de grupos humanos, un devenir colectivo complejo que se cristaliza notablemente alrededor de objetos materiales, de programas informáticos

y de dispositivos de comunicación.”³⁷ Esta ideia supõe um olhar centrado na atividade diversa, nas práticas sociais de grupos humanos, as quais, realmente, estão por trás daqueles objetos, programas e dispositivos. Por isso, ao se falar do conceito de tecnologia pensa-se aqui não só esses ‘meios’ mas a própria força de trabalho que os imagina, pensa, desenha, produz, usa, movimenta.

Nessa ordem de ideias, dir-se-á que as TICs são determinadas pelas *ações tradicionais e tecnicamente eficazes para informar(-se) e comunicar(-se) a partir de objetos materiais, aplicativos e dispositivos convergentes em micro e optoeletrônica, computação e telecomunicações*. Esta concepção visa entender assim esses avanços desde uma ótica sóciomaterial.

É oportuno dizer que este estudo não parte do pressuposto da isenção plena em matéria de informação e comunicação. Pelo contrário, a nossa abordagem procura sinalizar as potenciais disfuncionalidades (desinformação e incomunicação) nesses assuntos, decorrentes das diferenças tecnológicas nas formações sociais, as dinâmicas de apropriação e difusão do conhecimento, e a não adequação dos processos de implantação e funcionamento de TICs nas organizações mesmas. Em referência ao primeiro fator, explorar-se-á em capítulo posterior a maneira em que a Amazônia, como formação social concreta, vai divergir de outras formações nas que o desenvolvimento comunicativo tomou outros rumos específicos.

Quanto às dinâmicas de apropriação e difusão do conhecimento, o cerco ao conhecimento científico e tecnológico, produzido em diversos centros universitários e de pesquisa – muitas vezes instituições públicas –, onde se privatiza o acesso livre a publicações científicas, indica já um contexto em que o público e o comum são apagados em prol do mercado, do modo de produção capitalista. Lembre-se que muitos aplicativos (e, poderíamos dizer, serviços) informáticos são mais do que ferramentas, pois eles atingem todos os domínios e a maior parte das atividades humanas, sendo ao mesmo tempo uma obra de criação, um trabalho incremental e uma produção de conhecimentos. (LE CROSNIER, 2011). Não obstante, tratados na democracia liberal como bens privados ou de clube mais do que como bens públicos ou comuns, acaba cooptando-se, seja pelo estado ou pelo mercado, o potencial político e cooperativo da rede mundial de dispositivos digitais.

³⁷ “a atividade multiforme de grupos humanos, um devir coletivo complexo que se cristaliza notavelmente ao redor de objetos materiais, de aplicativos informáticos e de dispositivos de comunicação.” (Tradução nossa).

Destaca-se neste ponto que os cientistas sociais não estudamos

uma máquina para conhecer e estabelecer a estrutura atômica do material, as propriedades físico-químico-mecânicas dos seus componentes naturais (objeto de estudo das ciências exatas e da tecnologia), mas enquanto é um momento das forças materiais de produção, enquanto é objeto de propriedade de determinadas forças sociais, enquanto expressa uma relação social e esta corresponde a um determinado período histórico. (GRAMSCI, 1995, p. 191).

Portanto, a escolha teórica do discursivo na comunicação representa o desafio de revisitar o social nela, segundo uma ontologia materialista histórica, onde a díade teoria e prática é concebida na sua unidade dialética. Ao se auscultar a *praxe* da comunicação organizacional indígena, acham-se saberes e práticas, como nós articuladores da diversidade amazônica sobre tais matérias nessas entidades.

Por isso, a adequação dos processos de implantação e funcionamento de TICs nelas, são pensados com o intuito de analisar as disfuncionalidades na troca de sentidos (desinformação, incomunicação) corporativos. Uma delas ligada ao modo em que a informática é posta ao serviço das reivindicações sociais dos grupos étnicos. Se, por exemplo, deixa de se enxergá-la como uma arena de emancipação (estratégica já entendida por muitos movimentos sociais), corre-se o risco de ficar do seu lado mais consumista e menos produtor, sujeito das restrições impostas pelo aparelho mercantil-legal sobre a produção lógica.

No fundo, trata-se de uma questão da liberdade de acesso, uso, transformação e compartilhamento do conhecimento. Se a condição da informação digital é diferente daquela dos bens materiais (sem rivalidade ou exclusividade, a não ser pelo engarrafamento e a poluição que poderia afetar a internet), temos em nossas mãos um bem comum cidadão essencial para a emancipação, a solidariedade, a inteligência coletiva, a cooperação, a inovação, o antirracismo, o humanismo, a integração, o desenvolvimento.

Uma tendência que procura ir além do mercado e do estado é, precisamente, a ideia do pró-comum que se vem consolidando em movimentos ligados, especialmente, à produção de *software* livre. Nesse

âmbito vale a pena lembrar as quatro liberdades que fundamentam a *liberdade de cooperar* (não o direito) como uma alternativa real de desenvolvimento: liberdade de **executar** (liberdade 0), liberdade de **estudar** (liberdade 1), liberdade de **redistribuir** (liberdade 2), e a liberdade de **melhorar** (liberdade 3).³⁸ Se continuar a rejeição dessas liberdades pelo predomínio dos esquemas de lucro, limitar-se-ia a difusão do conhecimento, a criatividade e a inovação, dentro de organizações de interesse público e, essencialmente, comunitário, tal como o são as entidades indígenas analisadas.

De modo que a pergunta sobre o desenvolvimento informacional na região amazônica, caminha também no fortalecimento de uma cibernética organizacional indígena. Para isso, defende-se um horizonte interdisciplinar, sistêmico e pluralista, procurando estabelecer pontos de encontro com o transdisciplinar. Assim sendo, deter-nos-emos ainda no campo da comunicação, o que permitirá entender o porquê dessa proposta de refletir as TICs numa ótica sociomaterialista. Ótica na qual se tornam também imprescindíveis as categorias de ideologia, poder (relações de dominação), prática social. Desse modo, estaremos prestos a entrar nos argumentos sobre a cidadania.

3.3 Teoria da comunicação: uma visão geral

O estudo da comunicação, entendida em sentido amplo, poderia remontar-se à Grécia antiga; mas, no seu sentido restrito, de comunicação midiaticizada, remonta-se ao século XIX, quando cientistas como Le Bon, Comte, Tarde, Durkheim, Simmel ou Weber (quem propôs em Frankfurt, a 1910, uma ‘sociologia da imprensa’) começaram a refletir sobre as implicações sociais dos novos meios de informação e comunicação associados à Revolução Industrial (SERRA, 2007, p. 10). E, sob os posteriores desenvolvimentos da chamada ‘sociologia da comunicação’, é que a problemática dos efeitos e a natureza ‘massiva’ converteram-se em focos teóricos importantes nos estudos da disciplina. “Compreende-se, assim, que se tenha afirmado, como

³⁸ Essas liberdades estão na base da GPL (General Public License), a qual se vê como uma alternativa transformadora para o fortalecimento da liberdade e a difusão do conhecimento no mundo, como patrimônio humano: “Cette invention juridique est fondatrice, non seulement du mouvement des logiciels libre, du maintien et extension de cet espace alternatif de liberté, mais aussi fondatrice pour d’autres mouvements qui vont exploiter la capacité de détenteurs de connaissance (ou les producteurs de culture) à décider volontairement de construire de nouveaux espaces de coopération et de liberté.” (LE CROSNIER, 2011, p. 182).

“paradigma dominante” nos estudos de comunicação, um paradigma não apenas funcionalista e centrado nos “efeitos” mas também sociológico.” (SERRA, 2007, p. 17). Esta perspectiva dominante reduziu a comunicação a um processo de massa e seus efeitos, minimizando o papel de outras disciplinas nas suas análises.

A comunicação é enxergada por DeFleur e Ball-Rokeach (1993) como uma sucessão temporal de eras, em sua ordem, de: símbolos e sinais, fala e linguagem, escrita, impressão, comunicação de massa e computadores. Uma sucessão que revela dois fatos: “Primeiro, ‘revoluções’ da comunicação têm estado ocorrendo através de toda a existência humana”, e, segundo, “o surto dos veículos de massa ocorreu bem recentemente deveras.” (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 41). Para eles a tarefa principal desse campo científico é estudar o impacto dos media em suas audiências, tendo como tarefa secundária a explicação da natureza do processo de comunicação humana, “processo biossocial, dependente não apenas da memória humana mas de fatores tais como percepção, interação simbólica e as convenções culturais de linguagens específicas.” (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 43). O estudo da natureza e influência da comunicação de massa tem três perguntas fundamentais: Qual é o impacto de uma sociedade em seus meios massivos? Como esse tipo de comunicação ocorre? O que é que a influência dela causa nas pessoas? Segundo os autores, a terceira pergunta tem dominado em sua maioria a pesquisa em comunicação massiva (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 44-45).

Além do mais, os principais paradigmas que fornecem fundamentos para o cientista da comunicação provêm da psicologia e da sociologia; entre esta última, dependendo da sua ênfase na relação mídia, sociedade e comunicação de massa, enumeram-se: funcionalismo estrutural (processos preservando a estabilidade social), evolucionismo social (processos de mudança), modelo de conflito social (natureza e significado) e interação simbólica (compartilha interpessoal de significados); do lado da psicologia, especialmente em pesquisas de comportamento, empregam-se modelos que vão desde o *behaviorismo* até a psicanálise, sendo o paradigma cognitivo o mais amplamente utilizado (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 46-47).

A partir da chamada ‘Teoria de dependência do sistema de mídia’ argumentam que o “poder do sistema de mídia reside em seu controle dos escassos recursos de informação de que indivíduos, grupos, organizações, sistemas sociais e sociedades dependem a fim de alcançar as respectivas

metas.” (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 322). Esse “controle dos escassos recursos de informação” hoje se transformou por meio de esquemas de compartilhamento em rede e outros avanços em termos de produção, transferência e disponibilização de informação. Não obstante, deve ser reconhecido o amplo poder dos meios massivos, pois o “sistema político endossa o sistema de mídia, garantindo-lhe direitos constitucionais e outros para funcionar como um sistema de informação, baseado no fato de a mídia ser essencial à direção de uma sociedade democrática.” (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 323). Mas, não é tanto que a mídia seja essencial para a democracia senão as liberdades de informação e comunicação que a mídia ou, melhor dizendo, os meios representam. Portanto, considerar a mídia como um sistema social independente, inerentemente democrático e organizado pela escassez, é ideal demais para enxergar as formas em que os vieses ideológicos atravessam constantemente os discursos midiáticos. É claro que não se deve negligenciar o papel hegemônico da grande mídia e, por isso mesmo, do seu aspecto contra-hegemônico. De outra maneira, imaginar o arranjo oligopolista dominante da mídia no mundo atual pode ver-se como um argumento meramente contestatório.

McQuail (2003) fala em teorias, estruturas, organizações, conteúdos, audiências e efeitos, macro temáticas que definem o percurso multifacetado da comunicação como campo científico e que podem ser agrupadas em quatro grandes perspectivas teóricas, tal como ilustrado no Quadro 5:

Quadro 5 - Perspectivas de base em comunicação

1 Mídia-culturalista	2 Mídia-materialista
3 Socioculturalista	4 Sociomaterialista

Fonte: Elaboração do autor a partir de McQuail (2003).

Segundo seu foco na sociedade ou na mídia e a sua afinidade, cultural ou material, cada uma delas se caracterizaria assim: (1) “envolve atenção prioritária aos conteúdos e à recepção subjectiva das mensagens midiáticas influenciada pelo ambiente pessoal e imediato;” (2) “ênfatisa aspectos estruturais e tecnológicos dos media;” (3) “ênfatisa a influência de fatores sociais na produção e recepção dos media e a função dos media na vida social;” e (4) “vê os media e os seus conteúdos principalmente como reflexo de fatores como as condições materiais e político-econômicas da sociedade (por exemplo diferença de classes).” (MCQUAIL, 2003, p. 7). Essas tendências teóricas motivaram diversas análises, entre as quais a sociomaterialista é o eixo principal da nossa pesquisa, sem, no entanto, esquecer a transcendência dos fatores culturais e midiáticos que intervêm na prática comunicativa. Quer dizer, essa prevalência das condições materiais e político-econômicas no exame da comunicação, deve-se refinar com algumas considerações midiáticas e culturais. Isto não implica, necessariamente, um ecletismo acrítico, senão o perigo de abusar do individualismo ou da supremacia cultural.

Nesse contexto geral pode-se enxergar uma dicotomia entre a comunicação massiva e a humana. A primeira colocou-se como tendência dominante no campo científico e acadêmico, em detrimento da segunda. Esta excisão pode ser pensada como um dos grandes obstáculos para compreender justamente a natureza da comunicação social, dado que ela passa a ser entendida nesse esquema como se o aspecto massivo jogasse longe o seu caráter humano. É o campo fértil para se desenvolver uma midiática ou, talvez, uma midiatologia, e não tanto uma ciência da comunicação. Uma abordagem interessante da questão é a estruturada em períodos.

Serra (2007) aponta quatro períodos no desenvolvimento científico da comunicação: o primeiro, desde meados do século XIX até os anos 1920, época de fundamentação sociológica, de criação do *Institut für Zeitungskunde* em Leipzig (1916), da Escola de Chicago, nos Estados Unidos, e a edição de *Propaganda Techniques in the World War* (1927); precisamente, este livro de Harold Lasswell é que da abertura ao segundo período que vai até o início dos anos 1960, determinado pela análise de efeitos e conteúdos midiáticos (especialmente da ‘teoria hipodérmica’ até finais dos anos 1930 e da sociologia funcionalista até começo dos 1960) e alimentado por outras contribuições vindas da matemática e a cibernética;

é de se anotar a importância neste período das perguntas básicas pelas que Lasswell considerou se poderia explicar o evento comunicativo: quem, diz o quê, em que canal, a quem, com que efeitos?

O terceiro período vai se prolongar até finais da década de 1980, época de contestação do paradigma dominante por parte de intelectuais relacionados, entre outros, com as escolas de Frankfurt (Habermas, Adorno, Horkheimer), Toronto (Innis, McLuhan) e Birmingham (Hoggart, Williams, Hall), a semiótica (Barthes, Eco), o estruturalismo (Foucault); e finalmente, o quarto período, desde finais dos anos 1980 até hoje,

Muito por consequência do trabalho de contestação e de desconstrução do “paradigma dominante”, referido no ponto anterior, a situação actual caracteriza-se por aquilo que designaremos de pluralismo paradigmático, teórico e metodológico – para indicar que o campo das ciências da comunicação se caracteriza por uma multiplicidade de paradigmas, teorias e metodologias (incluindo a maior parte dos referidos no ponto anterior) mas, ainda, e talvez mais importante do que isso, por uma pluralidade disciplinar em que se incluem ciências matemáticas, físicas, sociais, humanas e as próprias “humanidades”. (SERRA, 2007, p. 69).

O autor conclui que a temática dos efeitos dos meios massivos “acabou por dominar não só toda a sociologia da comunicação como a generalidade dos estudos de comunicação – até porque, durante várias décadas, os segundos se confundiram, em grande medida, com a primeira.” (SERRA, 2007, p. 145). Neste contexto, justifica-se uma abordagem discursiva da comunicação que faça questão de outros argumentos de ordem sociológica, antropológica, política, económica, psicanalítica.

Destaca-se ainda a procura de novos horizontes analíticos respeito dos mais recentes avanços no campo da comunicação. Por isto, uma possível ‘influência’ da internet na teoria da comunicação ainda é incerta, sendo oportuno, por enquanto, caracterizá-la como *uni-* ou *metamedium*, meio *interativo* e *desintermediador*, em suma, um meio *tudo*

em um (SERRA, 2007, p. 175, grifo do autor).³⁹ A partir desse caráter abrangente, ideal, é

que se constroem os “mitos” acerca da Internet e das suas “potencialidades” e, nomeadamente, esses três mitos centrais que são os da “biblioteca universal” – uma biblioteca virtual que coloca toda a informação, de todos os tempos e lugares, à disposição de todos os homens, configurando uma verdadeira “inteligência coletiva” –, da “comunidade virtual” – uma comunidade de cidadãos livres, iguais e fraternos, que partilham todo o saber e todo o poder, no ciberespaço – e da “aldeia global” – um mundo de cidadãos interligados, constituindo uma e a mesma “família humana”, uma e a mesma “consciência”, para repetirmos os termos de McLuhan. (SERRA, 2007, p. 178).

Tais mitos da “biblioteca universal”, a “comunidade virtual” e a “aldeia global” resumem alguns aspectos idealistas das abordagens sobre a rede mundial de computadores nas ciências da comunicação. Em geral, classificam-se os fenômenos comunicacionais segundo oposições quanto ao tempo (síncrona – assíncrona), número (interpessoal – massiva), espaço (presencial – a distância) e código (verbal – não verbal); aplicando essas classificações a uma conversa telefônica dir-se-ia “que estamos perante uma comunicação direta, interpessoal, mediatizada e verbal.” (SERRA, 2007, p. 80-81). Desse modo, com a internet teríamos um meio “tudo em um”, pois esse leque de possibilidades do fenômeno comunicativo estaria ali praticamente disponível.

³⁹ Podem ser feitas, contudo, reflexões que explorem cientificamente as dinâmicas da rede de computadores na sociedade. Pode-se dizer, por exemplo, que em “geral, as hiperligações mais importantes e que conferem maior importância às páginas para que apontam são as referentes a páginas de pessoas ou instituições que são consideradas como “autoridades” ou “referências” numa determinada área, ou que são conhecidas da opinião pública em geral, nomeadamente através dos *media* convencionais, ou, ainda, que correspondem a esses mesmos *media*. Deste modo, a visibilidade na web acaba por se ligar, de forma muito estreita, à visibilidade que existe fora da web – uma e outra formam, de fato, um verdadeiro círculo vicioso que é muito difícil quebrar.” (SERRA, 2007, p. 183, grifo do autor)).

McQuail (2003, p. 10) defende uma tipologia denominada ‘Pirâmide da comunicação’, alicerçada no nível intrapessoal (reflexão), interpessoal (díade), intragrupal (família), intergrupual/associação (comunidade), institucional/ organizacional (sistema político ou empresa) e alargado a toda a sociedade (comunicação de massas); níveis com muitos casos na sua base ‘intrapessoal’ e, gradativamente, poucos no cume ‘alargado a toda a sociedade’. Esta hierarquização ilustra gradativamente a quantidade de fenômenos comunicativos, desde os (inter)perssoais até os massivos, ficando do lado do pesquisador avaliar a maneira em que esses níveis qualificam dentro da sua problemática.

Essa procura de horizontes inovadores é uma questão de especial atenção também para Serra (2007, p. 47), notadamente, quando afirma que “qualquer ‘teoria da comunicação’ é não a teoria da ‘comunicação’ em geral mas a ‘teoria’ de um certo tipo ou aspecto da comunicação que, de forma implícita ou explícita, ela toma como ponto de partida e modelo.” Certamente a tarefa de se fazer uma teoria da comunicação em geral parece impossível. Embora se sugira procedente pensá-la melhor em termos de processo e não em tipo ou aspecto. Destarte, focando-se no movimento, na transformação constante desses tipos ou aspectos que, de outro modo, apareceriam só como pontos fixos num esquema pronto para explicar o real da prática comunicativa.

Uma prática que não se reduz aos modernos meios de informação e comunicação. Mais ainda em se tratando de uma região de grande diversidade socioambiental como é a Amazônia, área compartilhada por múltiplos povos. Lembre-se, por exemplo, que em épocas pré-colombianas os Maia tinham

descoberto que longas tiras de cortiça de cor clara podiam ser arrancadas dos pés de ficus. Compridas tiras, limas daquela casca interna, com quinze a vinte centímetros de largura e comprimento de até seis metros, eram retiradas das árvores. A tira era encharcada na água e batida até ficar com grossura uniforme e maleável. A casca era então dobrada num comprido, franzido e muito bem aparado livro, com páginas finais de madeira para fechá-lo como um acordeão. A escrita hieroglífica era pintada em ambos os lados e muitas vezes lindamente enfeitada. Os conquistadores

ficaram estupefatos ao encontrar gente no Novo Mundo que morava em complicadas residências de pedra completas com bibliotecas e livros. Durante a conquista, lamentavelmente, milhares daqueles livros foram queimados pelos militares espanhóis num esforço para reduzir o poder dos sacerdotes e líderes sobre sua própria gente. Só restam poucos exemplares. (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 35-36).

Apesar de esse legado indígena ter sido queimado, essa técnica de processamento de cortiça ou a do fabrico de papel amate (VITALE, 1983, p. 91), dedicados especialmente à conservação da escrita hieroglífica, é a ponta do iceberg em que a pesquisa sobre outras formas de informação e comunicação não ocidental se poderia desenvolver. Isto tem a ver não só com as formas pré-colombianas senão também com as que ainda são usadas pelas comunidades tradicionais na Amazônia. Explorarei esta perspectiva etnográfica em capítulo posterior. A seguir será abordado outro dos conceitos chave deste arcabouço discursivo: ideologia.

3.4 Ideologia e discurso

Imaginar a ideologia como algo metafísico ou irreal é totalmente improcedente. Talvez para Foucault represente um conceito a se evitar numa perspectiva arqueológica, mas, em nossa opinião, próxima da Análise do Discurso. Trata-se de uma noção de primeira ordem, notadamente, quando ligada a considerações econômicas, históricas e sociais relativas ao evento comunicativo.

Nesse sentido Bakhtin (1999, p. 31) anota que um “produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior.” Justamente nesse poder reflexivo-refrativo radica a força das ideologias para a reprodução ou a transformação desse mundo objetivo em que somos sujeitos em tanto estejamos assujeitados, primeiramente nas linguagens e, logo, no espaço ideológico resultante das nossas formações sociais.

Segundo Gramsci (1995) o conceito ‘ideologia’ provém do materialismo francês do século XVIII, que apontava para uma ‘ciência das ideias’, melhor dizendo, uma ‘análise sobre a origem das ideias’, que passou

mais tarde a significar um dado ‘sistema de ideias’; não obstante, o fato de ela designar tanto a superestrutura complementar de uma estrutura, assim como as ‘elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos’, causa confusão. Destarte, a análise teórica do conceito viu-se prejudicada pela supremacia do seu lado pejorativo, sendo “necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias à uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, *racionalistas*, ‘desejadas’.” (GRAMSCI, 1995, p. 62). A análise dessa distinção em relação às considerações de Marx sobre a ‘solidez das crenças populares’ fortalecem a concepção histórica em que conteúdo e forma seriam forças materiais e ideologias, respetivamente, numa diferenciação meramente didática, “já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais.” (GRAMSCI, 1995, p. 63).

Essa didática de forças materiais e ideologias indica a existência concreta de práticas, através das quais aquelas ideias corporificam-se. É de se anotar que

as ideologias não são de modo algum arbitrárias; elas são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e denunciados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade, etc., mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da inversão da *praxis*. (GRAMSCI, 1995, p. 269-270).

Verdadeiramente os fenômenos ideológicos podem aparecerem como instrumentos de dominação, de hegemonia, ou como mudança, transformação, de um estado de coisas. Esta última tendência é geralmente associada à utopia. Por isto, há quem diga que a “definição da ideologia (em oposição à utopia) como uma forma de pensamento orientada para a reprodução da ordem estabelecida nos parece a mais apropriada porque ela conserva a dimensão crítica que o termo tinha em sua origem (Marx).” (LÖWY, 2013, p. 20). O autor considera inadequada a expressão ‘falsa consciência’, pois ideologias e utopias abrangem não só orientações cognitivas, mas um

arcabouço de valores culturais, éticos e estéticos para além das categorias de falso e verdadeiro; prefere melhor falar de ‘visão *social de mundo*’, a qual “circunscreve um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma *perspectiva* determinada, por um certo *ponto de vista* socialmente condicionado.” (LÖWY, 2013, p. 21, grifo do autor).

As anteriores colocações evidenciam que a ‘ideologia’ pode ser vista como uma noção vaga e controversa, como falsa consciência ou crenças erradas que servem aos grupos dominantes; noutra sentença, ela também pode representar um sistema de crenças ou, de maneira geral, um conceito mais flexível com o qual caracterizar não só àquelas dominantes senão também às de oposição, de resistência. A respeito, entendidas como

systems of ideas of social groups and movements ideologies not only make sense in order to understand the world (from the point of view of the group), but also as a basis for the *social practices* of the group members.⁴⁰ (DIJK, [s.d.], não paginado).

Agora, se o discurso e a língua constituem práticas sociais especialmente influenciadas pelas ideologias, esta noção é, sem dúvida, de utilidade teórica e metodológica na hora de analisar as condições sociais de produção dos conteúdos publicados pelas organizações indígenas e, por sua vez, textos (como as constituições, leis e demais) que enquadram as práticas sociais em que elas mesmas estão envolvidas. Nesse contexto, é muito sugestivo frisar que

as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

⁴⁰ “Como sistemas de ideias de movimentos e grupos sociais as ideologias não só fazem sentido para compreender o mundo (desde o ponto de vista do grupo), mas também como uma base para as *práticas sociais* dos membros do grupo.” (Tradução nossa).

Outra característica importante de assinalar é que as ideologias podem ‘naturalizar-se’, sendo então não mais visíveis como ideologias e enxergadas como ‘senso comum’. Esta naturalização poderia ser explicada pelo processo de construção do sujeito e a expressão ‘formações discursivas ideológicas’ dominantes (FAIRCLOUGH, 1995). Trata-se do efeito de senso comum, de naturalidade, a que pode chegar uma determinada ideologia quando atinge um caráter hegemônico.

Para Voloshinov (apud MIOTELLO, 2005, p. 169), ela é “todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sígnicas.” Palavras ou outras formas sígnicas, entendidas na sua condição dialógica, onde a subjetividade só pode constituir-se pela instauração de sentidos. Por tais razões, na abordagem bakhtiniana, o fenômeno ideológico caracteriza-se “como a expressão, a organização e a regulação das relações histórico-materiais dos homens.” (MIOTELLO, 2005, p. 171). Na década de 1960 uma abordagem mais aprofundada do conceito vai se desenvolver através da expressão ‘aparelhos ideológicos’.

Althusser (1970, p. 43-44) afirma que os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) designam “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas.” Entre estes AIE, representando essas ‘instituições distintas e especializadas’, estão: o religioso, o escolar, o familiar, o jurídico, o político, o sindical, o da informação, o cultural. Não há aparelho puramente repressivo nem puramente ideológico, mas um entrecruzamento desses níveis na prática discursiva. A tese de Althusser é que a reprodução das relações de produção é mormente garantida pelos fundamentos jurídico-políticos e ideológicos da superestrutura, isto é, pelo exercício do poder estatal sobre o aparelho repressivo e sobre as instituições ideológicas (ALTHUSSER, 1970, p. 53).

Não obstante, para Althusser a ideologia não pode ser definida somente como falseamento ou ilusão, assim se reconheça a dominância desses aspectos nos AIE. Ela não é um reflexo, mas uma ‘representação’ da relação imaginária dos sujeitos com as condições de sua existência. Assim sendo, ela não pode-se enxergar como só imaginação, pois alude também ao mundo material: “ideologia = ilusão/alusão” (ALTHUSSER, 1970, p. 78). Justamente pelo caráter imaginário dessa relação é que a ideologia poder-se-ia ‘moldar’, refratando mas do que refletindo as condições existenciais. Neste sentido, poderia dizer-se que o mecanismo ideológico instaura-se como uma ‘representação da representação’.

Além do mais, a ideologia coordena de modo indireto as relações com o mundo real, manifestando-se em práticas que lhe conferem a sua especificidade material, através de rituais dentro de aparelhos ideológicos. Daí que, considerando um dado sujeito, segundo Althusser (1970, p. 88-89, grifo do autor): “suas ideias são atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que relevam as ideias desse sujeito.”

Tais argumentos sobre a manifestação material das ideologias endereçam-nos para o tema da interpelação dos indivíduos em sujeitos. Este processo é concebido como ‘o efeito ideológico elementar’, “eu e você (leitor) somos *sempre já* sujeitos e, como tais, praticamos ininterruptamente os rituais do reconhecimento ideológico, que nos garantem que somos efetivamente sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e (naturalmente) insubstituíveis.” (ALTHUSSER, 1970, p. 97, grifo do autor). Afirma-se mais especificamente “*que a categoria de sujeito só é constitutiva de toda a ideologia, na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) ‘constituir’ os indivíduos concretos em sujeitos.*” (ALTHUSSER, 1970, p. 94, grifo do autor). Isto define a importância da crítica do sujeito (esboçada no segundo capítulo desse trabalho) numa teoria discursiva da comunicação.

No quadro althusseriano, de um lado, há uma ‘teoria das ideologias particulares’, relativa a posições de classe, e, de outro, uma ‘teoria da ideologia em geral’, “que permitiria evidenciar o mecanismo responsável pela reprodução das relações de produção, comum a todas as ideologias particulares.” (MUSSALIM, 2006, p. 103). Em outras palavras, existe ali uma tensão entre teorias particulares e uma teoria geral da ideologia, tensão resolvida em favor das críticas concretas, históricas, como fundamento científico social. Dessa maneira, poder-se-ia pensar que as condições econômicas determinam as instâncias jurídico-políticas e ideológicas e estas, por sua vez, retornam na reprodução das relações de produção. Com esta perspectiva, apresentaram-se algumas reflexões sobre o fenômeno ideológico, as quais complementam as já referidas sobre a temática do sujeito.

3.5 Poder e práticas sociais

3.5.1 História, sociedade e relações de dominação

O exercício cidadão das entidades indígenas analisadas desenvolve-se dentro das dinâmicas de vários estado-nação sul-americanos. Neste âmbito,

as TICs são uma matéria relativamente nova na pesquisa das formas étnicas de entendimento e exercício democrático.⁴¹ Não obstante, os estudos mais tradicionais assinalam tendências onde, certamente, os grandes grupos editoriais têm uma grande influência na sociedade e, muitas vezes, chegam a se concentrar em monopólios e oligopólios. Esse predomínio, ainda hoje, é, sem dúvida, corrente, num processo de homogeneização sem precedentes que ameaça a diversidade social e ambiental da região amazônica. No entanto, existem também movimentos de resistência e defesa contra, por exemplo, a mercadorização dos bens comuns como a terra, a água, o conhecimento, etc.

Se aceitarmos com Clastres (2003, p. 234) que a “história dos povos que têm uma história é” “a história da luta de classes”, e que a “história dos povos sem história é” “a história da sua luta contra o Estado”, então, poderíamos dizer que boa parte desses movimentos dirige suas reivindicações contra um estado-nação atualmente cooptado pela filosofia do capital e fantasiado de democracia. Em nosso caso, a Amazônia é o resultado de uma grande confluência de povos e culturas através do tempo e do espaço, onde estruturas de classe (como a organização estatal incaica) lograram se consolidar na parte ocidental da bacia que hoje se divide em territórios nacionais bolivianos, peruanos, equatorianos e colombianos. É claro que organizações estatais pré-colombianas diferem dos estados-nação contemporâneos e que essa mesma trajetória cultural nutre a recusa ativa do Estado como aparelho coercitivo por parte dessas sociedades originárias.

Para Le Goff (2013, p. 55), “não há sociedades sem história”, pois a oralidade e a escrita convivem em geral e, mesmo que a escrita tenha um papel fundamental na história, não nasce com ela. Destarte, nas sociedades ditas ‘pré-históricas’ ou ‘primitivas’ é mais pela insuficiência de investigações ou a desvalorização dos mitos como fonte, que a sua história tem sido negligenciada (LE GOFF, 2013). Daí que o historiador assinale certamente que “uma história lenta dos vencidos é também uma forma de oposição, de resistência à história rápida dos vencedores.” (LE GOFF, 2013, p. 70).

Em 1971, Nathan Wachtel (apud LE GOFF, 2013, p. 69-70) analisou questões da memória Inca face à conquista espanhola, lembrando que esta última não afetaria a uma sociedade sem história. Dentro da história dos incas isso resultou numa perda de identidade, sendo que a morte dos seus

⁴¹ O que pode ser pensado também como uma aproximação das formas em que os conhecimentos e os saberes tradicionais perfilam as suas posições diferenciadas nas práticas democráticas.

governantes e seus deuses constituíram para eles um ‘traumatismo coletivo’ como um grande acontecimento de descontinuidade histórica. Nesse caso, forjou-se uma ‘tradição como meio de recusa’, forma específica de resistência e oposição ‘lentas’ ante o domínio espanhol.

Um objetivo semelhante defende Löwy (2013, p. 267) que, refletindo sobre algumas teses de Walter Benjamin, sublinha a importância do ponto de vista dos vencidos na história latino-americana, sendo tarefa do historiador ‘escovar a História a contrapelo’, ou seja, “não aceitar unir-se ao cortejo triunfal, opor-se à versão oficial e dominante da História, a que acaricia o processo no sentido da pelagem.” Trata-se de um horizonte consequente com nosso arcabouço teórico e metodológico, alicerçado pelo materialismo histórico e a transdisciplinaridade.

Tomada dessa forma a relação dos grupos indígenas e os estados-nação sul-americanos temos uma chave para entender essas outras formas não ocidentais do poder. E se a mídia é campo de batalha pelo poder, manifestam-se ainda assimetrias sociais quanto à visibilidade das lutas indígenas, num sistema de meios que mais parece o braço do Estado do que uma verdadeira ágora cidadã. Uma pesquisa revelou que, por exemplo, na produção de notícias durante os primeiros anos do século XXI os desterrados, as negritudes, os indígenas, os jovens e as minorias sexuais são invisíveis em sua condição de sujeitos e de fontes da informação, no meio de umas agendas informativas bastante excludentes (BONILLA; CADAVID BRINCE, 2004). Contra isso estão também lutando as organizações étnicas, pois boa parte da aparelhagem midiática responde a objetivos alheios aos princípios democráticos (ainda que, cinicamente, digam o contrário). Consequentemente a relação do discurso com o poder começa-se a revelar na maneira em que a produção informativa e de comunicação é feita na atualidade.

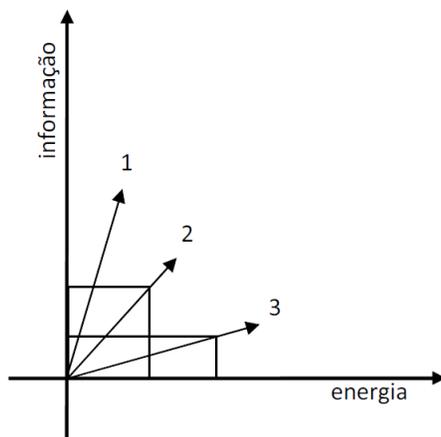
Produção que vem sendo articulada também pelas entidades dos povos amazônicos que se conformaram há várias décadas já, pois

O indígena a través de suas organizações vem assumindo várias responsabilidades tradicionais e inerentes ao Estado, como: educação e formação de seus dirigentes com critérios pedagógicos próprios, quase sempre inspirados na educação popular. (ANDRADE TAPIA, 2008, p. 190).

Responsabilidades estatais que hoje compreendem para essas organizações, ademais da educação, setores tão importantes como os da informação e da comunicação. Num contexto onde o mercado é artificialmente sustentado pelo estado, o que resulta na formação de oligopólios da mídia, aos quais terminam se atrelando outros tipos de mídia dita alternativa, pública ou comunitária. Por reivindicarem o bem-estar indígena elas agem, então, como agentes sociais e, por extensão, agentes comunicativos, com algum poder para reivindicar suas lutas materiais e, claro, simbólicas. O que as aproxima, sem dúvida, do político.

O poder tem se definido em termos de controle e dominação de indivíduos e grupos sobre outros indivíduos ou grupos, numa dinâmica que produz tensões e conflitos; mas, quando considerado pelos meios mobilizados, pode-se definir “por uma combinação variável de energia e informação. Com esses dois elementos presentes, é possível dizer que há poderes com forte componente energético ou, inversamente, poderes com forte componente informacional.” (RAFFESTIN, 1993, p. 55). Três possíveis lugares dessa tópica são: (1) Poder com forte componente informacional; (2) Poder médio, com uma combinação equilibrada de informação e energia; e (3) Poder com forte componente energético. Esta concepção é ilustrada a seguir (Figura 3):

Figura 3 - O poder segundo os meios mobilizados



Fonte: Raffestin (1993).

Tal conceitualização sugere pensarmos as organizações indígenas como entidades com maior poder informacional do que energético, enquanto o Estado representaria um organismo com maior poder energético. Classificação que deve tomar-se com muito cuidado, já que a combinação de informação e energia pode ser difícil de quantificar e que os estados-nação vêm desenvolvendo esse componente informacional crescentemente. Agora bem, o valor que ela traz está representado pela evolução das infraestruturas estatais, que precisam de grandes fontes energéticas, perante as das organizações tribais, mais ligadas ao metabolismo planetário e à comunicação oral dos saberes.

Nesse sentido tem se desenvolvido lutas por parte dos povos indígenas contra os estados nacionais, procurando o reconhecimento de seus territórios ancestrais. Um processo que aponta as diversas práticas de saber e poder decorrentes da luta de classes, onde se, por um lado, um dispositivo pode ser manipulado por um dos agentes sociais, de outro, pode ser utilizado numa perspectiva transformadora. Por isso, como disse Acselrad (2010, p. 12):

Quando redes de organizações e agências recorrem ao conhecimento local sobre o sistema de relações pelo qual o espaço é usualmente produzido, tais iniciativas podem tanto servir a estratégias de produção e controle sobre o “território médio” da dominação, como podem servir a construir direitos territoriais e instabilizar a dominação.

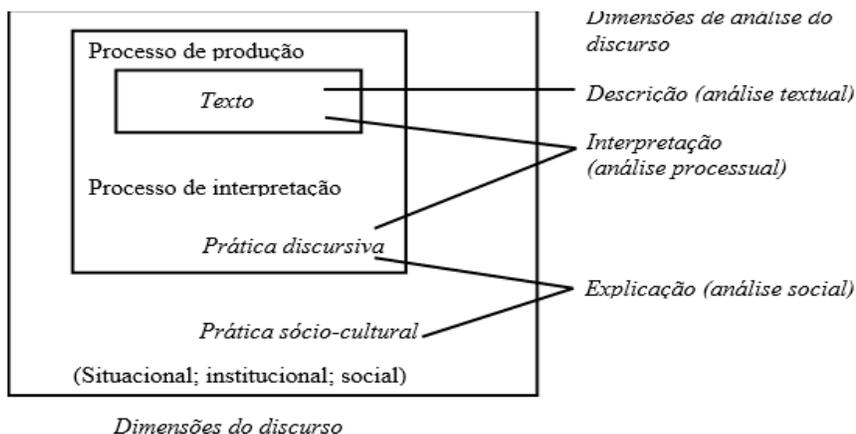
Essas tensões e lutas pelo espaço, pelo território, trasladam-se também para a arena informacional, onde essas duas articulações de forças estão “envolvidas igualmente pelo debate sobre o impacto das novas tecnologias da informação sobre os conteúdos, as formas e os meios de controle sobre a representação cartográfica.” (ACSELRAD, 2008, p. 11). As organizações nativas que desenvolvem projetos informacionais apresentam, portanto, determinações sociais que explicam a forma em que elas estão inserindo-se no mundo das TICs; aproveitando as suas facilidades e confrontando ou sofrendo as ameaças nelas atreladas.

3.5.2 Texto e prática social

A abordagem tridimensional do discurso (FAIRCLOUGH, 1995) foi pensada para a pesquisa social e cultural pela sua ênfase nas relações entre prática social e linguagem e a investigação das conexões entre a natureza dos processos sociais e as propriedades dos textos (entende-se aqui o texto como um 'produto' da linguagem, escrito ou falado, resultante dos processos discursivos). Dessa maneira, integrando uma micro e uma macro análise discursiva, numa perspectiva crítica.

Nessa abordagem, o discurso é visto simultaneamente como texto falado/escrito, prática discursiva e prática sociocultural. Por enquanto, é de salientar a visão de processo ali presente. Um texto pode estar embutido numa prática sociocultural em diferentes níveis: na situação, na organização e na sociedade. O método inclui a descrição do texto, a interpretação das relações dos processos discursivos e o texto e a explicação da relação entre os processos discursivos e os sociais (FAIRCLOUGH, 1995, p. 97). Essa perspectiva que dá ênfase à interação entre texto, prática discursiva e prática sociocultural foi esquematizada da seguinte maneira (Figura 4):

Figura 4 - Concepção e método tridimensionais de análise do discurso



Fonte: Fairclough (1995).

Essa abordagem tridimensional é alicerçada em três macro funções da linguagem: ideacional, textual e interpessoal, as quais caracterizam os

discursos nas ações, instituições e as formações sociais. Não obstante, considera-se inadequado falar em texto, seja escrito ou falado, e o equiparar ao discurso. Portanto, texto, como unidade analítica, revisitar-se-á em capítulo posterior. Por enquanto, frisa-se como as práticas socioculturais e as discursivas envolvem o agir comunicativo, quando ele é enxergado sob uma ótica crítica.

Nesse sentido, as chamadas TICs enxergam-se como resultado e origem de diversas práticas sociais, não meros produtos materiais ou mercadorias de moda. Por isso, um caminho certo é pensar o político-econômico, através do eixo da cidadania nos meios digitais. Dessa forma, tais práticas tecnológicas devem, necessariamente, analisar-se em termos de modos e relações de produção, como processo, antes do que como produto. Trata-se de um pressuposto da nossa abordagem, a partir da qual os fenômenos comunicativos, até aqueles ditos monológicos, são pensados objetivamente, na sua manifestação discursiva, materializados pela(s) linguagem(ns) segundo umas condições concretas de realização.

Como indicado na problemática apresentada no projeto de qualificação, o status constitucional da informação e a comunicação nos estados analisados nesse documento outorga no papel amplos direitos e alguns deveres e restrições nessas duas matérias. Também o relatório especial das Nações Unidas sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão assinala o aumento de mecanismos sofisticados de bloqueio e filtragem usados pelos estados e entidades privadas para censurar conteúdos (LA RUE, 2011, p. 20). Embora, a censura mais efetiva poderia ter raízes nos mínimos incentivos dados por esses estados e corporações para a consolidação de meios e mensagens que fortaleçam os contextos plurinacionais e multiculturais das repúblicas sul-americanas, entravando dessa forma as reivindicações cidadãs, feitas pelas populações e organizações indígenas.

Enxergando, então, as reivindicações sociais indígenas como uma parte fundamental do exercício de uma cidadania étnica, o aumento da importância de aspectos informacionais nas organizações indígenas amazônicas tem a ver diretamente com essas trajetórias políticas, de décadas passadas e atrasadas. Com a evolução desse exercício cidadão, expresso em diversos documentos legais de ordem nacional e internacional, vê-se como as lutas sociais e organizacionais pelo acesso à terra e o respeito pelo direito consuetudinário, estão estreitamente ligados a um ideal de

cidadania decorrente da organização republicana democrática, a qual tem tido também sérias limitações como se verá em seguida.

3.6 Da cidadania incompleta à cidadania étnica

Desde uma perspectiva jurídica a cidadania é

um termo que podemos considerar como descritivo de uma realidade social, que denota a existência de fato de um direito consagrado constitucionalmente e defendido através de instituições jurídicas e políticas, ou como um termo de índole prescritiva, quando através dele se enuncia um modelo de Cidadania definido pelo próprio Estado, através do seu governo. (MORGADO, 2010, p. 51).

Conseqüentemente, seja em termos descritivos ou prescritivos, um conceito que vem fundamentar reivindicações civis e políticas, decorrentes dos direitos humanos e do cidadão, proclamados na época da Revolução Francesa. Direitos que nas democracias liberais, no entanto, mascaram as maiores iniquidades quanto às decisões políticas e econômicas que, ora apelam para os ‘cidadãos’, ora para os ‘clientes’.

A esse respeito, diz Gudynas (2004, p. 233) que na América Latina a cidadania é restringida à participação política ou de mercado, deixando de lado a sua “presença em diferentes espaços coletivos, onde a pessoa se converte num sujeito que responsabilmente aporta na construção das estratégias de desenvolvimento.” O que constitui um exercício imperfeito, pois ela

implica recuperar essa capacidade de protagonizo para poder tomar decisões, e não ficar reduzidos a meros objetivos passivos. Quando estes aspectos não se cumprem, e ainda sob regimes democráticos que permitem o voto, o exercício cidadão é incompleto. (GUDYNAS, 2004, p. 233).

Nesse contexto, os processos de reivindicação cidadã, sem ‘essa capacidade de protagonizo’ para a tomada de decisões, vem perdendo espaço no manejo de bens comuns como a terra, a água, o conhecimento tradicional, o espectro eletromagnético. Mas, por isso mesmo, as TICs sobressaem como uma volta da oportunidade de recuperar tal capacidade de protagonizo, em termos da interconexão eletrônica atingida em nossos dias.

Hoje aquela capacidade de protagonizo é atravessada pelo uso intensivo de máquinas da era industrial e todo tipo de controladores e sistemas de automação, de uma era dita informacional (tais como o telefone, o rádio, a televisão, o fax, o computador). E se algumas estratégias de desenvolvimento de TICs são construídas sem a participação de todos os envolvidos, com o conhecimento de que tais ferramentas aperfeiçoariam a sua própria participação e, teoricamente, as probabilidades da comunicação, pode falar-se de um exercício imperfeito, incompleto, e que, portanto, não é uma questão que se refere simplesmente às ciências da comunicação.

No caso da geografia, Santos (2000, p. 54) nos lembra esse exercício imperfeito, atrofiado, em nossas latitudes, pois

Ser ‘cidadão de um país’, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político.

Revalorização e adequação muito pertinentes nessa análise de organizações indígenas amazônicas, pois esse estatuto político dos lugares, do local, tem se transformado com a consolidação da democracia liberal na América do Sul. Horizonte que faz questão de lembrar-nos que as relações de produção e dominação se materializam também nos lugares, a começar pelo espaço local.

Não se deve esquecer que ao “levar em conta o saber local, respeita-se o ator local não só como receptor passivo, mas como fonte de informação, um passo essencial no processo de empoderamento da comunidade e de

conquista de cidadania.” (STEINBRENNER, 2004, p. 43). Um olhar que cada vez mais enfatiza o caráter ativo do sujeito discursivo. No entanto, lembre-se que a “cidadania já não se constitui apenas em relação a movimentos sociais locais, mas também em processos de comunicação de massa.” (CANCLINI, 1999, p. 139). Dessa forma, Canclini adverte para não perder de vista a interdependência da mobilização social local e a esfera comunicativa, que é parte fundamental do exercício cidadão.

É claro que as lutas pelos direitos locais estão presentes também nos objetivos e na agenda das organizações regionais indígenas, pois, tendo os direitos consagrados em constituições e leis, a sua aplicação concreta exige múltiplos esforços por parte dos setores envolvidos nessas reivindicações. O que é, sem dúvida, uma problemática sobre a que as entidades indígenas precisam refletir como representantes de uma diversidade de povos dispersos na extensão amazônica, em locais onde podem chegar realmente sinais de satélites, aproximando esses lugares pelas suas possibilidades de interconexão planetária.

Uma perspectiva a partir da qual se fala também de uma cidadania planetária alicerçada nessa abrangência territorial das TICs. Porém, a “cidadania do cidadão do mundo está apenas em esboço, pensada, prometida, imaginada.” (IANNI, 1995, p. 109). Como uma virtualidade sem realização apesar dos amplos fluxos de informação e mais eficazes instrumentos de comunicação hoje existentes no mundo. Portanto, deve-se dizer que os aspectos jurídicos, formais ou filosóficos da cidadania que embasam a democracia representativa não dão conta da inserção ativa, resistente, das sociedades indígenas nos espaços políticos republicanos.

Para isso, prefere-se a expressão ‘cidadania étnica’, com a qual marca-se a diferença respeito da cidadania do quadro democrático-liberal e reconhecem-se os povos como sujeitos de direito. Outra cidadania que acolhe os anseios históricos dos movimentos sociais indígenas pelo acesso à terra e o respeito pelo direito costumeiro. Anseios que espalham-se pela América Latina, onde “existen reclamos y demandas de comunidades, organizaciones y movimientos indígenas que pueden ser llamados de ‘ciudadanía étnica’.”⁴² (LEYVA SOLANO, 2007, p. 52). Reclamos e demandas que contestam os fundamentos liberais dos estados latino-americanos e obrigam revisitar os conceitos políticos. Por isto, convém

42 “existem reclamos e demandas de comunidades, organizações e movimentos indígenas que podem ser chamados de ‘cidadania étnica’.” (Tradução nossa).

usar el término ciudadanía étnica para referirse a las características de los derechos ciudadanos de los miembros de un pueblo indígena al interior de un estado nacional. Por parte del Estado, la aceptación de tales características conlleva – por el principio de equidad – la implementación de políticas de acción afirmativa que combatan la exclusión.⁴³ (PEÑA, 2006, apud LEYVA SOLANO, 2007, p. 44).

A ideia de ‘cidadania étnica’ começa a ser espalhada na década de 1990 por Andrés Guerrero, Rodrigo Montoya e Guillermo de la Peña, cientistas sociais de Equador, Peru e México, respectivamente. A partir dela foram pensados os povos como sujeitos de direitos, diferentes, portanto, do conjunto nacional desses países. Nesses idos, Guerrero se perguntava se o Estado equatoriano possibilitaria uma reformulação alicerçada na cidadania étnica ou plurinacional, através do vínculo entre estado-nação e povos indígenas, na qual se estabeleceriam direitos e deveres formalizados na lei (LEYVA SOLANO, 2007).

Dita expressão sintetizou o alcance que as demandas indígenas começavam a ter no contexto nacional, em países onde a ordem constitucional ratificou (ou ratificaria em anos posteriores) os direitos humanos e do cidadão, os quais cimentavam juridicamente uma dinâmica certamente alheia àquela dos povos indígenas, mas que tem sido estrategicamente usada pelas organizações para além do quadro liberal. É um processo intercultural em desenvolvimento que transforma seu escopo segundo o ritmo das lutas sociais atuais e não de uma retificação histórica.

Assim, segundo Hale (2002, p. 521), essas reformas multiculturais não estão focadas primariamente na retificação da injustiça histórica pelos direitos cidadãos estabelecidos; mais do que isso, elas envolvem novos direitos afirmativos e a implantação de uma nova relação entre esses grupos e o resto da sociedade. Mudança influenciada pela onda de democratização dos anos 1980 e as dinâmicas neoliberais de aceitação limitada de direitos coletivos. Contexto em que os movimentos pelos direitos culturais têm de ocupar os espaços abertos pelo multiculturalismo

⁴³ “Convém usar o termo cidadania étnica para referir-se às características dos direitos cidadãos dos membros de um povo indígena ao interior de um estado nacional. Por parte do Estado, a aceitação de tais características leva – pelo princípio de equidade – à implementação de políticas de ação afirmativa que combatam a exclusão.” (Tradução nossa).

neoliberal, articulando-se ao bloco dominante, ao menos que isso não seja parte de uma estratégia bem desenvolvida e orientada para a resistência centrada numa alternativa política bem concebida (HALE, 2002, p. 522).

Nessa ordem, expressões como ‘cidadania étnica’ e/ou ‘nação étnica’, resgatam a caracterização da dinâmica estabelecida pelos direitos e deveres adquiridos pelos povos indígenas em sociedades plurinacionais. Sociedades nacionais como o Brasil, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, México, em geral, América Latina, compartilham tais características, sendo, de fato, nações que acolhem no seu seio uma grande diversidade de povos e culturas, ao longo do Abya yala⁴⁴.

No percurso feito nesse capítulo não se esgotaram as possibilidades analíticas, embora se tenha mais clara agora a forma em que nos aproximamos do nosso objeto. Com esse fim são desenvolvidas, no capítulo seguinte, as principais colocações metodológicas respeito dessa abordagem. Para isso, refletiremos, respetivamente, sobre o materialismo histórico, a dialética, o *corpus* de pesquisa e os bens comuns. O que nos encaminhará, finalmente, numa tópica transdisciplinar da comunicação.

⁴⁴ O “Abya yala é ideia usada por representantes de diferentes etnias indígenas para se referir ao continente, sendo o contrário do termo ‘América’. Quer dizer ‘terra madura’; segundo alguns: ‘terra viva’, a ‘terra em florescimento’.” (ANDRADE TÁPIA, 2008, p. 29).

4 MATERIALISMO HISTÓRICO, METODOLOGIA DISCURSIVA E BENS COMUNS

É de vital importância, na nossa condição de cientistas, refletir sobre o percurso que representa o processo específico de cada pesquisa. Um percurso ligado, sem dúvida, com o saber humano, prática sócio-histórica que produz e reproduz, incessantemente, o nosso complexo universo de conhecimentos. É pensar na caminhada, cujo sentido é endereçado por rastros e pegadas, em suma, vestígios, deixados numa trilha por outros percorrida, aventurando sendas desconhecidas e atalhos que permitam novas descobertas.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar os mais importantes elementos metodológicos da nossa pesquisa. Como o indica o título, esses fundamentos provêm do materialismo histórico, da Análise do Discurso e dos *commons*. Mas, antes de se considerar cada um desses aspectos, é necessário desenvolver algumas linhas sobre as chamadas reconstruções ou polos do âmbito metodológico.

4.1 Metodologia: reconstruções e polos

Começaremos pelos polos. De Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) concebem a metodologia como uma prática a ser entendida num modelo *topológico*, representado pelo epistemológico, teórico, morfológico e técnico. O polo técnico da nossa pesquisa foi comparativo e de experimentação em campo; foram selecionadas com esse fim seis organizações regionais indígenas da bacia amazônica, nas quais foram feitas visitas, observações diretas, entrevistas e coleta de outros dados. Lembra-se que “a análise comparativa está centrada na realidade concreta e complexa das organizações e não, como na experimentação em laboratório, num objeto de pesquisa artificialmente reduzido à capacidade de manipulação do pesquisador.” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 228). Desse modo, com uma perspectiva mormente adequada às dinâmicas múltiplas e diversas coexistindo nessa grande bacia. Neste polo se planejou a visita a centros documentais e eletrônicos e a leitura de teses, dissertações, livros, artigos, dicionários, relativos à revisão da literatura, e com os quais se estabeleceu um quadro teórico e metodológico inicial que foi, posteriormente, complementado por um *corpus* analítico de enunciados sobre a cidadania e seus efeitos de sentido, num contexto corporativo comunicacional indígena.

Quanto ao polo morfológico, o quadro de análise proposto é dinâmico porque defende uma ótica interdisciplinar endereçada ao transdisciplinar. Em outras palavras, imaginando-os como dois momentos que interagem e aperfeiçoam a pesquisa científico-social. Pressupõe-se aqui que o conhecimento popular não concorre com o discurso científico e tecnológico e que, pelo contrário, complementa-o. Consequentemente, o saber e as práticas comunicacionais nas organizações indígenas representam uma oportunidade hodierna (não uma pré-história da comunicação indígena) na aproximação da análise entre conceitos e argumentos disciplinares e outras noções ou considerações que estão além de seu escopo. Ideia que se sustenta na necessidade de se pensar o conhecimento como totalidade que, ainda que seja uma atividade proeminente no campo da educação universitária, não se reduz ao seu âmbito. Acredita-se

que esse parcelamento do conhecimento científico e tecnológico é socialmente produzido, e que tem seu fundamento último na realimentação recorrente em uma excisão entre o conhecimento especializado e institucionalizado e o vasto território do que poderíamos denominar “conhecimento popular”. (ALIMONDA, 2006, p. 45).

Como tal excisão é socialmente produzida, então, uma prática transdisciplinar deve, em algum momento, projetar formas de se religar conhecimento especializado e conhecimento popular. Dessa maneira, o saber e o fazer comunicacionais não ocidentais deveriam redescobrir-se, revisitar-se, como tarefa que corresponde notadamente à ciência. Esse dinamismo da nossa análise é representado também na descrição, interpretação e explicação, como instâncias que, ainda não necessariamente nessa ordem sucessiva, articulam nossa aproximação ao objeto estudado.

É conveniente entender os agentes organizacionais envolvidos como “redes de movimentos sociais” e não como um “coletivo em rede” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 216), pois em tanto esse último corresponde a situações mais espontâneas e de comunicações iniciais de agentes e organizações através de redes técnicas, o primeiro refere redes mais complexas que se retroalimentam num processo dialógico. Este último tipo formará então uma identidade, definirá adversários e objetivos ou algum projeto de movimento, o qual se ajusta ao tipo de organizações analisadas.

No polo epistemológico, acolhe-se a lógica dialética pelo seu alcance interdisciplinar, pela sua abrangência, pois se trata da “presença de uma ontologia e de uma concepção do mundo materialista que engloba ao mesmo tempo as ciências da natureza, as ciências sociais e a história.” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1977, p. 66). Uma abordagem próxima do modo transdisciplinar que religa em vez de reduzir, de parcelar, o universo do saber. Além disso, torna-se conveniente porque, em seus aspectos epistemológicos, a implicação do pesquisador com o objeto investigado é considerada ali como condição e não obstáculo para a produção de conhecimento.

Em relação ao polo teórico, nosso quadro é pluralista, entendendo as TICs como produto e processo de interações sociais em que estão envolvidas as organizações indígenas na atualidade e, por isto mesmo, com a sua história. Trata-se de uma reconstrução metodológica pluralista, segundo o nosso instrumental lógico, epistemológico e ontológico, se a pensarmos segundo a classificação proposta por Oliveira Filho (1976).

Segundo essa concepção, a expressão ‘reconstrução metodológica’ é uma via que permite lidar “com a diversidade teórica e técnica das ciências sociais” salientando, de vez, “o seu caráter ativo, fruto de escolhas efetivadas sobre um repertório instrumental de época.” (OLIVEIRA FILHO, 1976 p. 272, 276). A relevância dessas ideias pode ser entendida se considerarmos o caráter cumulativo e histórico das ciências. Assim, nessa reconfiguração de um determinado esquema metodológico (específico para cada pesquisa), vão se aprimorando, paulatinamente, os processos de investigação, graças ao “caráter racionalmente aberto e sempre provisório” dessas reconstruções (OLIVEIRA FILHO, 1976, p. 272). Esta maneira de enxergar-se a metodologia é de grande valor heurístico, pois “nos permite não somente visualizar mas também mais facilmente pensar as várias possibilidades de que se reveste a pesquisa interdisciplinar.” (ALVARENGA et al., 2011, p. 54).

Em nosso caso, o interdisciplinar é um passo necessário para o transdisciplinar. E, nessa caminhada, considera-se igualmente útil explicitar as nossas escolhas fundamentais. O que será feito a continuação, sem, no entanto, ter de voltar mais detalhadamente sobre essa topologia de polos ou das reconstruções metodológicas, as quais achamos de grande valor para pensarmos a forma em que os processos de investigação científico social são articulados e desenvolvidos.

4.2 Materialismo histórico e dialética

A relação entre conhecimento e realidade é fundamental na prática científica. Daí que o materialismo histórico afirme o primado do ser respeito da consciência, pois, em palavras de Engels (2005, p. 15, *itálico do autor*), não “*se pode separar o pensamento da matéria que pensa.*” Desconsiderar essa unidade diversa em favor de só um de seus lados implicaria, conseqüentemente, o retorno ao idealismo ou ao empirismo. Pressuporia uma redução e uma simplificação inadequadas à determinação do ser a partir de uma aproximação materialista e dialética.

Para Mayo (1960, p. 30), o materialismo ou realismo marxiano assinala a aceitação da evidência dos sentidos, unida à convicção da existência do mundo exterior, independente de qualquer observador. Além disso, Marx procura distingui-lo do materialismo mecanicista que enxerga o ser humano como uma máquina ou que reduz o seu comportamento a leis físico-químicas (MAYO, 1960, p. 34). Mas, por que ‘materialismo histórico’ e não simplesmente ‘materialismo’? Utiliza-se a expressão ‘materialismo histórico’

para designar essa concepção dos roteiros da história universal que vê a causa final e a causa propulsora decisiva de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações do modo de produção e de troca, na conseqüente divisão da sociedade em diferentes classes e nas lutas dessas classes entre si. (ENGELS, 2005, p. 20).

Excetua-se o Estado primitivo dessa dinâmica de luta de classes, relativa às relações econômicas numa dada época, e se considera a estrutura econômica como a base real da sociedade na história, cujas propriedades explicariam a superestrutura, articulada em instituições jurídicas e políticas, além de ideologias de cunho religioso, filosófico, etc. (ENGELS, 2005, p. 66).

Em capítulo posterior voltaremos sobre essa exceção do materialismo histórico ao se ponderar o tempo primigênio da humanidade. Por enquanto, ressalta-se que a

concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na *filosofia*, mas na *economia* da época de que se trata. (ENGELS, 2005, p. 69, grifo nosso).

O grifo dado nesse parágrafo às palavras ‘filosofia’ e ‘economia’ alerta para o cuidado de entendê-las no âmbito teórico e metodológico do materialismo histórico. Sendo assim, as determinações do ser social e suas mudanças não devem ser pesquisadas só nas consciências individuais ou na ideologia mas, fundamentalmente, na estrutura, base primeira de uma sociedade, representada pelas forças produtivas (força de trabalho e meios de produção) e as relações de produção, o que, em síntese, compõe um modo de produção (e reprodução).

Em relação com a ontologia marxiana, assinala-se que, no seu cerne,

Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto: Isso conduz a duas conseqüências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: ‘formas do existir, determinações da existência’. (LUKÁCS, 1968, p. 2-3).

Na perspectiva lukacsiana, o ser só chega a ser humano através do trabalho, num processo em que por meio de respostas a suas carências (logo

articuladas como perguntas) vai constituindo a sua consciência (LUKÁCS, 1968, p. 5). Aos poucos, esse comportamento condicionado pela necessidade (não meramente natural), originada nas carências da existência imediata, vai dando lugar também à liberdade, universo crescente de possibilidades para transformar o mundo e se transformar. Daí a conhecida formulação marxiana de que os homens fazem a sua história em circunstâncias não escolhidas por eles; o que “quer dizer o mesmo que antes formulamos do seguinte modo: o homem é um ser que dá respostas.” (LUKÁCS, 1968, p. 16).

Com razão se diz que a “economia burguesa fornece a chave da economia antiga”, mas não à “maneira dos economistas, que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e vêem a forma burguesa em todas as formas de sociedade.” (MARX, 1984a, p. 414). Isso representa para o cientista social uma tarefa analítica rigorosa com seu objeto, pois, a diferença das ciências naturais, aqui “não se pode utilizar nem microscópios, nem reagentes químicos: a capacidade de abstração é o seu único instrumento.” (MARX, 1984b, p. 419). E onde, conseqüentemente, o universo simbólico cumpre papel fundamental no desentranhamento do real.

Por isso é que a metodologia marxiana frisa constantemente que a base econômica é sempre social e historicamente construída, e não meramente uma construção econômica geral e abstrata. Com efeito, considero importante aqui sublinhar essa perspectiva crítica perante as abordagens reducionistas, as quais simplificam e, potencialmente, tergiversam a realidade social. O que, sem dúvida, representa um risco metodológico para quem analisa regiões que se afastam dos padrões europeus ou estadunidenses de desenvolvimento social. Onde o real é o outro desse horizonte de conhecimentos.

Conseqüentemente, aqui

não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. (MARX; ENGELS, 1998, p. 19).

Esse processo vital, real, é, assim, alicerce da consciência (e, por extensão, do inconsciente), arena em que se (des)articulam sujeitos e relações de sentidos. Atividades vitais nas que o uso de linguagens é primordial a efeitos discursivos ou comunicativos. Vale dizer aqui que a

linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, que existe, por tanto, também primeiro para mim mesmo e, exatamente como a consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios com os outros homens. (MARX; ENGELS, 1998, p. 24-25).

Se consciência e linguagem emergem da carência, elas voltam sobre essa falta, abrindo caminhos alternativos para as trocas materiais e, é claro, simbólicas. Nessa perspectiva, a sociedade não é vista como a causa senão como o “produto da ação recíproca dos homens” (MARX; ENGELS, 1984, p. 432), os quais não escolhem a sua sociedade que, pelo contrário, resulta de formas econômicas históricas e transitórias. Na interação humana desenvolvem-se assim relações sociais que mudam com a transformação e o crescimento das forças produtivas (MARX; ENGELS, 1984, p. 436). Dinamismo que não acaba, certamente, no modo material de existência, pois o fato de que ele seja a causa primeira não exclui o efeito reativo dos territórios da idealidade sobre ele; a concepção materialista da história é assim um guia de estudo, na medida em que toda “a história precisa ser reestudada, as condições de existência das diversas formações sociais precisam ser examinadas em detalhe, antes de induzir delas as correspondentes concepções políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas, etc.” (MARX; ENGELS, 1984, p. 455-456).

Em outras palavras, poderíamos dizer que tudo “o que move os homens precisa passar pela cabeça deles; mas a configuração que isso toma nessa cabeça depende muito das circunstâncias.” (ENGELS, 1984, p. 477-478). Circunstâncias onde “o Estado, a ordem política, é subordinado, e a sociedade civil, o reino das relações econômicas, é o elemento decisivo.” (ENGELS, 1984, p. 479). Engels (1976, p. 8) insiste, portanto, em que na “concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância,

a produção e a reprodução da vida imediata.” A comunicação é prática proeminente dessa produção e reprodução da vida imediata, isto é, do âmbito econômico em que derivaram diversos saberes, alguns dos quais, no século XX, delimitaram o seu objeto científico.

4.2.1 A vida e a atividade produtiva numa ontologia materialista histórica

Como assinala Frederico (1995, p. 174), houve uma mudança crucial no jovem pensamento marxiano, manifestada na passagem da sua concepção do ser humano pensado como ‘ser sensível, passivo e sofredor’, para uma visão dele “como o ‘ser automediador da natureza’ que, por meio do trabalho, desprende-se da natureza, diferenciou-se dela, elevou-se acima de seus limites, e sobre ela passou a exercer uma ação transformadora.” Destarte, a atividade material, o trabalho, era uma categoria essencial do ser social na ontologia marxiana, enxergada como a possibilidade criadora que marcou diferença quanto à nossa relação com a natureza.

Nessa medida, falar em práticas sociais e discursivas desse ser transformador, também no espaço da comunicação, implica entender algumas outras conceitualizações político-econômicas que apoiam a nossa analítica. Se pensarmos, então, que o ser social é alicerçado pelo âmbito econômico, a categoria ‘trabalho’ apresenta-se como condição de existência e devir desse contexto transformador. Uma categoria que entra, justamente, na arena da vida material mesma, como condição particular da nossa espécie. Portanto, a ênfase no econômico do materialismo histórico é, certamente, uma escolha metodológica ligada ao que Marx e Engels (1998) disseram já em *A Ideologia alemã*: “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.”

Segue-se, nesse quadro, que no “que se refere à consciência e ao conhecimento humanos, seu carácter específico pode ser esclarecido tão somente sobre a base da natureza particular própria da atividade vital do homem, ou seja, do *trabalho*.” (MÁRKUS, 1974, p. 50, grifo do autor). Certamente a vida determina a consciência. E o trabalho alimenta e movimenta a consciência e o conhecimento. Em *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, Engels (1974a, p. 171) assinalava que:

O trabalho, dizem os economistas, é a fonte de toda a riqueza. É-o sem dúvida... conjuntamente com a

natureza que lhe fornece a matéria que ele transforma em riqueza. Mas é infinitamente mais ainda. É a condição fundamental primeira de toda a vida humana, e é-o a tal ponto que podemos dizer: o trabalho criou o próprio homem.

Esse enxergar o trabalho além de um olhar economicista aproximamos, assim, da ideia primordial de que “o trabalho criou o próprio homem”. Trata-se de um movimento progressivo, cujo resultado é a sociedade. Melhor dizendo, o “domínio da natureza que começa com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, foi alargando, a cada progresso, o horizonte do homem,” até que “[...] um novo elemento surgiu com o homem acabado: a sociedade.” (ENGELS, 1974a, p. 175-77, grifo do autor).

De modo rigoroso Marx e Engels destacaram a análise econômica como uma via objetiva de se estudar os fenômenos sociais. Justamente, nesse contexto, vale a pena seguir a refletir sobre o materialismo histórico e suas perspectivas contemporâneas. Marx defendeu desde cedo novas perspectivas de se pensar a sociedade e “buscava, todavia, dar uma interpretação materialista dessa ‘totalidade’ ou substância social, cuja essência ainda era vista por Hegel na moral, nos costumes, nas leis, na religião e, sobretudo, no Estado de uma época e de um povo determinados.” (MÁRKUS, 1974, p. 27). Escolha em que a vida, a produção, é vista como o melhor caminho para se estudar cientificamente dita ‘totalidade’. Um quadro a completar-se com a descoberta do “papel do trabalho na formação do homem e da história: os *Manuscritos* parisienses de 1844 assinalam precisamente essa reviravolta.” (MÁRKUS, 1974, p. 31).

Em *O Capital*, Marx (2008, p. 207) assinala que a “fuerza de trabajo solo existe como facultad del individuo vivo. Su producción, pues, presupone la existencia de éste. Una vez dada dicha existencia, la producción de la fuerza de trabajo consiste en su propia reproducción o conservación.”⁴⁵ Vê-se aí o valor produtivo da força de trabalho como o da sua própria reprodução. É assim que, “considerado desde el punto de vista de una interdependencia continua y del flujo constante de su renovación, todo

⁴⁵ “força de trabalho só existe como faculdade do indivíduo vivo. A sua produção, pois, pressupõe a existência dele. Uma vez dada dita existência, a produção da força de trabalho consiste na sua própria reprodução ou conservação.” (Tradução nossa).

proceso social de producción es al propio tiempo *proceso de reproducción*.”⁴⁶ (MARX, 2009, p. 695, grifo do autor). Neste caso, e dado o caráter histórico dessa abordagem, sublinha-se ainda que se “la producción reviste una forma capitalista, no menos la reproducción.”⁴⁷ (MARX, 2009, p. 696).

Dinâmica de produção/reprodução, sobre a qual a décima tese sobre Feuerbach dá-nos uma chave histórica: “O ponto de vista do velho materialismo antigo é a sociedade ‘civil’. O ponto de vista do novo materialismo é a sociedade *humana* ou a humanidade social.” (MARX; ENGELS, 1998, p. 103, grifo do autor). “Sociedade humana ou humanidade social”, abstrações concretas que frisam a sua contemporaneidade, apontando uma distinção respeito dos ideais antigos de civilidade que, certamente, predominam ainda nos textos democrático-liberais.

Argumenta-se que se trataria de uma relação individual-social equívoca porque impede Marx aplicar completa e coerentemente a sua metodologia materialista histórica, pois, “dado que a totalidade do desenvolvimento social não pode ser derivada da transformação da atividade do indivíduo, Marx é freqüentemente obrigado a pressupor como um *fato* aquilo que, mais propriamente, deveria ser tratado como *produto* histórico.” (MÁRKUS, 1974, p. 40, grifo do autor). Aceita-se que a totalidade desse desenvolvimento não possa derivar da transformação individual, mas, sim, da transformação social, isto é, da interação de sujeitos, interagindo segundo diversos meios e fins de vida. Interação entendida num sentido dialógico e discursivo, por isso, como fato e produto histórico.

Então a vida e, logo, a atividade produtiva (em geral) permitem uma ordem material como alicerce de análise da realidade, incluída aí a do acontecimento comunicativo. Não é demais lembrar que a realidade é pensada aqui como uma totalidade “fundamentalmente híbrida”, e que, portanto, qualquer referência à dicotomia materialidade/imaterialidade tratar-se-ia só de um “artifício metodológico” (RAYNAUT, 2011, p. 93). Portanto, a abordagem que destaca como pressupostos ontológicos a

⁴⁶ “considerado desde o ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo constante de sua renovação, todo processo social de produção é ao mesmo tempo *processo de reprodução*.” (Tradução nossa).

⁴⁷ “a produção veste uma forma capitalista, não menos a reprodução.” (Tradução nossa). Melhor dizendo, no “modo de producción capitalista, así como el proceso de trabajo aparece tan solo como medio para el proceso de valorización, la reproducción no se pone de manifiesto más que como medio de reproducir como capital el valor adelantado, es decir, como valor que se valoriza a sí mismo.” (MARX, 2009, p. 696).

vida e a produção enxerga também para o campo das relações imateriais como polo complementar dessa realidade híbrida.⁴⁸ No entanto, como já o disse Lukács (2007, p. 69): “La economía como centro de la ontología de Marx, no significa en modo alguno un ‘economismo’ de la visión del mundo.”⁴⁹ Assinalou, de igual maneira, que “la fundación de una ontología materialista de la naturaleza, que comprende en sí historicidad, procesualidad y contradictoriedad dialéctica está contenida implícitamente en la fundamentación metodológica de la ontología de Marx.” (LUKÁCS, 2007, p. 74).⁵⁰

Segundo Netto (1996, p. 12), Lukács entende o pensamento marxiano “como ‘reprodução ideal do movimento histórico-real do ser social, apanhando os modos de ser e (re)produzir-se da socialidade’ no mundo do capital.” Para Coutinho (1996, p. 19), o projeto ontológico lukacsiano se resume em duas metas interligadas: (1) que a análise do ser deve preceder à do conhecer (momento da práxis social global como totalidade), e (2) conceber esse ser como totalidade concreta e dinâmica. O metodológico em Marx, então, enxerga-se “como um permanente recurso à totalidade e à história com o objetivo de mediatizar os fatos empíricos, de retirar deles a aparência de fetiches isolados ou de ‘coisas’ naturais.” (COUTINHO, 1996, p. 19). Desse modo, resgatando a categoria de totalidade, numa perspectiva histórica, para a análise social, evitando, de algum modo, o reducionismo positivista.

Coutinho (1996, p. 20) destaca ainda que o centro da ontologia lukacsiana seja a delimitação específica do ser social, pois,

enquanto na natureza existe apenas causalidade, surge com o ser social – e, em particular, a partir do trabalho enquanto sua célula fundamental e ‘modelo de toda práxis social’ – uma peculiar e única articulação entre causalidade e teleologia, determinismo e liberdade.

⁴⁸ Este horizonte ontológico é assinalado também por Raynaut (2011, p. 92) quando afirma que: “Nenhuma sociedade poderia existir sem uma base material, a começar pelo próprio corpo dos indivíduos que a compõem.”

⁴⁹ “A economia como centro da ontologia de Marx, não significa em modo algum um ‘economismo’ da visão do mundo.” (Tradução nossa).

⁵⁰ “a fundação de uma ontologia materialista da natureza, que compreende em si historicidade, processualidade e contraditoriedade dialéctica está contida implicitamente na fundamentação metodológica da ontologia de Marx.” (Tradução nossa).

Lukács não escapa de certo determinismo no tratamento da reprodução social, por exemplo, quando assinala que “a práxis humana consciente, é capaz de alterar o nível fenomênico do mundo social mas não a sua essência, ferreamente determinada pela dinâmica da economia.” (COUTINHO, 1996, p. 22). O qual se reflete

na ausência de um tratamento ontológico mais sistemático dos processos de *reprodução social*, ou mais precisamente, numa subestimação das mediações entre o trabalho individual e as formas superiores de práxis, mediações fornecidas, por exemplo, pelo modo de produção, pela formação econômico-social, pela estrutura de classes, pela política, etc. (COUTINHO, 1996, p. 22-23, grifo do autor).

Para não subestimar tais mediações, consideraram-se anteriormente os conceitos de discurso, sujeito, formação discursiva, cidadania, prática discursiva, prática sociocultural. Não obstante, é procedente a utilização de outras conceitualizações que prestam rigor à análise social. Tais como modo de produção, formação social, forças produtivas, relações de produção, na análise teórico-metodológica de regiões como a Amazônia, onde ainda convivem, em diversos graus, diferentes sistemas de (re)produção, com o capitalismo como forma hegemônica.

Certamente podemos dizer com Marx (2011, p. 5) que “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral.” Assinala-se assim que, em sentido amplo, “os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade.” (MARX, 2011, p. 6). Na verdade, o interesse marxiano está dirigido especialmente ao estudo da sociedade capitalista, em geral, e na Inglaterra do século XIX, em concreto. É nesse sentido que se reconsidera o arcabouço materialista-histórico segundo um espaço onde a especificidade do capitalismo apresenta assimetrias marcantes, em quanto ao seu alcance temporal e territorial. Quer dizer, enquanto na Amazônia existem áreas metropolitanas como Belém ou Manaus e grandes extensões de cultivos agroindustriais, existem também populações nômades de economias domésticas (ou extrativas) que, chamadas de ‘minoritárias’, não por isso são

menos relevantes para as ciências, pois representam degraus do leque de modos de produção que existiram e/ou existem nessa extensa geografia. Numa região com uma história e umas relações sociais específicas.

Justamente, pensar no ser social como ‘o conjunto das relações sociais’⁵¹, portanto, totalidade material, foi uma das grandes descobertas do materialismo histórico. Pressuposto que, assim enfatize o caráter social dessa totalidade, não separa o ser humano da natureza: “Para Marx o homem exterioriza-se como um ser natural *humano*, afirmando sua humanidade no relacionamento ativo com o mundo natural.” (FREDERICO, p. 191, grifo do autor).

A partir desse conjunto é que vai se constituir a consciência, pois ela “adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais.” (BAKHTIN, 1999, p. 35). Isto decorre do caráter do signo, pois ele “resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual *as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece.*” (BAKHTIN, 1999, p. 44, itálico do autor). Vê-se, então, como historicidade e interação social embasam o efeito de sentidos entre sujeitos, afinal, o funcionamento das próprias linguagens.⁵²

Isso nos faz voltar ao trabalho como processo transformador. Engels (1974a, p. 180) diz com razão que nada ocorre de forma isolada na natureza, pois “os animais modificam pela sua ação a natureza exterior, tal como o homem embora não em igual medida, e estas modificações no meio ambiente repercutem-se por sua vez sobre os seus autores.” Nessa perspectiva, o animal modifica a natureza só pela sua presença, enquanto o ser humano a transforma também segundo seus fins, numa diferença

⁵¹ Segundo Frederico (1995, p. 186) “a historicização do gênero humano e a ênfase na dimensão ontológica do trabalho já anunciam a necessidade de ascender a uma perspectiva totalizante que considere o ontos como a totalidade material, o conjunto das relações sociais, e não mais o trabalhador alienado tomado individualmente.”

⁵² Por isso, considera-se que tanto sujeito como sentido são mais efeitos objetivos, sociais, do que entidades psíquicas ou linguísticas: “Originariamente, a palavra deve ter nascido e se desenvolvido no curso do processo de socialização dos indivíduos, para ser, em seguida integrada ao organismo individual e tornar-se fala interior.” (BAKHTIN, 1999, p. 64). Nessa ordem, “existe entre o psiquismo e a ideologia uma interação dialética indissolúvel: *o psiquismo se oblitera, se destrói para se tornar ideologia e vice-versa.*” (BAKHTIN, 1999, p. 65, grifo do autor).

que é consequência estrita da atividade produtiva visando garantir a vida humana. No cerne desse processo de relação do ser humano com a natureza e, portanto, consigo mesmo, vão constituíram as linguagens, modos fundamentais à (re)produção/transformação das relações sociais.

Para Saad Filho (2011, p. 23) a noção fisiológica do trabalho⁵³ tornou-se insuficiente por ser extremamente geral e, por sua a-historicidade, é estéril, analiticamente falando.⁵⁴ Portanto, foi só através da transformação dessa noção formalista, concebida no contexto do materialismo histórico como uma teoria do valor-trabalho, que Marx pôde desenvolver satisfatoriamente a sua análise do modo de produção capitalista. Assim, tal definição fisiológica do conceito não basta para se fazer uma análise que metodologicamente responda ao arcabouço materialista histórico.

4.2.2 Modo de produção extrativo, propriedade, domínios

Sugere-se a consideração de um novo modo de produção que se poderia listar ao lado dos modos asiático, antigo, feudal e burguês moderno, e de ser enxergado não como um modo meramente 'primitivo' e sim como o primeiro modo verdadeiramente social de produção. Ou seja, pode-se pensar numa primigênia divisão social nessa forma extrativa, onde as relações de propriedade não são a mesma coisa que no modo capitalista, mas domínios de conhecimento e poder sobre a natureza. Domínios em que, com certeza, a diversidade socioambiental amazônica representa um desafio pela existência de múltiplas manifestações socioculturais, em suas diversas paisagens.

Nessa diversidade ainda percorrem os seus espaços povos que vivem

⁵³ "O trabalho é o emprego deliberado de energia humana para transformar as condições naturais ou sociais de forma predeterminada. Portanto, o trabalho medeia o metabolismo entre as sociedades e seu ambiente." (SAAD FILHO, 2011, p. 23).

⁵⁴ "Primeiro, ela é excessivamente geral; várias formas de gasto intencional de energia não são geralmente consideradas trabalho, por exemplo, as atividades diretamente ligadas à manutenção e reprodução dos indivíduos e de suas famílias, a diversão e a expressão individual, e a arte. Segundo, essa definição trans-histórica é analiticamente estéril. É evidente que certos tipos de trabalho, por exemplo, cozinhar, projetar, gerenciar ou os serviços pessoais, podem diferir significativamente no tempo e no espaço, em termos do processo de trabalho e das circunstâncias nas quais essas atividades são executadas. A pesar da importância desses aspectos do trabalho, a definição fisiológica acima não pode ser desenvolvida sistematicamente para explicá-los." (SAAD FILHO, 2011, p. 23).

segundo um modo divergente da forma em que vive a nossa sociedade hoje. A começar, poderíamos dizer “que el intercambio material en las sociedades primitivas tiende, en conjunto, a apartarse de la acumulación y a acercarse a la insuficiencia.”⁵⁵ (SAHLINS, 1983, p. 233). De maneira que, no extrativismo, poder-se-ia pensar a generosidade como um valor econômico fundamental. Nesse contexto, segundo Sahlins (1983, p. 204, grifo no original) “la «economía» es concebida como *un componente de la cultura* más que como *un tipo de acción humana*, como el proceso de la vida material de la sociedad más que como un proceso de satisfacción de necesidades de comportamiento individual.”⁵⁶ De outra forma, não poderíamos nos aproximar dos povos isolados que moram na Amazônia e praticam modos econômicos completamente diferente dos nossos.

É inimaginável pensar em alguma forma de propriedade particular no primigênio modo de vida tribal (família, clã, tribo, horda). Nisso aponta Engels (1976, p. 72) quando diz que:

É difícil dizer se o autor do chamado primeiro livro de Moisés considerava o patriarca Abraão proprietário dos seus rebanhos por direito próprio, por ser o chefe direto de uma comunidade familiar, ou em virtude da sua qualidade de chefe hereditário de uma gens. Seja como for, o certo é que não devemos imaginá-lo como proprietário, no sentido moderno da palavra.

No modo de produção extrativo as formas de propriedade ou de uso comum são dominantes, a diferença do capitalista, onde são proeminentes as privadas. Vê-se ali uma dominância política no desenvolvimento dessas primeiras relações sociais. Portanto, sociedades onde o valor de uso prima sobre qualquer outro, mas, onde a interação social começa constituir uma base de desenvolvimento característico da nossa espécie. Segundo Marx (1985, p. 66) “a comunidade tribal, o grupo natural, não surge como consequência, mas como a condição prévia da apropriação e uso conjuntos,

⁵⁵ “que o intercâmbio material nas sociedades primitivas tende, em conjunto, a se apartar da acumulação e a se aproximar à insuficiência.” (Tradução nossa).

⁵⁶ “a «economia» é concebida como *uma componente da cultura* mais do que como *um tipo de ação humana*, como o processo de vida material da sociedade mais que como um processo de satisfação de necessidades de comportamento individual.” (Tradução nossa).

temporários, do solo.” Este uso coletivo e compartilhado da terra, água, florestas, animais, etc., certamente, vai produzir saberes e domínios ligados a esses espaços que fornecem o sustento, em últimas, todos os elementos necessários à produção e reprodução de sociedades humanas que extraem do seu ambiente praticamente tudo o que precisam.

Como colocado nos capítulos anteriores, a subjetividade tende a se confundir com a coletividade em algumas línguas indígenas. Justamente, nesse contexto indígena, poderíamos dizer que as relações do ser humano com a terra, e, por extensão, com a natureza “são ingênuas: eles se consideram como seus *proprietários comunais*, ou seja membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo.” (MARX, 1985, p. 67, itálico do autor). Essa submissão do indivíduo à comunidade faz dele um ser concreto em tanto membro ativo, agente, desse grupo social. Enxerga-se nessa perspectiva uma organização do trabalho, “que se constitui num verdadeiro sistema, como no México e, especialmente, no Peru, entre os antigos Celtas e algumas tribos da Índia.” (MARX, 1985, p. 68). No entanto, esses últimos sistemas são pensados como manifestações do modo de produção tributário (AMIN, 1976), sob o qual classifica igualmente a forma feudal, e não do extrativo, nesse aspecto mais próximo do modo dito ‘primitivo’.⁵⁷

Voltando à forma de nosso interesse, a extrativa, diremos que ali,

originalmente, *propriedade* significa nada mais do que a atitude do homem ao encarar suas condições naturais de produção como lhe pertencendo, como *pré-requisitos de sua própria existência*; sua atitude em relação a elas como *pré-requisitos naturais* de si mesmo, que constituiriam, assim, prolongamentos de seu próprio corpo. (MARX, 1985, p. 85, grifo do autor).

Marx enxerga assim a relação do ser humano com a terra como se fosse seu corpo, como pré-requisito para a sua existência e da sua comunidade. A metáfora da natureza como prolongamento corporal humano, mesmo que

⁵⁷ Preferiu-se falar do modo tributário porque pensamos como Vitale (1983, p. 97) que: “El término modo de producción “asiático” debe haber sido puesto provisoriamente, ya que es un nombre meramente geográfico que no expresa, como las otras denominaciones de Marx, relaciones de producción.”

se esforce por manter a unidade da sociedade humana e a natureza, torna-se problemática, segundo minha reflexão, se entendida fora da sua concepção como totalidade. Essa materialidade que chamamos corpo, constitui, inegavelmente, nossa realidade mais próxima, tão palpável quanto uma árvore ou o chão. Daí que, pelo fato de sermos, de materializarmos numa corporeidade, tal e como se apresenta física e quimicamente a natureza exterior, compartilhamos uma essência que é, em última instância, uma totalidade. Portanto, fora desses limites, a metáfora leva o risco de pensar a natureza como uma extensão instrumental dos seres humanos, passível de apropriação e cercamento. Quer dizer, se com minhas mãos posso apanhar maçãs ou laranjas, logo, essas frutas são minhas, como o são as mãos porque fazem parte do meu ‘corpo’. É preciso evitar essa visão instrumental, pois em modos como o extrativo não importa a acumulação senão a generosidade, e se há já um domínio sobre as coisas é porque existe certo desenvolvimento de aspectos sociais, como as linguagens, que permitem organizar saberes e executar práticas a eles ligados.

Talvez seja essa uma contínua armadilha do mundo das aparências, quando tomadas sem o escrutínio e o rigor devidos, isto é, negando que “sejam a inscrição de uma realidade ulterior, de relação e práticas, cuja significação só pode ser desvendada depois de um árduo interrogatório.” (THOMPSON, 1981, p. 46). As aparências, em outros termos,

não revelarão essa significação espontaneamente e por si mesmas – haverá necessidade de repeti-lo? Não pretendo negar a sedutora e evidente por si mesma mistificação da aparência, ou negar nosso próprio auto-aprisionamento em categorias não examinadas. Se supomos que o sol se move em torno da terra, isto nos será confirmado a cada dia pela ‘experiência’. (THOMPSON, 1981, p. 46).

Então por que não relacionar a propriedade com o consumo “se, originalmente, o ato de produção do indivíduo resume-se à reprodução de seu próprio corpo a través da apropriação de objetos previamente preparados pela natureza para consumo?” (MARX, 1985, p. 86). Ao que se responde:

A razão é que, mesmo quando estes devem ser apenas *encontrados* e *descobertos*, o esforço, o trabalho – como a caça ou a pesca, o pastoreio – e a produção (i. é, o desenvolvimento) de certas capacidades pelo sujeito logo se fazem necessários. Ainda mais, condições em que homem precisa, apenas, apanhar o que já está pronto, sem qualquer instrumento (isto é, sem produtos de trabalho já destinados à produção), etc., são muito transitórias e não podem, jamais, ser encaradas como normais; nem mesmo no estágio mais primitivo. Mais ainda, as condições originais de produção, automaticamente, incluem substâncias diretamente consumíveis sem trabalho, como as frutas, animais, etc.; conseqüentemente, o próprio fundo de consumo mostra-se como uma parte do *fundo original de produção*. (MARX, 1985, p. 86, grifo do autor).

Capacidades que começam a ser progressivamente necessárias nas maneiras em que esses seres transformam a natureza e se transformam a si mesmos. Por isso, o trabalho apresenta-se também como o ponto articulador da nossa humanidade social no modo extrativo, onde, é claro, o fundo de consumo é parte do grande ‘fundo original de produção’. Ali a natureza seria tratada pelos seres humanos “como sua própria existência inorgânica, como o laboratório de suas forças e o domínio de sua vontade.” (MARX, 1985, p. 92). Essa propensão pela exploração e o conhecimento da natureza vai estar ainda longe dos contextos posteriores de dominação e servidão que caracterizam a civilização.

Ao respeito assinala Engels (1976, p. 210) com razão, que:

A grandeza do regime da gens – e também a sua limitação – reside no fato de não caberem nele nem a dominação nem a servidão. Internamente, não existem ainda diferenças entre direitos e deveres; para o índio não existe o problema de saber se é um direito ou um dever tomar parte nos assuntos de interesse social, executar uma vingança de sangue ou aceitar uma compensação; tal problema parecer-lhe-ia tão absurdo quanto a questão de saber se comer, dormir e casar é um dever ou um direito.

Antes de se fazer utensílios ou ferramentas, produzidos certamente a partir do trabalho humano, têm-se objetos que, sem maiores transformações materiais, serviram como meios para a extração de biomassa⁵⁸. Melhor dizendo, pedras, galhos, cipós, cascas, terras, etc., foram utilizados na alimentação, vestimenta ou abrigo, atividades que deram assim forma a uma economia extrativa que desconhece as dinâmicas de direitos e deveres, decorrentes de posteriores estruturas políticas de governo.

Até hoje a extração representa uma das principais atividades que movimentam as economias, ainda que, mormente, sob uma ótica capitalista. Nessa ordem, pode-se tomar o caso da indústria petrolífera como exemplo. Comumente é dito que há uma ‘produção’ de x barris de petróleo numa determinada área, país ou no mundo. Após uma primeira análise só se enxerga ali uma ‘extração’ de petróleo e não uma ‘produção’. Aliás, o trabalho humano não criou aquele prezado líquido contido no subsolo. Portanto, a verdadeira produção seria refiná-lo em gasolina, querosene, parafina e outros derivados. De igual maneira, poderia trazer-se o exemplo da água, como caso destacadíssimo para explicitar o supradito respeito da extração como atividade atual.

O anterior sublinha como a extração alimenta também os diversos modos de produção, incluso, o capitalista. Dessa maneira, acredito ter esboçado, ainda que em linhas gerais, o modo de produção extrativo, janela para a análise da nossa Amazônia a partir de “uma descrição ontológica do ser social sobre bases materialistas” (LUKÁCS, 1981, p. 91), na mesma linha inovadora que se propôs desde o século XIX no pensamento marxiano.

Lukács (2007, p. 193) sintetiza claramente o lugar da vida comum e a atividade social (trabalho e linguagem) na constituição da consciência humana:

Como la conciencia específicamente humana solo puede surgir en conexión y en tanto que conciencia de su actividad social (trabajo y lenguaje), de este modo la pertenencia concreta al género crece de la vida en común y de la actividad. Esto tiene como consecuencia

⁵⁸ Segundo Sachs (2009, p. 29-30) de “certo modo, todas as principais civilizações do passado foram civilizações fundamentadas na biomassa, uma vez que dependiam quase que exclusivamente de produtos da biomassa para sua vida material: alimentos e ração animal (como é o caso até hoje), e também combustível, fibras para vestimentas, madeira para a construção de abrigos e mobiliário, plantas curativas.”

que la humanidad misma en tanto que género nunca puede aparecer de antemano en el fenómeno, sino simplemente la comunidad humano eventual y concreta en la que los hombres concernidos viven, trabajan, están en trato unos con otros. Ya desde estos fundamentos, la emergencia de la conciencia genérica del hombre presenta las más diversas magnitudes y estadios, desde las tribus, solo conexas naturalmente, hasta las grandes naciones.⁵⁹

Se o trabalho transformou o animal em ser humano, ele também fundamentou o emergência do humano no seu sentido social (LUKÁCS, 2007, p. 195). Para Löwy (2013, p. 160), a perspectiva lukacsiana comporta problemas porquanto identifica objeto e sujeito do conhecimento, ignorando a autonomia relativa da ciência social respeito da consciência de classe. É de se salientar que “a sociedade não se reduz ao proletariado, e o conhecimento do conjunto das relações sociais e da estrutura de classe não pode ser identificado unicamente com uma autoconsciência do proletariado”; neste aspecto, “Lukács não parece reconhecer a autonomia da atividade cognitiva em relação à práxis social e política; sua dialética percebe a unidade dos contrários, mas não a tensão de seus polos.” (LÖWY, 2013, p. 160). Não obstante, ele teve o mérito de reconhecer abertamente a determinação social do pensamento, concebendo a vinculação estreita das disciplinas sociais com a consciência das classes sociais (LÖWY, 2013, p. 170).

Sem dúvida, revisitar os modos de produção não é uma tarefa simples. No seguinte capítulo voltarei um pouco mais sobre esse aspecto. Por enquanto, detalhar-se-ão alguns aspectos lógicos dessa pesquisa.

⁵⁹ “Como a consciência especificamente humana só pode surgir em conexão e em tanto que consciência de sua atividade social (trabalho e linguagem), deste modo a pertença concreta ao gênero cresce da vida em comum e da atividade. Isto tem como consequência que a humanidade mesma em tanto que gênero nunca pode aparecer de antemão no fenômeno, senão simplesmente a comunidade humano-eventual e concreta na que os homens concernidos moram, trabalham, estão em trato uns com outros. Já desde estes fundamentos, a emergência da consciência genérica do homem apresenta as mais diversas magnitudes e estádios, desde as tribus, só conexas naturalmente, até as grandes nações.” (Tradução nossa).

4.2.3 Sobre a dialética como lógica científica

A lógica na metodologia científica implica pressupostos que guiam a maneira em que o objeto pesquisado é abordado pelo pesquisador. Em nosso caso, isso tem a ver justamente com a dialética como alicerce lógico da nossa análise. Nesse quadro, enxerga-se a necessidade do teórico em qualquer análise científica, pois seja “qual for o desdém que se nutra por qualquer espécie de pensamento teórico, não se pode apesar de tudo pôr em ligação dois fatos ou compreender a relação existente entre eles sem pensamento teórico.” (ENGELS, 1974b, p. 46).

Pensamento que liga, relaciona, movimenta; indo das aparências dos fatos, dos acontecimentos, dos fenômenos, à procura de determinações concretas do ser.⁶⁰ Efetivamente, a dialética, como lógica de pesquisa materialista histórica, pode ser enxergada como uma ‘ciência das conexões’ com suas leis específicas⁶¹, oposta à metafísica. Segundo Engels (1974c, p. 49) é “da história da natureza e da história das sociedades humanas que são abstraídas as leis da dialética. Elas não são senão as leis mais gerais destas duas fases do desenvolvimento histórico assim como do próprio pensamento.” Natureza e sociedade humana são aí os polos de uma mesma unidade diversa que pretende ser representada pelo pensamento.

Para os gregos, segundo Mayo (1960, p. 34), a dialética representava a arte de debater, como quando o professor faz uma afirmação e logo, pelo processo de pergunta e resposta, produz outra afirmação que contradiz a primeira, chegando a uma terceira que extrai a verdade de ambas (afirmação e contradição), em três momentos que podem ser descritos como tese, antítese e síntese, representando esta última o começo de um novo ciclo dialético. Na época moderna Hegel fez questão da dialética e o seu argumento

⁶⁰ Pode-se dizer que a “essência de uma coisa nunca aparece por si mesma e independentemente. Sempre se manifesta com e por meio de seu oposto. Este oposto é o que designamos com o termo lógico de aparência. É através de uma série de aparências relativamente acidentais que a essência manifesta seu conteúdo interno e adquire cada vez mais realidade e até que se exhibe tão completa e perfeitamente como lhe é possível sob as condições materiais dadas.” (NOVACK, 2005, p. 95).

⁶¹ Engels (1974c, p. 49) apresenta as três leis fundamentais da dialética assim: a passagem da quantidade à qualidade e vice-versa; a interpenetração dos contrários; e a negação da negação. Em outros termos, a transformação da quantidade em qualidade, a unidade dos opostos e a irrupção da síntese pela insostenibilidade da negação da tese ou ‘negação da negação’ (MAYO, 1960, p. 41).

sobre ela pode resumir-se no seguinte silogismo: (1) ideias desenvolvem-se pelo processo dialético; (2) o mundo exterior é só uma encarnação de ideais; (3) portanto, o mundo exterior desenvolve-se dialeticamente (MAYO, 1960, p. 36).

Contudo, essa dialética hegeliana seria contestada por Marx quando “he reversed Hegel’s philosophy and made, not ideas, but the physical world the reality, he assumed it to be a dialectical reality. Hence he described his system as dialectical materialism instead of dialectical idealism.” (MAYO, 1960, p. 42).⁶² Ao considerar o mundo exterior como sendo de natureza dialética (processo em constante desenvolvimento), Marx afirmava assim a independência desse mundo objetivo e a dependência que a mente tem respeito dele: “nature is dialectical, and the contradictions that are formed in thought are merely reflections of those that occur in nature.” (MAYO, 1960, p. 43).⁶³

Não obstante, Mayo (1960, p. 54) adverte que o materialismo dialético pode ser visto como ‘uma fórmula puramente abstrata’, ‘um tipo de escolasticismo secular’ ou, até, ‘puro misticismo’, e a consideração que Lênin fizera sobre o idealismo filosófico (‘flor estéril’) pode-se aplicar nele mesmo. Acho que Mayo tenha um pouco de razão, no sentido da aplicação vulgar do materialismo dialético para provar tudo o que se encontre pela frente. Mas, duvido que tenha razão, quando desconsidera a dialética como outra forma lógica de procurar descobertas de ordem científica. O perigo da banalização na ciência não só está do lado da dialética, mas, também, do lado da lógica formal.

Considerando que a lógica formal não admite a contradição, nem na realidade nem no pensamento, quando Hegel introduziu a dialética, “inverteu e subverteu totalmente esta lei básica da lógica formal e revolucionou a ciência lógica. Em vez de eliminar a contradição a converteu em chave de seu conceito da realidade e de seu sistema lógico.” (NOVACK, 2005, p. 78). Uma descoberta epistemológica que muito bem soube entender Marx. A lógica hegeliana origina-se “da proposição de identidade, unidade e interpenetração dos opostos. Uma coisa não só é ela mesma, mas ao mesmo tempo outra. A não é simplesmente igual a A; também é, mais

⁶² “Quando ele contrariou a filosofia de Hegel e fez, não das ideias, mas do mundo físico a realidade, assumiu-o ser uma realidade dialética. Assim, ele descreveu seu sistema como materialismo dialético em vez de idealismo dialético.” (Tradução nossa).

⁶³ “a natureza é dialética, e as contradições que são formadas no pensamento são meramente reflexos daquelas que ocorrem na natureza.” (Tradução nossa).

profundamente, igual a não A.” (NOVACK, 2005, p. 78-79). Nesse contexto, assinala-se ainda que o “materialismo dialético de Marx se despreendeu do hegelianismo, da mesma forma que surgira a astronomia da astrologia e a química da alquimia, não como sua cópia, mas como seu oposto, como sua negação revolucionária.” (NOVACK, 2005, p. 91).

Nas palavras de Márkus (1974, p. 44), o pensamento dialético é “o único pensamento capaz de tornar acessível o caráter alienado de si mesmo e da sociedade. A dialética é a lógica da história ainda não humana, mas no caminho de tornar-se tal.” Sobre a dialética diz o próprio Marx (1984b, p. 429):

Entretanto, o meu método dialético é, em sua base, não apenas diferente do método hegeliano, mas o seu inteiro oposto. Em Hegel, o processo do pensamento, que ele transforma, sob o nome de ideia, em sujeito autônomo, converte-se numa espécie de demiurgo do real, real que seria apenas o instrumento para a sua manifestação exterior. Para mim, ao contrário, o ideal nada mais é do que o material transposto para a cabeça do ser humano. [...] Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. Para que se descubra o núcleo racional no interior do invólucro místico, é necessário colocá-la de cabeça para cima.

Por isso, Marx conseguiu enxergar muito além do seu próprio tempo, ao trabalhar nessa falha estrutural do pensamento hegeliano e resolvê-la num âmbito material e histórico.

Pensamos com Bakhtin (1999, p. 109) que “a verdade não se encontra exatamente no meio, num compromisso entre a tese e a antítese; a verdade encontra-se além, mais longe, manifesta uma idêntica recusa tanto da tese como da antítese, e constituí uma síntese dialética.” Nessa ordem de ideias, consideramos o pensamento marxiano como uma tentativa de síntese verdadeira dentro do campo científico social.

Certamente Mayo (1960, p. 56) assinala que “quando os dogmas e as certezas do Marxismo são convertidas em aproximações e probabilidades mais mundanas, elas são mais úteis para o cientista social.” Argumento no qual Mayo esquece injustamente a ênfase dada à história no próprio

pensamento marxiano, o qual pressupõe o compromisso da ciência para enxergar rigorosamente as condições específicas em que os objetos analisados emergem e se desenvolvem.

Justamente, pelo fato de que as categorias do pensamento marxiano não são dogmas ou certezas incontestáveis, a tarefa de revisitar o seu arcabouço teórico e metodológico é uma condição implícita para quem trilha as sendas desse pensamento científico. Daí que, certamente, Mayo (1960, p. 58-59) reconhece a importância da dialética para o estudo da sociedade, em especial da capitalista, na descoberta das chamadas tendências ou leis que regem as mudanças sociais.

Se aceitamos que toda “pessoa deve ser julgada em relação com as condições de sua época, e não de acordo com padrões absolutos atemporais” (NOVACK, 2005, p. 52), poderemos valorar o lugar dessa lógica dentro do conhecimento moderno, o que representa uma das características principais do pensamento dialético em relação com a lógica formal. Nesse sentido, destaca-se que:

A dialética incorpora a seu próprio sistema e usa o aparato da lógica formal: definição estrita, classificação, coordenação de categorias, silogismos, juízos, etc. Mas faz dessas ferramentas do pensamento suas servas e não as elege como donas do pensamento. Estes elementos da lógica devem se adaptar ao processo da realidade e à realidade do pensamento. Não se lhes deve permitir ultrapassar os limites de sua utilidade nem forçar à realidade objetiva e ao pensamento a adaptar-se a seus mecanismos, como fazem e exigem os formalistas fanáticos. (NOVACK, 2005, p. 63).

Para Saad Filho (2011, p. 27) a abordagem dialética materialista implica que os fenômenos “são condicionados por essências comuns, e são geralmente o modo de existência delas”, e suas relações (essência-fenômeno) “são determinadas por uma série de mediações, incluindo estruturas sociais, leis, tendências, contratendências e eventos contingentes, operando em diferentes níveis de complexidade.” Desta perspectiva decorrem teorias enxergadas como “totalidades integradas” que exigem rigor na introdução de novos conceitos e categorias segundo o seu horizonte lógico e histórico.

Sintetizando, nessas teorias “coexistem conceitos em diferentes níveis de abstração. O progresso da análise inclui a introdução de novos conceitos e o aprimoramento e a reprodução dos conceitos existentes em níveis de complexidade mais elevados.” (SAAD FILHO, 2011, p. 28). Nesse contexto, reconhecer que lógica e história não são campos separados é consequência de que a realidade não possa ser reduzida a conceitos e não de uma suposta concessão ao empirismo (SAAD FILHO, 2011, p. 34). Thompson (1981, p. 129) considera a dialética marxiana como uma prática, “e uma prática aprendida praticando-se. De modo que, nesse sentido, a dialética nunca pode ser registrada, nem aprendida de cor. Ela só pode ser assimilada pelo aprendizado crítico dentro da própria prática.” Essa incompletude, não acabamento, do próprio ensino da dialética, faz com que o (des)aprendizado seja crucial, em termos de reconstrução metodológica.

Segundo Lefebvre (1991, p. 237 et seq.) as principais leis da dialética como método são: (a) interação universal; (b) movimento universal; (c) unidade dos contraditórios; (d) transformação da quantidade em qualidade (saltos); (e) desenvolvimento em espiral (superação). Estas leis teriam como regras práticas: analisar objetivamente; apreender as conexões, desenvolvimento, movimento, assim como aspectos e momentos contraditórios das coisas; examinar o conflito dos opostos e a sua tendência; não esquecer de que tudo está ligado, que o processo de aprimoramento do conhecimento é infinito, de captar as transições dos aspectos e contradições; penetrar na riqueza do conteúdo; manter-se alerta para transformar, superar, rejeitar, modificar o próprio pensamento. Assim, o método “revelar-se-á ao mesmo tempo *rigoroso* (já que se liga a princípios universais) e *o mais fecundo* (capaz de detectar todos os aspectos das coisas, incluindo os aspectos mediante os quais as coisas são ‘vulneráveis à ação’).” (LEFEBVRE, 1991, p. 241, grifo do autor). Dessa maneira, com pressupostos lógicos rigorosos ligados a princípios universais e a capacidade de analisar as coisas no seu movimento, no seu dinamismo.

4.2.4 Considerações epistemológicas sobre o materialismo histórico e dialético

Afirma-se que a diferença feita na estratégia teórica de Althusser, entre materialismo histórico e materialismo dialético, assinala a revolução teórica marxiana, pois à constituição da ‘ciência da história’ acrescenta-se,

como fato notável no conhecimento, a construção de uma filosofia que perpassa a sua situação de ideologia para uma de disciplina científica, apresentando-se, dessa maneira, como “uma dupla construção em um só corte. Ou melhor: um duplo corte em uma só construção.” (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, p. 12).

Nesse sentido, Badiou diferencia ciência e ideologia (prática determinante e prática dominante, respectivamente) ao dizer “que a ciência é a prática produtora de conhecimentos, cujos meios de produção são os *conceitos*; enquanto a ideologia é um sistema de representações cuja função é prático social, e que se autoneia dentro de um conjunto de noções.” (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, p. 15, grifo do autor)). Especificamente, “a ciência produz o conhecimento de um objeto cuja existência *está indicada* por uma região determinada da ideologia”, enquanto os “únicos discursos *conhecidos* como *ideológicos*, o são na *análise retrospectiva de uma ciência*.” (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, p. 17, itálicos dos autores). Dessa maneira, reconhecendo-se a abrangência da ideologia, a qual atinge até o campo científico. Uma observação que alerta para os perigos de se conceber a ciência como um espaço isolado, isento da dinâmica da luta de classes.

Nesse arcabouço o materialismo dialético fornece fundamentos, representados em palavras ou noções ainda não desenvolvidas e que poder-se-iam transformar em conceitos quando vinculadas axiomaticamente “dentro do sistema. Estas noções elementares estão reunidas na definição do conceito mais geral do MD [materialismo dialético]: o conceito de *prática*.” (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, p. 19). Prática entendida como todo processo transformador da matéria-prima em produto, efetuado pelo trabalho humano usando meios específicos, sendo nele determinante o momento da prática ou do trabalho de transformação e não a matéria-prima ou o produto (BADIOU; ALTHUSSER, 1986). O conceito de prática é, nesse sentido, de valor primordial para a análise desenvolvida.

Na dialética considera-se que tudo está em constante mudança, em movimento perpétuo. Por isso é que ali a determinação⁶⁴ torna-se um dos seus aspectos centrais, na medida em que ela permite descobrir essa dinâmica, ao se procurar o invariável dentro do variável. Neste contexto é ainda necessário acrescentar que

⁶⁴ Determinar é, de algum modo, procurar o invariável dentro do variável, o que pode ser entendido como o “*mecanismo de produção do efeito-de-conjuntura*”, sem confundir-lo, é claro, “com o *efeito de existência* do todo.” (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, p. 21, grifo do autor)).

não é nas *instâncias*, ou práticas pensadas segundo suas relações completas com todas as outras instâncias, que podemos encontrar o segredo da determinação. Ao nível das instâncias *somente* existe a estrutura articulada com uma dominante. Acreditar que uma *instância* do todo determina a conjuntura é confundir fatalmente a determinação (lei de deslocamento da dominante) com a dominação (função hierarquizante das eficácias em um tipo conjuntural dado). (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, p. 21-22).

Essa a “primeira grande tese” do materialismo dialético (o conjunto conjuntural unifica-se numa ‘estrutura’⁶⁵ articulada com uma dominante); quanto a segunda, ainda que simplificada, indica a existência de “uma prática determinante, e esta prática é a prática ‘econômica’ (mais exatamente: a prática cujos limites são a natureza e os produtos de uso).” (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, p. 22-23). Respeito dessa ‘estrutura complexa com dominante’ têm-se como dimensões essenciais: a pluralidade de estruturas com ‘autonomia relativa’ e a sua disposição hierarquizada segundo um princípio determinado; e a segunda tese (a estrutura econômica, em última instância determinante), de um lado, na sua configuração geral invariável, determina que haja sempre uma instância dominante dentro do modo de produção, e, de outro, na sua configuração particular variável, determinando qual estrutura ocupará ali esse lugar dominante (atribuindo-lhe assim uma dupla função à instância econômica no modo de produção) (SAES, 2007, p. 37 et seq.). Em síntese, a “corrente althusseriana caracteriza a totalidade social como uma ‘estrutura complexa com dominante’, cujas estruturas gozam de uma ‘autonomia relativa’ outorgada pela estrutura em última instância determinante (a econômica).” (SAES, 2007, p. 65-66). Neste arcabouço, a transição entre modos de produção é condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas, tendo por objeto a análise desse processo de mudança nas ‘formações sociais concretas’, processo com ritmos de desenvolvimento diferenciados e defasagens entre níveis (SAES, 2007).

Além do mais, nessa corrente, “os conceitos gerais constituem múltiplos instrumentos, a serem utilizados combinadamente com vistas

⁶⁵ Segundo Saes (2007, p. 98), ‘estrutura’ é definida por Althusser como ‘causa ausente’ que só existe concretamente na ‘prática’, dito “de modo mais simples, só podemos atestar a ‘existência’ efetiva de um conjunto de valores caso eles orientem regularmente um certo tipo de prática social, isto é, caso eles sejam socialmente eficazes.”

ao conhecimento de objetos reais e concretos (as formações sociais).” (SAES, 2007, p. 29). É por isso que se destaca constantemente a volta do pensamento sobre o concreto, sob pena de ficar numa lógica formalista ao perder de vista os achados materialista-dialéticos e a sua relação especial com a ciência dos modos de produção e reprodução da vida social e suas transformações.

Mais detalhadamente, voltando ao próprio Althusser, sobre a distinção entre materialismo histórico e materialismo dialético, indicou do primeiro que,

A teoria da história, teoria dos diferentes modos de produção é, por seu próprio direito, a ciência da ‘totalidade orgânica’ (Marx) ou a estrutura que constitui toda formação social *dependente* de um modo de produção determinado. Sendo assim, cada estrutura social compreende, como o explicou Marx, o conjunto articulado de seus diferentes ‘níveis’ ou ‘instâncias’: a infraestrutura econômica, a superestrutura jurídico-política e a superestrutura ideológica. A teoria da história ou materialismo histórico é a teoria da natureza específica desta ‘totalidade orgânica’ ou estrutura, e portanto o conjunto de seus ‘níveis’ e do tipo de articulação e de determinação que os une uns aos outros. É a teoria que fundamenta por sua vez a dependência dessa estrutura com relação ao nível econômico, determinante ‘em última instância’, e o grau de ‘autonomia relativa’ de cada um dos ‘níveis’. Na medida em que estes ‘níveis’ possuem tal ‘autonomia relativa’, podem ser considerados cada um como ‘um todo parcial’, uma estrutura ‘regional’ e ser objeto de um tratamento científico relativamente independente. (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, p. 35).

Por isso, ao se reconhecer o centramento histórico de *O Capital* no modo de produção capitalista, ou no seu ‘*presente histórico*’, a sua validade deve ser, portanto, revista em relação com o passado e o futuro, sem perder de vista o seu estatuto científico; se toda ciência é ciência do seu ‘presente’, “então a ciência da história está despojada do status das outras ciências e se

aproxima, de maneira especial, do status hegeliano da filosofia, que é o da ‘consciência de si do presente’, ou ainda da ‘expressão’ teórica do presente histórico.” (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, p. 37). Em consequência, dir-se-ia, “que *O Capital* não é a ‘expressão’ de seu tempo, mas sim o *conhecimento* de seu tempo, especialmente da ‘região econômica’ do modo de produção capitalista.” (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, p. 37, grifo no original).

Quanto ao materialismo dialético, “está constituído pelo que Engels chama ‘a história do pensamento’, ou Lenin denomina ‘a história da passagem da ignorância ao conhecimento’.” (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, p. 43, grifo dos autores). Mais precisamente, “a história da produção de conhecimentos enquanto conhecimentos, definição que abrange e resume outras possíveis definições: a diferença histórica entre ciência e ideologia, a teoria da história da cientificidade, etc.” (BADIOU; ALTHUSSER, 1986 grifo do autor). Nele

pode-se esquematicamente considerar que é o *materialismo* o que representa o aspecto da *teoria*, enquanto a *dialética* representa o aspecto do *método*, mas isto sem deixar de ter bem presente que cada um de ambos os termos nos remete ao outro, ao qual inclui. (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, p. 46, grifo do autor).

Então, a ‘primazia do ser sobre seu pensamento’ e a ‘distinção entre o real (o ser) e seu conhecimento’, constituem os dois princípios que norteiam a prática científica segundo o materialismo dialético. Tais princípios decorrem do pensamento de Marx, quem

percebeu que existia uma ligação bastante profunda e oculta entre as teorias clássicas de conhecimento e a filosofia da história. As filosofias clássicas, incapazes de explicar a realidade da *história* da produção dos conhecimentos, alteravam, deslocavam e elevavam a história, separada da teoria do conhecimento, para uma filosofia da história idealista, destinada a preencher esse vazio.

A partir de suas críticas das filosofias da história Marx descobriu uma ligação oculta entre o idealismo da teoria clássica do conhecimento e a filosofia da história: as teorias do conhecimento eram idealistas na mesma proporção em que falavam e encobriam a realidade da história

As teorias do conhecimento continham essa *falha* incluída em sua própria problemática, isto é, no corpo de seus conceitos teóricos, e de forma especial nos conceitos de sujeito e objeto. (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, grifo do autor).

É assim que a história transformou a filosofia, especialmente em termos epistemológicos, ao assegurar-lhe um novo estatuto ao materialismo dialético, para além das correntes ideológicas na filosofia. Desse modo, o pensamento marxiano abriu uma nova trilha nas sendas do conhecimento ao fundamentar a prática científica, sem a necessidade de procurar seus pressupostos em princípios ideológicos. Por isso, diz com razão Althusser que:

É preciso compreender que *O Capital*, tal como chegou a nós, limita-se essencialmente à ‘esfera da produção e da reprodução capitalista’ e às suas leis determinantes. Isto não inclui a necessidade de se ‘completar’ aquilo que Marx não conseguiu terminar, e falar da superestrutura jurídico-política e da ideológica na qual os *homens*, os mesmos ‘homens’, não têm o ‘estatuto’ teórico que tinham na esfera da produção. Especialmente a *ideologia*, ‘elemento no qual’ se desenvolve um aspecto determinante da luta de classes (é onde os homens tomam consciência de que pertencem a uma classe e levam ‘até o fim’ sua luta), transforma o ‘estatuto teórico’ desses mesmos homens: eles se transformam em ‘sujeitos’ (e não mais em simples ‘suportes’). (BADIOU; ALTHUSSER, 1986, p. 86, grifo do autor).

Mas, em certos aspectos, Althusser e o althusserianismo podem ser considerados positivistas. Segundo Löwy (2013, p. 220), a “dimensão positivista do marxismo althusseriano se manifesta especialmente no conceito de ‘corte epistemológico’ (aliás, tomado dos estudos sobre a constituição das ciências naturais de Gaston Bachelard).” A admiração althusseriana por Comte e Durkheim revela-se na sua perspectiva da ciência social como prática autônoma face às lutas e classes sociais e a recusa dela como expressão própria de uma classe; nesse caso,

parece ignorar a existência de uma terceira variante, na nossa opinião, a única capaz de dar conta da realidade do processo de conhecimento científico social: a ciência da história (ou da sociedade) se situa necessariamente do ponto de vista de uma classe, mas é relativamente autônoma na sua esfera de atividade própria. (LÖWY, 2013, p. 222).

Löwy (2013, p. 255) conclui a sua sociologia crítica do conhecimento comparando o cientista social com o pintor paisagista que, segundo a sua altura ou ponto de vista, enxergaria melhor a extensão da realidade, dentro de sua autonomia relativa. A procura da verdade e a discussão crítica seriam os corolários dessa autonomia científico-social. E ainda hoje, com certeza, o horizonte de maiores possibilidades objetivas para a descoberta de verdade corresponderia ao proletariado (aos vencidos, em termos benjaminianos), pois ainda existem classes que precisam iludir e mentir com o objeto de reproduzir as relações de exploração e dominação.

Já Le Goff (2013, p. 99-100, grifo do autor), considerando a diferenciação entre MH e MD, assinala que

Althusser tem razão, enquanto exegeta de Marx, em fazer esta distinção, mas, quando critica a ‘concepção’ historicista do marxismo pelo fato de esquecer a novidade absoluta, o ‘corte’ que o marxismo constituiria enquanto ciência – ‘o que nunca antes tinha acontecido’ –, não se sabe muito bem se fala do materialismo histórico, se do materialismo dialético, se dos dois. Parece-me que, ao cortar parcialmente o marxismo da história, Althusser o faz oscilar para o lado da metafísica, da crença e não da ciência. É por um constante vaivém da práxis à ciência, que se alimentam uma à outra, mantendo-se cuidadosamente distintas, que a história científica poderá libertar-se de história vivida, condição indispensável para que a disciplina histórica aceda a um estatuto científico.

Esse constante vaivém da prática à teoria é assim o único caminho para uma verdadeira história científica, pois “no pensamento cotidiano a imagem produzida pelo objeto tem sempre, em maior ou menor medida, o caráter de uma ‘representação caótica’.” (MÁRKUS, 1974, p. 72). Uma

representação que, portanto, é insuficiente em termos científico-sociais. Essa passagem da relação prática à teórica resulta da multiplicidade e abrangência das necessidades que condicionam o conhecimento “e se dirigem à totalidade do objeto, da natureza e do homem: o que só se tornou possível graças ao desenvolvimento da produção material, à objetivação do homem, à universalização do processo de transformação da natureza.” (MÁRKUS, 1974, p. 66). É aí, então, que a história (como ciência) vai auxiliar o estudo das formações sociais e seus modos de produção, em últimas, da realidade enxergada a partir de uma lógica que faz questão do movimento, da transformação.

Fernandes (1984, p. 121) resume assim essa ênfase histórica como fundamento metodológico na análise dos processos de produção, reprodução e transformação humana da natureza:

O que fica implícito é que uma ciência social histórica deve lidar, simultaneamente, com vários sistemas de formação de inferências indutivas e dedutivas e, *isto explícita e conclusivamente*, que o sistema de formação de inferências indutivas e dedutivas, aplicável à sociedade burguesa moderna, não poderia, *jamais*, ser generalizado a outras sociedades.

Se o capitalismo é a chave para entender outros modos de produção, e é-o no sentido em que esses processos fundamentam a vida das sociedades humanas e não em que essas formas do capital estivessem presentes já no passado material. É importante lembrar que a perspectiva materialista histórica não é, em absoluto, reducionista, pois como assinala Lukács (1981, p. 91), “Marx reconhece uma só ciência, a ciência da história, que engloba tanto a natureza quanto o mundo dos homens.”

Do lado da lógica formal desenvolvem-se generalizações mentais em tanto na dialética materialista procuram-se abstrações reais, pressupondo, em primeiro lugar, que a realidade é uma totalidade (“um sistema orgânico de partes ou fenômenos mutuamente condicionantes”) que, em segundo lugar, deve refletir a estrutura do concreto para reconstruí-lo no pensamento (SAAD FILHO, 2011, p. 21). Destaca-se ainda que enquanto essas generalizações baseiam-se

em relações externas selecionadas pelo observador, as abstrações reais partem da realidade material, e

revelam *concretos universais* que incluem a *essência* dos particulares. Em outras palavras, e de forma bastante simples, investigações baseadas em generalizações mentais podem partir de qualquer aspecto do concreto. Em contraste, a dialética materialista seleciona a característica mais importante do concreto e reconstrói os seus demais aspectos sistematicamente a partir da essência. (SAAD FILHO, 2011, p. 22).

Em relação com a dialética, como lógica da história, Thompson (1981, p. 54) assinala que na “medida em que uma tese (o conceito, ou hipótese) é posta em relação com suas antíteses (determinação objetiva não teórica) e disso resulta uma síntese (conhecimento histórico), temos o que poderíamos chamar de dialética do conhecimento histórico.” Segundo ele a “história não conhece verbos regulares”, por isso pode-se dizer que nela não aparecem ‘tipos ideais realizados’ mas ‘famílias inteiras de casos especiais’ numa ‘miscigenação tipológica’ (THOMPSON, 1981, p. 57). Trata-se, afinal, de uma prática científica, onde é fundamental, então, “pôr a teoria para trabalhar, e podemos fazê-lo tanto interrogando as evidências (pesquisa) como interrogando a historiografia e outras teorias (crítica); ambos os métodos foram os mais comumente empregados por Marx.” (THOMPSON, 1981, p. 126).

Sobre o marxismo pesa uma forte crítica de quem o consideram um ponto de vista de classe parcial e tendencioso (LÖWY, 2013, p. 103). Afinal de contas ao marxismo é aplicado o seu próprio remédio, ‘desmascarando-o’, e é aí que a sociologia do conhecimento adquire superioridade sobre o marxismo, pois “ela retira *todas as máscaras sem exceção* e mostra o carácter unilateral, ‘perspectivista’, ideológico, socialmente condicionado de *todas* as formas de pensamento e de conhecimento científico-social, inclusive o marxismo.” (LÖWY, 2013, p. 103-104). Crítica dirigida às influências positivistas no marxismo e não contra o pensamento propriamente marxiano, o qual sempre manifestou a sua vinculação com uma perspectiva classista. Afirma-se que é só “por uma análise sócio-histórica, em termos de classes sociais, que se pode compreender a evolução de uma ciência social (neste caso, a economia política), seus avanços ou seus recuos do ponto de vista científico.” (LÖWY, 2013, p. 126).

Considere-se que a nossa análise remete, primeiramente, ao campo da comunicação e, por isto, a práticas e saberes determinados, ligados à

posição social dos cientistas desse campo.⁶⁶ E essa relação sujeito – objeto na pesquisa comunicativa perpassa o seu âmbito disciplinar, no quadro de uma analítica sócio-histórica e transdisciplinar.

Para Lefebvre (1991, p. 56, grifo do autor) “o sujeito e o objeto, o pensamento e a natureza, são *diferentes* mas *ligados*, através de um liame que é uma interação absoluta.” Nesse caso, sujeito e objeto concebem-se como polos interagentes e não esferas separadas da realidade, evitando cair numa metafísica ou numa idealização do real. Por isto, não se pode afirmar “que os objetos são tais como percebemos, ou que nossas representações imediatas e banais coincidam com o real; o materialismo supõe, ao contrário, que elas correspondem ao real segundo uma lei, que nos cabe investigar.” (LEFEBVRE, 1991, p. 68). Dessa forma, esboça-se uma epistemologia onde (a) supõe-se uma matéria exterior ao pensamento, que seria ‘objeto’ do saber pelo ‘sujeito’; (b) o humano é sujeito e objeto ao mesmo tempo; (c) sujeito e objeto são distintos e ligados na interação de sua unidade; e (d) o materialismo deve-se apartar do materialismo vulgar e da unilateralidade idealista (LEFEBVRE, 1991, p. 70-71). Por isso, aconselha-se evitar o subjetivismo ingênuo, o qual poderia encarnar uma história abstrata do ‘ser social’, enxergando para as práticas sociais concretas⁶⁷.

Penetrar criticamente no real é superar o imediato – o sensível – a fim de atingir conhecimentos mediatos, através da inteligência e da razão. Conhecimentos mediatos que se articulam então como pensamentos, idéias, conceitos, desenvolvidos sob o rigor científico. Portanto, podemos dizer que o empirismo tem razão ao pensar que se deve partir do sensível, mas erra quando nega que seja necessário superar o sensível; e que o

⁶⁶ Lembre-se que os “economistas clássicos não estavam direta ou deliberadamente submetidos a um interesse exterior à ciência como os vulgares, mas eram interiormente ‘prisioneiros’ de um ponto de vista ideológico que corresponde aos interesses de uma classe; sua teoria está ligada à forma de conceber as práticas travadas no interior e que dizem respeito à produção capitalista.” (LÖWY, 2013, p. 130). É preciso agregar que horizonte, perspectiva, ponto de vista, ou campo de visibilidade, como metáforas óticas, não devem ser entendidas literalmente, “simplesmente elas permitem colocar em evidência que o conhecimento científico, o saber (‘a visão’) estão estreitamente ligados à posição social (‘altura’) do observador científico.” (LÖWY, 2013, p. 131).

⁶⁷ Ao respeito diz Lefebvre (1991, p. 75, grifo no original) que a “objetividade deve ser definida pela *correspondência entre as idéias do sujeito e o objeto*, e relacionada à prática. Nada se ganha transformando num ‘sujeito’ coletivo o sujeito individual. [...] A história do conhecimento não pode ser relacionada à história abstrata do ‘ser social’, mas à *história concreta da prática social*. As três características que atribuímos ao conhecimento (características prática, social e histórica) formam um todo indissolúvel.”

racionalismo tem razão em crer nas 'idéias', mas erra ao substancializá-las metafisicamente, situando-as fora do real que elas conhecem (LEFEBVRE, 1991, p. 112).

Pelo anterior, considera-se necessário aprofundar na dinâmica sócio-histórica dos saberes comunicacionais indígenas, a partir de uma abordagem etnográfica que possibilite conhecer melhor as práticas informacionais no contexto das organizações de povos amazônicos. Onde não somente sejam pensadas como objetos senão também como sujeitos do conhecimento. Como agentes sociais que executam diferentes atividades comunicacionais, fundamentadas em saberes e práticas concretos.

4.3 Análise crítica do discurso e questões de pesquisa

Esta aproximação às organizações de povos indígenas na Amazônia leva em conta primeiramente os aspectos infraestruturais, que permitam descrever o acesso e uso material das TICs e a sua relação com ditas entidades. Além disso, a supradita abordagem etnográfica complementa a análise dos dados infraestruturais, de pessoal e de teste dos equipamentos. Com esse fim realizou-se a observação participante desse tipo de atividades nas organizações. Da mesma forma, foram realizadas diversas entrevistas semi-estruturadas com pessoal encarregado dessa produção. Consequentemente, para esse trabalho, a pesquisa de campo resultou imprescindível, dada a diversidade de entidades indígenas e países nele envolvidos: AIDSESEP (Peru), CIDOB (Bolívia), COIAB (Brasil), OPIAC (Colômbia) e ORPIA (Venezuela). Contudo, essa análise corporativa e etnográfica do saber comunicacional indígena na região amazônica desenvolver-se-á, especificamente, na última parte desse trabalho acadêmico.

Nas entrevistas usaram-se perguntas temáticas abertas às pessoas que desempenham trabalhos em matéria de informação e comunicação nas organizações estudadas. Tais relatos são pensados numa abordagem tridimensional do discurso, onde texto, prática discursiva e prática sócio cultural compõem as suas dimensões essenciais (FAIRCLOUGH, 1995). É bom lembrar aqui que anteriormente revisitamos o conceito de 'texto' em favor de 'enunciado'. Isso ao teor das considerações foucaultianas e bakhtinianas apresentadas nos capítulos anteriores em favor dessa última conceitualização, ligada certamente a um leque mais amplo de perspectivas nos estudos da comunicação.

De outro lado, o chamado quadrado ideológico (DIJK, 1998), é um instrumento interessante para se repensar as dinâmicas das organizações como grupos sociais que defendem diversas reivindicações sociais. Quer dizer, onde constituem-se não só sujeitos e sentidos da comunicação mas sujeitos e sentidos historicamente localizáveis. No caso de categorias como cidadania, portanto, um instrumento que permite refletir no contexto das lutas subalternas das populações indígenas.

Ambas propostas foram desenvolvidas dentro da chamada Análise Crítica do Discurso (ACD). Uma corrente próxima da Análise do Discurso francesa, ainda que se diferencie dela, especialmente no relativo a sua ênfase no estudo crítico da prática discursiva. No entanto, em linhas gerais, ambas as correntes compartilham a procura de novos horizontes teórico-metodológicos que expliquem rigorosamente essa prática que é também comunicativa.

Dessa esquemática tridimensional e de quadrado ideológico surgiram, então, as seguintes perguntas macrotemáticas: o que a informação publicada na internet representa para as metas e objetivos organizacionais? Como as organizações fazem produção e reprodução de informação eletrônica que visibiliza as suas reivindicações étnicas cidadãs? De que forma a própria organização indígena continua a enxergar a tecnologia, a informação e a comunicação? Que sentidos movimenta a cidadania nas práticas discursivas dessas organizações regionais dos povos amazônicos?

Tais perguntas serão consideradas mais detalhadamente nos capítulos seguintes. Lembre-se agora que, pelas considerações feitas no referencial teórico sobre a tecnologia, serão descritas as ações (tradicional e) relativamente eficazes em matéria de informação e comunicação nessas entidades e seu âmbito organizacional. Procura-se assim conhecer dentro delas como é essa dinâmica e a que formas culturais particulares relacionam-se. Assinala-se o caso dos tambores de madeira (chamados de *manguaré* ou *trocano*, em línguas murui e tucano, respectivamente) feitos tradicionalmente pelos indígenas da Amazônia para transmitir ondas sonoras que ativam canais de comunicação com os povoadores ou com as aldeias próximas. Ou do *botuto*, primeiramente feito de conchas marinhas e, nos tempos modernos, de chifres vacuns, usados pelos povos da área de transição andino-amazônica, como técnica e prática para se chamar as pessoas a uma distância maior do que poderia fazer-se somente com os músculos que articulam a voz humana.

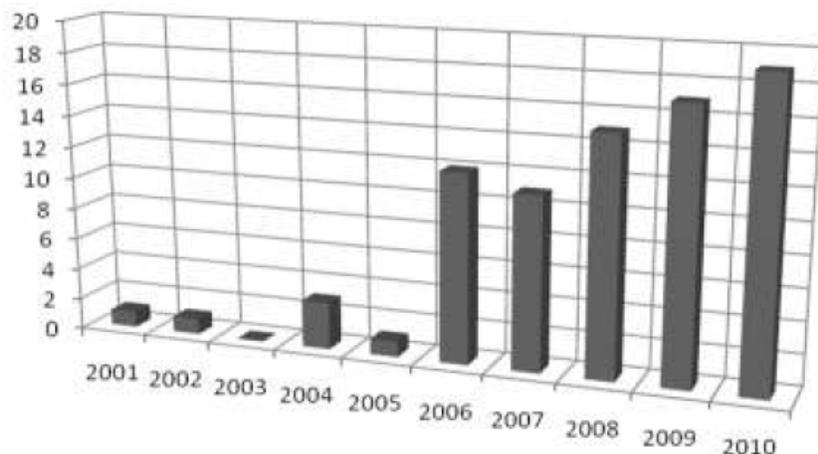
A esse olhar etnográfico (que se desenvolve mormente na parte final desse trabalho) junta-se uma perspectiva crítica de análise dos enunciados, dados e discursos selecionados no *corpus* que fundamenta os processos de sua descrição, análise e interpretação. A seguir, falar-se-á do *corpus* de pesquisa, no qual foram selecionados diversos materiais objeto dessa análise científico social.

4.3.1 O *corpus* de uma pesquisa discursiva sobre as TICs

Numa metodologia discursiva o *corpus* pode-se considerar como *a coleção de amostras de discurso que alicerçam a descrição, interpretação e explicação de uma problemática determinada*. Uma eleição condicionada, em primeira instância, pela prática social (ou práticas sociais) da qual faz parte o objeto estudado, mas, também, pelo pesquisador, o pesquisado, o projeto e a problemática; em geral, trata-se de encontrar o que é útil e como obtê-lo, a ordem ou domínio do discurso pesquisado e os processos de mudança em andamento (FAIRCLOUGH, 2001). O *corpus* é uma coleção pensada em aberto, em contínua construção e que se expande segundo as necessidades de análise.

Trata-se de um *corpus* em constante transformação, pois as mesmas organizações e a pesquisa na pós-graduação brasileira mudaram nessa década e meia que se passou entre 2001 e hoje. Em pôster apresentado em junho de 2012 no encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, na Universidade Federal de Maranhão, apresentou-se uma análise da primeira parte desse processo. Elegeram, nesse momento, 80 trabalhos (entre os 1.433 resultantes da procura no Banco de Teses da CAPES) a partir dos quais se extraíram argumentos valiosos para qualificar o estado da pesquisa em TICs na pós-graduação do Brasil. Nesse cenário, o começo de milênio não representou uma evolução quantitativa senão até 2006, quando o número de pesquisas findadas sobre as TICs no Brasil sobrepassou a dezena na amostra e continuou em ritmo crescente, como ilustrado na Figura 5.

Figura 5 - Evolução do número de dissertações e teses sobre TICs no Brasil (2001-2010)



Fonte: Elaboração própria

Mesmo que boa parte dessa amostra de pesquisas do banco de dados da CAPES provenham de centros tradicionais de pesquisa como São Paulo, Rio de Janeiro ou Brasília, as demais regiões do país estão também nesse caminho de refletir sobre novos aspectos da informação e da comunicação. Nessa medida, as próprias organizações indígenas têm acrescentado a utilização de dispositivos informáticos e a produção de material para publicação no ciberespaço.

Todavia, a região Norte registra menos pesquisas sobre o tema, assim seja ela a área que seria potencialmente mais afetada pelo desenvolvimento informacional, devido ao impato na diversidade cultural ali existente. Porque com as TICs o processo de globalização vê-se aprofundado e a homogeneização tende a apagar as línguas, os costumes, cosmovisões e, enfim, os valores sociais e culturais dos centos de grupos originários que ali moram. Mas, existe um processo inverso que resiste essas tendências em prol da supervivência e valorização das culturas nativas.

Deve-se dizer, assim, que o *corpus* baseou-se, num segundo momento, em práticas sociais de comunicação e informação inseridas nas dinâmicas dos saberes e as práticas organizativo-comunicacionais indígenas, segundo uma perspectiva comparativa transdisciplinar. Desse modo, essa coleção complementa-se com informações obtidas da CIDOB (Bolívia), COIAB (Brasil), OPIAC (Colômbia), AIDSESEP (Peru) e ORPIA (Venezuela). Dessas entidades,

das quais procurou-se informação em linha nos anos 2012, 2013 e 2014, encontrou-se que a CIDOB, a AIDSESEP e a COIAB tiveram produção disponível de informação nos seus sítios *web* que destacaram suas próprias atividades corporativas.⁶⁸ Da mesma forma, foram visitadas e feitas entrevistas nelas, ademais de na OPIAC e na ORPIA, constituindo-se numa fonte essencial para as reflexões etnográficas elaboradas no final desse texto.

As organizações objeto da análise nesse trabalho denominado “Organizações Regionais Indígenas, Cidadania e Tecnologias de Informação e Comunicação na Pan-Amazônia” conformam um leque de entidades que representam uma ampla e variada quantidade e qualidade de povos indígenas amazônicos. No entanto, falando em termos comparativos e de uso de TICs, especialmente no que tem a ver com a presença no ciberespaço, é difícil fazer uma análise de discursos *on line* produzidos pelas organizações, pois nem a CONFENIAE, do Equador, nem a ORPIA, da Venezuela, tiveram portais de acesso *web* durante os anos de seleção de materiais publicados e a OPIAC, da Colômbia, teve um funcionamento muito irregular. Como consequência, uma análise comparativa desses discursos disponibilizados na internet deixaria de lado essa parte da comparação, na qual a CIDOB destaca como a entidade indígena amazônica que maior informação tem publicado, ao longo dos últimos anos, notadamente, até o final de 2013 (Quadro 6).

Quadro 6 - Quantidade de informação publicada a novembro de 2013 nos portais das organizações indígenas

Organização/Sítio	Nº de arquivos	MB
cidob-bo.org.bo	5.338	767.0
coiab.com, coiab.org	8.068	90.4
aidesep.org.pe	711	54.7
opiac.org.co	198	19.0

Fonte: Elaboração própria

A maioria das organizações usam conexão de banda larga ADSL e tecnologia de conexão sem fio (WI-FI) a exceção da ORPIA e a COIAB, as quais têm conexão via rádio ou GPRS. Por essas duas últimas entidades ter um acesso limitado a internet não foi possível fazer o teste de velocidade via web como nas demais organizações. Na sua ordem a AIDSESEP, a OPIAC e a

⁶⁸ No total, selecionaram-se 84 enunciados/impressões (AIDSESEP: 09; CIDOB: 49; COIAB: 26) nesse segundo momento de composição do *corpus*, com o fim de pensar discursivamente a cidadania, tal e como o veremos adiante.

CIDOB tiveram as melhores velocidades de acesso (Quadro 7) e, de longe, a CIDOB a que mais *Megabytes* (MB) de informação tem publicado no seu site.

Quadro 7 - Organizações regionais indígenas, tecnologia, velocidade de rede e localização geográfica

Organização	Tecnologia de rede	Velocidade (Kbs)	Localização
CIDOB (2012)	ADSL/WIFI	512 download 354 upload	Santa Cruz de la Sierra
AIDSESEP (2012)	ADSL/WIFI	4.024 download 2.086 upload	Lima
OPIAC (2013)	ADSL/WIFI	2.056 download 620 upload	Bogotá
ORPIA (2013)	GPRS	s.d.	Puerto Ayacucho
COIAB (2013)	GPRS	s.d.	Manaus

Fonte: Elaboração própria

Das organizações visitadas a CIDOB e a AIDSESEP têm escritórios dedicados diretamente às tarefas de informação e comunicação, sendo que a AIDSESEP tem também um escritório exclusivo para a gestão de informação geográfica (o CIPTA). Elas também são as que melhores equipamentos e pessoal têm para estas tarefas. As demais entidades não têm escritórios propriamente para uma área de comunicação e por isso compartilham espaço com outros setores organizacionais, dos quais dependem também para o uso de equipamentos. Em geral os aplicativos mais usados são o *Windows* e o *Office*, a exceção da AIDSESEP que usa o *OsX* e aplicativos especiais para o processamento de informação geográfica e edição audiovisual. Em nenhuma delas se usa *software* livre, dependendo assim de licenças e aplicativos comerciais nos seus equipamentos. No relativo a orçamento para as áreas de comunicação, todas elas devem procurar financiamento através de projetos específicos ou colaborar com as outras áreas, ficando sujeitas num papel secundário e muitas vezes de caráter mais esporádico do que permanente.

Sobre esse material coletado de informação eletrônica, que completa o *corpus* analisado, desenvolver-se-á mais adiante uma análise que dê conta do contexto regional amazônico das reivindicações sociais indígenas, através desses novos meios de comunicação. E se aprofundará também no relativo à categoria de cidadania como eixo de sentido desse estudo transdisciplinar da comunicação.

4.3.2 O quadrado ideológico, instrumento de análise discursivo-social

O ‘quadrado ideológico’ articula quatro movimentos de autorrepresentação dos membros de um dado grupo social, ao frisar ou suprimir informação, segundo os interesses desse coletivo: (1) Expressar/frisar informação positiva para Nós; (2) Expressar/frisar informação negativa sobre Eles; (3) Suprimir/tirar ênfase da informação positiva sobre Eles; e (4) Suprimir/tirar ênfase da informação negativa sobre Nós (DIJK, 1998, p. 267). As funções de expressão/supressão são parte de uma estratégia do ideológico na comunicação. A seguir, apresenta-se uma esquemática desse quadrado (Quadro 8).

Quadro 8 - O quadrado ideológico

Prática Grupo	Expressar/frisar (+)	Suprimir/tirar ênfase (-)
Nós	Informação positiva sobre Nós	Informação positiva sobre Eles
Eles	Informação negativa sobre Eles	Informação negativa sobre Nós

Fonte: Adaptado de van Dijk (1998).

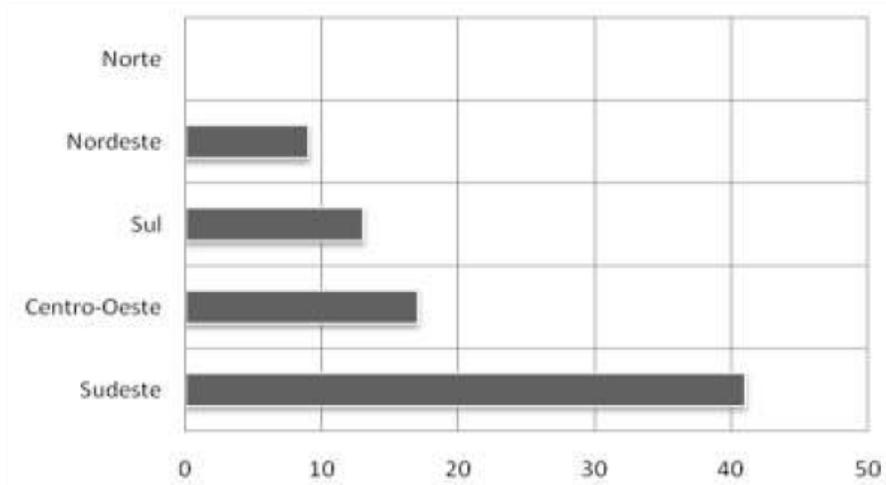
Nesse quadrado, as práticas discursivas refletem pertença a um determinado grupo social que compartilha concepções ideológicas encarnadas no processo de interação social. Isto é, a ideologia vem concretizar-se nessa estratégia discursiva, na qual se frisam informações positivas ‘nossas’ enquanto suprimem-se as ‘deles’; e suprimem-se informações negativas ‘nossas’, frisando-se as ‘deles’.

Dito arcabouço permite explorar as formas em que as entidades indígenas constituem-se como sujeitos comunicativos e históricos. Além de nos aproximar dessas lutas que se desenvolvem nesses novos espaços sociais que fundamentam as TICs. Dessa maneira, as supraditas dimensões do discurso: enunciado, prática discursiva e prática sociocultural, vão-se completar com a consideração desses aspectos ideológicos que atravessam, com certeza, os mais variados processos de interação social.

Justamente, considerando-se o Norte (onde localiza-se quase toda a Amazônia brasileira), a falta de trabalhos representativos dessa região, talvez, deva-se ao fato de que a seleção feita baseou-se somente no Banco de Dados da Capes, atualizado a 2010, e à preferência dada às ciências sociais e humanas nessa primeira parte do *corpus* de pesquisa. De qualquer

maneira, observa-se a hegemonia do Sudeste nos estudos de TICs, enquanto existe uma dinâmica de avanço paulatino no Centro-Oeste, Sul e Nordeste, como ilustrado a seguir:

Figura 6 - Teses e dissertações sobre TICs no Brasil por região (2001-2010)



Fonte: Elaboração própria

Seria muito difícil tirar ênfase dessa informação negativa sobre a região Norte em relação com a pesquisa de pós-graduação na temática das TICs. Isto representa um claro desafio para quem estuda áreas úmidas tropicais, segundo uma perspectiva materialista histórica, na qual enxergam-se modos de produção materializados nessa formação social específica que chamamos hoje Amazônia. Nesse contexto, a nossa crítica ideológica descobre aspectos sócio históricos que coadjuvam na explicação e a interpretação dos fenômenos informativos e comunicativos nesse âmbito étnico-organizacional.

4.4 A internet como bem ou recurso comum

Segundo Grimaldi (2014, p. 1), os *commons* é uma categoria utilizada como “uma alternativa aos regimes de propriedade baseados na dicotomia público/privado, tornando-se fundamental na definição e legitimação das lutas contemporâneas e ao mesmo tempo importante na elaboração das

estratégias e táticas políticas.”⁶⁹ Por isso, considera-se uma escolha certa, metodologicamente falando, na medida em que informação e comunicação podem ser pensadas além dessa dicotomia público/privado, na qual são tradicionalmente encaixadas.

Uma das mais recentes perspectivas desenvolvidas sobre essa categoria é a de Elinor Ostrom. No seu estudo sobre auto-organização e autogoverno, ela delimita com a expressão ‘recurso de uso comum’ ao sistema de recursos naturais ou artificiais o suficientemente grande como para dificultar a exclusão de beneficiários potenciais (OSTROM, 2011, p. 77). Destaca-se ali a interdependência entre sistema de recursos e unidades de recurso, em que se pode imaginar, por exemplo, um sistema de recursos dos servidores de computação e as unidades desse sistema o que os sujeitos apropriam-se ou usam no sistema (OSTROM, 2011, p. 77).

A esse respeito assinala Ravena (2006, p. 97) que “quem se apropria e/ou provê um CPR [*Common Pool Resource*] é realmente importante a informação de quantos são os que vão acessar o recurso, quando, onde e se todos contribuiram para a provisão do CPR.” Esta necessidade informativa desses aspectos dos sistemas de recursos é uma característica do funcionamento da internet. No entanto, vai além, pela tendência ao risco e a natureza incerta decorrentes dessa grande infraestrutura de aparelhos e dispositivos distribuídos globalmente.

Nesse panorama, observa-se que a vida das pessoas é afetada pela multiplicação das incertezas, em primeiro lugar, resultantes da rápida mudança tecnológica que traz consigo a difusão de riscos ambientais e da própria mudança social; e, em segundo, pela interação dos processos locais de sustento da vida com os planos de instituições internacionais sobre reforma econômica, privatização e descentralização (MEHTA et al., 2002, p. 102). Por isto, torna-se necessário enxergar a comunidade não como uma entidade homogênea mas com diferenças e interesses diversos e até conflituosos entre seus indivíduos, considerando assim as relações de poder que permeiam a interação social.⁷⁰

⁶⁹ Segundo esse autor, o significado literal de *commons* “remite a bens, materiais ou imateriais, que pertencem a coletividades específicas ou utilizados de forma heterogênea por ditas coletividades, que, *de alguma forma*, são comuns. De alguma forma significa que existem várias formas de serem compartilhados e usados coletivamente.” (GRIMALDI, 2014, p. 2, grifo no original).

⁷⁰ Segundo Mehta et al. (2002, p. 110-111), os “trabajos recientes han prestado mayor atención a las diferencias en las capacidades (concebidas mayormente en términos de sus recursos), preferencias (sobre políticas y resultados) y conocimiento (concebido como acceso a información y “creencias”) de la gente”, numa visão não isenta de crítica pela negligência das dimensões socioculturais de as crenças e a informação, assim como as assimetrias do poder.

Nessa aproximação sócio-histórica aconselha-se evitar, a todo custo, o individualismo metodológico em favor de uma abordagem dinâmica e processual das restrições ligadas ao uso e apropriação desses sistemas de recursos quando considerados como bens comuns. Deve-se evitar a dogmática epistemológica, na qual a ciência é concebida como a forma mais elevada do conhecimento e que serve para apagar outros saberes na tomada de decisões sobre temas ambientais (MEHTA et al., 2002, p. 115).⁷¹ Uma assimetria epistemológica também presente em questões de informação e comunicação, campos tradicionalmente pensados como âmbitos certos, fechados, dominantes, autossuficientes.

Sociólogos como Giddens e Bourdieu afirmam que a estrutura e a ação articulam-se mutuamente, enxergando assim as instituições mais como práticas sociais e menos como regras fixas (MEHTA et al., 2002, p. 117), numa dinâmica que pode servir tanto à reprodução das estruturas como à sua própria transformação. Dinâmica que descobre uma interação de estrutura e ação, sintetizada em diversas práticas sociais, incluídas ali as que regulam outras práticas.⁷²

No entanto, como a nossa perspectiva está ligada mais à teoria do discurso do que à da estruturação, precisa-se observar as relações de poder que estruturam e delimitam a vida social; assinala-se, por isso, que

[...] la teoría del discurso ha centrado la atención, en primer lugar, en la relación entre las instituciones y los conocimientos que éstas proveen, mostrando la importancia de las relaciones de poder para explorar las incertidumbres del conocimiento. En segundo lugar, enfatiza que un análisis de las instituciones, incluyendo aquellas implicadas en la gestión ambiental, debe incluir los regímenes conceptuales de sus públicos, puesto que parte del poder de una institución es la creencia pública en las categorías, conceptos e problemas de la institución.

⁷¹ Aponta-se também que esses “privilegios organizaban *lobbys* e institutos científicos en el Norte, minimizando la importancia de otras formas de conocimiento (por ejemplo, los conocimientos “profanos”, indígenas y no occidentales).” (MEHTA et al., 2002, p. 115).

⁷² Como bem apontam Mehta et al (2002, p. 118), “un enfoque de las instituciones basado en la práctica ayuda a deconstruir la distinción entre instituciones formales e informales que, como hemos mostrado, caracterizan a los enfoques centrales de instituciones en el manejo de recursos.”

La teoría del discurso dirige también la atención a la manera en que los discursos de las instituciones poderosas, y los “regímenes de la verdad” más amplios que promulgan, presentan a los procesos como ciertos y predecibles, aunque en realidad podrían ser inciertos e impredecibles.⁷³ (MEHTA et al., 2002, p. 121).

Certamente, nos países amazônicos existem sociedades multiétnicas em que grupos locais lutam pela sua autonomia enquanto os estados esforçam-se em homogeneizá-los, o que evidencia o jogo de relações sociais e de poder, num contexto em que as “instituciones no tienen meramente fines racionales o económicos, sino que están también enraizadas en construcciones o significados simbólicos y, por lo tanto, no pueden ser vistas solamente en términos utilitarios.”⁷⁴ (MEHTA et al., 2002, p. 131). Esse modo de ver reconhece, assim, tanto as resistências como as possibilidades de mudança perante fenômenos como a biopirataria e a privatização do conhecimento, antes concebido propriedade comum (MEHTA et al., 2002, p. 134). Enxergar às relações de poder leva-nos, assim, para além de um olhar economicista dos *commons*.

Dessa maneira, imagina-se a internet como um ‘recurso de uso comum’, em que o sistema de recursos representa a infraestrutura e o conjunto de pessoas e aparelhos a ela ligados, e as unidades de recurso a informação quantificada em *bits*. Por ser um espaço de interação simbólica encarnam-se ali diversas relações de poder, podendo pensar-se nela como ‘bem comum cidadão’, onde as lutas sócio-políticas são igualmente travadas. Uma perspectiva de bem comum em que a análise econômica (da

⁷³ “[...] a teoria do discurso tem centrado a sua atenção, em primeiro lugar, na relação entre as instituições e os conhecimentos que estas provêm, mostrando a importância das relações de poder para explorar as incertezas do conhecimento. Em segundo lugar, enfatiza que uma análise das instituições, incluindo aquelas implicadas na gestão ambiental, deve incluir os regimes conceituais de seus públicos, posto que parte do poder de uma instituição é a crença pública nas categorias, conceitos e problemas da instituição.

A teoria do discurso dirige também a atenção à maneira em que os discursos das instituições poderosas, e os “regimes de verdade” mais amplos que promulgam, apresentam os processos como certos e previsíveis, ainda que em realidade poderiam ser incertos e imprevisíveis.” (Tradução nossa).

⁷⁴ “instituições não têm meramente fins racionais ou econômicos, senão que estão também enraizadas em construções ou significados simbólicos e, portanto, não podem ser vistas somente em termos utilitários.” (Tradução nossa).

vida material) deve ser complementada pela análise político-ideológica (da vida social), no intuito de nos afastar do olhar utilitarista, supostamente fundamentado na certeza e na previsibilidade.

Além do mais, existe ainda a confusão conceitual entre propriedade, gratuidade ou liberdade de uso respeito de um bem comum, mas, seja no caso daqueles usados de graça

comme dans le cas des logiciels libres, les biens communs ne sont les biens ni de tous, ni de personne. Ils sont, au contraire, les biens de collectifs, à différentes échelles; à chaque logiciel libre correspond une communauté composée de développeurs et d'utilisateurs, et c'est pour cette raison qu'il est possible et nécessaire d'en revendiquer l'autogestion.⁷⁵ (SULTAN, 2011, p. 24-25).

É claro que, ao conceber os recursos comuns como bens coletivos, dependentes de comunidades de produtores e usuários, poupa-se a confusão sobre direitos de propriedade ou utilização, explorada já em décadas anteriores, especialmente, a partir da publicação em *Science* de *The tragedy of the commons* (HARDIN, 1968). Acreditar que o uso comum de pastagens ou o crescimento populacional são causas, por si mesmas, de uma tragédia universal, é perder de vista as possibilidades da ação coletiva para a gestão desses sistemas complexos, mas não complicados, de recursos comuns. Nesse horizonte, fala-se aqui de bem comum não como um objeto (ou conjunto deles) passível de apropriação por uma ou mais pessoas, mas de uma coletividade de gestores e usuários dependentes de um determinado sistema de recursos de utilização comum. Sublinhando o uso coletivo desses bens pulamos, então, o entrave que uma consideração sobre os direitos de propriedade, seja como privatização⁷⁶ ou estatização, traz para a nossa análise do comum.

⁷⁵ “como no caso do *software* livre, os bens comuns não são bens de todos nem de ninguém. Eles são, ao contrário, bens coletivos, em diferentes escalas; a cada aplicativo livre corresponde uma comunidade composta de desenvolvedores e de usuários, e é por essa razão que é possível e necessário reivindicar a autogestão.” (Tradução nossa).

⁷⁶ Esta lógica de apropriação é sofrida também no campo da pesquisa: « On sait pertinemment que les limites à l'accès aux publications de la recherche, imposées par le coût des revues et par les restrictions du copyright, conduisent à l'inefficacité. Elles engendrent des retards dans les découvertes et l'isolement des chercheurs. Par-dessus tout, elles détruisent le lien continu entre les chercheurs et les usagers de la recherche. » (CHAN; ARUNACHALAM; KIRSOP, 2011, p. 89).

Não haveria, então, uma tal tragédia (notadamente no caso da internet e seus fluxos de informação) já que se a economia se baseia no postulado da escassez dos bens, a

[...] misma escasez se funda en el carácter destructor del consumo, así como en la naturaleza exclusiva o privativa de la cesión y la adquisición. Ahora bien, si yo le transmito a usted una información, no la pierdo, y si la utilizo, no la destruyo. Dado que la información y el conocimiento están en el origen de las otras formas de riqueza y entre los bienes económicos más importantes de nuestra época, podemos prever la aparición de una economía de la abundancia, cuyos conceptos, y sobre todo las prácticas, significarían una ruptura profunda respecto al funcionamiento de la economía clásica.⁷⁷ (LÉVY, 1999, p. 53).

Nesse sentido, optou-se por pensar os bens comuns como uma expressão relacional, com o escopo de recuperar o seu sentido para além dos termos legais da propriedade (pública, comunitária ou privada)⁷⁸, focando-se nos vínculos decorrentes do uso e transformação coletivos ali se desenvolvendo. Dessa maneira, a tradução de *commons* une ambos os elementos da relação: de um lado, os bens ou recursos, e, de outro, o social (HELFRICH, 2008, p. 46). Assim, os bens comuns concebem-se como espaços sociais, artefatos, eventos e técnicas culturais que “son de uso y goce común, como el pozo de un pueblo, el manejo de un espacio como

⁷⁷ “[...] mesma escassez se funda no carácter destruidor do consumo, assim como na natureza exclusiva ou privativa da cessão e a aquisição. Agora bem, se eu lhe transmito a você uma informação, não a perco, e se a utilizo, não a destruo. Dado que a informação e o conhecimento estão na origem das outras formas de riqueza e entre os bens econômicos mais importantes de nossa época, podemos prever a aparição de uma economia da abundância, cujos conceitos, e sobretudo as práticas, significariam uma ruptura profunda respeito ao funcionamento da economia clássica.” (Tradução nossa).

⁷⁸ Trata-se de uma visão ligada mormente aos tempos modernos, pois como afirma Tapia (2008, p. 16): “La socialización general equivaldría a la fluidez continua de los bienes colectivos. Este grado de contingencia resulta insoportable para los liberales del individualismo posesivo, las mónadas propietarias. Una otra paradoja: el liberalismo duro define al individuo en su núcleo a partir de algo que le es externo: la propiedad o sus posesiones.”

plaza pública urbana, una receta, un idioma o el saber colectivo compartido en Internet.”⁷⁹ (HELFRICH, 2008, p. 47).

Os recursos comuns têm existido sempre, assim não os vejamos, como é o caso do espectro eletromagnético ou do *software* livre. Não obstante, só chegamos a enxergá-los como consequência dos problemas referentes ao acesso e conservação desses bens, já que ao se perder a sua qualidade,

y por ende la vitalidad de los *commons*, y al erosionarse – paulatinamente y en todas partes- la conciencia de tantas relaciones sociales que se tejen a partir del proceso de producción y reproducción de los *commons*, también se perdió nuestra capacidad de nombrarlos. Así que la discusión actual surge del abuso y de la privatización de muchos ámbitos comunes. Todos somos capaces de nombrar casos que hace apenas dos generaciones nos hubiera parecido inconcebible (simplemente por ser inmorales) que fueran sujeto de privatización; y, sin embargo, hoy se encuentran cercados: la información genética, los códigos informáticos, el gozo del paisaje y la atmósfera. Éstos son recursos inmateriales a los que se podía tener acceso (común) y que ahora se pretenden sujetar a las mismas teorías y reglamentos que se aplican a los bienes materiales.⁸⁰ (HELFRICH, 2008, p. 43).

⁷⁹ “são de uso e gozo comum, como o poço de uma vila, o manejo de um espaço como praça pública urbana, uma receita, um idioma ou o saber coletivo compartilhado na Internet.” (Tradução nossa).

⁸⁰ “a qualidade dos recursos, e por isto a vitalidade dos *commons*, e ao se erodir – paulatinamente e em todas as partes- a consciência de tantas relações sociais que se tecem a partir do processo de produção e reprodução dos commons, também se perdeu a nossa capacidade de os nomear. Assim que a discussão atual surge do abuso e da privatização de muitos âmbitos comuns. Todos somos capazes de lembrar casos que faz apenas duas gerações tivesse-nos parecido inconcebível (simplesmente por ser imorais) que foram sujeito de privatização; e, no entanto, hoje encontram-se cercados: a informação genética, os códigos informáticos, o gozo da paisagem e a atmosfera. Estes são recursos imateriais aos que se podia ter acesso (comum) e que agora se pretendem sujeitar às mesmas teorias e regulamentos que se aplicam aos bens materiais.” (Tradução nossa).

Justamente, pelo esquecimento das relações sociais implicadas na produção/reprodução dos recursos comuns e o surgimento de problemas relativos a sua deterioração, abre-se uma janela para os considerar novamente como um instrumento de grande valor heurístico. Abordagem que se torna mais importante hoje quando constatamos que as reformas estatais, limitadas “a desregular serviços e a subordinar responsabilidades públicas a interesses privados, estão fazendo muito pouco para abrir a gestão social aos múltiplos estilos de vida e às variadas formas de participação requeridas pelos setores marginalizados.” (CANCLINI, 1999, p. 231). Daí que conceber a internet em termos de propriedade não seja o melhor caminho para compreender a sua natureza e funcionamento (mesmo incertos e imprevisíveis). Por isso, diz-se com muita razão que a tragédia da “Tragedy of the commons” é a de pensá-los sempre como “propriedade”, como “domínio” (HELFRICH, 2008, p. 47).

Em verdade assistimos atualmente uma nova fase de apropriação e privatização desses recursos comuns, denominada por Boyle (2003) o “segundo cercamento”. O primeiro momento corresponderia ao tempo em que pastagens e terras comuns começaram ser privatizadas na Inglaterra nos inícios da era moderna. A diferença é que esse segundo encerramento estaria alicerçado agora nos direitos de propriedade intelectual (BOYLE, 2003, p. 37).

Esse processo teria se fortalecido ao longo do último século, pois a captura das agências governamentais por parte da indústria, a influência das corporações nos centros de educação superior e a especialização crescente da burocracia e as profissões, em mandatos e disciplinas que fragmentam o conhecimento, enfraquecem a análise integrada e o julgamento sobre o que é apropriado para uma realidade multidimensional, complexa e heterogênea.⁸¹

Pense-se na Amazônia, onde apesar da dominância do modo capitalista de produção, e como é argumentado aqui, existiu e existe

⁸¹ Em detalhe: “First, the twentieth century has clearly demonstrated that government agencies are liable to capture by the industries they are mandated to regulate. Second, professions and universities are increasingly vulnerable to corporate influence. Third, the fracturing of government agencies and professions into specialized mandates and disciplines tends to dismember thought, making it hard to do the integrated analysis and judgment that is appropriate for reality (in all its multi-dimensionality, complexity, and heterogeneity).” (REID; TAYLOR, 2010, p. 105).

uma diversidade de modos produtivos a se ponderar. É verdade que o movimento da globalização do capital e do mercado afeta realmente esses setores sul-americanos, apagando os limites entre o global e o local, mas, é igualmente verdade que existem ali populações vivendo inteiramente fora dessa dinâmica capitalista. Podem não ser muitos em relação ao volume populacional das cidades amazônicas, mas, o seu modo concreto de produção, requer extensas áreas para o seu sustento.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2013), reconhece que o continente americano é morada do maior número de povos indígenas isolados e recém contatados, e assinala que as principais ameaças aos direitos desses povos não contatados ou em contato inicial são resultado, precisamente, do contato, pelo qual recomenda evitar um contato que vai à contramão da capacidade deles satisfazerem autonomamente seu sustento, como o tem feito secularmente. Isso é, com certeza, uma problemática que afeta especialmente a Amazônia, ainda que não se reduza aos seus limites. Relatório que aponta na maneira destrutiva em que as dinâmicas capitalistas estão transformando a região pela exploração dos recursos naturais e, nesse sentido, como pesquisadores sociais, não podemos ser simples testemunhas do seu sumiço.⁸²

É esse um pressuposto que convida, claramente, pensar num outro modo de produção que represente a forma em que tais grupos isolados usam e transformam as paisagens amazônicas. Sabe-se da sua existência em Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Venezuela, e com indícios em Guiana e Suriname, destacando Brasil, Peru e Bolívia como os países com maior número de povos isolados ou recentemente contatados.⁸³ Entre eles, encontram-se os povos Tagaeri, Taromenane e Waorani no Equador; os Hoti, Piaroa e Lanomâmi na Venezuela; os Nukak Maku e os Arojes ou Carabaios na Colômbia (COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS, 2013, p. 7).

Acredita-se, por isso, que o conjunto de reflexões sobre o que denominamos aqui “modo de produção extrativo” seja uma alternativa viável,

⁸² Segundo o parágrafo terceiro: “Si se observa la demanda nacional e internacional de los recursos naturales que se encuentran en los territorios con presencia de pueblos indígenas en aislamiento voluntario —maderas, hidrocarburos, combustibles fósiles, minerales y recursos hídricos—se percibe la vulnerabilidad a la que están expuestos. En este contexto, el reto para los Estados, organismos de derechos humanos y defensores es lograr la protección de los derechos de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial, o ser testigos de su desaparición.” (CIDH, 2013, p. 1).

⁸³ O número desses povos chegaria a 200, os quais agrupariam umas 10 mil pessoas habitando especialmente a Amazônia e o Grande Chaco (CIDH, 2013, p. 5-7).

numa analítica que faz questão de pensar uma formação social como é a Amazônia. Onde uma grande diversidade de povos ainda conserva formas comuns de produção/reprodução da sua vida material e social. Uma discussão mais detalhada desses aspectos metodológicos desenvolve-se no seguinte capítulo, com o intuito de explicar o lugar desse modo de produção no âmbito do materialismo histórico.

Antes de fechar essa seção do livro relacionada, mormente, com aspectos metodológicos e da nossa problemática, é bom dizer que, devido às características particulares desse trabalho científico (engajado com uma visão pluralista e transformadora), optou-se por redigi-lo num editor de texto de uso livre e código aberto (*LibreOffice*). Por sua parte, utilizou-se *Zotero*, aplicativo também livre e aberto, para gerir a informação bibliográfica dos diversos documentos aqui referenciados. Por sua vez, esses aplicativos foram executados em várias distribuições do sistema operacional *Linux* (*Debian, Crunch Bang e Ubuntu Studio*), *software* igualmente de caráter livre e aberto. Com isso levamos à prática o uso de aplicativos que garantam as quatro liberdades fundamentais descritas na *General Public License*⁸⁴, alternativa específica aos direitos de propriedade intelectual que cercam hoje os chamados bens comuns do conhecimento⁸⁵ e a cultura. O que, como pesquisadores sociais, é preciso defender.

⁸⁴ Dessa forma se faz questão de falar em bens comuns, pois no “plano pragmático-prático resulta indispensable apropiarse del concepto para poder entender las estrategias políticas y jurídicas puestas en él recientemente, como es el caso de *Creative Commons* o de la *General Public License* como instrumento legal para proteger la libertad del software y de otras obras.” (HELFRICH, 2008, p. 43).

⁸⁵ Precisamente, Hess (2011, p. 49) advoga pela pesquisa rigorosa e prioritária dos “comuns do conhecimento” quando afirma que: « La double nature des communs – dynamique d’enclosures à travers les privatisations et la marchandisation d’un côté ; ouverture, partage, collaboration et action collective de l’autre – est incompatible avec la vision de ceux qui considèrent les communs comme une panacée. Un processus analytique rigoureux peut nous éviter de ‘porter un regard romantique sur les communs’ et nous amener à comprendre plus en profondeur ce champ d’étude complexe, afin de mieux maintenir et protéger les productions culturelles et universitaires et tout ce que nous regroupons sous le concept des communs de la connaissance. »

5 TÓPICOS PARA UMA TEORIA TRANSDISCIPLINAR DA COMUNICAÇÃO

Desenvolveram-se até aqui diversos argumentos ligados, mormente, aos quadros teórico-metodológicos da comunicação, da linguagem, do materialismo histórico, da Análise do Discurso e de algumas abordagens sobre *commons*. A partir dessa arguição vai propor-se nesse capítulo uma teoria transdisciplinar da comunicação, fundamentada nos conceitos de informação, impressão, sentido, linguagem e canal.

5.1 Informação, impressão e sentido

Pode-se dizer que a comunicação e a informação têm sido de grande importância para as sociedades humanas ao longo do tempo. Uma ideia que levou Luhmann (2006, p. 39) considerar o seu papel fundamental, pois sem comunicação “não existem relações humanas nem vida humana propriamente dita.” No entanto, e ao teor da nossa abordagem materialista, deve-se enfatizar que sem vida humana propriamente dita não existem relações humanas nem, muito menos, comunicação. Mas, certamente, como o assinalou, a questão relativa à improbabilidade da comunicação, negligenciada no sistema dos modernos meios massivos de comunicação, que a enxerga ‘sob a sugestão do funcionamento’, não é uma problemática ainda resolvida (LUHMANN, 2006, p. 45). Na verdade, até hoje continua-se a piscar o olho, cumprimentar-se com um aperto de mãos, bater papo, ler cartas ou correios eletrônicos, falar ao telefone, escutar rádio, assistir televisão ou acessar todo tipo de material multimídia na internet, sem, no entanto, esgotar as diversas problemáticas analíticas ligadas às manifestações informativas ou comunicativas.

Tais atividades aparecem, assim, associadas à noção de comunicação. Contudo, uma relação por si só insuficiente para se explicar o amplo leque de eventos analisados no âmbito desse campo científico. Disciplinas como a linguística dão conta do estudo de alguns deles, ainda que não daqueles mais corporais como piscar o olho ou apertar as mãos. O limite, nesse caso, é determinado pelo objeto particular que é a língua, uma das formas em que se materializa a linguagem.

Em nossos dias, a informação apresenta-se como um fenômeno que caracteriza o desenvolvimento das sociedades capitalistas. Um número indefinido de objetos e aparelhos eletroeletrônicos como cartões de memória, discos rígidos, câmeras, celulares, ordenadores (de escritório e

portáteis), tabletes, gravadores e reprodutores digitais, decodificadores, receptores GPS, entre outros, é gerenciado por aplicativos que possibilitam seu funcionamento. Parafernália exposta como o resultado material da mais recente inovação produtiva.

Considerando-se que esses aparelhos, de alguma maneira, recebem, armazenam, processam, apresentam ou transmitem informação, esta converte-se assim no seu comum denominador. Mas, que tipo de informação é essa mantida ou que flui por toda aquela aparelhagem? Uma primeira resposta a esta pergunta pode ser colocada em termos da teoria matemática da comunicação.

Ela (também conhecida como teoria da informação) é, sem dúvida, uma das teorias mais caras aos estudos em ciências da comunicação. Nela considerou-se, basicamente, o problema de reproduzir, de maneira exata ou aproximada, uma mensagem de um ponto a outro, esquecendo os seus aspectos semânticos; para isso, Shannon (1948) propôs um esquema geral de comunicação, onde haveria uma fonte de informação, origem da mensagem, que seria veiculada por um transmissor através de sinais, num canal (susceptível a perturbações), os quais seriam recebidos logo por um receptor que reconstituiria a mensagem. Como resultado desses avanços começou-se medir a informação em unidades de base logarítmica dois, ou dígitos binários, melhor conhecidos desde então como *bits*. Justamente a unidade de medida usada em nossos dias nas diversas operações relacionadas com a informação codificada digitalmente: armazenamento num cartão de memória, transferência de arquivos, velocidade de conexão à internet, etc.

No entanto, essa primeira resposta à pergunta afasta, não só aspectos semânticos (como o disse Shannon) ou de significado, mas uma multiplicidade de relações que determinam o conceito 'informação'. Esboça-se, a seguir, algumas dessas determinações fundamentais, no intuito de o articular numa proposta teórica para o estudo transdisciplinar da comunicação.

5.1.1 A informação como fator de comunicação

Em termos gerais, o caráter quantitativo da informação aparece hoje como a sua forma distintiva. Assim pensada (em *bits*), ela é para o desenvolvimento da informática o que as unidades de valor monetário para o capitalismo. Em outras palavras, as unidades binárias (zeros e uns) tornam

real a possibilidade de processamento e circulação de informações numa escala planetária. De outra maneira, o computador em que escrevo este capítulo ou a conexão que ela tem à internet permaneceriam só como ficção. Trata-se do polo lógico formal da informação que embasa o âmbito digital.

Mas, outra classe de informação, de ordem qualitativa, emerge no polo cotidiano, através do nosso corpo, de conversações corriqueiras, gestos, cartazes, olhares. Neste polo, na simples contemplação da natureza e suas transformações, os nossos sentidos são atropelados pela imensidão de fontes criadoras de diferentes sensações. É o murmúrio das ondas do mar; a luz do raio e o som do trovão; a chuva batendo no chão; as buzinas apitando na avenida; o calor do verão e o frio do inverno; todas elas influenciando de maneiras divergentes e complexas a nossa corporalidade.

A sensação resultante da empiria (decorrente da experiência sensual) aparece, então, como uma negação do caráter abstrato da informação, pois, ao invés de se articular numa formalização matemática, é produto do mundo objetivo. Trata-se da nossa primeira fonte de informação e conhecimento. Fonte explorada já em diversos sensores como aqueles de temperatura, luz, movimento, velocidade, aceleração, direção.

Seja como um arranjo de *bits* ou um conselho de pai, ambas manifestações movimentam, de alguma forma, informação. Nesse contexto, ela é imaginada em termos objetivos, como fenômeno que adquire valor social quando considerada em relação com os processos de produção/reprodução da vida humana. Nessa ordem de ideias, o conceito de sentido aponta, certamente, para caracterizar esse valor social em termos comunicacionais. Entendido como efeito dos âmbitos empírico e formal da humanidade social, torna-se um conceito chave para a nossa analítica. Ele adquire tal valor na medida em que se movimenta do material para o abstrato e vice-versa, sintetizando conteúdo e forma na sua dinâmica.

A sua importância no marco de uma análise comunicativa compreende-se melhor se sabemos que é somente na interpenetração da linguagem com a realidade concreta como se gera o sentido, pois “só o contato da língua com a realidade, o qual se dá no enunciado, gera a centelha da expressão: esta não existe nem no sistema da língua nem na realidade objetiva existente fora de nós.” (BAKHTIN, 2010a, p. 292). ‘Centelha da expressão’ que não existe na língua nem fora de nós, mas que experimentamos diariamente em nossa relação com a natureza e com os demais seres humanos.

Essa relação do sentido e o enunciado está no cerne das reflexões bakhtinianas sobre a constituição de um espaço científico para a comunicação discursiva, especialmente quando assinala que “o estudo do enunciado como *unidade real da comunicação discursiva* permitirá compreender de modo mais correto também a natureza das unidades da língua (enquanto sistema) – as palavras e orações.” (BAKHTIN, 2010a, p. 269, grifo do autor). Em minha opinião, tratou-se de uma tentativa por recuperar o valor do dizível como chave para compreender a forma em que o sentido emerge na prática discursiva.

Tomar o enunciado como unidade de análise da comunicação discursiva é uma das propostas mais importantes da filosofia da linguagem no século XX. A abrangência de manifestações comunicativas colocada nesse conceito pelo Círculo de Bakhtin, que acolheria desde declarações simples até romances inteiros, representa, com certeza, uma perspectiva interessante. Contudo, no caso de gestos, bochechadas, sinais feitos com as mãos, olhares, entre outros, o alcance dessa perspectiva vê-se comprometido numa teoria global da comunicação, devido ao seu horizonte filosófico. Iguamente, essa perspectiva continua a ser frutífera em estudos que tenham a ver especialmente com linguagens faladas ou escritas ou a meios desse tipo, onde os enunciados tornam-se também unidades de sentido.

Levando em consideração os anteriores argumentos sobre o sentido, detalhar-se-á em seguida o conceito ‘impressão’, como possível unidade real de análise transdisciplinar da comunicação, ao invés do enunciado (conceito do que falamos detalhadamente no segundo capítulo desse trabalho). Com tal objetivo, explicar-se-á de que maneira a informação pode ser entendida como ‘impressão de sentido’, no quadro dessa proposta teórica sobre a comunicação social.

5.1.2 O ‘efeito expressão’ e a unidade de análise da comunicação

Usualmente, quando se fala em ‘expressão’, vem à tona a ideia de algo ou alguém (geralmente um indivíduo) que seria a fonte do sentido, do que é dito, informado. Nesses termos, o sentido de diversas manifestações como gestos, fala, escrita, enxerga-se como um fenômeno de natureza individual, onde a pessoa coloca o que quer dizer (expressa-se) para si mesmo e/ou para outra(s) pessoa(s). Não obstante, isso torna-se possível somente a partir do esquecimento radical das forças sociais que intervêm no funcionamento das linguagens.

Essa ideia vai ser analisada por Pêcheux (2010, p. 174 et seq.) no que chamou de esquecimento um e dois, ou seja, as duas ocultações que operam na ilusão de que (1) o sujeito é a origem do que fala ou escreve, e de que (2) o que diz é uma realidade do pensamento (“eu sei o que eu digo”, “eu sei do que eu falo”). Dessa maneira, Pêcheux, por meio de uma abordagem psicanalítica do discurso, tentou superar aquela problemática decorrente da perspectiva idealista da linguagem, ou seja, do sujeito como a fonte do que fala e de seu sentido.

Sugere-se renomear essa problemática ‘efeito expressão’, com o intuito de colocá-la numa perspectiva mais comunicacional do que discursiva ou de filosofia da linguagem. Seguindo os argumentos colocados e a se colocar sobre a formação do sentido, num horizonte material e histórico, o assunto clarear-se-á de outro modo. Por enquanto, lembra-se também que a ilusão da naturalidade do sujeito/sentido na prática comunicativa é um assunto a explorar e revisitar desde diversos pontos de vista.⁸⁶

É preciso reiterar que os seres humanos somos impressionados por sensações do mundo exterior. Seja pelo calor, pelo frio ou por quem nos interpela às nossas costas; seja pelo que dizem os vizinhos ou o que publicam os jornais. Cada uma dessas situações, evidentemente, perturba os nossos sentidos de diversa maneira.

No caso de situações ambientais, como as vividas pelo calor e o frio extremos, ou, mais radicalmente, de cataclismos oceânicos ou terrestres, essas sensações nos impressionam de um modo que dificilmente poder-se-ia traduzir em palavras. No entanto, quando as situações decorrem de conversas, escutas ou de leituras, a forma em que elas nos impressionam é um pouco diferente, já que o sentido aparece mais como um produto do pensamento do que como uma sensação. É o sentido de nosso mundo em abstração, posto ali numa linguagem.

Em ambos os casos (sensações de corpo e ambiente) as chamaremos ‘impressões’. Assim se acredite que somente na conversa cotidiana, na fala de um jornalista ou na leitura de um romance ter-se-iam verdadeiras ‘expressões’ de alguém que nos quer dizer algo, isso não adianta nada em prol de um rigoroso pensamento científico social. Em outras palavras, frisa-se a utilização do conceito ‘impressão’ que complementa aquele de enunciado, problematizando a noção de ‘expressão’, a qual acha-se muito

⁸⁶ Sobre a questão do sujeito numa teoria do discurso escreveu-se mais detalhadamente no segundo capítulo desse trabalho. Por isso, em diante serão feitas arguições mormente em relação com o sentido como categoria analítica dessa proposta teórica.

próxima do individualismo metodológico. Uma explicação dessa escolha é esboçada a seguir.

O mundo exterior, em face da nossa corporalidade, é só fonte de sensações e não de expressões. Destarte, a expressão não pode ser colocada, em princípio, em lugar nenhum: nem na mente de um indivíduo nem nas próprias coisas. Ela aparece somente após a sensação, no momento (ela é instantânea, ‘centelha’) que dá emergência à impressão, ativando (ou atualizando) uma relação entre sensação (que não é mais porque ficou para trás, no passado) e impressão (que se transforma no elo presente dessa cadeia). Consequentemente, se o sentido pode-se chamar de ‘centelha da expressão’, que, como foi dito, não existe nem na língua nem fora de nós, é porque ele é o efeito que a transformação da sensação em impressão, deixa em nós, como uma pegada que indica para algo que já não podemos alcançar senão discursivamente.

Daí que a formação do sentido seja possível unicamente como efeito da transformação da expressão sensorial corporal em impressão e não como algo que o sujeito tenha determinado de antemão. A expressão morre para dar vida ao sentido numa impressão pessoal que se materializa numa ou várias linguagens. Sentido que, na dinâmica desse processo, apresenta-se como tensão constante entre emoção e razão, entre sensação e pensamento.

A impressão, assim entendida, é a aparência que o sentido toma numa dada linguagem. Por isso, quando se pensa a informação como uma ‘impressão com sentido’, como o produto da relação que os seres humanos articulam no seu devir, faz-se questão de observar essa aparência da impressão em relação com as sensações/ideias que movimenta. Trata-se de um processo em que ao mesmo tempo em que o ser humano religa-se à natureza também dela se afasta. Se, por um lado, as forças naturais expressam-se primeiramente em nossa corporalidade, por outro, o processo de sua transformação em impressão vai implicar o paulatino desenvolvimento de novos tipos de relações com outros seres humanos e com a natureza mesma. Desenvolvimento que articula novas e mais complexas formas de comunicação, como aquelas fundamentadas em linguagens e meios materiais.

Feitas as anteriores colocações, sugere-se considerar a ‘impressão’ constituída numa linguagem (ou linguagens) como a unidade real de análise da comunicação social. Em síntese, tal unidade seria uma totalidade emergente e conclusiva. Emergente quanto à sua manifestação, materializada numa dada linguagem. Conclusiva quanto ao seu acabamento, apresentado por marcadores de

princípio e fim, e aberta, de vez, à interação dialógica no universo das impressões formadas através dos diversos meios e linguagens usados pelos seres humanos.

As anteriores considerações sobre o conceito de impressão são um primeiro esboço do assunto e podem ser tomadas como ponto de partida para posteriores elaborações teóricas. Sugere-se que uma tal conceitualização representa uma alternativa para se pensar de outro modo a prática comunicativa. Sugere-se, então, que a impressão é à comunicação transdisciplinar o que o enunciado à comunicação discursiva. Contudo, tem-se ainda pela frente a delimitação das categorias de linguagem e canal, as quais complementam o esboço teórico até aqui apresentado.

5.2 A linguagem como fator de comunicação social

A linguagem aparece, mais que nada, como diversidade, isto é, não ao modo de uma manifestação única, universal, senão como fenômenos concretos. Destarte, comumente considera-se a existência de linguagens como a corporal, gestual, falada, escrita, auditiva, visual, audiovisual, etc. Se “não há sociedades sem história” seguimos também Le Goff (2013, p. 397) quando assinala a transcendência já antiga da história e a geografia na transmissão do saber entre gerações, lembrando que as “grandes civilizações, na Mesopotâmia, no Egito, na China e na América pré-colombiana, civilizaram em primeiro lugar a memória escrita no calendário e nas distâncias.” É claro, que tais avanços nessas sociedades, em termos de conhecimento e memória humana, supõem a existência de linguagens que mediatizam a sua conservação e transmissão. Essa abordagem da prática comunicativa tem por isso na linguagem uma categoria analítica imprescindível.

A ação de piscar o olho para alguém ou aquela de apertar as mãos para cumprimentar, assim como a de gesticular acompanhando uma fala ou a de bater palmas em determinados espetáculos, decorrem, primeiramente, de esforços corporais. Mas, não é desse esforço em si mesmo que provém o sentido de cada um deles, nem da vontade do indivíduo que o executa, como colocado anteriormente. O sentido, portanto, só poder-se-ia estruturar naquele espaço que Bakhtin (1999, p. 42) denominou de ‘psicologia do corpo social’, o ambiente inicial da comunicação entre os seres humanos, onde tais sinais adquirem significação.

Dentro de seu escopo de análise, a proxêmica, por exemplo, ocupa-se de uma parte da linguagem corporal, ao refletir sobre as relações entre

as pessoas, segundo a sua proximidade física, as quais variam em diferentes contextos espaciais e sociais. Noutra nível, poder-se-ia falar também de uma linguagem do corpo coletivo, ou seja, daquela emergente num conjunto ou concentração de pessoas, que transforma a soma de indivíduos num organismo com maior ou menor qualidade do que a soma de suas partes. Para melhor o explicitar: $1+1>2$ ou $1+1<2$, o que poder-se-ia traduzir dizendo que dois indivíduos cooperando adquirem uma maior capacidade de ação do que dois competindo, pelo que não necessariamente a soma desses indivíduos seja igual, em todo caso, a dois. Mas, é claro, trata-se somente de uma aproximação didática ao argumento colocado.

Pelas suas características, as linguagens só podem desenvolver-se em ambientes sociais, sendo mais ou menos espontâneas, mais ou menos organizadas. Portanto, é na medida em que uma linguagem se estrutura no corpo social que ela vai movimentar a troca de impressões em todo tipo de linguagens, enriquecendo o ambiente e as possibilidades da prática comunicativa. Segundo Engels (1974a), a necessidade humana fez com que a laringe se transformasse até ser capaz de, junto à boca, como parte de um esforço orgânico, articular sílabas. Assim sendo, a “comparação com os animais demonstra que esta explicação da origem da linguagem, nascida do trabalho e acompanhando-o sempre é a única exata.” (ENGELS, 1974a, p. 175). No entanto, antes de se originar uma linguagem falada, ao que parece, esse espaço foi preenchido pela linguagem corporal.

É difícil desconhecer a grande importância que a linguagem tem tido no desenvolvimento das sociedades humanas. À primeira vista, a linguagem apresenta-se como uma faculdade natural de os seres se comunicarem. Mas, um exame sumário revela que, apesar de a quantidade de linguagens no mundo ser ampla, não por isso a comunicação e o entendimento são padrões das relações sociais de nossos dias.

Outro olhar enxerga as linguagens como sistemas formais de signos para a criação de significados que embasam a comunicação entre indivíduos. No entanto, esta perspectiva não leva em consideração a riqueza que a prática discursiva ou linguageira manifesta no cotidiano. Além disso, ela deixa de lado outras linguagens não simbólicas como a fotográfica ou a corporal. Esta perspectiva tende a sobrevalorizar o código, esquecendo os aspectos humanos e sociais do sentido. Nesse contexto, a linguagem é também pensada como um instrumento com funções comunicativas, as quais só dão conta de uma parcela pequena dos fenômenos comunicativos.

O mais instigante desejo do ser social seja, talvez, o de transmitir inteiramente o sentido resultante das expressões sensoriais. Mas, para o nosso desconcerto, a sua realização aparece até hoje como um impossível devido à diversidade individual e coletiva que dá vida às linguagens. A teoria da informação resolve uma parte dessa questão em termos quantitativos. Cabe então explorar alguns aspectos qualitativos deixados fora do âmbito matemático nessa teoria.

Pela complexidade e a riqueza que as linguagens desenvolveram ao longo da história, certamente, constituem um exemplar resultado do trabalho social. Em sentido inverso, elas são fundamento do aperfeiçoamento da produção material humana. A evolução das ciências também é um caso que ensina como a linguagem está na base da transformação da natureza e os homens pelos próprios homens. Vale a pena assim indagar pelas suas diferentes manifestações e determinações essenciais.

A linguagem aparece especialmente numa imensidão de discursos espalhados por meio de livros, jornais, conversas, cartas, cartazes, televisões, igrejas, escolas, enfim, em quase a totalidade das nossas atividades corriqueiras. Considerando essa imensidão, Foucault (2008, p. 55) assinala de maneira pontual que os discursos são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam.” Como prática social e poder virtualizante, não só os discursos, mas, também, as linguagens, revelam características interessantes para a análise da comunicação social.

Em primeiro lugar, a linguagem alicerça as nossas relações com o mundo e os seres sociais. Neste contexto, ela é um modo de criação de sinergias intra e entre grupos sociais, os quais transcendem, portanto, o potencial entrópico dos indivíduos isolados. Por isso, ela é mais do que um meio ou ferramenta de comunicação. É o coração da comunicação pois, sem ela, seria impossível alcançar sucesso na troca de impressões no interior das e entre coletividades.

A visão do individualismo metodológico na ciência da comunicação fez sumir o caráter inteiramente social das linguagens, em prol de um demiurgo indivisível que usa instrumentalmente as linguagens, segundo seu parecer. Esta visão esquece a força que ela imprime na composição e na organização da sociedade como um todo. E o fato de que hoje usemos correntemente diversas linguagens interagindo é consequência de uma trajetória histórica, um passado comum.

Isso é o que pensa quando se diz que as formações sociais articulam linguagens, por meio das quais dão sentido ao seu desenvolvimento. Graças a esta particularidade elas constituem um elo importante nas dinâmicas de produção/reprodução. No entanto, até hoje, os estudos sobre esta característica da linguagem são pouco desenvolvidos, mas começam a tomar forma nas análises de práticas de trabalho cooperativo em grande escala que possibilita a internet. Isto não é totalmente desconhecido para o capitalismo, pois assim seus princípios apontem para a concorrência, as firmas procuram internamente ‘falar a mesma língua’, no sentido de coordenar ao máximo as atividades do corpo de funcionários, visando à geração de lucro. Sem que, realmente, seja uma linguagem propriamente dita mas a força orgânica da humanidade social posta ao serviço da apropriação privada dos recursos comuns e do conhecimento.⁸⁷

Conforme a colocação sobre o poder constituinte do discurso, as linguagens enxergam-se como práticas de formação de impressões objetivas. Ou, melhor dizendo, modos de virtualização de objetos e suas relações. Objetos determinados pela sua atividade ou inatividade, quer dizer, como seres animados e inertes: animal, árvore, pedra, círculo, ainda que essa seja uma dicotomia analítica mas do que uma separação real das coisas. E relações que apontam estados ou movimentos desses objetos.

Em consequência, sugere-se que as linguagens não representam as relações que as palavras teriam com as coisas ou os sentidos com os objetos, mas, pelo contrário, as possibilidades de virtualização que tais práticas permitem. Portanto, a potência que a virtualização outorga à linguagem vai permitir, de um lado, a recomposição do mundo natural e, de outro, a do mundo social. Recomposição que pode ser tanto (re)produtora como transformadora.

O anterior traz à tona a tensão existente nas linguagens entre o atual e o virtual, entre o que é ou não agora e o que foi ou será. Essa interação do atual e o virtual caracteriza uma prática que se desenvolve também entre o que tem lugar, o tópico, e o que não tem lugar, o utópico. Esse é o poder das linguagens ao abrangerem objetos e relações de ordem espaço-temporais.

Igualmente, toda linguagem precisa de uma materialidade para a sua realização. Essa ferramenta é o código que, como sistema simbólico, requer o estabelecimento de normas ou regras combinatórias, com o intuito de objetivar as impressões. E essas impressões, quando veiculadas num canal específico, formam objetos e relações virtuais, que só adquirem sentido para

⁸⁷ Acha-se uma discussão detalhada sobre a internet como bem comum no final do Capítulo 4.

quem as percebe após descodificá-las segundo um código igual. Isto nos leva considerar o terceiro e último fator da prática comunicativa: o canal.

5.3 O canal ou as condições ambientais da comunicação

Toda vez que o conceito de ‘canal’ representa aqui as condições objetivas que possibilitam a circulação de impressões e a constituição de sentidos, ele deve ser pensado como o primeiro fator da comunicação, embora apareça nesse último lugar.

A importância desse conceito numa teoria da comunicação decorre justamente da materialidade que ele lembra quando, para o caso, pensamos num rio como um ‘meio de comunicação’ ou uma estrada como uma ‘via de comunicação’. Isso nos remete a meios ou vias que suportam múltiplos fluxos, passagens, deslocamentos, etc. Esses exemplos (do rio ou da estrada) são formas materiais de canal. Além do mais, trata-se de canais ‘mortos’ já que servem como estruturas (uma natural e outra artificial) sólidas pelas que fluem diversos tipos de cargas. Mas, de maneira semelhante a eles, poder-se-ia dizer que existem também canais materiais ‘vivos’ como os dos ouvidos, os olhos, as veias ou a pele.

Embora, ao lado desses canais que concentram diferentes fluxos, existem outros que, por não se manifestarem diretamente em nossos sentidos, vão ser menos fundamentais em face da comunicação. São eles os de aparência ondulatória. Estes canais não materiais, ao invés de concentrar os fluxos, difundem-nos.

Eles podem ser visíveis para os seres humanos (sem nenhum aparelho especial), no espaço observável do espectro eletromagnético, entre as frequências de onda do ultravioleta ao infravermelho, e que denominamos luz. Justamente um canal amplamente explorado na fotografia. Apesar de que este canal visível apareça como essencial ao desenvolvimento das linguagens humanas, há os canais ondulatórios invisíveis, os quais tem tido igual ou, quiçá, maior importância nesse desenvolvimento.

Esses canais, ainda que não visíveis, podem-se experimentar perto de fontes de calor (o infravermelho, por exemplo) ou com equipamentos especiais (radiografias de raios x). Não obstante, os usos atuais desses canais espalham-se no cotidiano de nossas vidas. As transmissões de rádio ou televisão, assim como as dos celulares ou das redes sem fio, mostram-

nos a importância desse tipo de canais que exploram uma parte de nosso espectro eletromagnético.

Portanto, têm-se canais materiais de difusão concentrada, que sugere-se agrupar como meios de transporte (ou transmissão) vivos e mortos. E canais ondulatórios de concentração difundida, reunidos como campos de luz, de ondas eletromagnéticas. Assinala-se que as breves conceitualizações das linhas anteriores têm o intuito de orientar a análise da comunicação social, pois na realidade, por exemplo, o espectro eletromagnético é uma totalidade e não redutos de luz e de ondas de rádio. Da mesma maneira, canais materiais (meios) e ondulatórios (campos) combinam-se constantemente no mundo cotidiano.

O canal aparece, portanto, como o ambiente fundamental da comunicação, o que se poderia representar assim:

C – i:L

onde o **canal** (fonte de contato, luz, calor, som, frio) influi no corpo humano (gerando uma sensação), produzindo (pela expressão que nega a sensação) sentidos passíveis de serem recriados em **impressões** de **linguagem**. Destarte, produz-se a forma básica da comunicação que evidencia um mecanismo primigênio e objetivo de se constituir uma linguagem. Mas, não é ainda comunicação social propriamente dita.

Essa relação entre canal e impressão, tomada como pressuposto objetivo da prática comunicativa, aponta para a seguinte representação que procura ilustrar o processo da comunicação social:

i:L – C – L:i'

onde a precedência do canal relativa à primeira formulação vai ser suposta (esquecida até), num processo em que as **impressões** vão ser materializadas numa **linguagem**, emergindo num determinado **canal**, e que são passíveis de *sentir-se* nessa mesma **linguagem** como **(re)impressões** (diferindo, portanto, em qualidade, mas relacionando-se com as impressões iniciais). Essas (re-) impressões emergem, de uma parte, como causa da relação com o processo primigênio de articulação da comunicação e, de outra, como consequência da saturação do canal pelas linguagens e os sentidos corporais e sociais envolvidos na sua própria realização.

Correndo o risco de não ter atingido uma ótima concisão, embora expondo os elementos centrais para uma teoria transdisciplinar da comunicação social, farei agora algumas reflexões sobre o porquê de uma perspectiva transdisciplinar. É a parte complementar que faz do esboço

teórico desenvolvido um conjunto conceitual coerente na procura de abordagens alternativas para os estudos da comunicação social.

5.4 Uma perspectiva transdisciplinar da comunicação

Acredito, com Morin (2005, p. 566), que a “lógica deve estar a serviço do pensamento e não o pensamento a serviço da lógica; caso contrário, o pensamento torna-se tautológico, isto é, vazio.” Portanto, o esboço teórico aqui apresentado constitui uma tentativa de repensar a comunicação para além da lógica formal e dos reducionismos disciplinares, ou seja, de levar em consideração a insuficiência da fragmentação científica moderna, com o intuito de religá-la, de juntá-la, pensando-a como totalidade complexa. Mas, tendo o cuidado de não confundir complexo e complicado, pois a essência dialética do primeiro, como encontro da unidade e a diversidade, como heterogeneidade constitutiva da realidade, não se trata de algo “*emaranhado, embrulhado, à espera de simplificação.*” (ARDOINO, 2005).

Simplificação que se consolidou especialmente no século XIX, num processo em que a mania de saber muito sobre um objeto converteu-se num “saber tudo sobre o nada”, como assinala Japiassu (1976, p. 41), e que na atualidade evidencia suas insuficiências nos apelos á interdisciplinaridade, que traduz a manifestação de um estado de carência no campo do conhecimento.

Mas, o que é interdisciplinaridade e que relação tem com a transdisciplinaridade? Basicamente fala-se numa interdisciplinaridade linear ou ‘cruzada’ e noutra ‘estrutural’, onde são articulados processos de interação disciplinares, com maior ou menor hierarquia, sendo que o último tipo (estrutural) daria lugar a novas disciplinas como a bioquímica ou a geopolítica (JAPIASSU, 1976, p. 81). Para além disso, é ao “ultrapassamento do estádio meramente interdisciplinar que poderemos chamar de *transdisciplinar.*” (JAPIASSU, 1976, p. 90, grifo do autor). A visão que Japiassu⁸⁸ descreveu sobre a transdisciplinaridade em 1976, certamente interessante numa visão nacional ou internacional do desenvolvimento científico, deve apontar também para a sua realização no nível dos trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses.

⁸⁸ O autor a concebe como a “[c]oordenação de todas as disciplinas e as interdisciplinas do sistema de ensino inovado, sobre a base de uma axiomática geral”, em um “[s]istema de níveis e objetivos múltiplos; coordenação com vistas a uma finalidade comum dos sistemas.” (JAPIASSU, 1976, p. 74).

Evidentemente a redução do mundo real (que é essencialmente uma totalidade) alicerçou o desenvolvimento científico moderno mas, ao mesmo tempo, tornou-se insuficiente em relação com alguns assuntos e objetos, mais ainda no caso “de domínios da ação nos quais os problemas técnicos e sociais são estreitamente interligados.” (RAYNAUT, 2011, p. 88).

Ao apelar-se aqui para uma transdisciplinaridade na comunicação, ela não é imaginada como uma pretensão para “acabar de vez com as fronteiras disciplinares, arguindo seu caráter arbitrário” (RAYNAUT, 2011, p. 87), senão como uma oportunidade de se abranger espaços negligenciados da prática comunicativa, da própria disciplina ou das próprias perspectivas interdisciplinares no seu interior.

Aponta-se num horizonte onde a comunicação é problematizada no cerne da sua formalização e, de vez, são abertas as portas para que muitas das suas manifestações marginalizadas adquiram relevância. Sem dúvida, a multi- ou interdisciplinaridade têm um grande valor na análise das problemáticas técnicas e sociais atuais. Contudo, o perigo de “cercamento” dessas iniciativas, em termos do seu desenvolvimento restringido ao âmbito institucional-disciplinar, poder-lhe-ia tirar a força inovadora com que elas são apresentadas atualmente.

Portanto, acredito que uma abordagem transdisciplinar será mais fecunda para os estudos em comunicação, na medida em que isso também exigirá que nós, pesquisadores, aproximemo-nos de uma realidade que se nos apresenta como essencialmente híbrida. Essa abordagem não só chama para o diálogo das ciências, sejam elas naturais, sociais ou humanas; mais do que isso, ela acena para uma reflexão sobre a própria prática científica na comunicação, para a maneira em que seus fundamentos ontológicos, lógicos e epistemológicos, enfim, metodológicos e filosóficos, enviesam ou alavancam seu campo de ação.

Finalmente, se pensada a comunicação como um todo, ela é articulada no esboço elaborado como um horizonte a se descobrir e não como um fenômeno singular e pressuposto. Daí que a análise seja também pensada como uma alternativa para descrever novas ligações com outras formas de comunicação e informação que lhe deram passo às formas atuais. Uma análise a ser desenrolada com o auxílio das formações sociais e seus modos de produção. Como poderá enxergar-se, seguidamente, em relação com o nosso estudo específico na Amazônia.

5.5 Elementos para uma análise das relações entre cidadania e comunicação na Amazônia⁸⁹

Os avanços tecnológicos das últimas décadas, sobretudo em matéria de informação e comunicação, têm interconectado nosso planeta como nunca antes. Isto se aplica também para setores isolados da Amazônia, onde os sinais dos satélites atingem a superfície de uma região reconhecida mundialmente pela sua diversidade natural e cultural. Todavia, não se deve perder de vista que se trata de um espaço subcontinental, ligado, de muitas formas, a áreas andinas, do Chaco e do Atlântico e que, segundo diferentes estimativas, teria uma extensão entre 5,8 e 7,5 milhões de quilômetros quadrados e uma população de aproximadamente 24 milhões de habitantes (ARAGÓN, 2002).

A abrangência desses avanços reflete-se também no crescente interesse pelo estudo das TICs na pós-graduação brasileira. Segundo resultados de pesquisa apresentados em 2012 na 64^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, observa-se um maior interesse no país pela pesquisa em TICs a partir dos anos 2004-2005; uma tendência que aumenta nos últimos anos, atingindo o maior nível em 2010, sendo desenvolvida mormente nos maiores centros políticos e urbanos do país (Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, etc.);⁹⁰ deve frisar-se, de igual forma, o crescimento paulatino desse tipo de estudos em instituições e cidades do Nordeste, localizadas fora do eixo Brasília - São Paulo - Rio de Janeiro (MONSALVE; ACEVEDO-MARÍN, 2012).

Justifica-se assim a transcendência da realização de análises científicas que explorem os novos modos de comunicação e a sua inserção no contexto regional amazônico, para além dos olhares provenientes dos centros mais tradicionais de produção científica do país. Com essa justificativa no horizonte, sugerem-se aqui alguns elementos teórico-metodológicos, decorrentes do materialismo histórico e dos tópicos colocados anteriormente, passíveis de

⁸⁹ Uma versão dessa última parte foi apresentada no GP 'Comunicação para a Cidadania' do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, Paraná, setembro 2 a 5 de 2014. (MONSALVE; ACEVEDO-MARIN, 2014).

⁹⁰ Entre 1.433 pesquisas com o assunto "TICs", disponíveis digitalmente no Banco de Teses da CAPES a maio de 2012, foram selecionadas 80 dissertações (76%) e teses (24%), relacionadas especialmente com ciências sociais e humanas, com recorte temporal entre 2001 e 2010. Nessa seleção revelou-se uma proeminência de aspectos políticos, sociais e educacionais nas análises, mais da metade delas feitas nos estados de São Paulo (22), Distrito Federal (15) e Rio de Janeiro (11). Das 80 pesquisas 19 foram concluídas em 2010, sendo esse o ano com maior número de trabalhos de pós-graduação (*stricto sensu*) finalizados naquele período. (MONSALVE; ACEVEDO-MARIN, 2012).

contribuir para o estudo da comunicação nas organizações indígenas e a sua relação com a cidadania e a democracia na Pan-Amazônia, região que não pode ser considerada mais como um grande espaço de terras sem gente ou demograficamente vazia.

5.5.1 Modos de produção e formação social na Amazônia

A relação entre conhecimento e realidade é fundamental para a prática científica. Daí que o materialismo histórico sublinhe o primado do ser em relação à consciência pois, em palavras de Engels (2005, p. 15, itálico do autor): “*Não se pode separar o pensamento da matéria que pensa.*” Desconsiderar essa relação dialética, em favor de só um de seus lados implicaria, conseqüentemente, o retorno ao idealismo ou ao empirismo. Pressuporia uma redução e uma simplificação inadequadas à determinação do ser social.

Por isso, e na medida em que procuramos, sendo conseqüentes com o materialismo histórico, ir além dos horizontes estreitos do “formalismo” ou do “substantivismo”, acreditamos que:

La tarea de descubrir y reconstruir mediante el pensamiento los modos de producción que se han desarrollado o se desarrollan en la historia es *más y una cosa distinta* que constituir una antropología económica o cualquier disciplina que pueda recibir un nombre de pila parecido. Esta tarea impone el replanteamiento general del campo de problemas teóricos que presenta el conocimiento de las sociedades y de su historia, es decir, los problemas de descubrir las leyes, no de «la Historia» en general, lo cual es un concepto que no corresponde a ningún objeto, sino de las diversas formaciones económicas y sociales que el historiador, el antropólogo, el sociólogo o el economista analizan.⁹¹ (GODELIER, 1976, p. 332, grifo do autor).

⁹¹ “A tarefa de descobrir e reconstruir mediante o pensamento os modos de produção que se têm desenvolvido ou se desenvolvem na história é *mais e uma coisa distinta* que constituir uma antropologia econômica ou qualquer disciplina que possa receber um nome parecido. Esta tarefa impõe a reconsideração geral do campo de problemas teóricos que apresenta o conhecimento das sociedades e de sua história, é dizer, os problemas de descobrir as leis, não de «a História» em geral, o qual é um conceito que não corresponde a nenhum objeto, senão das diversas formações econômicas e sociais que o historiador, o antropólogo, o sociólogo ou o economista analisam.” (Tradução nossa).

Lembra-se que a expressão ‘modo de produção’ é uma abstração que não refere uma sucessão de etapas históricas e sim uma forma de enxergar as maneiras em que o ser humano transforma a natureza e a si mesmo. Amin (1976, p. 13 et seq.) destaca cinco modos de produção: (1) primitivo-comunal; (2) tributário; (3) escravista; (4) comercial simples; e (5) capitalista. O autor afasta-se do *mainstream* marxista ao considerar os modos asiático e feudal dentro do mais amplo modo tributário de produção. Este modo desenvolveu-se na América pré-colombiana entre os Inca, os Asteca e os Maia, sendo comparável com a grandeza que atingiu no Egito e na China, e o seu desenvolvimento foi mutilado na América pela conquista espanhola, a partir do século XVI, dando lugar a formações específicas da periferia do capitalismo mercantil (AMIN, 1976, p. 57).

Vitale (1983) discorda da ideia de agrupar no modo tributário todas as formações econômicas e sociais antes relacionadas no modo asiático. Argumenta que nessa última forma (e extensivamente na incaica) as atividades produtivas fundamentavam-se na comunidade de base e, aleatoriamente, no tributo, pelo qual critica a posição que ele denomina “tributarista”, na qual se valorizaria demais o papel do estado e da superestrutura política (VITALE, 1983, p. 101). Com certeza, o excedente econômico procedente dessas comunidades de base fundamentou tanto a produção como a realização e manutenção de obras públicas, da religião e do exército na formação incaica. Mas, o fato de considerá-la sob a categoria “comunal-tributária” perde de vista a dominância adquirida pela relação tributária, numa estrutura produtiva em que, verdadeiramente, instituíram-se classes sociais.⁹² Respeito dessa nova realidade, advinda da consolidação do estado incaico, o mesmo autor aponta:

En esta primera sociedad de clases de América hubo una peculiar lucha de etnias combinada con una embrionaria lucha de clases. A diferencia del período agro-alfarero en que se dieron exclusivamente conflictos interétnicos, bajo los incas y aztecas las contradicciones étnicas se combinaron con una incipiente lucha de clases. El

⁹² Certamente, também não concordamos com Godelier (1971) em associar a formação incaica com o modo asiático, mas achamos certo quando assinala a relação hierárquica e de dominação em que deve ser pensada a combinação de diversos modos de produção que determinam uma dada formação econômica e social.

conflicto étnico - que es anterior al de las clases - fue preponderante en relación al conflicto de clases durante las formaciones sociales azteca e inca. (VITELA, 1983, p. 113).⁹³

Em consequência, preferimos considerar os modos elencados na década de 1970 pelo intelectual egípcio. No entanto, ao se analisar uma região como a Amazônia, esse esquema proposto precisa revisitar-se. Portanto, considera-se pertinente falar de outro modo que, podendo ser anterior ao primitivo-comunal (na concepção de Amin), ainda existe em alguns setores amazônicos, relacionado principalmente com os povos indígenas ditos isolados ou em contato inicial. Denominamo-lo 'extrativo' pois sublinha a relação específica do ser humano e a natureza, tanto nesses estádios primigênicos como na atualidade. Deve fazer-se a ressalva de não confundilo com o extrativismo que praticam na atualidade algumas populações tradicionais, como as de castanheiros ou seringueiros, pois essas práticas têm já uma mistura do comunal e o comercial simples e, até, do capitalismo.

Esse modo 'extrativo' é praticado especialmente pelas tribos isoladas, tais como os Nukak Maku, na Colômbia, ou os Awá, no Brasil. É característico de povos caçadores-coletores, geralmente nômades. Pelo seu conhecimento ambiental sobre o trópico úmido sul-americano e a capacidade desenvolvida de transformar a natureza, existe já um domínio específico sobre ela, ainda que não em termos de apropriação legal⁹⁴, mas pelo seu uso cotidiano. Este modo de produção pode ser chamado 'extrativo', pois a sua realização e desenvolvimento são baseadas na

⁹³ "Nesta primeira sociedade de classes da América houve uma peculiar luta de etnias combinada com uma embrionária luta de classes. A diferença do período agro-ceramista, em que se deram exclusivamente conflitos interétnicos, sob os incas e astecas as contradições étnicas se combinaram com uma incipiente luta de classes. O conflito étnico -que é anterior ao das classes- foi preponderante em relação ao conflito de classes durante as formações sociais asteca e inca." (Tradução nossa).

⁹⁴ Respeito da antiguidade do uso comum é bom lembrar com Campos (2011, p. 43) que desde "o princípio, a terra e todos os seus frutos foram usufruídos tanto individual quanto coletivamente, independentemente da preocupação com a existência da questão da propriedade." Nisso radica uma diferença essencial entre os modos extrativo e capitalista de produção. Por isso, diz com razão Kowalewsky (1986, p. 176 apud CAMPOS, 2011, p. 43) que "*l'appropriation momentanée des produits du sol est loin d'être synonyme de la propriété.*" Essa ideia legal de propriedade também não está do todo clara em formas como a posse que apontam ao uso comum mais do que à apropriação coletiva ou individual de um bem comum (CAMPOS, 2011, p. 45-46).

extração e uso de recursos comuns, sem existência de atividades de domesticação de animais nem lavouras de algum tipo, isto é, de provisão desses bens por uma ação social determinada.

Dito em outras palavras, ali a produtividade decorre essencialmente dos ciclos naturais, mesmo que o trabalho esteja presente já como atividade característica das sociedades humanas. Neste modo, certamente, é crucial a feitura de arcos, flechas, lanças, zarabatanas, armadilhas, cestos, enfim, toda classe de objetos adequados tanto para a pesca e a caça como para a coleta de alimentos silvestres; existe já a língua, meio de interação social e de transmissão do saber-fazer em torno ao fogo, venenos, abrigos temporais (com galhos, cipós e folhas), redes e toda sorte de adornos corporais (com fibras de palma, penas, cascas e outros produtos naturais).

Outra característica do modo que chamamos extrativo é a necessidade de grandes áreas territoriais para a sua concreção, devido às exigências de restauração natural dos estoques de recursos naturais usados pelos grupos que o praticam. Segundo seu caráter nômade, cada certo tempo eles estão mudando o seu lugar de extração e residência, conforme esses estoques começam a se esgotar. Não obstante, nesse tempo em que deixam de habitar algum local, novos filhotes, alevins, palmeiras, árvores, cogumelos, insetos, etc. crescem naturalmente nesses sítios, permitindo a renovação paulatina dos estoques que possibilitam a (re)produção das sociedades humanas.

Não se pretende aprofundar mais aqui sobre a nossa proposta de modo de produção.⁹⁵ Basta, por enquanto, frisar a importância de se considerá-la e compreendê-la no campo dos estudos científico sociais sobre a maior região úmida tropical do mundo. Então, acrescentando a classificação feita por Amin, ter-se-iam seis modos pertinentes à análise da região: (1) extrativo; (2) comunal; (3) tributário; (4) escravista; (5) comercial simples; e (6) capitalista. Ao longo da história amazônica tais modos têm tido maior ou menor importância.

Deve assinalar-se ainda que tais modos não tenham existido em estado puro, mas sim formações sociais que os combinam e que organizam ligações entre sociedades locais e outras sociedades, expressadas em relações comerciais de longa distância (AMIN, 1976, p. 16). Portanto, é pertinente detalhar essa formação social específica que constitui a região amazônica, influenciada

⁹⁵ Esboçaram-se já, no capítulo anterior, outras arguições relativas à consideração dessa proposta analítica.

amplamente hoje pelo modo capitalista de produção ainda que não seja o único ali presente.⁹⁶

Em nossos dias, essa região aparece geograficamente como uma parte do território nacional de oito países sul-americanos e um europeu: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Brasil (América do Sul), e Guiana Francesa (Europa).⁹⁷ Quando localizados os povos indígenas nesse quadro de estados nacionais ocidentais, entende-se a conclusão de Clastres (1990) considerando que a história deles seria a da sua luta contra o Estado. Certamente uma conclusão que se aplica para a contemporaneidade⁹⁸, mas que não leva em conta a especificidade mesma da formação social amazônica; formação que esconde uma história subalterna, infelizmente apagada de maneira sistemática pelos europeus desde os encontros civilizacionais de finais do século XV e começos do XVI.

Enxerga-se assim uma nova compreensão sobre a formação social

⁹⁶ Se bem é certo que nesses primeiros anos do século XXI a região continuou a ser um espaço aberto para a produção capitalista, a partir da integração econômica estabelecida em instrumentos como a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), também é verdade que “vista no cenário nacional e internacional sobretudo pelo aumento das taxas de desmatamento e pelo acirramento dos conflitos socioterritoriais, localiza-se em uma outra configuração dada pelas mobilizações de atores locais que propõem outras alternativas para se pensar a integração sul-americana a partir de uma visão de desenvolvimento e democracia.” (CASTRO, 2009, p. 140).

⁹⁷ Considerando a diversidade de interesses nacionais que a sua abrangência espacial acolhe, poderia dizer-se que a “construção do campo discursivo e social sobre a Amazônia, invariavelmente enfatiza, a dimensão ambiental, pois é nela que se inspira e desenvolve a cooperação internacional. O histórico do campo discursivo compreende os enunciados e a construção de discursos que formam ou direcionam os sentidos que se tem sobre a Amazônia. Por sua vez, o aspecto ambiental sempre foi predominante, dominado por adjetivações (abundância, exuberância, riqueza) que se constituem em esquemas interpretativos permeados por visões preconcebidas. Assim, pode-se afirmar que, desde os relatos dos viajantes até a contemporaneidade, a imagem sobre o meio ambiente tem dado sentido e direcionado o discurso sobre a Amazônia.” (PRESSLER, 2012, p. 201).

⁹⁸ Essa história de tensões e lutas definiu mesmo, de alguma forma, a imagem da Amazônia no mundo: “um lugar de pistolagem, de trabalho escravo, de mortes políticas anunciadas e de chacinas. Todos esses fatos relacionados à violência têm a ver com o território, pois resultam da disputa pela terra e por recursos, da pressão para desalojar os que ali já se encontravam ou ainda da cobiça, com a grilagem de novas terras, das práticas ilegais de derrubada da mata e de espécies madeireiras sob o controle do Ibama, da depredação e erosão dos cursos d'água nos garimpos de rios. Alterações ambientais com violência acompanham o avanço das frentes da pecuária, do garimpo e da madeireira até o presente.” (CASTRO, 2005, p. 12).

amazônica. Ainda hoje, a história pré-colombiana está a ser descoberta em aspectos que contribuiriam, sem dúvida, para melhor definir as dinâmicas próprias da configuração da região amazônica ao longo do tempo. Pode-se dizer que os vestígios materiais e imateriais deixados pelas culturas ali assentadas, desde antes desses contatos civilizacionais, ajudam nesse sentido.

É o caso das montanhas de transição andino-amazônicas, cercadas por afluentes da bacia amazônica, como o rio Urubamba, onde se conservam vestígios de cidades incaicas. A mais importante delas, Cusco, foi capital do estado Inca. E a uns 110 quilômetros ao noroeste dela, localiza-se a não menos famosa Machu Picchu. A diversidade de construções nessas localidades, que incluem escadas, sendeiros, ruas, templos, moradias, praças, sistema de abastecimento de água, portões de acesso, terraços para cultivos, pontes, etc., revela o desenvolvimento, nessa parte da Amazônia, de um modo de produção mais avançado do que o extrativo ou o comunal, atingindo realmente a forma de organização estatal. Isto indica que existiu uma divisão em classes sociais típica dessa forma organizacional: governantes que se apropriavam dos recursos naturais a sua disposição e do trabalho de seus governados. Só assim se pode explicar a magnitude das obras construídas ou aprimoradas ao longo dos territórios do estado incaico, a partir da forma tributária de produção.

Uma amostra dessas empreitadas para aperfeiçoar as vias de comunicação entre os diversos setores da jurisdição incaica⁹⁹ foi o *Qhapaq Ñan* ou Caminho Inca, recentemente tombado pela UNESCO como patrimônio mundial. Trata-se de uma rede de trilhas e caminhos de pedra espalhados por áreas de seis países sul-americanos: Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia. Segundo essa organização da ONU, a obra representa uma expressão da capacidade de organização e planejamento da força de trabalho ali existente, a qual contribuiu na unificação física e organizacional do território incaico (UNESCO, 2014).

A respeito, afirma Vitale (1983, p. 95) que

las principales obras de arquitectura se construyeron en un lapso de 80 años, entre 1450 y 1530. Si a ello, le agregamos las obras de regadío artificial, puentes, canalizaciones y otras actividades agrícolas y mineras, podemos llegar a la conclusión de que para realizar

⁹⁹ As regiões dessa jurisdição são conhecidas como *suios* na língua quíchua. O *Tauantinsuio*, a totalidade dos territórios com abrangência incaica, conformado por quatro *suios*: *Chinchaisuio* (norte), *Quiasuio* (sul), *Antisuio* (leste) e *Cuntisuio* (oeste).

estas monumentales obras en tan breve tiempo los incas debieron tener una estricta organización social y un control político severo que garantizara el trabajo y la tributación.¹⁰⁰

No bojo desses desenvolvimentos, Machu Picchu pode ser considerada como centro que interligava e dinamizava a troca de produtos entre setores amazônicos do *Tauantinsuyo* e as altas planícies andinas de Cusco e arredores. Esse processo de construção de infraestruturas foi vital para um estado que não surgiu de uma elite proprietária dos meios de produção, mas que se consolidou a partir de seu domínio das funções estatais, militares, religiosas e de conquista de outros povos (MURRA, 1978, p. 52- 59 apud VITELA, 1983, p. 110) que se iam sendo integrados nesse território.¹⁰¹

Mas, não só as obras materiais mostram o avanço civilizacional atingido pela formação social em espaços amazônicos. Língua, usos, crenças e costumes influenciaram a vida cultural dos povos indígenas descendentes ou que tiveram contato com aquela sociedade incaica. A conservação, circulação e troca de informação desenvolveu-se nos seus domínios graças ao sistema de *quipos* (cordas de algodão ou lã que, com diversos nós e cores, representavam diferentes informações) e *chasques*, pessoas encarregadas de levar produtos e informações desde o Cusco para todos os territórios incaicos e vice-versa. Para comunicar e informar eram usados também instrumentos como o *botuto* (concha-rainha), cujo som chamava a reuniões ou cerimônias ou era um aviso que dava notícias de diverso tipo.

Em geral, a sociedade incaica conseguiu um amplo domínio nos setores ocidentais da bacia amazônica, antes da chegada dos espanhóis, com um predomínio do modo tributário de produção. As transformações obtidas a partir desse modo, especialmente nos setores andino-amazônicos podem ser enxergadas até hoje nos vestígios materiais e imateriais, decorrentes

¹⁰⁰ “as principais obras de arquitetura se construíram num lapso de 80 anos, entre 1450 e 1530. Se a isso, agregamos-lhe as obras de irrigação artificial, pontes, canalizações e outras atividades agrícolas e mineiras, podemos chegar à conclusão de que para realizar essas monumentais obras em tão breve tempo os incas deveram ter uma estrita organização social e um controle político severo que garantira o trabalho e a tributação.” (Tradução minha).

¹⁰¹ Destaca-se mesmo que um “de los fundamentos del Estado inca o azteca fue el ejército permanente, el sostenimiento de una fuerza pública. Otro, el rígido control del territorio conquistado, que facilitó la recaudación de tributos y el reclutamiento de los integrantes de los ayllus y calpullis para los trabajos colectivos obligatorios.” (VITELA, 1983, p. 112).

dessa civilização indígena sul-americana. E, nesse âmbito, as formas de se produzir informação e comunicação foram também vitais ao sistema incaico. Por isso, quando se aprofunda na análise,

se descubre que el Estado inca, para organizar su propia base económica de forma que pudiera reproducirse de manera estable, necesitaba hacer un censo de tierras, poblaciones, animales, producciones, crear una maquinaria administrativa que encuadrase a la población y la controlara directa o indirectamente, generalizar el culto del Inca, hijo del sol, mantener un ejército para reprimir los levantamientos, etc. Este conjunto institucional corresponde al nuevo modo de producción, y se sabe que ese modo de producción se encontraba, en 1532, en plena evolución, ya que el Estado se había visto obligado a trasladar poblaciones enteras para crear colonias militares que controlaban a las poblaciones locales demasiado turbulentas. Los lazos tradicionales de las tribus y sus tierras quedaban en parte rotos, y el desarrollo de una especie de esclavitud, llamada yanacona, había creado una nueva capa social, los yana, compuesta por individuos separados completamente de sus comunidades de origen y vinculados a la persona de un amo. De este modo habían aparecido relaciones de producción de un tercer tipo, basadas no ya en la dependencia general de las comunidades locales de una comunidad superior que se confundía con el Estado, sino en lazos personales entre familias aristocráticas y familias campesinas o ganaderas sojuzgadas. Una nueva vía de evolución quedaba abierta, ligada al desarrollo de esas formas nuevas de propiedad y de explotación, desligadas cada vez en mayor grado de las antiguas relaciones comunitarias.¹⁰² (GODELIER, 1974a, p. 179).

¹⁰² “descobre-se que o Estado inca, para organizar a sua própria base econômica de forma que pudera se reproduzir de maneira estável, precisava fazer um censo de terras, populações, animais, produções, criar um aparelho administrativo que enquadrasse à população e a controlasse direta ou indiretamente, generalizar o culto do Inca, filho do sol, manter um exército para reprimir os levantamentos, etc. Este conjunto institucional corresponde ao novo modo de produção, e se sabe que esse modo de produção se encontrava, em 1532, em plena evolução, já que o Estado tinha se visto obrigado a transferir populações inteiras para criar colônias militares que controlavam às populações locais demasiado rebeldes. Os laços tradicionais das tribos e suas terras ficavam em parte rompidos, e o desenvolvimento de uma espécie de escravidão, chamada ianacona, tinha criado uma nova camada social, os iana, composta por indivíduos separados completamente de suas comunidades de origem e vinculados à pessoa de um amo. Deste modo tinham aparecido relações de produção de um terceiro tipo, embasadas não já na dependência geral das comunidades locais de uma comunidade superior que se confundia com o Estado, senão em laços pessoais entre famílias aristocráticas e famílias camponesas ou ganadeiras subjugadas. Uma nova via de evolução ficava aberta, ligada ao desenvolvimento dessas formas novas de propriedade e de exploração, desligadas cada vez em maior grau das antigas relações comunitárias.” (Tradução nossa).

Esse processo de expansão do domínio incaico representou uma grande mudança no modo de produção anterior, associado com os *aillus*, ou comunidades locais de parentes que produziam seu próprio sustento. Quando o estado passava assim a administrar a terra, esta era dividida em três partes dedicadas ao Sol, ao Inca e à população local (GARCILASO DE LA VEGA, 1976a, p. 216). Dessa maneira, onde certamente as formas comunais de produção continuaram existindo, as novas relações produtivas colocavam a terra e o trabalho noutra configuração, que dependia claramente dos mandados estabelecidos pelo governo incaico (GODELIER, 1974b, p. 186) nos territórios anexados ao seu domínio.

Já nos setores centrais e orientais da bacia, desenvolveram-se outras sociedades indígenas¹⁰³, onde pode sugerir-se um predomínio dos modos de produção extrativo e comunal, adaptados muito bem à imensidão da floresta e a sua sociobiodiversidade.¹⁰⁴ Predomínio que foi minguido à medida que os processos de colonização na América do Sul foram consolidando-se. Em ambos os casos se diria que os rios foram e são os seus principais meios de comunicação e o milho (na parte ocidental) e a mandioca (na central e oriental) seus alimentos fundamentais.

Então, com o arribo dos europeus, especialmente a partir do século XVI, a região passou por novas transformações. O antigo Estado incaico foi arrasado nesse primeiro século de conquista e à igreja foi deixada a tarefa de

¹⁰³ Um interessante estudo de Souza (2002) caracteriza, por exemplo, o sistema doméstico de produção nas sociedades Guarani pré-colombianas.

¹⁰⁴ Não obstante, pesquisas recentes apontam o desenvolvimento da forma comercial simples e até da escravista em algumas áreas da Pan-Amazônia, pois seguindo o que assinalam Whitehead, Heckenberger e Simon (2010, p. 114): “The repeated intrusions of planters, ranchers, dye-collectors and, most recently, eco-tourists, have therefore presented a number of challenges to Lokono understanding of themselves, others and their past. Similarly, fragments of Lokono oral history of their aboriginal occupation of this region are structured around their own intrusion from the west and encounters with the Caribs who originally occupied the region. This historiographical motif then provides the context for narrative of the origins and purposes of a distinctly “Lokono-way” in which well organized, commercial manioc agriculture is strongly contrasted to Carib predation as slavers and incapacity for collectively organized agriculture. The relation between the historical identity of the Lokono and the deep antiquity of occupations along the Berbice will therefore be an important focus for the project since it is not clear how these historical sequences may be related, if at all. Ethnographically this makes contemporary Lokono attitudes to the deep archaeology as well as post-Columbian history all the more significant in understanding the overall production of Lokono identity within Guyana.”

reduzir os indígenas à vida cristã, em aldeias e vilas¹⁰⁵, ao longo das ribeiras dos principais rios amazônicos. Nesses idos a região passou a ser enxergada pelos europeus como fonte de riquezas naturais, notadamente, das chamadas ‘drogas do sertão’, especiarias alimentícias, medicinais, aromáticas, etc., que foram coletadas primeiramente graças às mãos indígenas. As línguas autóctones (como o aimara, o quíchua e o tupi-guarani) foram estudadas pelos missionários e esse conhecimento facilitou a posterior interação de colonizadores e indígenas. E até chegou a difundir-se uma língua franca amazônica, conhecida como a ‘língua geral’, derivada principalmente do tupi. No entanto, favoreceu-se posteriormente uma política de interdição das línguas nativas, em prol do uso do espanhol e o português como idiomas impostos pelos colonizadores. Desde essa época o mito do *El Dorado*, paraíso pleno de riquezas naturais, tem alimentado o imaginário estrangeiro sobre a região. Contudo, é até o século XIX que ela vai entrar firmemente no cenário do capitalismo industrial com o ciclo da borracha.

Um dos produtos mais destacados da revolução industrial, a navegação a vapor, intensificou o intercâmbio comercial entre os continentes. E a Amazônia foi colocada como a primeira grande fornecedora de borracha para uso industrial, proveniente das suas grandes extensões naturais de seringueiras. Foi o tempo em que cidades como Belém e Manaus, no Brasil, e Iquitos, no Peru, tiveram o seu maior crescimento econômico e desenvolvimento. No entanto, continuavam a ser territórios distantes, afastados dos centros comerciais e políticos, quase outro país dentro dos países amazônicos, pelo que se dizia que Iquitos ficava mais próximo de Paris do que de Lima, evidentemente, graças aos fluxos comerciais que a borracha incentivou com o mundo afora.

Nessa época a colonização na Amazônia ganhou um dos seus maiores picos. Uma grande quantidade de mão-de-obra indígena e nordestina foi usada para a extração do látex, num regime denominado de ‘aviamento’, por meio do qual eram adiantados víveres, ferramentas e diversas provisões, que mantinham essa população em constantes dívidas a serem pagas aos aviadores com borracha. Durante esse tempo muitas tribos consolidaram seu contato com a civilização ocidental, ao trabalharem intensamente para receber em troca sal, açúcar, arroz, machados, roupa, facas, anzóis, ou ao experimentarem o trânsito de barcos a vapor e o barulho das armas de fogo.

¹⁰⁵ Paisagens redescobertas de povoados indígenas em vilas com praça, áreas agrícolas e sítios de subsistência (WHITEHEAD; HECKENBERGER; SIMON, 2010), dão conta de uma organização social anterior à chegada da igreja.

Um processo não isento de violência e força por parte de capatazes e chefes de barracões, interessados só na produção do látex para as companhias exportadoras e que não compreendiam o modo de vida indígena. O ciclo da borracha vai se extinguir após 1912, quando os cultivos de seringas na Ásia tornaram improdutiva a coleta do látex no interior amazônico.¹⁰⁶

Na segunda metade do século XX a região viveu um novo processo de colonização, o qual teve maior força na Amazônia brasileira. Novas rodovias ligaram-na com o país, em especial com a construção das estradas Belém-Brasília e a Transamazônica. Na Colômbia, os territórios amazônicos foram abertos para a exploração de petróleo, no Putumayo, desde a década de 1960, com o incentivo estatal dado à colonização dos então chamados 'territórios nacionais'. Em geral, com a consolidação do desenvolvimentismo, alicerçado pelas intervenções estatais-empresariais, a região passou a ser espaço de grandes projetos de infraestrutura, transporte, hidroeletricidade, pecuária e agroindústria, geradores de graves impactos socioambientais.¹⁰⁷ Como consequência dessas dinâmicas o crescimento populacional, o desmatamento, a perda de biodiversidade, entre outros, têm-se incrementado exponencialmente durante as últimas décadas nesse espaço sul-americano.

Durante esses últimos anos se incrementaram também as lutas pela reivindicação de direitos por parte das populações indígenas. Na atualidade, praticamente, todas as constituições políticas dos países sul-americanos, com jurisdição em áreas amazônicas, reconhecem legalmente alguns direitos desses povos. Em decorrência desse reconhecimento, tais países começaram um processo de demarcação de terras historicamente ocupadas por povos indígenas, o qual é desenvolvido até hoje, ainda que esse processo de demarcação tenha-se minguado substancialmente.

Cenário em que, mesmo no interior amazônico, o capitalismo se consolidou como o modo de produção dominante, mas, existindo ali com outros modos como o extrativo, o comunal e o comercial simples. Em face dessa

¹⁰⁶ Para se ter um maior aprofundamento nesses aspectos da história amazônica pode-se consultar a dissertação intitulada "Imaginarios, cacerías y comercio de jaguar en las cuencas de los ríos Caquetá-Japurá y Putumayo-Içá (Amazonia), durante el Siglo XX" (PARRA MONSALVE, 2009).

¹⁰⁷ Segundo Castro (2009, p. 139): "Os projetos de grande escala (PGE), a exemplo dos contidos no PAC, como a transposição do rio São Francisco e as Hidrelétricas do rio Xingu e do rio Madeira, apresentados pelo governo como obras para o desenvolvimento nacional, são densos em investimento e por isso representam um modelo de intervenção no território não apenas do Estado, mas também de grandes empresas, nacionais e internacionais, sobretudo nesta fase de mundialização."

trajetória apresentada, pode-se dizer com Amin (1976, p. 296) que, nas formações sociais americanas pós-conquista, a exploração teve variadas maneiras, todas elas ao serviço do nascente capitalismo europeu, produzindo para o mercado, pelo que não devem-se confundir com os modos feudal ou escravista.

O continente americano herdou desse período mercantilista as principais características que, atualmente, definem-no na estrutura econômica mundial: capitalismo agrário de tipo latifundiário, com uma burguesia mercantil local e uma pequena comunidade urbana de artesãos, oficiais, domésticos. (AMIN, 1976). Ao longo do século XIX essas estruturas se fortaleceram, integrando-se a Amazônia no ciclo da borracha, e tendo a Grã-Bretanha como potência hegemônica que cedeu lugar, paulatinamente, aos Estados Unidos, Japão e Alemanha.¹⁰⁸ Mas, o preço pago nesse processo foi muito alto devido à espoliação dos bens comuns e à compulsão ao trabalho (assalariado ali, de ‘aviamento’ aqui) nele implicadas. Mudanças que auxiliaram, certamente, a acumulação necessária à consolidação das relações capitalistas de produção. Polanyi (1980, p. 164) assinalou as ameaças geradas nesse mundo das mercadorias fictícias (trabalho, terra e dinheiro) relacionadas com a questão nacional, na estruturação da forma capitalista:

Os mercados de trabalho, terra e dinheiro são fáceis de distinguir; não é tão fácil distinguir aquelas partes de uma cultura cujo núcleo é formado por seres humanos, seus ambientes naturais e as organizações produtoras, respectivamente. O homem e a natureza são praticamente *um* na esfera cultural. O aspecto de dinheiro da empresa produtiva penetra apenas em um interesse socialmente vital, isto é, a unidade e coesão da nação. (POLANYI, 1980, p. 164).

Daí que o estado-nação e o modo capitalista de produção se tornaram

¹⁰⁸ Uma análise aprofundada nessa matéria afirma que a Grã-Bretanha, sendo pioneira, teve de pagar um preço elevado por tal condição, pois a “sua relativa perda de dinamismo industrial, ocorrida na segunda metade do século XIX, pode ser explicada, em parte, pela consagração de um modelo de crescimento manufatureiro extensivamente apoiado no domínio do comércio mundial. Ao passo que seus competidores precisaram se expandir tanto nos campos tradicionais da indústria, quanto nos novos segmentos tecnológicos que estavam surgindo, os britânicos pareceram sentir-se irresistivelmente confortáveis no alto de sua hegemonia comercial e financeira no sistema mundial.” (CURY, 2006, p. 174).

duas caras da mesma moeda. Lembre-se que no século XIX a transformação do trabalho e a terra em mercadorias converteu-se numa “fórmula abreviada para a liquidação de toda e qualquer instituição cultural numa sociedade orgânica” (POLANYI, 1980, p. 162), na que vigoram a tradição, a redistribuição ou a reciprocidade por sobre o mercado. E se na Inglaterra o fato de impingir uma economia desse tipo não esteve isento de tensões e conflitos sociais, América também não pôde os poupar. Pelo contrário, chegaram aprofundar-se em sociedades com passados coloniais, como as sul-americanas, o que pode enxergar-se mais como um processo de degeneração cultural do que em termos de exploração econômica, pelas suas características concretas.¹⁰⁹ Dito isto, entende-se como esse século foi um período central para a inserção da Amazônia na forma capitalista de produção que teve ali, certamente, um grande papel na liquidação de muitas culturas, num processo com evidente caráter degenerativo para uma boa parte delas.

No século XX os investimentos em indústrias de petróleo e minas, além dos processos de substituição de importações, formaram um incipiente proletariado e uma parte de capital estrangeiro, dos latifundiários e da burguesia comercial crioula investiu-se no desenvolvimento de áreas urbanas (AMIN, 1976, p. 297). Depois da Segunda Grande Guerra

¹⁰⁹ Tal como afirma Polanyi (1980, p. 162): “Nada obscurece mais a nossa visão social do que o preconceito econômico. A exploração tem sido colocada tão persistentemente à frente do problema colonial que este ponto exige uma atenção especial. A exploração feita pelo homem branco, num sentido obviamente humano, tem sido perpetrada com tanta freqüência, com tanta persistência e com tanta impiedade em relação aos povos atrasados do mundo, que poderia parecer apenas uma total insensibilidade não atribuir-lhe um lugar de destaque em qualquer discussão sobre o problema colonial. No entanto, é precisamente essa ênfase na exploração que tende a ocultar da nossa perspectiva o tema ainda maior da degeneração cultural. Se a exploração é definida, em termos estritamente econômicos, como uma insuficiência permanente na proporção da troca, então pode-se duvidar se de fato existiu a exploração. A catástrofe da comunidade nativa é um resultado direto da ruptura rápida e violenta das instituições básicas da vítima (não parece relevante se a força é usada ou não no processo). Essas instituições são dilaceradas pelo próprio fato de que uma economia de mercado é impingida a uma comunidade organizada de modo inteiramente diverso; o trabalho e a terra se transformam em mercadorias, o que, mais uma vez, é apenas a fórmula abreviada para a liquidação de toda e qualquer instituição cultural numa sociedade orgânica. As alterações nos rendimentos e nas cifras populacionais são evidentemente incomensuráveis em tal processo. Quem, por exemplo, poderia negar que um povo anteriormente livre tenha sido explorado, arrastado para a escravidão, embora seu padrão de vida, em algum sentido artificial, possa ter melhorado no país para o qual foi vendido, se comparado ao que tinha na sua floresta nativa? E, no entanto, nada seria alterado se imaginássemos que os nativos conquistados haviam sido libertos, e não teriam sequer que pagar o preço excessivo dos algodões baratos a eles impingidos, e que sua inanição era causada ‘simplesmente’ pela ruptura de suas instituições sociais.”

o desenvolvimentismo veio à tona e a proeminência dos Estados Unidos consolidou-se mundialmente. Outro período em que a nossa região úmida tropical volta ser objeto de interesse político e econômico, tanto nacional como internacional. Por isto, o desenvolvimento amazônico, que se articula mormente a partir da segunda metade do século XX, ligado a governos militares ou não, representou uma nova época para as lutas indígenas, mais ainda se considerarmos que, “ao lado dos números positivos do crescimento econômico, há uma pressão cada vez maior e predatória sobre o meio ambiente, uma fragmentação da cultura local, exclusão social etc.” (BRITO, 2001, p. 187). Nesse contexto, deve apontar-se que não somente o regime militar brasileiro legou à Amazônia “um dos mais controvertidos modelos de desenvolvimento” (BRITO, 2001, p. 193), mas, também, os governos civis de países que, como Colômbia, seguiram o caminho da democracia liberal, da economia de mercado, transformando de modo semelhante à Amazônia colombiana. Portanto, poderíamos entender ainda esse grande espaço cultural e territorial como uma formação social periférica.

Segundo Amin (1976, p. 333) as quatro características gerais das formações sociais periféricas atuais são:

- (1) the predominance of agrarian capitalism in the national sector;
- (2) the creation of a local, mainly merchant, bourgeoisie in the wake of dominant foreign capital;
- (3) a tendency toward a peculiar bureaucratic development, specific to the contemporary periphery;
- and (4) the incomplete, specific character of the phenomena of proletarianization.¹¹⁰

Ligado a esse grupo de características, experimenta-se igualmente hoje o predomínio da acumulação por espoliação em amplos setores amazônicos, devido ao processo de transformação (jurídico e material) da natureza e da humanidade social por grandes empreendimentos agroindustriais, mineiros ou de infraestrutura que ali se desenvolvem. Nesse âmbito transnacional e multissocietal que é a Amazônia, certamente, os países sul-americanos

¹¹⁰ “(1) a predominância do capitalismo agrário no setor nacional; (2) a criação de uma burguesia local, mormente mercantilista, na esteira do capital estrangeiro dominante; (3) uma tendência em direção a um desenvolvimento burocrático peculiar, específico da periferia contemporânea; e (4) o caráter incompleto, específico dos fenômenos de proletarização.” (Tradução nossa).

exercem uma *soberania restrita*¹¹¹. E, nesse exercício restrito da soberania nacional, desenvolvem-se, da mesma forma, as atividades organizacionais indígenas que buscam transformar as relações sociais historicamente sofridas nos seus próprios territórios. Neste caso, podendo-se considerar uma *reciprocidade extensiva* em relação com as reivindicações sociais que tais entidades defendem em conjunto.

Finalmente, as anteriores colocações sobre os modos de produção e a formação social amazônica, permitem determinar a forma concreta em que ela é estudada aqui. Poder-se-ia aprofundar nessa discussão mais detalhadamente, mas acho que esse esboço apresenta os traços primordiais ao se ponderá-la como uma história específica, ligada às maneiras em que as sociedades transformaram e transformam ainda a (sua) natureza para a (re)produção da vida humana. Passamos a considerar agora alguns aspectos relativos à cidadania em face da comunicação no âmbito do trópico úmido sul-americano.

5.5.2 Aspectos da cidadania em face da comunicação na Amazônia

Ao se procurar o sentido desse conceito no Grupo de Pesquisa ‘Comunicação para a Cidadania’ da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Lahni e Lacerda (2013, p. 284) resumem-no como: “Exercício e luta pela manutenção e ampliação de direitos.” A partir de uma perspectiva histórica, entende-se o caráter imprescindível dos direitos civis, políticos e sociais,¹¹² aos quais é fundamental somar, “como eixo articulador e problematizador, o direito à

¹¹¹ Os discursos que a proclamam como “patrimônio da humanidade” ocultam o fato de que as verdadeiras razões por trás das “tentativas de *“globalização”* da Amazônia são: a) a sua fantástica biodiversidade; b) o fato de dispor do *maior estoque de recursos hídricos do Planeta*; c) por tratar-se da *maior província mineral do Planeta*; d) a circunstância de dispor do *maior estoque de recursos energéticos do Planeta*.” (RIBEIRO, 2005, p. 523, grifo do autor). Dado, então, a multiplicidade de interesses que convergem nesse espaço sul-americano conclui-se que “a soberania do Brasil sobre a Amazônia e a dos demais países latino-americanos sobre os seus respectivos territórios amazônicos, será preservada, ainda que fragilizada pelas incursões de lideranças científicas, empresariais e autoridades públicas dos países ricos e, por isso, não se pode deixar de reconhecer como uma *soberania restrita*.” (RIBEIRO, 2005, p. 530, grifo no original).

¹¹² Segundo a definição clássica de Marshall (1967 apud POSSEBON; NOGUEIRA, 2010, p. 10) a cidadania é “a participação integral do indivíduo na comunidade política e o reconhecimento dos direitos dos cidadãos para com o Estado, em que cidadão seria aquele que detém os três direitos: civis (liberdade individual), políticos (participação política ampla) e sociais (bem-estar).”

comunicação”, compreendida esta “como força para a busca e a conquista desses espaços, bens e serviços que suprimirão, por exemplo, a carência de reconhecimento de identidade, respeito à diferença, ou moradia, educação e outras condições básicas.” (LAHNI; LACERDA, 2013, p. 285).

Vale a pena repetir que a cidadania não é somente determinada pelo Estado, como soma de direitos e deveres, pois ela também pode ser enxergada como uma perspectiva de cidadania integral a ser alcançada, começando pelo nível local (SANTOS, 2000), ou como cidadania planetária que aparece em esboço, pensamento, promessa, imagem, do cidadão do mundo (IANNI, 1995). Perspectivas apresentadas como alternativas ao reducionismo político que tira a capacidade de protagonizo dos sujeitos para a tomada de decisões e a construção de estratégias de desenvolvimento, constituindo, assim, inclusive em regimes ditos democráticos, um exercício imperfeito, incompleto, da cidadania (GUDYNAS, 2004).

Com razão conclui Santos (1996, p. 127) que:

O homem moderno, é, talvez, mais desamparado que os seus antepassados, pelo fato de viver em uma sociedade informacional que, entretanto, lhe recusa o direito a se informar. A informação é privilégio do aparelho do Estado e dos grupos econômicos hegemônicos, constituindo uma estrutura econômica piramidal. No topo, ficam os que podem captar as informações, orientá-las a um centro coletor, que as seleciona, organiza e redistribui em função do seu interesse próprio. Para os demais não há, praticamente, caminho de ida e volta. São apenas receptores, sobretudo os menos capazes de decifrar os sinais e os códigos com que a mídia trabalha.

O que, evidentemente, “não contribui para a formação de uma cidadania integral”, pois viver na ignorância do que acontece em torno é a melhor maneira de que alguns poucos manipulem ou façam usos indevidos da informação, inclusive a que compete a cada um de nós em particular (SANTOS, 1996, p. 127). Por isso, cada vez mais se confunde o cidadão com o consumidor e o ópio da ideologia consumista acaba por transformar a educação, a moradia, a saúde, o lazer, a política, o trabalho, os quais “aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais.” (SANTOS, 1996, p. 127).

Portanto, preferimos nesse debate falar em ‘cidadania étnica’ (LEYVA SOLANO, 2007), a que delimita de maneira mais aproximada a conjuntura em que as reivindicações sociais dos grupos indígenas são colocadas nos países amazônicos. Este reconhecimento implícito dos povos como sujeitos de direito (e não somente do indivíduo moderno), representa um horizonte que valoriza as lutas históricas dos movimentos sociais indígenas pelo acesso à terra e o respeito pelo direito costumeiro. Reclamamos que questionam os fundamentos liberais dos estados latino-americanos, obrigando a revisão das categorias e sistemas de pensamento a eles associados.¹¹³

Os riscos oriundos da aceitação acrítica das políticas democráticas liberais têm sido já assinalados na sua relação com a comunicação. Por exemplo, segundo Possebon e Nogueira (2010, p. 7), a análise de diversos autores sobre a esfera pública, em sociedades como as latino-americanas, acha-se, mormente, “distante de aspectos da história e da própria constituição das condições, estruturas de classe e das instituições sociais que integram ou circundam essa categoria, como democracia, estado, cidadania e a própria modernidade.” Mais especificamente, sublinha-se que

[...] a possibilidade de diálogo e argumentação que levariam, na teoria da ação comunicativa, a uma relação democrática, a um consenso resultado de ações democráticas, só se torna possível com igualdade de condições entre os sujeitos, o que não é possível, a não ser em tese, no caso nas sociedades capitalistas, marcadas pelas desigualdades e pelas contradições próprias das concepções liberais que trazem, entre as mais visíveis, a contradição entre igualdade formal, expressa por direitos e deveres e a desigualdade real, concreta, de possibilidades. E a explicitação dessa desigualdade, inerente a diferentes aspectos das sociedades contemporâneas, tem justamente nos mecanismos de comunicação social e coletiva um de seus mais gritantes exemplos. (POSSEBON; NOGUEIRA, 2010, p. 5).

Essa perspectiva crítica está consolidando-se nas ciências da comunicação. Neste campo assiste-se a uma ruptura “com o antigo paradigma que restringia o processo comunicacional a uma ação (emissor) e uma reação

¹¹³ Uma argumentação mais desenvolvida sobre os anteriores aspectos encontra-se no Capítulo 3, na seção intitulada: ‘Da cidadania incompleta à cidadania étnica’.

(receptor), como também com o de se contentar somente com o acréscimo de elementos a esse processo.” (SILVA, 2013, p. 223). Hoje se enxerga como um processo circular e aberto, como um redemoinho que carrega consigo traços de pessoas e coisas, numa engrenagem movimentada pelo encontro de seus eixos; “quando adquire sentido para quem o vivencia.” (SILVA, 2013, p. 223).

Revisita-se, a seguir, o sentido da cidadania sob o prisma do materialismo histórico, antes de serem feitas algumas considerações finais deste capítulo.

5.5.2.1 Revisitando o sentido da cidadania sob a ótica do materialismo histórico

Segundo Wood (2000), a crítica da economia política, assim como as descobertas do materialismo histórico, têm sido tergiversadas ao se tratarem as leis do capitalismo como se fossem leis universais da história. Por isso, a crítica do capitalismo requer

not only adaptations to every transformation of the system but a constantly renewed critique of the analytic instruments designed to understand it. There can never have been a time since Marx’s day when such a task needed doing more urgently, as more and more branches of knowledge, both in cultural studies and in the social sciences, are absorbed into the self-validating assumptions of capitalism or at least into a defeatist conviction that nothing else is possible.¹¹⁴ (WOOD, 2000, p. 4).

Essa convivência dos estudos culturais e das ciências sociais com a lógica do capitalismo deve, então, problematizar-se visando a novas alternativas. Essa tarefa crítica foi desenvolvida, em parte, na primeira seção deste livro, com o intuito de evitar uma perspectiva de determinismo tecnológico, e considerando-se que o materialismo histórico foca a especificidade de cada modo de produção, a sua lógica endógena de processo, suas tendências, suas crises características, em síntese, suas regras

¹¹⁴ “não só adaptações para cada transformação do sistema, mas uma crítica constantemente renovada dos instrumentos analíticos feitos para entendê-lo. Não tem tido uma ocasião desde o tempo de Marx em que essa tarefa precisa-se fazer mais urgentemente, quando mais e mais setores do conhecimento, tanto nos estudos culturais como nas ciências sociais, são absorvidos nas pretensas autovalidações do capitalismo ou, ao menos, na convicção derrotista de que nada mais é possível.” (Tradução nossa).

de reprodução (WOOD, 2000, p. 121). O que representa um horizonte amplo de análise que não se pretende esgotar aqui. Explorar-se-ão, então, algumas precisões para entender a cidadania também numa perspectiva econômica e política.¹¹⁵

A organização social em variantes ‘burocrático-redistributivas’ ou ‘tributárias’ do estado, existiram desde as mais avançadas civilizações da antiguidade, onde um corpo governante apropriava-se do trabalho comunitário excedente; mas, na Grécia ateniense, surgiu uma forma de organização unindo senhores e camponeses numa comunidade cívica, distinta da imposição de um estado ou de uma classe governante, articulando uma nova relação entre apropriadores e produtores, diferente das formas anteriores (WOOD, 2000, p. 188-189).

Na Atenas de Clístenes, a cidadania¹¹⁶ determinava diretamente as relações econômicas, na democracia capitalista, pode-se dizer, que as últimas determinam a cidadania. No capitalismo a desigualdade social e econômica e a exploração coexistem com a liberdade e a igualdade civis. Por seu lado, o pequeno produtor, que gozava também da condição cidadã na democracia ateniense, era, em grande parte, livre dos tributos que sujeitavam os produtores diretos nas sociedades pré-capitalistas: da depredação dos senhores ‘devoradores-de-dádivas’ de Hesíodo, da coerção da classe governante espartana, das obrigações que os senhores feudais impunham sobre os camponeses medievais ou das taxações do absolutismo europeu (WOOD, 2000, p. 202).

Uma liberdade que não gozam hoje os produtores diretos, sujeitos notadamente à venda da sua terra e a sua força de trabalho para viver. E esta transformação está, com certeza, maiormente ligada à idade moderna. Por isto, pode-se pensar que a maior mudança na redefinição das práticas atenienses de cidadania operou-se com a fundação e desenvolvimento dos Estados Unidos da América. No caso ateniense, a democracia, longe do caso moderno, deve ser entendida em relação com o conceito de *isegoria*, o qual definia o direito de decisão cidadã na ágora. Em verdade, esse poder de

¹¹⁵ Remete-se especialmente aos dois primeiros capítulos desse trabalho (2 e 3), onde aprofunda-se nos pressupostos da abordagem teórico-metodológica proposta, e que, sem dúvida, perpassa uma economia política.

¹¹⁶ O termo ‘cidadania’ arrisca ainda ser pensado no marco da dualidade cidade-campo, urbano-rural, o que pode estar longe do horizonte democrático ateniense. Para evitar esse risco sugere-se considerar o vocábulo *politania*, ao se ponderar a condição ou qualidade do cidadão (*politão?*) na polis ateniense, como o seu sinônimo.

decisão foi se afastando da prática política para se concentrar mais e mais. É nos EUA onde a antítese dessa concepção *isegórica* concretizou-se na chamada democracia representativa:

We have become so accustomed to the formula, 'representative democracy', that we tend to forget the novelty of the American idea. In its Federalist form, at any rate, it meant that something hitherto perceived as the *antithesis* of democratic self-government was now not only compatible with but constitutive of democracy: not the *exercise* of political power but its *relinquishment*, its *transfer* to others, its *alienation*.¹¹⁷ (WOOD, 2000, grifo autora, p. 216).

Além do mais, lembre-se de que o processo moderno no qual se originou o capitalismo e o 'trabalhador livre', o cidadão foi o mesmo por meio do qual o camponês foi espoliado e tirado da sua posse e da sua comunidade, com seus recursos comuns e seus direitos costumeiros (WOOD, 2000, p. 209). Indubitavelmente, uma dinâmica muito diferente do modelo ateniense, onde a barreira entre cidade e campo inexistia, pois a aldeia foi a unidade constitutiva do estado e os produtores diretos cidadãos que decidiam.

Apesar de a mudança do modo de produção feudal (ou tributário) para o capitalista trazer novos poderes e direitos ligados a indivíduos isolados, os quais conformaram assim uma comunidade de cidadãos,

we cannot take the measure of their gains and losses without remembering that the historical presupposition of their citizenship was the *devaluation* of the political sphere, the new relations between the 'economic' and the 'political' which had reduced the salience of citizenship and transferred some of its formerly exclusive powers to the purely economic domain of private property and the market, where purely economic advantage takes

¹¹⁷ "Chegamos a estar tão acostumados à fórmula, 'democracia representativa', que tendemos a esquecer a novidade da ideia americana. Em sua forma federalista, em todo caso, representou que algo até então percebido como a antítese da democracia do autogoverno democrático era agora não só compatível, mas constitutivo da democracia: não o *exercício* do poder político, mas a sua *renúncia*, a sua transferência para os outros, a sua *alienação*." (Tradução nossa).

the place of juridical privilege and political monopoly. The devaluation of citizenship entailed by capitalist social relations is an essential attribute of modern democracy.¹¹⁸ (WOOD, 2000, p. 211, grifo do autor).

Daí que a ênfase dada pela doutrina liberal ao fortalecimento da liberdade individual, como síntese da evolução histórica que levou à cidadania formal, seja enviesada, e que o desenvolvimento da política ocidental moderna (do absolutismo ao liberalismo e à democracia liberal), ao contrário do que se acredita, apresenta-se de forma reversiva: a democracia foi cooptada pelo liberalismo (WOOD, 2000, p. 229). Comparando esta situação com a da Grécia democrática, onde não houve ‘liberalismo’, constitucionalismo, governo limitado, direitos individuais ou liberdades civis, o estado não era uma entidade à parte da sociedade civil; é o liberalismo que teve como um de seus pressupostos fundacionais o desenvolvimento de um estado separado e superior a outras jurisdições mais específicas (WOOD, 2000), como a *deme* ou a comunidade.

Wood (2000, p. 290) conclui que “the capitalist market is a *political* as well as an economic space, a terrain not simply of freedom and choice but of domination and coercion.”¹¹⁹ Dessa maneira, a democracia teria de se reformular como categoria política e econômica, não em termos de uma simples ‘maior igualdade da distribuição’, mas como mecanismo que regula e dinamiza a economia.

5.5.3 Informação geográfica e TICs na AIDSESP

Assinala-se que a “emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto

¹¹⁸ “não podemos tomar a medida de seus ganhos e perdas sem lembrar que o pressuposto histórico de sua cidadania foi a *desvalorização* da esfera política, as novas relações entre o “econômico” e o “político”, que tinham reduzido a importância da cidadania e transferido algumas das suas competências anteriormente exclusivas para o domínio puramente econômico da propriedade privada e do mercado, onde a vantagem puramente econômica toma o lugar de privilégio jurídico e monopólio político. A desvalorização da cidadania que implicam as relações sociais capitalistas é um atributo essencial da democracia moderna.” (Tradução nossa).

¹¹⁹ “o mercado capitalista é um espaço tanto *político* quanto econômico, um terreno não simplesmente de liberdade e escolha, mas de dominação e coerção.” (Tradução nossa).

do processo produtivo.” (CASTELLS, 2002, p. 119). No entanto, mais do que produto desse processo, considera-se aqui a informação como um complemento necessário, nunca fim, ligado certamente com a produtividade das sociedades humanas.

Segundo Castells (2002), a produtividade e a globalização baseadas em redes são lideradas pelo setor das TICs, que cria tecnologias inovadoras e conhecimento administrativo para a economia-mundo e a esfera financeira que estrutura um mercado global, eletronicamente conectado. O autor acredita na realização de uma grande mudança na economia e a sociedade atuais, as quais estar-se-iam transformando segundo um novo modo de desenvolvimento denominado “informacionalismo” (CASTELLS, 2002, p. 203). Poder-se-ia dizer, no entanto, que esse modo estaria mormente ligado às trajetórias dos países mais industrializados. Destarte, num contexto mais periférico, deveríamos dizer que o campo das TICs representa, certamente, uma dinâmica social abrangente e multiforme, “un devenir colectivo complejo que se cristaliza notablemente alrededor de objetos materiales, de programas informáticos y de dispositivos de comunicación.”¹²⁰ (LÉVY, 2007, p. 13).

As TICs, base material e processo de criação coletiva, convertem-se desse modo numa área central para se entender como é que a sua dinâmica, que envolve as atividades humanas e o desenvolvimento, está se desenrolando na Amazônia. Na nossa pesquisa, relativa às reivindicações cidadãos indígenas em face das TICs, encontraram-se importantes avanços na Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (2012), AIDSESP, com seu programa do Centro de Informação e Planejamento Territorial, CIPTA.

A informação produzida nesse centro é chave para as reivindicações territoriais de povos indígenas da floresta amazônica peruana, o que contribui certamente para que não sejam desapossados da terra, meio de vida e de produção necessário a sua existência. Nessa medida, a produção de informação territorial está diretamente relacionada com um exercício cidadão, ao se contrapor aos processos estatais e empresariais de definição de áreas territoriais passíveis de exploração pelo capital. A luta pela democracia adquire assim um matiz político-econômico que transcende o horizonte do direito ao voto ou da liberdade de opinião, resgatando o valor de não se separar os produtores dos seus meios de produção.

A AIDSESP vem trabalhando no reconhecimento e titulação das

¹²⁰ “um dever coletivo complexo que se cristaliza notavelmente ao redor de objetos materiais, de aplicativos informáticos e de dispositivos de comunicação.” (Tradução nossa).

chamadas 'comunidades nativas' desde 1980 ao lado de alguns órgãos estatais, mas as atividades de georreferenciação começaram-se desenvolver somente a partir do ano 2000 (informação verbal)¹²¹. Trata-se de uma estratégia de ação focada na correção de erros técnicos ou humanos na informação geográfica historicamente produzida pelos estados e que estariam por trás de diversos conflitos territoriais (informação verbal)¹²². Por isso, sugere-se que as atividades desse centro sobressaem no contexto das reivindicações sociais indígenas amazônicas, pois brindam a possibilidade de defesa da terra como um bem comum perante as arremetidas dos empreendimentos desenvolvimentistas das últimas décadas.

Nessa ordem de ideias, acredita-se que o materialismo histórico fornece pressupostos metodológicos de interesse para se estudar a informação e a comunicação na Amazônia. E, graças ao seu caráter interdisciplinar, fundamentado especialmente na história, na economia, na política e na ciência social, manifesta-se como uma perspectiva inovadora para além do determinismo tecnológico que torna homogêneo o olhar sobre, por exemplo, as TICs.

Mas, sabemos que nossa pesquisa abrange só uma parte dessa totalidade que é a formação social amazônica. E aponta, certamente, para a compreensão de fenômenos de informação e comunicação em organizações indígenas, tendo como horizonte de ação os âmbitos

¹²¹ Sergio Loaiza. Entrevista concedida ao autor. Lima, dez. 2012.

¹²² Waldir Azaña. Entrevista concedida ao autor. Lima, dez. 2012. Pergunta-se o próprio entrevistado o porquê é importante e por que entraram eles na cartografia? Ao que ele mesmo responde: "Porque, lamentablemente cuando se trata de ubicar a una comunidad nativa, no está en el lugar que dice el mapa que presentan, porque lamentablemente, al momento de digitalizar ese mapa, lo digitalizaron mal, se hizo mal porque no habían coordenadas, y porque, a veces, calcular, puede haber un matemático pero la otra persona, el otro técnico, no maneja tanto la matemática, entonces calcular coordenadas con hojas milimetradas y georreferenciar un plano titulado es un poco tedioso. Entonces nosotros hemos tomado, como decimos acá en el Perú, el toro por las astas, haciendo una georreferenciación real. Y recién este año porque no tenemos apoyo para lo que es georreferenciación ¿no? Entonces nosotros hemos iniciado esto en Yurimaguas, en el Departamento de Loreto, con diez comunidades nativas, haciendo una georreferenciación. ¿Por qué? Porque hemos empezado a encontrar ahí conflictos, conflictos de superposición y como nosotros siempre le decimos como AIDSESEP al gobierno, la superposición no hay en campo. O sea, tu vas a la realidad, caminas en la comunidad nativa, no hay superposición. La superposición existe en el catastro digital, en la base de datos que maneja el gobierno."

democrático-capitalistas, nos quais é desenvolvida a discussão sobre as suas reivindicações étnica- cidadãs. Não obstante, lembra-se novamente que é preciso levar a sério o fato de que no interior dessa região perdurem povos isolados e comunidades afastadas, apesar do predomínio do modo capitalista de produção. Um espaço social que representa uma unidade diversa, não homogênea. Onde a natureza é toda ela fonte de informação; onde os sons do *trocato* (tambor feito de um tronco de árvore), podem-se pensar como impressões de uma linguagem audível que articula variados sentidos; onde as montanhas ecoam mensagens à distância; onde o ressoar do sopro no chifre de boi serve para chamar a uma reunião. Uma riqueza societal que faz parte da cultura material da formação amazônica e que é mister estudar e compreender, especialmente no âmbito das ciências da informação e da comunicação.

6 SENTIDOS DA CIDADANIA ATRELADOS AO USO DE TICs EM ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS AMAZÔNICAS

Unidos numa corda social, invisível, ainda que não por isso irreal, movimentam-se os sentidos e suas respectivas impressões, materializadas em linguagens concretas. No âmbito das TICs a codificação digital viabiliza, com certeza, a constituição de múltiplos estoques de informação e a sua transferência por toda classe de dispositivos, redes e aparelhos. Não obstante, é na interação social que ditas impressões articulam efeitos de sentido entre sujeitos; primeiramente assujeitados pelas/nas linguagens, e, posteriormente, pelas/nas ideologias.

Diversos termos qualificam a sociedade contemporânea como do conhecimento, da informação, pós-industrial, pós-moderna, em rede, o qual revela um papel proeminente das tecnologias e a informação, deixando-se a ideia de que entramos completamente num novo tipo de sociedade (FUCHS, 2008, p. 81). Para Harvey (1989 apud FUCHS, 2008, p. 83) as abordagens marxistas atuais têm em comum a ênfase colocada no papel que essas tecnologias e as redes de computadores têm na reestruturação e globalização do capitalismo na aparição de um regime flexível de acumulação, a partir do qual se desenvolve uma espoliação dos bens comuns.¹²³ Reconhece-se o fundamental dessa ênfase, ainda que, ao invés de utilizar conceitos tais como ‘capitalismo informacional transnacional’ ou ‘capitalismo transnacional em rede’, tenha-se preferido o uso da expressão TICs para intitular esse trabalho, pois apontar numa direção em que se destacam as forças produtivas permite uma via alterna para compreender as relações sociais, ambas enxergadas como componentes básicos dos modos em que as sociedades humanas transformam o mundo.

¹²³ Fuchs (2008, p. 87) assinala, mais especificamente, que o capitalismo: “is a permanent accumulation by dispossession because the surplus value produced by labor is dispossessed by capital through economic property rights and economic coercion in order to generate profit. What is happening under neoliberalism is the dispossession of the commons in order to generate new spaces of accumulation and an intensified dispossession of income and wealth in order to raise profits. The effects are on the one hand the extension and intensification of economic colonization—the commodification of everything—and what I term the extension and intensification of alienation—the almost entire loss of control over economic property, political decision making, and value-definition by lower classes in all realms of life. The extension and intensification of alienation is brought about by a centralization of ownership, power, and cultural-definition capacities.”

Também não se pensa o assujeitamento ideológico como um processo de pontos articuladores de uma transmissão, mas de emergência de sujeitos em antagonismo, confronto, luta, ao final, por isso, clivados. No entanto, deve-se anotar que as práticas comunicativas articulam-se sempre, no primeiro momento, em alguma linguagem, que constitui aí sujeitos de linguagens, e, só depois, nesse espaço de tensões onde emergem como sujeitos jurídico-políticos. Se pensarmos nas entidades indígenas analisadas, dir-se-ia que a arguição feita sobre a prática cidadã imperfeita, atrofiada ou, apenas prometida, e que levou pensar algumas décadas atrás também numa ‘cidadania étnica’, indicam os diversos sentidos dessa categoria, a qual deve ser problematizada e revisitada, em se tratando de regiões úmidas tropicais como a Amazônia. O que foi chave para destacar essas relações da linguagem, na comunicação, e da produção, no contexto da economia política, além de se considerarem sendas interessantes como a dos *commons*.

Certamente, “[w]e know that there are inherent synergies in networking but how and why do these synergies come about? We know that social networks produce social capital but we do not know when and how they do so.”¹²⁴ (FLOR, 2012, p. 56). Questões que também motivaram a realização deste trabalho sobre as organizações indígenas amazônicas e a sua relação com as TICs. Mas, como foi a aproximação e desenvolvimento da pesquisa nessas entidades indígenas?

O desenvolvimento das atividades relativas a esse trabalho foi dividido em dois períodos: o primeiro, em dezembro de 2012, possibilitou a visita à CIDOB, em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, e à AIDSESEP, em Lima, Peru; o segundo, entre março e julho de 2013, foi dedicado a visitar os escritórios da OPIAC, em Bogotá, Colômbia, da CONFENIAE, em Quito, Equador, da ORPIA, em Puerto Ayacucho, Venezuela, e da CIDOB, em Manaus, Brasil.

Tais visitas nessas organizações regionais indígenas da Amazônia foram fundamentais para compreender melhor a sua dinâmica atual em matéria de uso das TICs no âmbito regional. Infelizmente, e apesar de ter viajado até a cidade de Quito, no Equador, com o intuito de entrevistar ao Coordenador da CONFENIAE, isso não foi possível, porque ele estava fora da cidade e nem mesmo pela internet, pois, até hoje, as perguntas escritas e enviadas ao seu correio eletrônico não têm sido respondidas, nem temos tido a oportunidade de nos encontrar para conversar pelo *Skype*, tal e como

¹²⁴ “Nós sabemos que há sinergias inerentes ao trabalho em rede, mas como e por que essas sinergias acontecem? Nós sabemos que as redes sociais produzem capital social, mas não sabemos quando e como elas assim o fazem.” (Tradução nossa).

ele tinha me sugestionado. Tal dificuldade pode derivar também do receio que alguns indígenas têm pela pesquisa científica e acadêmica. No que eles têm razão, pois muita da pesquisa feita nesse âmbito acaba subtraindo informações e conhecimentos vitais para os povos, sem que nenhum benefício real retorne para eles. Neste sentido, pensamos com Spivak (2010) que, como pesquisadores, não podemos falar por eles e respeitamos as suas decisões, mas devemos dizer que é a nossa tarefa trabalhar contra a desigualdade, gerando espaços para a sua articulação com o intuito de que possam falar e, conseqüentemente, serem ouvidos. Dessa forma, estaríamos sendo coerentes também com essa abordagem transdisciplinar da comunicação e a informação.

Nas demais organizações regionais indígenas puderam ser feitas as entrevistas tal e como se tinha planejado. O que permitiu uma aproximação etnográfica no conhecimento das práticas informacionais dessas organizações e os povos que elas representam. Com esse fim, com as entrevistas, desenvolveu-se uma observação participante nas atividades organizacionais. Conseqüentemente, a pesquisa de campo resultou imprescindível, dada a diversidade social existente nas entidades indígenas e dos países nela envolvidos.

Em tais entrevistas, deu-se preferência às perguntas abertas, elaboradas a partir da abordagem tridimensional (texto, prática discursiva, prática sócio cultural) (FAIRCLOUGH, 1995) e do quadrado ideológico (DIJK, 1998); perguntas que constituíram um roteiro flexível nos encontros com lideranças e/ou equipes dessas organizações indígenas. Tal roteiro é apresentado a seguir (Quadro 9).

Quadro 9 - Roteiro inicial de perguntas temáticas

Abordagens de Análise Crítica do Discurso	
Aspectos do quadro ideológico	Análise tridimensional (texto, prática discursiva, prática sociocultural)
Qual o papel da informação e a comunicação feita pelas empresas, pelos governos, pela imprensa?	O que a informação publicada na Web representa para as metas e objetivos organizacionais?

Qual o papel da informação e a comunicação realizadas pela própria organização?	Como a organização -em relação a outras instituições governamentais, midiáticas, empresariais, etc.- fazem produção e reprodução da informação eletrônica sobre povos originários?
Em termos de poder e desenvolvimento de TICs, qual é a atual posição da organização?	De que forma a imprensa, o governo, as corporações e a própria organização continuam a enxergar a tecnologia, a informação e a comunicação?
Em termos de poder e desenvolvimento de TICs, como consideram a atual posição de corporações, governos, imprensa, etc., para a gestão de TICs?	De que maneira a informação e a comunicação têm sido historicamente materializadas pelas organizações e populações indígenas da região?

Fonte: Elaboração própria

No entanto, essa proposta de roteiro, definida já no início do projeto, mostrou-se rígida demais desde a primeira entrevista. Uma limitação superada, em boa medida, segundo macrotemáticas determinadas nas primeiras entrevistas feitas em Santa Cruz de la Sierra. Transformou-se assim esse roteiro, agrupando para isso as questões em cinco macrotemáticas referentes a: meios ancestrais de informação e comunicação, o que é informação, o que é comunicação, o que é tecnologia e sobre a comunicação interna e externa. Contudo, nesse novo plano não se esqueceu inteiramente o roteiro inicial, pois se passou a considerar essas perguntas de maneira complementar nesse novo arcabouço macrotemático.

Em total foram entrevistadas nove pessoas ligadas aos assuntos de informação e comunicação nas organizações, às que se explicou o objetivo da pesquisa e da entrevista, assim como se pediu o seu consentimento para a gravação da sua voz e posterior utilização científica do conteúdo registrado digitalmente. Dessas nove pessoas três foram da CIDOB (Emar Francisco, Rolando e Leandro), três da AIDSESP (Sergio, Waldir e Edson), uma da OPIAC (Fabián), uma da ORPIA (Ninfa) e uma da COIAB (Délío).

Referente ao pessoal da CIDOB, conversamos com Emar Francisco Raldes Mocho, então recém eleito Secretário de Comunicação na entidade. É indígena do povo Tacana, tem estudos em informática e sistemas, mas pouca experiência em assuntos de comunicação. No entanto, com muita vontade de desenvolver vários projetos que beneficiem às comunidades indígenas do Oriente, Chaco e Amazonas bolivianos, assim como à CIDOB. Para isso conta com o apoio de pessoas como Rolando Bueno. Rolando é indígena e bacharel

em comunicação. Atualmente colabora na CIDOB como assessor externo. Quanto a Leandro Candapeña, também indígena boliviano, é médico de profissão, com estudos em comunicação e agronomia e colabora atualmente com o anterior diretório. Ele tem acompanhado as lutas reivindicatórias e as mobilizações indígenas desde a década de 1990. Leandro foi o único entrevistado num espaço externo ao das sedes organizacionais. Tratou-se de uma ocasião imprevista em que ele estava na Praça 24 de Setembro, apoiando um protesto contra a construção de um tramo de estrada na Amazônia boliviana. A curiosidade me levou assim até ele, interessando-me, na hora, por entrar num diálogo mais detalhado com ele.

Em relação à AIDSESEP foram entrevistadas pessoas das áreas tanto de informação geográfica quanto de comunicação. Na área de informação geográfica entrevistei ao Engenheiro Agrônomo Sergio Loaiza. Ele coordena diversos projetos de titulação de terras indígenas ou “comunidades nativas”, como são chamadas essas territorialidades no Peru. Também tem acompanhado de perto o desenvolvimento do CIPTA (Centro de Informação e Planejamento Territorial AIDSESEP), área encarregada da informação geográfica e territorial nessa organização. Por sua parte, Waldir Eulogio Azaña é Técnico Especializado em Sistemas de Informação Geográfica e trabalha especificamente nessa área. No momento, com o engenheiro, apoia a realização de mapas e coleta de informação geográfica e territorial na Amazônia peruana. Finalmente o encarregado dos assuntos de comunicação é o Comunicador Social Edson Rosales Figueroa. Ele coordena a comunicação na AIDSESEP desde o ano 2008 e, apesar de não ser indígena, tem desenvolvido uma relação próxima com os últimos diretórios, pondo ao seu serviço a sua experiência de vários anos nos meios de comunicação peruanos.

Na OPIAC, entrevistei o Publicitário Fabián Moreno. Ele é indígena do povo Nonuia, habitante das florestas do Caquetá, na Amazônia colombiana. Contava em 2013 pouco mais de um ano encarregado da parte informativa, comunicativa e publicitária dessa organização indígena; o que para ele representava um desafio e uma oportunidade para aprender e consolidar alguns aspectos de uma área ainda inexistente na OPIAC.

Na Venezuela, falei com a professora Ninfa Tividor. Ela é indígena do povo Curripaco e então Coordenadora da ORPIA. E, devido à carência de uma área específica em matéria de comunicação e informação, é ela mesma quem realiza as atividades organizacionais nessas matérias. Mas, a sua experiência tanto como as suas relações pessoais ajudam-na bastante

na difusão informativa e o trabalho comunicativo nessa corporação indígena amazônica.

Por seu lado, a COIAB tem hoje a Délio Alves, Bacharel em Direito, como colaborador e assessor nos assuntos de comunicação. Ele é indígena Desana, da região do Alto Rio Negro e tem apoiado há mais de cinco anos as atividades referentes à informação e à comunicação na COIAB. Por ser indígena, e ainda que não seja formado em comunicação, ele enxerga essa tarefa como uma obrigação que deve cumprir por estar morando na cidade de Manaus e ser ela uma organização que representa os povos indígenas da Amazônia brasileira, portanto, ao seu próprio povo.

Além dessas entrevistas feitas com eles, foram preenchidas também duas matrizes: uma de espaços, equipamentos e pessoas dedicadas à comunicação nessas organizações e outra sobre tecnologias e velocidade de acesso a internet, o qual complementou a coleta de dados e a observação participante nas entidades analisadas.

De outro lado, o escopo regional, focado na Amazônia¹²⁵, e a localização das diversas organizações indígenas estudadas, demandaram várias viagens de avião, ônibus, trem, barco e táxi, procurando as melhores rotas e meios de transporte com o intuito de minimizar as despesas, devido ao orçamento reduzido dessa pesquisa de campo.

No decorrer desta pesquisa experimentamos também tanto a dinâmica concreta como as vulnerabilidades da internet nesse espaço organizacional indígena amazônico. Concebida aqui como bem comum, em que interdependem o sistema e as unidades do recurso, diremos que o acesso apresenta uma desigualdade marcante, pois enquanto entidades como a CIDOB, a AIDSESP e a OPIAC têm melhores condições para aceder tanto

¹²⁵ Amazônia entendida como essa totalidade regional que se articula além das suas áreas nacionais; assim “o termo Amazônia refere-se à Grande Amazônia, Pan-Amazônia, Amazônia Continental, Amazônia Sul Americana, Amazônia Internacional, ou qualquer outro termo que indique a totalidade da região e não apenas a sua porção nacional, em qualquer país.” (ARACÓN, 2002, p. 33). Além do mais, compreendida no contexto que assinala Dourado (2014, p. 46) quando afirma que “o sentido de Pan-Amazônia está principalmente referido à atuação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que vem construindo uma noção de região em suas articulações em rede na defesa de interesses e na luta pelo exercício de direitos humanos, violados sistematicamente. A Pan-Amazônia, então, é aqui uma noção politizada, acionada por sujeitos de direitos diversos contra as forças opressoras de grandes companhias privadas e, principalmente, dos próprios Estados, os quais, ao contrário, deveriam ser garantidores dos direitos humanos de indivíduos e coletividades”

ao sistema como às unidades desse bem, a COIAB e a ORPIA só podem fazê-lo usando a tecnologia mais antiga de transmissão via rádio e, dessa forma, encontram-se restringidas respeito das primeiras. Certamente, a informação que circula nesse contexto, considera-se como um bem sem rivalidade ou exclusividade. Ainda assim, existem resultados indesejados como o seu esgotamento e poluição. Em nosso caso, experimentamos o sumiço de informações que estiveram *on line* nas páginas eletrônicas das organizações durante os anos 2012, 2013 e 2014, notadamente da OPIAC e da COIAB. Desta forma, utilizamos arquivos salvados durante esses anos para a análise específica da COIAB. Quanto à OPIAC, foi impossível obter matérias disponibilizadas *on line* e que contiveram alguma impressão em torno da cidadania, pois o funcionamento do seu *site* foi irregular e instável nesse período de procura de um *corpus* de análise.

Isso representou, evidentemente, uma dificuldade na pesquisa. Mas, também, uma lição metodológica importante a se levar em consideração nos estudos sobre a internet, especificamente, e sobre as TICs, em geral. De maneira que fenômenos como o sumiço ou a poluição da informação disponibilizada em algum momento na internet incidiram, de alguma forma, nesse processo de investigação. Todavia, os enunciados/impressões resultantes dessa procura, constituíram uma amostra apreciável dos diversos efeitos de sentido animados nos discursos organizacionais sobre a cidadania.

Dito isso, analisam-se a continuação as formas em que atualmente tais entidades desenvolvem diversas práticas ligadas às TICs. Debateram-se, em capítulos passados, algumas conceitualizações em torno da cidadania, pelo que, a seguir, focar-nos-emos, mormente, em impressões do *corpus* de pesquisa que foram parte das estratégias discursivas nesse exercício cidadão organizacional. Nessa ordem, expõem-se os principais resultados analíticos e algumas outras considerações a eles ligados. Embora, antes disso, vamos determos ainda um pouco no âmbito mais concreto dos agentes organizacionais aqui estudados.

6.1 Organizações indígenas: espaços históricos de reivindicação social

A história do continente americano tem sido marcada pelo encontro de diversas sociedades e culturas. Mas, os povos indígenas, além de serem os habitantes mais antigos dessa geografia, são reconhecidos hoje pelo seu

status diferenciado respeito dos modernos estados-nação, os que começaram a divisão desse território a partir do século XV. Milênios de aprendizado da natureza americana forjaram as mais extraordinárias culturas originárias, muitas das quais ainda lutam para que seu ser não seja apagado pelas dinâmicas sociais contemporâneas.

Depois da década de 1960 esses processos de resistência começam a ser alavancados pela articulação de organizações regionais indígenas na Amazônia. Organizações que vão reivindicar os direitos costumeiros e republicanos desses povos originários. Nas décadas seguintes surgiram, desse modo, entre outras entidades de origem nativa, as seguintes: a Confederação de Povos Indígenas do Oriente, Chaco e Amazônia da Bolívia (CIDOB), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a Organização dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC), a Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE), a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP) e a Organização Regional de Povos Indígenas do Amazonas (ORPIA).¹²⁶ Estas equipes organizacionais fundaram-se nas regiões amazônicas de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, respectivamente.

Em março de 1984 a CIDOB, a CONFENIAE, a AIDSESP, ao lado da Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC) e a União das Nações Indígenas (UNI) do Brasil, combinaram fundar uma organização que integrasse o trabalho internacional delas, numa escala pan-amazônica. Surge assim a Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), a qual acolherá nos anos seguintes a OPIAC, a COIAB (em substituição da ONIC e da UNI, respectivamente) e a ORPIA.

Dado o caráter reivindicatório delas, muitos dos seus processos organizacionais vão colocar em jogo a participação política dos povos indígenas amazônicos no contexto do estado-nação, e sob a égide de lideranças desses povos. Este exercício cidadão, na medida em que as novas constituições nacionais estabelecem outro *status* ao indígena, começa configurar um espaço de debate e visibilização das identidades originárias e as condições de vida dessas populações. Nesse sentido, ditas entidades vão desenvolver processos de opinião, deliberação e mobilização social em torno dessas reivindicações; processos que serão conhecidos especialmente

¹²⁶ Uma lista detalhada dessas entidades e seus dados de contato físico e eletrônico encontra-se no Apêndice A.

através dos meios de comunicação massivos (ainda que assimetricamente) e, em menor medida, meios alternativos.

Agora, se a mídia é enxergada também como um campo de batalha pelo poder, a trajetória incremental dessas organizações nos temas de informação e comunicação tem uma estreita relação com o fortalecimento de seus processos sociais e políticos. Trata-se de uma maneira privilegiada de expor e atualizar as suas reivindicações desde uma visão própria, sob as condições jurídico-legais impostas no âmbito nacional desses países sul-americanos. Âmbito em que o telefone, o fax, o rádio, a televisão e a imprensa têm-se constituído nos veículos tradicionais que visibilizam uma parte dessas lutas cidadãs.

No entanto, com o advento das TICs, desenvolvidas particularmente no pós-guerra, e que se espalharam exponencialmente desde os anos 1990, um novo contexto de interação social vai-se criar no que tem se chamado de 'ciberespaço'¹²⁷. Espaço em que a convergência de meios e mensagens potencializa as possibilidades informativas e comunicativas, a um custo cada vez menor. E, com o passo dos anos, essa dimensão importantíssima da sociedade atual vem sendo também imaginada pelas próprias organizações indígenas da bacia amazônica.

Recentemente, os dirigentes da COICA têm assinalado a necessidade da comunicação não só como ferramenta fundamental, senão também como política transversal em todas as áreas e países onde atuam as entidades a ela associadas; e para avançar na visibilidade interna e externa das ações afirmativas próprias e em defesa da Amazônia que elas realizam.¹²⁸ Sem dúvida, uma perspectiva que faz questão do significado que hoje têm alcançado a informação e a comunicação para as organizações indígenas da bacia sul-americana.

Mas, mesmo com os avanços das últimas décadas quanto a informação, comunicação e as tecnologias com elas relacionadas, existem ainda disfuncionalidades na sua implantação e gestão nessas organizações

¹²⁷ Segundo Lévy (2007, p. 1): "El ciberespacio (que llamaremos también la «red») es el nuevo medio de comunicación que emerge de la interconexión mundial de los ordenadores. El término designa no solamente la infraestructura material de la comunicación numérica, sino también el oceánico universo de informaciones que contiene, así como los seres humanos que navegan por él y lo alimentan."

¹²⁸ Algumas destas ideias sobre as perspectivas de comunicação organizacional indígena foram discutidas numa oficina efetuada em Bogotá pela Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (2012, não paginado).

indígenas. Por exemplo, enquanto a CIDOB tem conseguido bons resultados nestes aspectos, graças à quantidade e frequência do material publicado na *web*, a ORPIA e a CONFENIAE têm atualmente problemas na implementação de suas páginas eletrônicas organizacionais.¹²⁹

Uma procura no *Google* pelos nomes completos das organizações aqui estudadas coloca no primeiro lugar dos resultados a CIDOB (467.000), seguida pela AIDSESP (236.000), a COIAB (82.700), a CONFENIAE (31.700), a OPIAC (11.100) e a ORPIA (4.110), respetivamente.¹³⁰ Dois anos após, a busca lançou as seguintes quantias: CIDOB (387.000), AIDSESP (202.000), COIAB (53.900), ORPIA (53.800), CONFENIAE (43.700) e OPIAC (36.700).¹³¹ Sobre esses últimos dígitos é importante assinalar a perda no número de resultados da CIDOB, AIDSESP e COIAB, as que, contudo, continuam tendo as mesmas posições da primeira procura. Quanto às demais é de se anotar o crescimento acelerado dos resultados da ORPIA, que a colocam hoje à frente da CONFENIAE e da OPIAC, sendo esta última superada pelas demais organizações indígenas nessa revisão posterior.

Esses resultados dão uma ideia sobre a visibilidade e a disponibilidade de informação de e sobre essas entidades no ciberespaço. Chama a atenção a OPIAC, pois tendo uma *web* às vezes ativa, às vezes inativa, é ultrapassada pela CONFENIAE que não a tem, ficando a primeira no último lugar desses resultados. Também é de frisar as dinâmicas da CIDOB e da AIDSESP, as quais conseguem uma presença muito importante nesse motor de busca de conteúdo eletrônico.

A tecnologia, considerada como uma ciência humana, é espelho da capacidade sociocultural para transformar a natureza e a própria cultura. A nossa relação com as ferramentas e as máquinas implica a potenciação dos músculos e da organização social; e por isso a tecnologia é parte das forças produtivas de uma sociedade. Nesse contexto é que as TICs formam um setor importantíssimo para o desempenho de comunidades, organizações, nações e da sociedade em geral, mais ainda numa era nominada por alguns como do ‘conhecimento’ ou da ‘informação’. Mas, esse desempenho informacional está ligado a diversos fatores que podem tanto potenciar como frustrar os processos comunicativos em comunidades e organizacionais.

Em ambos os contextos, a informação e a comunicação estariam estreitamente ligadas aos processos de reivindicação social. Neste caso, das

¹²⁹ Por isso, a comparação de publicações eletrônicas em torno da cidadania nos *sites* corporativos, restringiu-se, ao final, à AIDSESP, CIDOB e COIAB, sugerindo que a maioria desses resultados analíticos possam-se pensar também em relação com os objetivos das demais entidades selecionadas.

¹³⁰ Procura feita em 13/11/2012, no endereço internacional do Google (www.google.com).

¹³¹ Busca feita em 29/12/2014, no endereço internacional do Google (www.google.com).

reivindicações políticas dos grupos originários amazônicos, através dessas organizações regionais que representam os modos de vida desses grupos no contexto nacional e internacional. E para isso torna-se fundamental o adequado funcionamento dos processos informacionais, tanto nos níveis internos (com os grupos nativos representados e dentro da equipe organizativa), quanto externos (neste caso das entidades regionais que trabalham com objetivos similares, estados, empresas e organismos internacionais). Como agentes políticos, essas organizações terão de ativar todos os meios à sua disposição com esses fins da sua incumbência, tendo nas TICs um suporte pertinente pela sua abrangência local, regional e planetária.

Nesse sentido, é preciso nos perguntar como e por que essas organizações regionais indígenas visibilizam e fortalecem as suas reivindicações cidadãs a partir do uso de TICs? Responder (ou pelo menos aprofundar na descrição e interpretação sobre) tais questões ampliará nosso conhecimento da dinâmica que ditam essas tecnologias apresentadas na Amazônia e, especialmente, entre agentes sociais relacionados com os grupos originários. Como se tem insistido ao longo desse trabalho, a Amazônia é uma região de proporção subcontinental e de uma sociodiversidade extraordinária, aberta ao influxo da globalização pelos estados nacionais. Mas, onde até o momento, os crescentes fluxos de informação e comunicação, entre e para fora das organizações indígenas analisadas, não têm fortalecido o desempenho informacional delas da mesma maneira. A implementação tecnologista ameaça assim o que as próprias organizações regionais reivindicam, em quanto a acesso e uso de dispositivos e aplicativos tecnológicos adequados às múltiplas sociedades existentes na região.

Vale dizer que nem todas as organizações indígenas da bacia amazônica conseguem difundir efetivamente as suas atividades organizacionais na rede. A produção, manutenção, armazenamento, processamento e publicação de materiais informativos feitos por elas resultam ser mais fracos em países como a Venezuela, a Colômbia e o Equador. Esta situação, na verdade, gera mais perguntas do que respostas até o momento, não obstante seja clara a importância que as TICs têm atingido nas últimas décadas no fortalecimento dos processos relativos à informação e à comunicação no nível organizacional em geral.

Feitas essas colocações, passamos, a continuação, à análise concreta do efeito de sentidos da cidadania colocados nesse espaço tecnológico

organizacional. Na sua ordem, começaremos pela AIDSESP e, mais adiante, será a vez da CIDOB e da COIAB. Dessa forma estaremos prontos para arribar nas considerações finais desse capítulo.

6.2 Uma luta sócio-histórica da AIDSESP no Peru

A Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana, AIDSESP, é uma organização não governamental, fundada em 1980 (registrada oficialmente em Lima, 1985) com o intuito de representar os interesses históricos dos povos indígenas da bacia amazônica nesse país, garantir a conservação e desenvolvimento da identidade cultural, a terra e os valores indígenas, viabilizar o exercício da livre determinação no contexto nacional peruano e do direito internacional, e promover o desenvolvimento humano e sustentável desses povos da floresta peruana.

Ela faz parte de um cúmulo de organizações indígenas que desde os anos 1970 vêm se articulando na região amazônica em defesa dos seus direitos, no contexto dos estados-nação que a abrangem. Espaços político-administrativos estabelecidos como democracias constitucionais republicanas, estruturadas como estados-nação, que reconhecem direitos e estipulam deveres aos seus respectivos cidadãos; mais precisamente, poderíamos identificá-las como democracias liberais.

Especificamente, segundo a sua Constituição Política, o Peru (1993) organiza-se como Estado democrático de direito. Nela estabelece-se como direito fundamental da pessoa as liberdades de informação, opinião, expressão e difusão do pensamento por qualquer meio de comunicação. O Artigo 61, da livre concorrência, assinala que os meios de comunicação, em geral, não podem ser exclusividades nem monopólio, direta ou indiretamente, do estado ou particulares. No entanto, esse ditado contradiz o que se passa na realidade, pois a organização social dos meios aparece, geralmente, como oligopólio, e, tendencialmente, como monopólio particular-estatal, apagando a multiplicidade de vozes que, necessariamente, intervêm no uso e provisão de bens comuns como o espectro eletromagnético ou a internet mesma.

Por isso, a estratégia de informação geográfica da AIDSESP vem desenvolvendo um apoio fundamental no processo de reivindicação de direitos, que é refletido especialmente pela sua área de comunicação. Justamente, por meio do seu *site* na internet (www.aidesep.org.pe),

ela ganhou força nos últimos anos, pois disponibiliza informações continuamente para as comunidades, os seus parceiros e o público em geral. Desse modo, a entidade complementa as atividades de comunicação em meios mais tradicionais como a imprensa, o rádio e a televisão, explorando a capacidade de armazenagem e processamento de maiores quantidades e fluxos de informação, possibilitados pelos dispositivos eletro-eletrônicos e a internet de hoje. Uma situação na que, sem dúvidas, estabelecem-se relações de poder e dominação de alguns agentes, próximos desse desenvolvimento tecnológico, sobre outros que agem segundo condições divergentes desses agentes habilitados para exercerem um maior poder.¹³²

A seguir, avaliam-se alguns efeitos de sentido sobre o conceito de cidadania colocados nesse fluxo reticular por sujeitos diversos, como o são as entidades indígenas. Com esse fim, elegeram-se nove publicações do portal eletrônico dessa instituição¹³³, disponibilizadas em 2013 e 2014, onde aparece o termo cidadania em diversas conjunturas relativas à sua missão organizacional. Lembramos ainda que a análise, tanto na AIDSESEP como nas demais entidades, apoia-se, mormente, nos conceitos da teoria do discurso, do materialismo histórico e da perspectiva dos bens comuns, como discutido nos capítulos anteriores.

6.2.1 Sentidos da cidadania na AIDSESEP

À primeira vista, o sentido da cidadania nos discursos escolhidos no corpus dessa corporação parece unívoco. Isto é, como se o seu significado emanasse da própria entidade indígena e tivesse uma significação evidente nas diversas matérias selecionadas. Como si tudo estivesse

¹³² Em todo caso, deve considerar-se que a infraestrutura dessa rede na sociedade capitalista contemporânea “is based on structural inequalities; it is made up of segmented spaces in which central hubs (transnational corporations, certain political actors, regions, countries, Western lifestyles, and worldviews) centralize the production, control, and flows of economic, political, and cultural capital (property, power, definition capacities). This segmentation is an expression of the overall competitive character of contemporary society.” (FUCHS, 2008, p. 94).

¹³³ Essas publicações eletrônicas que compõem o *corpus* são pensadas aqui como verdadeiras ‘impressões’, isto é, como verdadeiras unidades de análise, numa perspectiva transdisciplinar da comunicação. No entanto, para uma arguição mais aprofundada sobre essa conceitualização remete-se ao capítulo 5, em que se desenvolvem alguns tópicos centrais da proposta de uma teoria transdisciplinar da comunicação.

dito. No entanto, tal idealização revela-se problemática enquanto uma análise mais aprofundada é feita, a começar pelo dialogismo presente nas impressões escolhidas.

Em primeiro lugar, pela sua publicação no site da entidade, é claro que o primeiro elo na cadeia dialógica é dado pela ponte entre ela e os diversos públicos que acessam a informação ali disponibilizada. Encontra-se ali uma interação de diferentes agentes sociais articulada em práticas comunicativas. Em segundo, todas as matérias dialogam com outros discursos produzidos pela Confederação Nacional Agrária, o Ministério Público, a Defensoria do Povo, o Supremo Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Constitucional, a Mesa Continental de Comunicação Indígena, a Direção Geral da Educação Intercultural, Bilíngue e Rural, o Vice-ministério da Interculturalidade e o jornal *La Primera*. Em relação a todos eles, a AIDSESEP comenta, interpela, reproduz, interpreta, etc., seus textos e discursos, procurando dar um sentido às publicações segundo o intuito da reivindicação dos direitos dos povos indígenas a eles relacionados.

Nas matérias, esses organismos, de ordem estatal ou empresarial, cuja competência desenrola-se em áreas da produção, da justiça ou da comunicação, são interpelados diretamente, mas, é claro que não só eles participam desse contexto dialógico. Por exemplo, em nota de agosto 27 de 2013, sobre uma decisão de competências judiciárias, em torno de um caso de conflito entre el estado peruano e os povos indígenas das províncias amazônicas de Utcubamba e Bagua, a AIDSESEP o trouxe à memória como o caso do 'Baguazo'. Dessa forma, a entidade indígena recupera uma nomeação popular sobre um conflito ocorrido em junho de 2009, o qual deixou 33 pessoas mortas (23 policiais e 10 civis), 200 feridas e 83 detidas. (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2009).

De outra parte, esse dialogismo expressa-se também na interdiscursividade que caracteriza o *corpus*, em termos de efeitos de sentido da cidadania. Em cinco das matérias o termo é colocado para se referir a diversos direitos que os cidadãos, agrupados na categoria 'cidadania' apontam às perspectivas jurídica e política descritas por Morgado (2010) e Lahni e Lacerda (2013). E lembram aspectos de uma cidadania incompleta (GUDYNAS, 2004) e que se torna problemática, por conta da desigualdade social que se configura em espaços geográficos (SANTOS, 2000), como o caso amazônico. Dessa forma, o sentido da igualdade que o liberalismo e a democracia representativa dão aos direitos do cidadão (como o argumenta

Wood, 2000) é contestado pelas referências à desigualdade e o mal-estar social que sofrem muitas populações indígenas e que são representadas nessas matérias.

Sintetizando, eis os cinco enunciados/impressões extraídos do *corpus* e que apontam para essas configurações interdiscursivas: (1) ‘bem-estar da cidadania’; (2) ‘serviços básicos para a cidadania’; (3) ‘acesso ao serviço de justiça a toda a cidadania’; (4) ‘participação da cidadania’ e (9) ‘temor na cidadania’ (cf. Quadro 10). Tais enunciados poder-se-iam reagrupar, então, no conjunto dos reclamos perante uma ‘cidadania incompleta e desigual’, atemorizada pelo não asseguramento do bem-estar, a participação, os serviços básicos e de justiça; reclamos em prol de uma cidadania substantiva e não formal.

Quadro 10 - Enunciados/impressões sobre a cidadania na AIDSESEP

#	Data	Manchete	Enunciado/impressão
1	05/03/2013	CNA se solidariza con los hermanos indígenas de la Aidesep	La central campesina tildó de “hecho insólito del análisis jurídico” que el Ministerio Público en lugar de velar por el bienestar de la ciudadanía y los derechos de la sociedad civil, agrade a mansalva a los ciudadanos de la selva peruana y cuyo único pecado fue defender sus territorios comunales de una salvaje contaminación a la biodiversidad por parte de las transnacionales.
2	17/05/2013	Defensoría del Pueblo y AIDSESEP, coordinaran políticas públicas a favor de los pueblos indígenas	Por otra parte la Defensoría del Pueblo, viene impulsando políticas públicas de Educación y Salud Intercultural Bilingüe, para todos los Departamentos Amazónicos, entendiéndose que estos servicios básicos para la ciudadanía son muy catastróficos, aremos mayor incidencia en estas demandas(...)

*Organizações regionais indígenas, cidadania e tecnologias de
(des)informação e (in)comunicação na Pan-Amazônia*

#	Data	Manchete	Enunciado/impressão
3	27/08/2013	PRONUNCIAMIENTO: audiencia pública para resolver de manera definitiva y decidir qué sede judicial será el competente para juzgar a Alberto Pizango Chota y 52 procesados	Por su parte, está Sala mediante resolución del 15 de mayo, en respuesta a la Sala Penal de Bagua, resolvió señalando que la competencia de este caso está decidida por el órgano de gobierno del Poder Judicial por medio de la Resolución Administrativa N° 257-2010-CE-PJ que declaró como el fuero preferente a la Sala Penal de Apelaciones y Liquidadora Transitoria de Bagua, quien ha sido la predeterminada para conocer el caso “Baguazo” en razón del territorio y a la necesidad de facilitar el acceso al servicio de justicia a toda la ciudadanía, en especial de las poblaciones alejadas y en situaciones de extrema pobreza, debiendo dicha Sala continuar con el conocimiento del proceso en aras de una correcta y eficaz Administración de Justicia, procediendo a devolver el expediente a Bagua.
4	06/09/2013	CARTA ABIERTA A LA CORTE CONSTITUCIONAL	La participación de la ciudadanía en todos los asuntos de interés público es un derecho, que se ejercerá a través de los mecanismos de la democracia representativa, directa y comunitaria.
5	12/09/2013	AIDSESEP, presente en jornada informativa para el taller de capacitación de líderes Indígenas.	La Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana-AIDSESEP, se reunió junto con CONAP, y otras organizaciones indígenas y la Viceministra de Interculturalidad Patricia Balbuena Palacios, en una charla informativa sobre lo que será el programa de capacitación: “Construyendo ciudadanía intercultural en los procesos de desarrollo regional”, cuyo objetivo es aportar en el desarrollo de capacidades de líderes y líderesas indígenas sobre enfoques de interculturalidad y exigibilidad de derechos ciudadanos de los pueblos indígenas, en el contexto de prestación de servicios públicos en su territorio.

#	Data	Manchete	Enunciado/impressão
6	20/11/2013	Declaración de la Mesa Continental de Comunicación Indígena: La Comunicación como factor clave y transversal en la acción de los pueblos.	Las políticas públicas deben equilibrar y contrarrestar el enorme poder mediático concentrado en pocos propietarios y orientarse a garantizar el ejercicio de los derechos a la información y libertad de expresión de los sectores sociales tradicionalmente excluidos, a fin de construir ciudadanía, democracia y asegurar el pluralismo y el respeto a la diversidad cultural como valores esenciales y principios de la política pública.
7	27/01/2014	Más de 500 maestros se capacitan en EIB y materiales	El año pasado se elaboraron cuadernos de trabajo para siete lenguas: quechua Chanka, quechua Cusco Collao, ashaninka, shawi, awajún, shipibokonibo y aimara en los niveles de Inicial y de Primaria: comunicación, matemáticas y ciencias y ciudadanía (1° a 6°) para uso en el 2014.
8	07/02/2014	AIDSESEP, presente en la reunión de coordinación y socialización con el Viceministerio de Interculturalidad.	Dirección General de Ciudadanía Intercultural
9	18/03/2014	Inversiones con altos estándares socioambientales y de gobernanza	Existe un fundado temor en la ciudadanía, basado en decisiones como la aprobación de los D.S. 054 y 060-2013-PCM, de que la aceleración de las inversiones se logra flexibilizando la normatividad de la evaluación ambiental, desmereciendo su importancia al calificarla como “trámite”, debilitando así la gestión ambiental.

Fonte: Elaboração própria

As demais matérias selecionadas contrapõem-se à visão substantiva, pois apontam para entendê-la como a qualidade dos cidadãos, mais do que a sua práxis. De fato, trata-se de discursos que trazem à tona outros discursos estatais de índole prescritiva. Mesmo quando se trata de um enunciado (como o 6), com demandas próprias dos indígenas, no contexto da Mesa Continental de Comunicação Indígena, o apelo parece ficar dentro do quadro de cidadania idealizado na democracia liberal. Eis os enunciados desta segunda configuração: (5) ‘Construindo cidadania nos processos de

desenvolvimento regional'; (6) 'construir cidadania'; (7) 'comunicação, matemáticas e ciências e cidadania'; (8) 'Direção Geral de Cidadania Intercultural'. O segundo sentido prevalente poder-se-ia resumir, assim, como aquele que aponta numa cidadania de caráter formal.

A partir da análise dessas impressões conclui-se, então, que os efeitos de sentido nos discursos postos ali em movimento tendem a se articular, de um lado, sobre uma cidadania substantiva, isto é, reiterando as fragilidades da democracia liberal e, de outro, uma idealizada na utopia necessária ao projeto do estado-nação. Nesse contexto, as lutas diferenciadas dos povos indígenas, respeito das populações não indígenas, não permitem uma consolidação plena dos sentidos ligados com a denominada 'cidadania étnica', ou seja, com direitos que, no caso, além dos sujeitos modernos do direito, faça questão dos povos como sujeitos de direito, num olhar que vá além do indivíduo e que atinja, portanto, as formas extrativas e comunitárias das relações sociais na Amazônia.¹³⁴

Esse exercício imperfeito de cidadania representa um desafio já conhecido pelas organizações regionais indígenas amazônicas. E é justamente ali que elas focam boa parte de seus esforços corporativos. Se pensarmos, por exemplo, na importância que terra e território¹³⁵ têm no âmbito dos povos indígenas, compreender-se-ão as crescentes necessidades informacionais e comunicacionais nessas organizações na defesa desses espaços vitais. Contexto em que (tal e como o apresentamos no capítulo anterior) facilidades como o centro de informação geográfica da AIDSESP

¹³⁴ Campos (2011, p. 303) diz: "formas de uso comum com origem na cultura e tradição indígena, africana ou de outros grupos viram-se, em diferentes tempos, situações, ou contextos, impedidas da maioria dos direitos oficialmente reconhecidos, embora, na prática, sigam direitos costumeiros. E mesmo aquelas com gênese lusa sofreram, no decorrer do tempo, o "desinteresse" da lei já que em grande parte não possuíam sustentação legal no contexto mais amplo da sociedade."

¹³⁵ Assinala-se a respeito que "es importante saber qué es tierra y qué es territorio. Tierra, pues tradicionalmente ha sido delimitada física y jurídicamente, en cabeza de persona natural o jurídica, mientras que el territorio abarca una área definida en virtud de usos y ocupaciones realizadas por todo un pueblo indígena. Es el espacio geográfico en el cual la comunidad o pueblo indígena se desenvuelven y está vinculado a la cultura, historia, costumbres, identidad de una comunidad. Territorio además es el reclamado como un derecho colectivo, para la supervivencia física y cultural de los indígenas. Por este motivo los gobiernos o Estados y empresas respetan la importancia especial de las culturas, usos, costumbres y valores espirituales de las comunidades o pueblos indígenas." (Informação verbal). Maria Ernestina Garreta Chindoy. Entrevista concedida ao autor. Bogotá, dez. 2014.

convertem-se em verdadeiras estratégias de luta e resistência desenvolvidas no bojo dos movimentos sociais através dessas ferramentas.

6.3 O Estado Plurinacional Boliviano e a defesa dos direitos nas terras baixas

Segundo a Constituição Política da Bolívia (2009), o Estado boliviano define-se como unitário social de direito plurinacional comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomias, fundado na pluralidade e o pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico. Para isso estabelecem como idiomas oficiais o castelhano e demais línguas indígenas do país.¹³⁶ E para sustentar essa sociedade plural o estado tem como princípios ético-morais: “ama qhilla, ama llulla, ama suwa” (não sejas frouxo, mentiroso ou ladrão), “suma qamaña” (viver bem), “ñandereko” (vida harmoniosa), “teko kavi” (vida boa), “ivi maraei” (terra sem mal) e “qhapaj ñan” (caminho ou vida nobre). Dessa maneira, a carta constitucional inclui no seu texto uma parte dos valores indígenas bolivianos e, dado seu caráter comunitário, advoga pelo reconhecimento dos procedimentos e processos tradicionais para eleição de autoridades e representantes de povos tradicionais.

Já, quanto à informação e comunicação, no Capítulo III dessa carta política é direito o acesso à informação, a sua interpretação, análise e comunicação livre, individual e coletivamente (BOLÍVIA, 2009, Art. 21, item 6). Além disso, na seção IV, sobre ciência, tecnologia e pesquisa, assinala-se que o Estado assume como política a implantação de estratégias para apreender o conhecimento e aplicação de TICs. No Capítulo VII, dedicado inteiramente à comunicação social, garante-se o direito à informação e à comunicação, assim como a liberdade de expressão. E, para isso, os meios de comunicação devem promover valores éticos, morais e cívicos das diversas culturas bolivianas. Proíbe a conformação direta ou indireta de monopólios ou oligopólios de meios de comunicação. No entanto, a nação boliviana continua a ter esses tipos indesejados de concentração e manipulação da

¹³⁶ Segundo o primeiro artigo da constituição, “Bolívia se constituye en un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomías. Bolívia se funda en la pluralidad y el pluralismo político, económico, jurídico, cultural y lingüístico, dentro del proceso integrador del país.” (BOLÍVIA, 2009).

infraestrutura midiática das economias capitalistas.

Os direitos à comunicação social, mesmo em estados de exceção, não poderão ser interditados, segundo o Artigo 137. É exigido também o manejo transparente e responsável da informação, a sua veracidade, assim como a não denegação da mesma, nos casos de controle social do funcionamento do estado. Nos aspectos da sua armazenagem, o estado central tem, entre outras competências, as relativas ao funcionamento de centros de informação e documentação, assim como de arquivos, bibliotecas, museus, de interesse público. Se considerarmos a crescente privatização das infraestruturas midiáticas, poderíamos dizer que agora o perigo não viria de uma interdição dos direitos pelos estados de exceção, e sim desse processo de cercamento de âmbitos outrora comuns.

Contudo, nesse marco constitucional, o manejo da informação e a comunicação fundamenta-se no direito dos sujeitos e as organizações para a gestão da informação, entendida ali especialmente como um bem público, portanto, de domínio estatal. No Capítulo IV, dos direitos de nações ou povos ‘indígena originário camponês’¹³⁷, estipula-se o direito a criar e gerenciar sistemas, meios e redes de comunicação próprios. O texto deixa sentir assim os anseios indígenas de estender seu raio de difusão e disponibilização de mensagens que fortaleçam cosmovisões e práticas costumeiras desses povos que compartilham as desigualdades e lutas do campo em América Latina. Portanto, é também estipulado como um dever estatal o apoio à criação de meios de comunicação comunitários em ‘igualdade de condições e oportunidades’. Deve-se dizer que hoje essa igualdade ainda representa mais uma promessa de cidadania do que uma possibilidade real, pois esse começo de milênio trouxe para a Bolívia confrontos em torno da água, da construção de estradas, da exploração de recursos naturais, da mudança na sua constituição, entre outros, os quais evidenciaram a perversidade de seguir as recomendações do Consenso de Washington em nações com profundas desigualdades no seu desenvolvimento.

6.3.1 CIDOB: a defesa dos direitos nas terras baixas

Vinte e sete anos antes da mais recente constituição política

¹³⁷ Segundo o artigo 30, é nação ou povo indígena originário camponês: “[...] toda la colectividad humana que comparta identidad cultural, idioma, tradición histórica, instituciones, territorialidad y cosmovisión, cuya existencia es anterior a la invasión colonial española.”

boliviana (2009), em 1982, fundou-se a CIDOB. Ela representa hoje 34 povos do Oriente, Chaco e Amazônia bolivianos. O objeto inicial desse processo foi o fortalecimento da unidade e da estrutura organizativa, com o devido respeito das formas ancestrais e tradicionais de organização étnica. Tem como missão a defesa dos direitos dos povos indígenas das ‘terras baixas da Bolívia’, representando-os e fortalecendo-os, em procura de sua efetiva participação em decisões políticas, sociais, econômicas e culturais, nas escalas local, regional, nacional e internacional. Na sua visão procura o reconhecimento nacional e internacional como organização que contribui na consolidação do direito à terra, à autonomia e ao aproveitamento dos recursos naturais. Procura também solidificar a sua estrutura orgânica com a participação das organizações de base, uma adequada atenção em saúde e o acesso dos jovens à educação em condições equitativas (CONFEDERACIÓN DE PUEBLOS INDÍGENAS DE BOLÍVIA, 2012a). A CIDOB, como as demais entidades objeto dessa pesquisa, organiza-se como movimento social ao articular outras estruturas comunitárias locais. Trata-se da Assembleia do Povo Guarani, a Central de Povos Nativos Guaraíos, a Central de Povos Indígenas do Beni, a Central Indígena da Região Amazônica da Bolívia, a Central Indígena de Povos Amazônicos de Pando, a Central de Povos Indígenas do Trópico de Cochabamba, a Central de Povos Indígenas de La Paz e a Organização da Capitania Wehenaiek Tapiete. De vez, estas últimas congregam diversas comunidades e povos indígenas das chamadas terras baixas bolivianas.

É bom lembrar que esse processo organizacional tem suas raízes em décadas anteriores, especialmente nos anos 1950, quando é contestado o estado liberal pela revolução, na qual os indígenas tomam parte como maioria nacional. Assim, num

contexto onde não se reconheciam os índios como sujeitos políticos, nem coletivos, nem individuais (recordemos que não foi até 1952 que os índios bolivianos tinham direito e foram considerados com o status de cidadão), a rebelião converte-se na linguagem fundamental através da qual os indígenas formulam suas demandas à sociedade, de igual modo que a repressão militar e o massacre são as respostas históricas do Estado a estas demandas. (ANDRADE TAPIA, 2008, p. 97).

Essas ações revolucionárias (da década de 1950), quanto as organizacionais (da década de 1970-1980), fazem parte do processo de acumulação de experiência política, que incluem estratégias para o manejo do poder no país. E se ao começo desse período a linguagem oficial vai usar a palavra ‘camponês’ em vez de ‘índio’, os anos 1960 vão consolidar a reivindicação de uma identidade indígena que é também legitimada na década de 1990.

A unificação organizacional indígena no Oriente Boliviano vai começar, então, graças aos primeiros contatos dos representantes dos povos Guarani-íçocenhos, Chiquitanos, Aioreos e Guaraiois, em 1979. Iniciativa organizada pelo Grande Capitão guarani Mburuvichaguasu Bonifacio Barrientos Iyambae, o “Sombra Grande” (CONFEDERACIÓN DE PUEBLOS INDÍGENAS DE BOLIVIA, 2012b). Hoje a CIDOB representa uma organização que interage no contexto nacional e internacional, com entidades públicas, privadas e outros movimentos sociais. Uma tarefa feita em prol do desenvolvimento e cooperação desses 34 povos, a partir da ação organizacional. Nesse sentido aponta também o projeto de TICs que a entidade tem desenvolvido ao longo da última década, e com o qual as impressões próprias e a visibilidade corporativa ganharam e mantêm força atualmente no ciberespaço.

6.3.2 Sentidos da cidadania na CIDOB

Em total foram escolhidas 49 matérias publicadas pela CIDOB na internet, nas quais se colocou alguma relação com a cidadania, no período que vai de 2011 a 2014 (cf. Quadro 11). Esta maior quantidade de referências disponíveis *on line* pela organização leva, portanto, uma maior polissemia que extrapola facilmente a tensão entre a cidadania incompleta e a formal. Deter-nos-emos, assim, nesses diversos efeitos de sentido, estabelecidos nessa parte específica do *corpus*.

Quadro 11 - Enunciados/impressões sobre ciudadanía na CIDOB

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
1	13/08/2011	Los preparativos para la marcha se están efectuando acorde al cronograma establecido	Resaltó que la respuesta de la ciudadanía está siendo positiva, “lo cual nos fortalece a un más pues esto crea un ambiente de confianza y de apoyo a nuestras demandas”, señaló Moya.
2	18/09/2011	Marcha Indígena: “Nuestro respaldo es la ciudadanía de todo el país”	Marcha Indígena: “Nuestro respaldo es la ciudadanía de todo el país”
3	18/09/2011	HACIA LA PAZ....	“Pero a nosotros no nos amedrenta nadie, nuestro respaldo es la ciudadanía de todo el país, por eso los hermanos van a en tranquilidad, en paz.” Adolfo Chávez, ex-presidente da CIDOB
4	19/10/2011	DIPUTADO INDÍGENA HACE RECUERDO AL EJECUTIVO Y LEGISLATIVO “LEY CORTA SANCIONADA DEBE SER ANULADA”.	Tras el arribo de la VIII Marcha de los pueblos indígenas a la ciudad de La Paz y de todo el apoyo que la ciudadanía ha demostrado este día histórico, a través de la solidaridad de la gente en las calles y a lo largo de las poblaciones por las que han pasado, los pueblos indígenas representados en esta movilización de sesenta y seis días a pie, mantiene un objetivo claro, en función a las acciones que el legislativo, a la cabeza de Héctor Arce, ha tomado...
5	20/10/2011	DESDE LA VIGILIA DE SANTA CRUZ, EL CASIQUE MAYOR DEL PUEBLO CHIQUITANO EXPRESA SU AGRADECIMIENTO	Muy agradecido por este gesto de cariño, nosotros desde la ciudad de Santa Cruz con toda la ciudadanía de Santa Cruz le hemos brindado todo el cariño y la incidencia para que la marcha pueda llegar a su destino.
6	23/10/2011	PROPONEN QUE EVO CAMBIE A SU GABINETE Y ASESORES PARA RECONducIR EL PROCESO	El planteamiento se sustenta en el “pobre manejo” del conflicto con los marchistas indígenas que defienden el TIPNIS (Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Sécore) y el malestar generalizado en la ciudadanía.

*Organizações regionais indígenas, cidadania e tecnologias de
(des)informação e (in)comunicação na Pan-Amazônia*

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
7	18/05/2012	IX MARCHA LLEGA A SAN BORJA Y ES RECIBIDA CON MUCHO FERVOR	El cívico comentó que la bienvenida de la ciudadanía fue "Bastante bonita. Igual que la que recibió la octava marcha en 2011". [...] "Fue un recibimiento muy caluroso con más civismo y fervor que el año pasado", explica Rafael Quispe, ex Apu Mallku del Consejo Nacional de Markas y Ayllus del Qullasuyu (Conamaq) en referencia a la bienvenida de la ciudadanía en San Borja.
8	02/06/2012	COLONIZADORES DE MARIMONO DEJAN SIN AGUA A COLUMNA DE MARCHISTAS	Catalina Molina, una de las responsables de la vigilia, convocó a la ciudadanía paceña a poyar con donaciones de víveres, ropa y medicamentos para los marchistas.
9	05/06/2012	LA NOVENA MARCHA SE ENCUENTRA EN LA LOCALIDAD DEL KILÓMETRO 52, MAÑANA LLEGARÁN A CARANAVI	La comisión de avanzada de la marcha tomó contacto con la ciudadanía de Caranavi, ciudad a la que la columna indígena tiene previsto llegar el miércoles.
10	05/06/2012	ALONSO NATE: "LA DEFENSA DE NUESTROS DERECHOS Y TERRITORIOS ES IRRENUNCIABLE"	"Nuestros derechos y TCO se respetan, el Órgano Ejecutivo debe anular o derogar la Ley 222 si quiere un verdadero dialogo. La marcha llegará a la sede de gobierno y la ciudadanía boliviana lo respaldará", sostuvo. Alonso Nate, Secretario de Educación da CIDOB.
11	07/06/2012	COLONIZADORES BLOQUEAN ENTRADA DE LA MARCHA, HAY FORCEJEIO CON VECINOS QUE ESPERAN A LOS MARCHISTAS	Los vecinos de Caranavi que preparan la bienvenida a los marchistas llaman a la ciudadanía de esa ciudad a sumarse a las personas que intentan romper el bloqueo de los colonizadores, instalado cerca al ingreso a ese centro urbano, para impedir el paso de la marcha indígena.

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
12	07/06/2012	POBLADORES DE CARANAVI ESCOLTAN Y DAN EMOTIVOS SALUDOS DE BIENVENIDA	"Nadie puede impedir el derecho al libre tránsito que está establecido en la Constitución", afirma en ese lugar Juan Carlos Huanca, secretario general de la Federación Provincial de Juntas Vecinales. El dirigente explica que la ciudadanía caranaveña respondió voluntariamente a la convocatoria de solidaridad y resguardo a los indígenas marchistas.
13	12/06/2012	IX MARCHA DESCONOCE Y RECHAZAN COMO INTERLOCUTOR VALIDO A MINISTRO JUAN RAMON QUINTANA	Mediante una resolución, agradecieron la acogida que les brindó la ciudadanía caranaveña.
14	27/06/2012	IX MARCHA SIENTE Y AGRADECE LA SOLIDARIDAD DEL PUEBLO PACEÑO	Los indígenas reciben ayuda de la ciudadanía paceña.
15	03/07/2012	LOS MARCHISTAS INVITAN A LA CIUDADANÍA A PARTICIPAR DE SU MOVILIZACIÓN	Los indígenas de la novena marcha convocan a la ciudadanía boliviana para que participen de una movilización que podría realizarse los siguientes días en la sede de gobierno.
16	04/07/2012	BAILABA CALIFICA DE 'BAJEZA POLÍTICA' LA ACTITUD DEL MINISTRO ROMERO DE DIVIDIR A LA IX MARCHA	Indicó que el gobierno se equivoca al no convocar al diálogo, puesto que la ciudadanía boliviana y la comunidad internacional ya conocen que con esta actitud se sigue violando la Constitución Política del Estado y el convenio 169 de la OIT. (Fala de José Bailaba, cacique chiquitano).
17	04/07/2012	UNA CONSULTA COCALERA PARA LA CARRETERA COCALERA	Una de las últimas y más dramáticas de estas revelaciones es la abyecta manipulación mediática de los antecedentes policiales de Bertha Bejarano, con la que se quiso descalificar moralmente una marcha nacional de indígenas respaldada por una amplia mayoría de la ciudadanía.

*Organizações regionais indígenas, cidadania e tecnologias de
(des)informação e (in)comunicação na Pan-Amazônia*

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
18	06/07/2012	ANUNCIAN INTERPELACIÓN AL MINISTRO ROMERO POR REPRESIÓN A INDÍGENAS	El diputado opositor Roy Moroni anunció este viernes que la bancada de Convergencia Nacional planteará una petición de informe oral para que el ministro de Gobierno, Carlos Romero, acuda a la Asamblea Legislativa a dar explicaciones por la represión a indígenas con gas y agua. [...] El diputado también indicó que varios de sus colegas están preparando una reunión con el Alto Comisionado de Derechos Humanos en Ginebra, Suiza, para exponer sobre los atropellos contra la ciudadanía en Bolivia.
19	10/07/2012	ORGANIZACIONES REGIONALES EN VIGILIA, DEFENDERAN Y HARAN RESPECTAR LA CASA GRANDE	Por otro lado la IX Marcha Indígena Originaria, realizó un CABILDO en la ciudad de La Paz, en la que los representantes indígenas dieron a conocer su posición y decisión a la ciudadanía paceña no sin antes agradecer infinitamente todo el cariño, respaldo y apoyo permanente que recibieron de la población Boliviana y de la población Paceña durante la marcha, a su llegada y durante su estadía en la ciudad de La Paz.
20	13/07/2012	“LO ESPERAMOS A QUINTANA EN EL TIPNIS”	-Esa Comisión tiene que ser respetada y toda la ciudadanía tiene que ir a través de esa Comisión a apoyar.
21	14/07/2012	APORTE VOLUNTARIO DE PACEÑOS GARANTIZA VIAJE DE RETORNO DE LOS MARCHISTAS DEL TIPNIS	El contundente apoyo económico de la ciudadanía paceña en la campaña que organizó Erbol permitirá que este viernes, los marchistas indígenas que defienden el Territorio indígena Parque nacional Isiboro Sécore (TIPNIS) se trasladen hasta la ciudad de Santa Cruz y luego a sus comunidades de origen.
22	17/07/2012	INDÍGENAS SE QUEJAN DE TIBIO APOYO DE LÍDERES CRUCEÑOS	El titular de la Cidob hizo un llamado a la ciudadanía cruceña para que realice sus donaciones a favor de los indígenas, sobre todo por el desgaste físico por la marcha y el estado de salud en el que se encuentran y que afecta básicamente a los niños.

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
23	20/07/2012	CUESTIONARON EL 'TIBIO' APOYO DE LAS AUTORIDADES CRUCEÑAS	En respuesta, el presidente del Comité pro Santa Cruz, Herland Vaca Díez, pidió disculpas públicas a los indígenas por la falta de apoyo de las autoridades y principalmente de la ciudadanía.
24	27/07/2012	DIPUTADO INDÍGENA DICE QUE SE DEBE ELABORAR UNA LEY MARCO DE CONSULTAS Y ABROGAR LA LEY 222	Indicó que si tomara en cuenta esas sugerencias, las Naciones Unidas (ONU), la Organización de Estados Americanos (OEA), la OIT (Organización Internacional del Trabajo) y la ciudadanía boliviana en general, aplaudirán y apoyarán las acciones del gobierno.
25	02/08/2012	COORDINADORA POR LA AUTODETERMINACION DE LOS PUEBLOS Y EL MEDIO AMBIENTE COODAPMA SANTA CRUZ	5. Condenamos la muerte del hermano campesino Ambrosio Gonzales Rojas quien demandaba atención a sus demandas en la localidad Caranda y llamamos a la ciudadanía y organizaciones de base del pueblo boliviano a estar atentos a estos conflictos y ante cualquier acción represiva del gobierno en el TIPNIS, pues el rechazo a la consulta post en varias comunidades es evidente.
26	22/08/2012	APLP DICE QUE DECOMISO DE RADIOS A INDÍGENAS COARTA EL DERECHO A LA INFORMACIÓN	“Es contrario al derecho de acceso de a la información que tiene la ciudadanía, también contrario a la posibilidad de ejercitar su libre albedrío sobre la base de una opinión bien informada”, aseveró Vargas a la Agencia de Noticias Indígenas de Erbol. Antonio Vargas, presidente de la Asociación de Periodistas de La Paz (APLP),
27	22/09/2012	21 DE SEPTIEMBRE DÍA MUNDIAL DE LA PAZ	Promover que los medios de comunicación privada y estatal y los periodistas ejerzan una labor informativa de calidad orientada a la convivencia pacífica, democrática e intercultural, y sensibilizar a la ciudadanía para que ejerza de mejor modo el derecho a la información y la comunicación.

*Organizações regionais indígenas, cidadania e tecnologias de
(des)informação e (in)comunicação na Pan-Amazônia*

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
28	26/09/2012	FRAUDES QUE ANUNCIAN FRAUDES	La necesaria e impostergable pregunta es si el Gobierno está siendo capaz de tan gigantesco y descarado fraude, causando el repudio generalizado de la ciudadanía, comprometiendo sensiblemente su imagen y convocatoria electoral, y con aval del Tribunal Electoral, ¿no será también capaz, dado su feroz apetito de poder y el riesgo de no poder satisfacerlo por su creciente impopularidad, del fraude en las elecciones de 2014?
29	03/10/2012	UN BALANCE DE LA CONSULTA PREVIA EN EL TIPNIS; LA CONSULTA COMO UN HECHO DEMOCRATICO	Siendo la Consulta Previa un mecanismo democrático para que los pueblos indígenas puedan asumir decisiones sobre sus territorios, decisiones basadas en el ejercicio de la libre determinación, es dable que la Consulta Previa que intenta aplicar el gobierno de Evo Morales en el TIPNIS, por lo menos se traduzca en una información veraz a la ciudadanía; si de mecanismo democrático estamos hablando. [...] Un procedimiento de información que en algo se parezca a “información veraz a la ciudadanía boliviana”.
30	10/12/2012	DIRIGENTE DE LA CIDOB: EL MINISTRO ROMERO DEBE RENUNCIAR POR ÉTICA Y MORAL	La vicepresidenta de la Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB), Nelly Romero, afirmó que el ministro de Gobierno, Carlos Romero, por ética y moral, debería renunciar a su cargo para someterse al proceso de investigación de la red de extorsión. Señaló que la ciudadanía no cree que el ministro Romero no haya conocido nada sobre los atos delictivos que cometían funcionarios que operaba en el ministerio a su cargo por bastante tiempo.

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
31	11/12/2012	TIPNIS Y AUTONOMÍA	Demandar al estado derechos es la forma de acción colectiva promovida por los poderes dominantes, pues de esta manera las demandas se mueven dentro un horizonte estadocéntrico; pedirle cosas al gobierno, la cooperación, bajo la forma de derechos, es la expresión mayor de ciudadanía regulada, funcional al proyecto estratégico estatal, hoy, de generación de excedentes en base a la destrucción de la naturaleza y sus servicios.
32	28/12/2012	PRESIDENTE DE LA CIDOB IDENTIFICA A SACHA COMO CABECILLA DE LA RED DE EXTORSIÓN	A juicio del dirigente indígena, el presidente Evo Morales debe retirar de su gabinete a los ministros Carlos Romero, Nardi Suxo y Juan Ramón de la Quintana, si quiere recuperar un poco la credibilidad ante la ciudadanía.
33	05/01/2013	ROMERO PIDE QUE SUXO DÉ EJEMPLO DE TRANSPARENCIA	Señaló que Suxo debe eliminar todas las acciones de corrupción que hay dentro del gobierno nacional con el propósito de obtener más credibilidad ante la ciudadanía boliviana. Nelly Romero, Vicepresidenta
34	12/01/2013	CONAMAQ RECHAZA INVITACIÓN DE GOBIERNO PARA TRATAR LEY	“El trabajo sería con el Parlamento, algunas cosas, eso sería lo correcto porque el gobierno maneja una consulta pública, no habla de una consulta previa y la consulta previa es para los indígenas y no para la ciudadanía”, indicó. [...] Señaló que el Ejecutivo puede aprobar una Ley de Consulta Pública para la ciudadanía, pero que no se aplique a los pueblos indígenas. Arquiri Apu Mallku Froilán Puma del Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (CONAMAQ)

*Organizações regionais indígenas, cidadania e tecnologias de
(des)informação e (in)comunicação na Pan-Amazônia*

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
35	18/01/2013	INDÍGENAS NO ACEPTAN UNA CONSULTA PÚBLICA	Ramiro Galindo de la Central de Pueblos Étnicos de Santa Cruz (CPESC) dijo que distintos sectores de esa región entregaron el miércoles al gobierno su propuesta de Ley de Consulta Previa, muy a parte de una norma para una consulta pública a la ciudadanía a lo que los indígenas no se oponen, solo a que ambas sean parte de una misma Ley.
36	07/02/2013	CIDOB: ALP NO DEBE APROBAR LEYES EN CONTRA DE CPE	Aunque rescató que el daño político ante la ciudadanía es irreversible. CPE: Constituição Política do Estado ALP: Assembleia Legislativa Plurinacional
37	19/02/2013	PRESIDENTE DE CIDOB: TRIBUNAL DECLARA INCONSTITUCIONALIDAD DE LEY FINANCIAL 2012	A raíz de esto es que como Presidente de CIDOB Adolfo Chávez viajará a Brasil en fecha 6 al 8 de marzo a la cual ha sido invitado para participar de participar (sic) del seminario "Inversiones del BNDES en América Latina" El Seminario está siendo organizado por IBASE, una organización brasileña que lucha por la democratización y por una ciudadanía activa.
38	08/03/2013	DECLARACIÓN DE LA MARCHA MUNDIAL DE LAS MUJERES	¡Todas somos mujeres de Tunes luchando por la realización de las reivindicaciones de la revolución – el trabajo, la libertad, la dignidad y la ciudadanía –, y contra las tentativas de imponer mecanismos de discriminación hacia las mujeres desde la infancia (el pre escolar no mixto, el uso del velo en el pre escolar y la incitación al casamiento precoz)!
39	20/03/2013	ONU ABOGA PARA QUE BOLIVIA “SE QUEDE” EN LA CIDH	El funcionario dijo además que el primer nivel, como es la Comisión, garantiza el acceso de la ciudadanía al Tribunal Interamericano de Derechos Humanos, instancia que, según las palabras de Racicot, obligan a los Estados garantizar las atribuciones de cada persona, a la par de generar precedentes. Denis Racicot, representante del Alto Comisionado de la ONU para los Derechos Humanos (ACNUDH).

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
40	10/04/2013	INDÍGENAS TENDRÁN SU CANDIDATURA EN 2014	Se trata del accionar político independiente con respecto a los partidos, afirma Adolfo Chávez: “con una participación directa, sin la intermediación de los partidos políticos, tendremos una incidencia positiva en la ciudadanía”.
41	23/05/2013	OICH PROPONE EJERCER CONTROL SOCIAL A LAS ALCALDÍAS	El Cacique de Organización y Comunicación de la OICH, Diego Faldin, dijo que el control social a las alcaldías no solo debe ser ejecutado por las OTB (Organización Territorial de Base), porque un solo dirigente puede ser manejado por el partido oficialista que dirige cada+ municipio. “Se ha comprobado que los comités de vigilancias en las alcaldías no han funcionado, porque algunos municipios no han desarrollado las obras necesarias para beneficio de la ciudadanía, el control social no debe seguir en manos de las OTB”, apuntó. Organización Indígena Chiquitana
42	14/06/2013	MANIFIESTO DE LAS MUJERES COLOMBIANAS POR LA DIGNIDAD Y LA PAZ	La militarización de la vida civil comporta graves retrocesos a nivel de la equidad de género, amenazando la participación democrática de las mujeres y la construcción de su ciudadanía.
43	20/06/2013	LOS RIESGOS DE LA CONTAMINACIÓN PETROLERA EN LAS ÁREAS PROTEGIDAS	En Chile ha habido graves contaminaciones provocada por los miles de litros de “petróleo-bunker”, ocurridas en la bahía de El Colorado de Iquique (25/enero) y el más reciente (13/febrero), ocurrido a pocos kilómetros del pueblo de Huatacondo, preocupan a la ciudadanía por la magnitud del área afectada por los derrames, y por el daño casi irreversible que han provocado en el ecosistema litoral de Iquique y la contaminación de las aguas de las quebradas de Mani, Choja y Blanca que nutren la flora y fauna, la agricultura y la vida de los habitantes de Huatacondo.

*Organizações regionais indígenas, cidadania e tecnologias de
(des)informação e (in)comunicação na Pan-Amazônia*

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
44	15/09/2013	CONAMAQ EN EMERGENCIA ..iii URGENTE A TODA LA OPINIÓN PUBLICA..!!!!	<p>En este momento un grupo afines al MAS, está tratando de intervenir las oficinas del conamaq, las autoridades están siendo sujetos de intimidación, recordemos desde hace varios años el gobierno y el mas intentan dividir al CONAMAQ que al momento es la única organización que no fue cooptada por el mas, en este momento necesitamos el apoyo de toda la ciudadanía de los paceños, activistas a respaldar la vida orgánica del CONAMAQ, para ello los convocamos hacer una vigilia en las puertas del CONAMAQ sopocachi, inmediaciones de la plaza España, el único delito del CONAMAQ fue no respaldar las ilegalidades y los atropellos a los pueblos indígenas y al pueblo boliviano, ahora más que nunca necesitamos el apoyo de la ciudadanía, para que haya un estado de derecho y tengamos libertad para pensar y para defender a las organizaciones legítimamente constituidas, las autoridades del CONAMAQ prácticamente están siendo secuestradas por un grupo de masistas.</p>
45	08/10/2013	EL MAS Y EL CRIMEN POLÍTICO DE LO INDÍGENA ORIGINARIO	<p>El viejo liberalismo sostiene que la ciudadanía se funda en el principio de la ciudadanía única que es la homogeneidad universal. Y el multiculturalismo sostiene que esta ciudadanía debe estar complementada por lo multi a partir de las diferentes existencias. [...]</p> <p>Lo que aquí observamos es una especie de liberalismo de Estado porque el Estado promueve el mercado y además trabaja por la homogeneidad liberal de su ciudadanía.</p>

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
46	09/10/2013	ALMARAZ: JUICIO A EVO ES UN INSOSLAYABLE ATO DE JUSTICIA	“El juicio de responsabilidades contra Evo Morales es una fundamental y absolutamente imprescindible tarea democrática que, por eso mismo, solo podrá cumplirse cuando la ciudadanía haya impuesto algo de decencia en las altas funciones del Estado, lo que, estoy seguro, empezará a ocurrir bastante pronto, desde enero de 2015 para ser más preciso”, dice. Alejandro Almaraz, exviceministro de Tierras
47	07/11/2013	BID APRUEBA RECLAMO E INVESTIGACIÓN POR EL PANEL DE EXPERTOS	La decisión del BID de iniciar un proceso de investigación reconoce implícitamente los esfuerzos de los pobladores de Rurrenabaque de ejercer ciudadanía participando, debatiendo y aportando al diseño y planificación del desarrollo regional y local y a la defensa de tu territorio.
48	06/01/2014	“NO HAY NINGÚN GOBIERNO INDÍGENA EN AMÉRICA LATINA”	La conferencia de la socióloga boliviana se llevó a cabo en el auditorio “Silvano Barba” de la Universidad y se realizó en el marco del Congreso Internacional de Investigación sobre América Latina que lleva por título “Dinámicas de inclusión y exclusión en América Latina. Perspectivas y prácticas de etnicidad, ciudadanía y pertenencia”. Links: Bolivia: Ciudadanía elige partido de Evo Morales en 5 Gobernaciones
49	03/02/2014	DEFENSORÍA PIDE AYUDA INMEDIATA PARA 37 COMUNIDADES DEL TIPNIS	Villena también invocó a la solidaridad de la ciudadanía, en especial a los ministerios, gobernaciones y alcaldías de zonas no afectadas con equipos y capacidad técnica a sumar esfuerzos para apoyar y asistir a las familias desoladas por el fenómeno natural en el TIPNIS y otras regiones del país. Rolando Villena, Defensor del Pueblo

Fonte: Elaboração própria

Em primeiro lugar, o apelo é atrelado a ideias geográfico-nacionais, pois se fala numa cidadania boliviana, cruceña, pacenha, caranavenha, do país, em San Borja; que elege, impõe, por ser ampla maioria, e ante a qual se gera credibilidade, apoio ou dano político. Esses discursos se poderiam pensar numa formação unívoca, única, como é a dos estados nacionais, ou seja, no quadro mais restrito do que se concebe como cidadania. Esta ideia encontra-se em enunciados/impressões que qualificam situações de incidência positiva, benefício e acesso a determinados bens e serviços públicos nas territorialidades político-administrativas. É o âmbito em que, de igual maneira, se pode localizar a chamada cidadania regulada, funcional, na qual se segue uma estratégica estado-cêntrica de exploração da natureza e seus serviços¹³⁸, ou, mais exatamente, dos recursos comuns em geral, tanto materiais como da informação, e do conhecimento, em particular. Tem-se aí, então, os sentidos de uma cidadania única, estruturada nos marcos regulatórios nacionais, incluída aí, claro está, a Bolívia.¹³⁹

Um segundo conjunto de considerações imprime a importância da informação veraz e a sua disponibilização como condição cidadã. Informação que pode servir tanto à sensibilização como ao descrédito, numa clara referência ao que tradicionalmente chamamos de opinião pública. Pensa-se, por conseguinte, na natureza híbrida e polivalente das práticas comunicativas, em que se informa, se desinforma ou, inclusive, se incomunica. Mas, por isso, opinião pública instável, transformando-se continuamente na multiplicidade de práticas e saberes nela ligados. Um

¹³⁸ Crítica-se a cidadania no estado-nação: “Demandar al estado derechos es la forma de acción colectiva promovida por los poderes dominantes, pues de esta manera las demandas se mueven dentro un horizonte estadocéntrico; pedirle cosas al gobierno, la cooperación, bajo la forma de derechos, es la expresión mayor de ciudadanía regulada, funcional al proyecto estratégico estatal, hoy, de generación de excedentes en base a la destrucción de la naturaleza y sus servicios.” (CONFEDERACIÓN DE PUEBLOS INDÍGENAS DEL ORIENTE, CHACO Y AMAZONIA DE BOLIVIA, 2012b, não paginado).

¹³⁹ Publica-se uma nota tomada de Bolpress, intitulada ‘O assassinato do estado plurinacional’, onde se afirma que: “El viejo liberalismo sostiene que la ciudadanía se funda en el principio de la ciudadanía única que es la homogeneidad universal. Y el multiculturalismo sostiene que esta ciudadanía debe estar complementada por lo multi a partir de las diferentes existencias. [...] Lo que aquí observamos es una especie de liberalismo de Estado porque el Estado promueve el mercado y además trabaja por la homogeneidad liberal de su ciudadanía.” (CONFEDERACIÓN DE PUEBLOS INDÍGENAS DEL ORIENTE, CHACO Y AMAZONIA DE BOLIVIA, 2013a, não paginado).

espaço, então, de luta, de construção, onde se reclama pela falta de apoio cidadão e do estado na causa indígena, manifesta-se o mal-estar e o repúdio gerais, os atropelos, e as diversas preocupações sobre as suas reivindicações sociais. Nesse contexto, compreende-se o valor de práticas comunicativas, sob as quais se desenvolvem ações discursivas concretas, materializadas nesses enunciados/impressões.¹⁴⁰

Em terceiro lugar, enxerga-se o exercício de uma cidadania ativa, onde solidariedade e apoio possam-se movimentar socialmente. O que é mais certo se pensarmos nas diversas mobilizações que nesse começo de década realizaram os bolivianos, como a guerra da água, as marchas cocaleiras, as marchas de reivindicações dos povos indígenas, o protesto contra a construção de uma estrada numa terra indígena. É o que se sintetiza numa publicação de setembro de 2011, intitulada de “Marcha Indígena: ‘Nuestro respaldo es la ciudadanía de todo el país’.”¹⁴¹ (CONFEDERACIÓN DE PUEBLOS INDÍGENAS DEL ORIENTE, CHACO Y AMAZONIA DE BOLIVIA, 2011, não paginado). Nela se articularam vários movimentos sociais das terras baixas bolivianas, exercendo a cidadania ativa, prática, de que eles falam. Nessa caminhada, os povos amazônicos se manifestaram contra a abertura de uma estrada que atravessasse a Terra Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore, TIPNIS, área protegida da Amazônia boliviana localizada ao norte de Cochabamba. Nesse âmbito, destacaram-se as organizações de base, como fundamento local e territorial dos movimentos sociais das terras baixas bolivianas.

Finalmente, uma quarta linha pode agrupar-se no que anteriormente explicamos sobre os alcances da ‘cidadania étnica’, conceito de ordem antropológica-política. Portanto, estamos perante um espaço de confronto, resistência, diferença¹⁴², onde os discursos sociais desses povos tradicionais adquirem sentido, pois é o sujeito coletivo, comum, que contradiz as lógicas da sociedade de mercado. Trata-se de um processo histórico e

¹⁴⁰ Aproximando-se da abordagem tridimensional do discurso elaborada por Fairclough (1995).

¹⁴¹ “Marcha Indígena: ‘Nosso respaldo é a cidadania de todo o país’.” (Tradução nossa).

¹⁴² Falando-se sobre a consulta prévia aos povos indígenas e tribais do Convênio 169, afirma-se que “é para os indígenas e não para a cidadania”, delimitando o reconhecimento concreto que tais instrumentos dão aos modos de vida indígena para além dos contextos nacionais (CONFEDERACIÓN DE PUEBLOS INDÍGENAS DEL ORIENTE, CHACO Y AMAZONIA DE BOLIVIA, 2013b, não paginado). A discussão se dava em torno da proposta de uma Lei de Consulta à que os indígenas antepunham outra, denominada Lei de Consulta Prévia Livre e Informada, positivando assim uma diferença entre os sujeitos de direito no exercício político.

contemporâneo, relacionado com o chamado multiculturalismo e a aceitação da diversidade cultural. No entanto, o contexto das lógicas estado-nacionais e de mercado acabam por minar as conquistas dessas lutas, através de diferentes mecanismos que dificultam um exercício satisfatório, efetivo, da cidadania que reivindicam as populações indígenas.

Têm-se, desse modo, contextos nacionais, informativos, de ação e étnicos, atrelados aos sentidos da cidadania nas diversas matérias eletrônicas analisadas da CIDOB. Pode-se enxergar ali a tensão entre o formal e o substantivo, se considerarmos uma possível relação desses contextos nacionais e informativos com o formal e os de ação e étnicos com uma ideia substantiva da cidadania. É de se destacar ainda a aparição da informação nesses efeitos de sentido sobre a cidadania. De maneira que, até certo ponto, essa ideia de cidadania merece ser pensada à parte, quando ponderado o seu papel de nó articulador de lutas e confrontos também simbólicos. Por isto, podemos dizer que a visão da CIDOB sobre a cidadania e a informação descobre a atenção que ela mesma outorga às práticas comunicacionais, no seu exercício étnico-cidadão.

De outro lado, inúmeras vozes emergem nas impressões eletrônicas consideradas nessa corporação indígena boliviana. O dialogismo articulado nas vozes desses diversos sujeitos, num leque que vai dos aliados aos contraditores, determina a maneira em que ela desenvolve a sua estratégia de comunicação organizacional. Entre esses outros sujeitos com quem interagem, encontram-se: Movimento ao Socialismo (MAS), Fundação Terra, Governo de Evo Morales, Agência de Notícias Indígena, Educação Radiofônica da Bolívia (ERBOL), Assembleia Legislativa Plurinacional (ALP), Polícia, Coordenação de Povos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), *Bolpress*, *El Día*, *La Razón*, Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), Serviço Nacional de Áreas Protegidas (SERNAP), Associação de Jornalistas de La Paz (APLP), Fundação UNIR, Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Defensor do Povo, Conselho Nacional de Aillus e Marcas do Qullasuí (CONAMAQ), Central Indígena de Povos Originários da Amazônia de Pando (CIPOAP), Central Região Amazônica da Bolívia (CIRABO), Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP), Mulheres Colombianas pela Dignidade e a Paz, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Silvia Rivera Cusicanqui, Rolando Villena, Álvaro García Linera, Antonio Vargas.

Essa quantidade de sujeitos convergentes, mas não necessariamente identificando-se, descobre a dinâmica de dispersão em que os sentidos da

cidadania na CIDOB são determinados. Sujeitos interagindo discursivamente, não importando se em escalas locais, regionais, nacionais, internacionais ou transnacionais, sejam organismos estatais, meios de comunicação, bancos de desenvolvimento e fomento ou outras entidades indígenas, órgãos multilaterais ou pessoas físicas, enfim, de toda classe de potenciais agentes nesse fluxo dialógico que alicerça a comunicação social.

Se pensarmos na polissemia que uma noção como a de cidadania alavanca nos enunciados/impressões analisados e na multiplicidade de agentes envolvidos, então, enxerga-se ainda um estreito marco constitucional, limitando mais do que transformando, as condições em que são desenvolvidas as práticas comunicacionais dos povos originários e suas organizações. Precisamente, em agosto de 2012, a CIDOB reproduziu uma notícia da agência boliviana Erbol, em que se denunciava a apreensão de equipamentos radiofônicos nas comunidades de La Pampita e Nueva Esperanza, no TIPNIS, por parte do SERNAP. A esse respeito, a entidade estatal aduziu serem de sua propriedade e que deviam ser submetidos periodicamente a manutenção, o que Antonio Vargas, Presidente da APLP, interpretou como uma clara restrição ao direito à informação que têm os povoadores dessas comunidades, nos territórios amazônicos bolivianos.¹⁴³

Destaca-se ainda que a CIDOB, nesse ano de 2012, entrava numa crise, pois quando o tempo da pesquisa de campo tinham dois diretórios em confronto, uma parte contra, outra em prol, do governo de Evo Morales.¹⁴⁴ Por essa razão, o novo secretário dos assuntos de comunicação nessa época, Emar Francisco Raldes, teve de me explicar que alguns equipamentos e arquivos tinham sido extraídos da organização. Além do mais, que a publicação de

¹⁴³ Segundo a publicação: “El presidente de la Asociación de Periodistas de La Paz (APLP), Antonio Vargas, señaló que dejar sin radios a las comunidades de Nueva Esperanza y La Pampita del Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS) es coartar el derecho a la información que tienen los pobladores del lugar.” (CONFEDERACIÓN DE PUEBLOS INDÍGENAS DEL ORIENTE, CHACO Y AMAZONIA DE BOLIVIA, 2012a, não paginado). Agregou ainda que: “Es contrario al derecho de acceso de a la información que tiene la ciudadanía, también contrario a la posibilidad de ejercitar su libre albedrío sobre la base de una opinión bien informada” (ibidem).

¹⁴⁴ O que confirma Moraes (2014, p. 74-75): “A CIDOB tem dois diretórios desde 2012, quando uma *Gran Asamblea de los Pueblos Indígenas* (GAMPI) foi convocada por setores afinados com o governo e elegeu Melva Hurtado como a nova presidente da *Confederación*. Nesse momento, os segmentos contrários à estrada estavam acampados em La Paz, como parte das atividades da IX Marcha Indígena, e não reconheceram a legitimidade do processo. Até hoje legitimam o mandato de Adolfo Chávez como presidente da CIDOB.”

conteúdos na *web* estava sendo controlada ainda pelo diretório anterior, com o que, nesse momento, rivalizavam.¹⁴⁵ Em consequência, boa parte das atividades relacionadas com a informação e a comunicação estavam, praticamente, paradas e, indiretamente, controladas pela anterior equipe administrativa.

Não obstante, essa divisão reflete, em parte, as dinâmicas que na VIII e IX marchas indígenas, de 2011 e 2012, respetivamente, polarizaram as discussões sobre a construção de um tramo de estrada no TIPNIS.¹⁴⁶ Assim, os novos confrontos e lutas desses anos, sob a bandeira da defesa do TIPNIS, reativaram sentidos interdiscursivos, memórias distantes mas presentes, desses momentos que os identifica nessas reivindicações. Por isso, assinala-se que os povos indígenas da Amazônia e o Chaco bolivianos, “a partir de la Marcha por el Territorio y la Dignidad de 1990, conquistaron el reconocimiento de los territorios y el ejercicio de los derechos económicos, sociales y culturales.”¹⁴⁷ (SAAVEDRA, 2014, não paginado).

Dessa maneira, as nove marchas realizadas desde 1990 até 2012, constituem um lugar-comum de identificação e confronto, campo de emergência de sentidos e de sujeitos político-ideológicos, explorados nos diversos discursos sobre a cidadania. Trata-se de uma das três betas da mobilização social boliviana, através da qual os povos do Oriente, o Chaco e a Amazônia conseguiram o reconhecimento das terras comunitárias de origem (TAPIA, 2008, p. 79-80)¹⁴⁸, reivindicando, portanto, uma identidade indígena diferenciada da camponesa.

Nessa análise discursiva da CIDOB, conclui-se, então, que, debatendo-se entre os sentidos de uma cidadania única, regulada, e outra articulada na

¹⁴⁵ Emar Francisco Raldes. Entrevista concedida ao autor. Santa Cruz de la Sierra, dez. 2012.

¹⁴⁶ Segundo Saavedra (2014, não paginado), “El conflicto por la construcción del tramo II de la carretera Villa Tunari – San Ignacio de Moxos, que pretende atravesar por el corazón y núcleo del TIPNIS, que es la zona de recarga acuifera más importante del país, así como la misma movilización de la Confederación Indígena del Oriente Boliviano (CIDOB), generó una serie de enfados, cuando no rencores y crueles ataques del presidente Evo, quien acusó a la VIII marcha indígena (por la defensa del TIPNIS) de buscar derrocarlo e incluso afirmó – arteramente - que las organizaciones indígenas ya se habían distribuido el gabinete ministerial, además de la Presidencia y la Cancillería.”

¹⁴⁷ “Os povos indígenas de terras baixas, a partir da Marcha pelo Território e a Dignidade de 1990, conquistaram o reconhecimento dos territórios e o exercício dos direitos econômicos, sociais e culturais.” (Tradução nossa).

¹⁴⁸ As outras duas betas seriam o *Movimiento Sin Tierra* (que tem proximidade com o movimento brasileiro, as memórias de 1952 e uma perspectiva comunitária) e a das comunidades e sindicatos aimaras e quéchuas das terras altas bolivianas.

prática, na ação e as lutas dos povos, avista-se a importância da informação e a comunicação nesses processos reivindicatórios, desenvolvidos, certamente, no âmbito das regulações nacionais dos países que dividem a bacia.

Analisa-se, em seguida, o contexto amazônico brasileiro, através da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, COIAB, e o âmbito constitucional em que desenvolvem as suas atividades corporativas de informação e comunicação.

6.4 Um instrumento de representação e luta na Amazônia brasileira

O Brasil constitui-se como República Federativa, estruturada num estado democrático de direito, fundamentada na soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais da livre iniciativa e o pluralismo político (BRASIL, 1988, Art. 1). Nela é assegurado como direito individual e coletivo o acesso à informação, outorgando-lhe assim o caráter de interesse público. No Capítulo V, dedicado à comunicação social, consagra-se a liberdade de expressão e se proíbe a censura ou a licença para seu exercício. No entanto, o caso de ‘estado de defesa’ pode contemplar restrições aos direitos de privacidade na comunicação telegráfica e telefônica. Quanto a serviços de comunicação o texto assinala a competência dos estados e do Distrito Federal para a criação de impostos, não incidindo sobre os serviços audiovisuais de recepção livre e gratuita. Estabelece também a impossibilidade de os meios de comunicação serem direta ou indiretamente objeto de monopólio ou oligopólio. Mas apesar dela ‘impossibilitar’ a concentração dos meios de comunicação, a prática contradiz essa ideia, pois um punhado de grupos midiáticos domina a dinâmica informativo-comunicativa brasileira.

Na chamada ‘Constituição Cidadã’ a responsabilidade editorial e as atividades de direção e seleção de conteúdo a emitir são privativas de brasileiros natos ou que sejam naturalizados por mais de dez anos. Meios que devem dar preferência à educação, arte, cultura e informação, promover a cultura nacional e regional, respeitando os valores éticos e sociais dos indivíduos e da família, garantindo a prioridade aos profissionais do país na realização de produções nacionais. Com esse fim a constituição instituiu como órgão auxiliar do Congresso o Conselho de Comunicação Social.

Portanto, enxerga-se no texto constitucional brasileiro uma concepção da comunicação ligada, mormente, ao âmbito nacional moderno. E por isso numa perspectiva que colide com os modos de produção diferentes ao do capitalismo. Nesse sentido, pergunta-se: o que há com as populações isoladas ou em contato inicial que, certamente, não compartilham, absoluta ou quase absolutamente, as atuais formas dominantes de produção/reprodução? Talvez não possamos dar uma resposta certa, ainda que sim tentar determinar algumas tendências dessa mistura de modos de vida e produção por meio das entidades estudadas.

A COIAB, por exemplo, autodefine-se ‘instrumento de representação e luta’ dessa diversidade de povos que se espalham pela Amazônia brasileira. Atendendo esse grande espaço social e ambiental, criam-se redes sociais que articulam movimentos que reivindicam o acesso aos bens comuns, mormente, os ligados à terra e outros recursos naturais. Esta entidade, imaginada como flecha acima do mapa da Amazônia, é, sob o céu, um cúmulo determinado pelos nós de uma rede que articula 75 organizações e representa 165 povos indígenas do Brasil amazônico (ALMEIDA, 2008, p. 111, 112).¹⁴⁹

Considerada a maior organização indígena do Brasil, a COIAB (2012b), nasceu em 1989 numa reunião de lideranças originárias. O seu trabalho nos estados da Amazônia Legal, onde vive quase 60 por cento da população indígena do país, fazem-na ponto de múltiplas determinações. Por isto, concebida como um instrumento de representação na luta democrática pelos direitos fundamentais. Tem sede em Manaus e representação em Brasília, administradas sob a figura de Coordenação Executiva.

A principal missão da COIAB é fiscalizar, defender e promover os direitos dos povos originários amazônicos. Para isso, tem por objetivos a promoção da organização social, cultural, econômica e política de povos e entidades nativas da Amazônia brasileira, e a formulação de estratégias

¹⁴⁹ Em relação com a expressão “terras tradicionalmente ocupadas” e os processos de resistência e reivindicação dos povos tradicionais, tem-se “revelado uma tendência de se tornar mais abrangente e complexo em razão das mobilizações étnicas dos movimentos indígenas (coiab, uni, apoinme), dos movimentos quilombolas, que estão se agrupando deste 1995 na hoje denominada Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (conaq) e dos demais movimentos sociais que abrangem os extrativismos do babaçu, da castanha e da “seringa”, bem como o pastoreio e as áreas de criatórios comuns.” (ALMEIDA, 2008, p.38). Destarte, uma problemática que perpassa amplamente o âmbito amazônico, o que torna as sugestões providas dos *commons* de interesse central ao se enxergarem as práticas da comunicação em sociedades tradicionais amazônicas.

e procura de parcerias que garantam a continuidade da luta e a resistência desses povos e as suas próprias corporações.

Através do ‘Programa de gestão, fortalecimento político e desenvolvimento institucional’, a COIAB (2012c) busca o fortalecimento do setor de comunicação, sendo que este programa dá suporte para a execução dos demais programas que desenvolve a organização. Cabe destacar que ela mudou seu endereço eletrônico do domínio comercial (.com) para o domínio organizacional (.org) (COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA, 2012a). Não obstante, no decorrer dessa pesquisa, ambos os endereços dessas páginas eletrônicas têm tido funcionamento irregular, o que, por períodos, dificulta o acesso ao material da organização indígena. Contudo, entre essas matérias, disponibilizadas entre 2008 e 2012, acha-se, novamente, o dialogismo e a polissemia ligados às práticas socioculturais dos agentes sociais ali envolvidos, concretamente, das publicações eletrônicas dessas entidades que advogam pelos seus direitos como povos diferenciados.

6.4.1 A cidadania entre aspas

Em total 26 enunciados/impressões, selecionados entre 2008 e 2012, conformam a parte do *corpus* relacionada com os objetivos da luta cidadã da COIAB (cf. Quadro 12). Uma luta em que são articulados diversos sentidos e sujeitos dessa prática política que é a cidadania. Num espaço em que o estreito marco de ação das democracias liberais possa ser contestado, a partir de formas alternativas ao modo capitalista, como aquele do *mutirão* ou da *minga*,¹⁵⁰ os que possibilitam novos rumos perante uma cidadania

¹⁵⁰ A *minga* é uma maneira de trabalho coletivo, embasada na reciprocidade dos membros das comunidades. Neste sentido, tem razão Vitale (1983, p. 99) quando afirma que: “La caracterización de modo de producción comunal-tributario para las culturas inca y azteca nos parece más precisa que el término modo de producción «asiático». Por comunal entendemos la actividad conjunta que realizan las unidades domésticas -ayllu o altépetl- dentro de la economía de la tribu. Estos núcleos familiares trabajaban las parcelas que en usufructo les había repartido la comunidad, pero realizaban tareas comunes de manera colectiva y ayudaban a otras familias a través de un sistema cooperativo o de «minga». No se trata de idealizar un supuesto «comunismo» antiguo ni una producción totalmente colectivista, pero en rigor es necesario valorar que no era una producción meramente familiar sino que abarcaba al conjunto de la comunidad; una producción de tipo comunal, donde las tierras eran de posesión colectiva.” Uma forma social de produção que se conservou desde antes do estado incaico, pois os “jefes incas y aztecas no expropiaron las tierras de las comunidades ni destruyeron

posta entre aspas. Portanto, um exercício incompleto, atrofiado, invadido e manipulado pelo poder público e do mercado, no qual processos de incomunicação e desinformação¹⁵¹ entorpecem também as práticas de uma cidadania profundamente enraizada na cultura, assim, diferenciada, necessariamente, das maneiras ocidentais da política.

Quadro 12 - Enunciados/impressões sobre cidadania na COIAB

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
1	29/01/2008	Organizações Indígenas solicitam ao Presidente da Funai respeito e mais agilidade nas demarcações de Terras Indígenas	O documento cita a Demarcação de Terra Indígena; Proteção, Gestão e Sustentabilidade dos Territórios Indígenas; Políticas Públicas e Pac; Situação do Vale do Javari; Indígenas da Cidade; Justiça, Segurança e Cidadania.
2	13/05/2008	NOTA DE APOIO: Raposa Serra do Sol	Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania Local

el modo de producción comunal de las anteriores culturas, sino que lo integraron a la estructura del imperio, aunque deformándolo con un sistema especial de tributación.” (VITALE, 1983, p. 100).

¹⁵¹ Referindo-se ao exercício cidadão no sistema eleitoral, adverte-se que as estratégias partidárias ficam muitíssimo aquém de uma verdadeira prática cidadã. Segundo Manxineru (2008, não paginado): “Isso não é nenhuma novidade, já que é cultural a compra e venda de votos e com a permissão das autoridades quando interessa aos seus pares. O que se acrescenta são novos elementos ao se exercer a “cidadania”. Enquanto for maior a miséria, melhor para os dominadores. Enquanto maior a pobreza, mais “heróis” virão. Enquanto maior a desinformação, mais “honestos” estarão sendo eleitos.”

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
3	23/05/2008	Soberania Territorial e Direito dos Povos Indígenas às Terras ancestrais: dois princípios indissociáveis	<p>Fez-se questão de citar longamente essas normas legais de caráter internacional e nacional para afirmar que se a política indigenista brasileira é “lamentável, para não dizer caótica” é porque, para infelicidade do povo brasileiro e dos indígenas em particular, a lei, regra geral, torna-se letra morta quando não trata dos interesses da minoria que governa há mais de cinco séculos para garantir o uso do território como sendo a soma de capitânicas hereditárias onde o discurso da defesa da soberania e do estado de direito não passa de negação de qualquer sombra de cidadania.</p> <p>- SANTOS, M. A REVANCHE DO TERRITÓRIO. In: O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002: 84-6. (FSP - 03/08/1997).</p>
4	18/06/2008	GTA divulga carta de sua VII Assembleia Geral	<p>O desenvolvimento que queremos para a Amazônia passa necessariamente pelo resgate da cidadania dos povos e populações tradicionais, pela garantia dos direitos de saúde, educação, comunicação e produção sustentável adequados às peculiaridades dessas populações e também das mulheres, jovens e negros. [...] O isolamento é um dos principais empecilhos para promoção da cidadania de povos e populações tradicionais. [...]</p> <p>Finalmente, para que a cidadania possa ser construída, é necessário garantir o direito mais importante, que é o acesso à terra e aos recursos naturais.</p>

*Organizações regionais indígenas, cidadania e tecnologias de
(des)informação e (in)comunicação na Pan-Amazônia*

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
5	24/06/2008	Vida do Xingu, vida e cidadania dos seus povos	Através do reconhecimento dos seus direitos, eles ascenderam em tese à cidadania. Em tese, pois a cidadania efetiva lhes está sendo negada, não só e nem tanto porque são mal tratados pelo Estado, mas porque continuam sendo invisíveis. A Amazônia continua sendo vista como “uma terra sem homens”, como dizia o general Médiçi. Não se manda mais para ela “homens sem terra”, mas sim a motosserra, as chamas e as máquinas do “desenvolvimento”. E os seus habitantes, povos indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores são ignorados quando não perseguidos, expulsos e assassinados se estiverem no caminho.
6	03/07/2008	PL de criação do CNPI tramita na Câmara dos Deputados	O Projeto de Lei 3571/2008, que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI, tramitará na Câmara Federal dos Deputados, no mês de julho, passando pelas seguintes comissões: Direitos Humanos e Minorias (CDHM); Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); Finanças e Tributação (CFT); e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).
7	08/08/2008	Nota de apoio à retirada dos invasores de RSS	Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania Local
8	13/08/2008	Indígenas reunidos em Conferência do PA apoiam TI Raposa Serra do Sol	Sete encontros indígenas regionais do Pará elegeram 55 delegados indígenas para participar da I Conferência. Os temas discutidos no evento foram: fortalecimento da gestão territorial das terras indígenas; a garantia e atenção à saúde, educação, segurança alimentar, geração de renda, cidadania e cultura; a valorização e defesa do patrimônio cultural, material e imaterial dos povos indígenas; a promoção ao acesso às tecnologias e infraestruturas adaptadas à realidade indígena, e o fomento à articulação, interlocução e capacitação sociopolítica.

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
9	14/10/2008	O eleitor indígena	Isso não é nenhuma novidade, já que é cultural a compra e venda de votos e com a permissão das autoridades quando interessa aos seus pares. O que se acrescenta são novos elementos ao se exercer a “cidadania”. Enquanto for maior a miséria, melhor para os dominadores. Enquanto maior a pobreza, mais “heróis” virão. Enquanto maior a desinformação, mais “honestos” estarão sendo eleitos.
10	01/12/2008	Relatório Final - Seminário Nacional “Desafios da Saúde Indígena: Gestão e Controle Social”	<ul style="list-style-type: none"> • Articular com a Educação para inserir o tema Controle Social no currículo escolar, como forma de construção da cidadania; Os CONDISIIs devem aprovar e fiscalizar a execução dos Planos Distritais, bem como participar ativamente na elaboração do mesmo, de acordo com a realidade de cada povo;
11	06/05/2009	COIAB promove Semana dos Povos Indígenas	<p>A diversidade cultural do mundo é reconhecida pela UNESCO, como patrimônio comum da humanidade. Esse reconhecimento, no caso da diversidade cultural indígena ou das populações tradicionais ou tribais é reforçado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O reconhecimento das diferenças individuais e coletivas é condição de cidadania. O respeito a essa diversidade passa pela democratização dos estados nacionais, através do reconhecimento da pluralidade de culturas, línguas e sistemas jurídicos.</p> <p>Amazônia População Indígena: 2.779.478 Povos Indígenas: 390 Línguas faladas: 240</p>

*Organizações regionais indígenas, cidadania e tecnologias de
(des)informação e (in)comunicação na Pan-Amazônia*

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
12	01/06/2009	Nota de Repúdio e indignação contra deputado Alto Rabelo (PC do B)	Senhor Deputado, é impossível um cidadão lúcido acreditar em um Congresso que disfarçado de democracia faz farra com o dinheiro público, advoga em causa própria, é corporativista e abusa da honestidade da Nação. Se de fato é a favor dos direitos dos povos indígenas, então cumpra e respeite os atuais. Pelo Artigo 231 são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos seus direitos". É só uma pequena alta de cidadania em direito.
13	03/09/2009	Representantes do MinC reúnem-se com lideranças indígenas na Raposa Serra do Sol	Foram apresentadas as linhas gerais da ação, que é parte constitutiva do Mais Cultura, de responsabilidade da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura (SAI/MinC), em parceria com a SID/MinC, a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC/MinC) e a Fundação Nacional do índio (FUNAI).
14	28/02/2010	ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL APOIA REESTRUTURAÇÃO DA FUNAI E COBRA REFORMULAÇÃO DO DECRETO 7056	Os indígenas no Brasil são com efeito titulares de cidadania tendo o direito de participar ativamente da vida política da Nação, bem como a exercer direitos individuais e coletivos de seus interesses próprios competindo a União por força do artigo 231 da CF/88 proteger e fazer respeitar os bens e interesses indígenas.
15	19/04/2010	NOTA CONTRA A DECISÃO AUTORITÁRIA DO TRF 1a REGIÃO NO CASO DA USINA DE BELO MONTE	Centro de Referência do Movimento da Cidadania pelas Águas Florestas
16	29/07/2010	Projeto elabora políticas de desenvolvimento para povos indígenas e tradicionais	O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Educação e Cultura; de Direitos Humanos e Minorias; Justiça e de Cidadania e pela Constituição.

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
17	02/09/2010	Aprovado projeto que reserva vagas para indígenas em concursos	A proposta segue agora para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, onde receberá decisão terminativa.
18	14/10/2010	MDA/RR faz Mutirão de Documentação para atender comunidades indígenas	A Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do estado de Roraima continua com atendimentos às 38 comunidades indígenas de São Marcos, que faz parte do Território da Cidadania. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural está realizando um Mutirão de Documentação da Trabalhadora Rural que teve início na última segunda-feira (11) e segue até o próximo sábado (16). [...] A ação de documentação é fundamental para a inclusão das trabalhadoras rurais e dos povos indígenas. Já o programa Territórios da Cidadania objetiva universalizar todos os programas básicos de cidadania do Governo Federal para um desenvolvimento sustentável nas regiões mais carentes.
19	20/04/2011	19 DE ABRIL: DIA DE HOMENAGEM E DE LUTA	De acordo com os parlamentares, a Comissão de Direito Humanos, Cidadania e Assuntos Indígenas da Assembleia Legislativa do Amazonas está à disposição dos povos indígenas. Na ocasião a COIAB foi homenageada pela casa. Com a palavra, Sonia Guajajara, vice-coordenadora da COIAB, destacou a importância dos povos indígenas no Amazonas, lembrando que essa homenagem deve ser feita a cada família indígena que está nesse estado, fazendo do Amazonas essa imensa riqueza cultural.

*Organizações regionais indígenas, cidadania e tecnologias de
(des)informação e (in)comunicação na Pan-Amazônia*

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
20	27/05/2011	Manifesto sobre processo de elaboração do Plano Plurianual 2012-2015	“Os Povos Indígenas precisam de um orçamento específico dentro do PPA. Somente desta forma poderemos garantir o acesso aos programas do governo. Caso isto não aconteça, a participação indígena acaba sendo muito limitada. Como poderemos exercer nossa cidadania se não temos o orçamento necessário para que o governo cumpra seu dever de garantir nossos direitos como o acesso à terra, à saúde e à educação, de acordo com nossa diversidade cultural”, afirmou Romancil Creta, coordenador da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul) e representante no colegiado setorial para culturas indígenas do Ministério da Cultura.
21	06/10/2011	Indígenas criticam e denunciam corrupção na área da saúde no Amazonas	A rejeição do modelo de administração terceirizada para gerir a saúde indígena foi tema do pronunciamento realizado nesta quarta-feira (5), pelo deputado Sidney Leite (DEM). O parlamentar divulgou na tribuna da Assembleia Legislativa (ALE-AM) os relatos das lideranças que participaram da audiência pública sobre saúde indígena, concluída na noite da última terça-feira (4). “A saúde indígena está na UTI. A representante da Sesai em Manaus admitiu que atualmente não há médicos nas aldeias nem uma política de fornecimento de remédios para áreas indígenas. A Sesai está sendo irresponsável ao reproduzir o modelo de contratação de Ongs, que já não dava certo. Enquanto isso, 90% dos índios do Vale do Javari estão com hepatite B ou C e muitos estão com o vírus HIV”, destacou o deputado, que é membro da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Assuntos Indígenas da ALE-AM.

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
22	10/10/2011	CARTA DOS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA SOBRE A HIDRELÉTRICA DO COTINGO	5. O Projeto de Decreto Legislativo 2540/2006 já foi aprovado pelo Senado Federal, pelas Comissões da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, e do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal, sem entando prever os cuidados necessários que devem ser previstos em lei; atualmente o PDC 2540 está em trâmite na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, e teve o parecer do Dep. Relator Luiz Couto pela rejeição devido à inconstitucionalidade, e voto separado pelo Dep. Francisco Araújo - RR pela autorização, o qual propõe aumentar o número para cinco barragens no Rio Cotingo;
23	16/12/2011	INDÍGENAS REALIZAM ENCONTRO COM GOVERNO DO AMAZONAS	O encontro foi presidido pelo secretário da Seind, Bonifácio José Baniwa, que compôs a mesa com o assessor da presidência da Funai, Francisco Pyanko; o secretário extraordinário da Secretaria de Governo do Amazonas, Hamilton Gadelha; o deputado estadual e presidente da Comissão de Direitos Humanos, Assuntos Indígenas e Cidadania da Aleam, Wilson Lisboa; e o titular da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Marcos Apurinã. “Foi importante porque as organizações indígenas participaram contribuíram com esse plano integrado”, afirmou Bonifácio. Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Aleam, o deputado Sidney Leite aproveitou a presença no final do encontro para pedir mais empenho das autoridades ao que ele considera fundamental para a vida dos indígenas no Amazonas: saúde e a própria educação.
24	24/01/2012	PEC que condiciona demarcação de terras indígenas à aprovação do Senado está na ordem do dia	A Proposta de Emenda à Constituição que dá ao Senado Federal competência privativa para aprovar processos de demarcação de terras indígenas está pronta para ser votado em Plenário. A proposta (PEC 38/99) é de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e já teve aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Organizações regionais indígenas, cidadania e tecnologias de (des)informação e (in)comunicação na Pan-Amazônia

#	Data	Manchete	Enunciado/Impressão
25	23/03/2012	CARTA MANIFESTO: AMEAÇAS DIANTE DA FRÁGILIDADE DAS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO AMAZONAS	Instituto Amazônico de Cidadania - IACi
26	04/04/2012	CARTA SOBRE A SUSPENSÃO DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TELES PIRES	Associação Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça, Cidadania / Bahia [...] Centro de Referência do Movimento da Cidadania pelas Águas, Florestas e Montanhas Iguassu Itereí Mutirão pela Cidadania

Fonte: Elaboração própria

Justamente, o primeiro desses sentidos retomados nesses enunciados, tende a apresentá-la num âmbito cultural, condicionado, então, pelas diferenças individuais e coletivas¹⁵², territoriais, étnicas ou locais. Trata-se de recuperar, religar, na sua prática, maneiras coletivas e territoriais de se enxergar o campo da cidadania. Felizmente, as formas de vida indígena têm muito a ensinar nesses aspectos mais orgânicos da cidadania, os que, necessariamente, ultrapassam os estreitos marcos das políticas estado-nacionais.

O segundo nó desses discursos aponta entendê-la como construção e exercício, como processo e prática, fundamentados nas reclamações que articulam movimentos sociais, como as que abrange a COIAB.¹⁵³ Exercício

¹⁵² Em palavras da mesma COIAB (2009, não paginado): “Os povos indígenas da Amazônia, nas últimas décadas, alcançaram conquistas consideráveis no campo dos marcos legais, a nível nacional e internacional. O grande desafio é fazer com que esses direitos sejam cumpridos e respeitados. A organização social, cultural e econômica de um povo indígena está relacionada a uma concepção de mundo e de vida que se expressa por meio dos mitos e dos ritos.” Sugestões adequadas se temos em conta esse grande espaço social, que tinha, ao finalizar a primeira década desse século que começa, uma população de 2.779.478 indígenas, agrupados em 390 povos que falam 240 línguas (ibidem).

¹⁵³ Em nota os indígenas exigem respeito de parte da FUNAI e agilidade na demarcação das suas terras, denunciando a perseguição que muitas vezes têm de sofrer: “Na oportunidade a Coiab entregou para Márcio Meira um documento apresentando propostas relacionadas com a efetivação dos direitos dos povos e comunidades, que relata a realidade amazônica e das lideranças indígenas que sofrem ameaças em suas aldeias. O documento cita a Demarcação de Terra Indígena; Proteção, Gestão e Sustentabilidade dos Territórios Indígenas; Políticas Públicas e Pac; Situação do Vale do Javari; Indígenas da Cidade; Justiça, Segurança e Cidadania.” (COORDENAÇÃO DAS

ligado, notadamente, a sentidos que, como os de justiça e segurança, variam segundo as formações sociais concretas, e que podem fundamentar, ou não, uma prática substantiva da cidadania. Trata-se de confrontos travados, especialmente, através de posicionamentos político-ideológicos e as ações a partir deles desenvolvidas.

O terceiro desses caminhos assinalados pela semiose dirige-se para o polo formal, onde ela é definida em direito, em tese¹⁵⁴, considerando-se o conjunto de titulares (representando uma população x) a serem atendidos por meio de programas básicos de ‘cidadanização’ elaborados pelo estado. Nesse contexto, diferentes organismos de ordem governamental e não governamental têm por lema a cidadania: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Câmara Federal dos Deputados), Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Assuntos Indígenas (Assembleia Legislativa do Amazonas), Secretaria de Cidadania Cultural (Ministério da Cultura), Movimento da Cidadania pelas Águas, Florestas e Montanhas, Associação Movimento Paulo Jackson - Ética, Justiça, Cidadania (BA), Instituto Amazônico de Cidadania, IACi. Sem dúvida, temos aí os traços de uma cidadania unívoca, delimitada pelos contornos modernos dos estados nacionais do trópico úmido sul-americano. Por isso, até certo ponto, uma visão contraposta às perspectivas organizacionais indígenas, dada a sua condição de corporações não étnicas. Em consequência, a sua aparição nesses enunciados/impressões do *corpus*, pode definir uma estratégia discursiva atrelada ao valor social articulado pelas próprias ações reivindicatórias que desenvolvem as próprias entidades indígenas.

Finalmente, uma quarta possibilidade de distinção discursiva, foca-se numa cidadania propriamente entre aspas, isto é, da sombra que hoje se apresenta como exercício efetivo ou real. Na qual o indígena é reduzido em prol do civilizado, do moderno, entrando num jogo em que, aparentemente, há chances e ganhos concretos, embora isso acabe por se traduzir em maiores condições de dependência a respeito do modo

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA, 2008a, não paginado).

¹⁵⁴ Segundo a COIAB (2008c, não paginado): “Através do reconhecimento dos seus direitos, eles ascenderam em tese à cidadania. Em tese, pois a cidadania efetiva lhes está sendo negada, não só e nem tanto porque são mal tratados pelo Estado, mas porque continuam sendo invisíveis. A Amazônia continua sendo vista como “uma terra sem homens”, como dizia o general Médici. Não se manda mais para ela “homens sem terra”, mas sim a motosserra, as chamas e as máquinas do “desenvolvimento”. E os seus habitantes, povos indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores são ignorados quando não perseguidos, expulsos e assassinados se estiverem no caminho.”

de produção capitalista. Em que são exploradas a miséria, a pobreza e a desinformação, visando à manipulação aperfeiçoada do espaço público. Considerando, então, a política partidária como um campo de controle e opressão, na qual a questão indígena é também explorada, acredita-se que essa cidadania entre aspas deixa os indígenas “cada vez mais vulneráveis e permite a concretização do propósito dos primeiros invasores, que é nos eliminar gradativamente, prática exercida com muita maestria pelos diferentes governos e seus regimes.” (MANXINERU, 2008, não paginado). Daí que essas lutas reivindicatórias das organizações devam se afastar desse olhar unívoco, reducionista, quando ela passa a ser entendida somente sob a ótica das democracias liberais.

Se pensarmos, como na visão da COIAB (2008b), que “para que a cidadania possa ser construída é necessário garantir o direito mais importante que é o acesso a terra e aos recursos naturais”¹⁵⁵, saberemos que não é de uma cidadania entre aspas que eles estão falando. Se pensarmos, novamente, na transcendência do centro de informação geográfica da AIDSESP (o CIPTA), no bojo dos processos de reivindicação de terras, territórios, recursos comuns, que essa entidade desenvolve na floresta amazônica peruana, compreenderemos o sentido dessa construção, alicerçada pelo usufruto produtivo e ativo de recursos como a terra, a água, as florestas, as pastagens, o conhecimento, a informação, entre outros, imprescindíveis também ao funcionamento dessas organizações regionais indígenas. E, mesmo nas matérias da CIDOB, o apelo à terra e ao território, assim como a informação, deveriam ser concebidas como categorias chave das reivindicações desses movimentos sociais.

Após assinalar alguns dos efeitos de sentido articulados nos enunciados/impressões selecionados, descobre-se a forma concreta em que essas organizações indígenas amazônicas ligam as suas atividades de

¹⁵⁵ Em nota publicada a junho de 2008 descreve-se a ligação da cidadania étnica com os recursos naturais, numa concepção que diverge dos modos democrático liberais, ou seja, num sujeito coletivo que reclama garantias em matéria de território (“o direito mais importante”), mas também de saúde, educação, comunicação e produção sustentável. Dizem ali que o “desenvolvimento que queremos para a Amazônia passa necessariamente pelo resgate da cidadania dos povos e populações tradicionais, pela garantia dos direitos de saúde, educação, comunicação e produção sustentável adequados às peculiaridades dessas populações e também das mulheres, jovens e negros. [...] O isolamento é um dos principais empecilhos para promoção da cidadania de povos e populações tradicionais.” (COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA, 2008b, não paginado).

defesa dos povos tradicionais com aquelas da informação e a comunicação. Por isto, acontecimentos como marchas, protestos, ocupações, construção de estradas e usinas hidroelétricas ou a repressão estatal ou capitalista, acabam aparecendo em diversas fontes de informação, tanto da própria COIAB, como de outras entidades aliadas. E, por isso, sugiro que os efeitos discursivos da cidadania nesses sujeitos coletivos indígenas organizados, apontam numa crítica das suas versões mais formalizadas, especialmente, daquelas ligadas ao mercado e ao estado-nação. Assim sendo, destaca-se que as concepções de cidadania nessas entidades permitem descobrir certas dinâmicas de desinformação que prejudicam diretamente o seu exercício.

Nesse caso, a primeira estratégia de resistência radica nas próprias práticas socioculturais indígenas, pois o fato de se diferenciarem do modo dominante de produção não quer dizer que os povos não tenham ou tenham tido seus próprios contextos históricos, sociais, econômicos.¹⁵⁶ Daí que para explicarmos as dinâmicas das TICs na Amazônia, sugeriu-se pensar num modo de produção extrativo, o que, não representando uma forma dominante como a capitalista, visa compreender, para além desse âmbito contemporâneo, os contextos produtivos em que ainda se desenvolvem, mormente, os povos isolados ou recentemente contatados, para logo os pensar no capitalismo atual. Isto representa uma precisão importante se consideramos que a nossa região acolhe a maior quantidade de grupos indígenas existentes nessa condição no mundo todo (eles chegariam a ser 200 povos, agrupando umas 10 mil pessoas que habitariam, especialmente, a Amazônia e o Grande Chaco (COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS, 2013, p. 5-7).

É pouco o conhecimento que ainda temos da multiplicidade de sociedades que ali evoluíram e ainda evoluem. Nem dizer do saber científico sobre as inúmeras espécies de flora e fauna, e em geral, de diversos recursos naturais desse grande espaço. Não obstante, ciências como a arqueologia começam a descobrir configurações civilizacionais, além das mais conhecidas do estado incaico. É assim que alguns recomendam evitar uma ênfase centrada em fatores ambientais limitantes do desenvolvimento amazônico, os que “in archeological thinking have produced biases that work

¹⁵⁶ Lembra-se que no âmbito dessa pesquisa a economia tem uma delimitação que se assemelha à de Sahlins (1983, p. 204, grifo no original) quando diz: “Desde los medios hasta los fines, la ‘economía’ es concebida como *un componente de la cultura* más que como *un tipo de acción humana*, como el proceso de la vida material de la sociedad más que como un proceso de satisfacción de necesidades de comportamiento individual.”

against the appreciation of cultural and social complexity in Amazonia.”¹⁵⁷ (WHITEHEAD; HECKENBERGER; SIMON, 2010, p. 91). As chamadas terras pretas e outras transformações das superfícies terrestres, assim como as práticas socioculturais existentes, constituem vestígios, em maior ou menor grau, de uma infraestrutura produtiva que dinamizava as economias regionais dos Inca, por uma parte, e dos Arawak, pela outra.

As anteriores colocações, permitem-nos passar agora discorrer, nessa última seção, sobre uma maneira de se pensar o exercício cidadão organizacional indígena, num tempo em que, mesmo tendo as melhores perspectivas para usos alternativos do conhecimento e da informação, nadamos também num mundo de desinformação e incomunicação. Mas as sociedades humanas seguem a perpetuar, de vez, os mecanismos que confluem a incrementar as probabilidades de realização da informação e a comunicação, e, por extensão, do conhecimento e a transformação de/sobre seus ambientes.

¹⁵⁷ “no pensamento arqueológico tem produzido vieses que agem contra a apreciação da complexidade social e cultural na Amazônia.” (Tradução nossa).

7 TECNOLOGIAS DE (DES)INFORMAÇÃO E (IN)COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DO SABER COMUNICACIONAL INDÍGENA AMAZÔNICO

Agrupam-se aqui diversas impressões, relatos, extraídos das visitas e entrevistas feitas por ocasião da pesquisa de campo em territórios amazônicos da Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela e Brasil, entre 2012 e 2013. Esse percorrido foi chave na hora de nos aproximarmos etnograficamente do objeto/sujeito analisado. É bom repetir que o escopo transdisciplinar desse trabalho fundamentou o mergulho nas práticas e saberes indígenas, em torno do campo da informação e a comunicação, reconhecendo assim o seu valor epistemológico, como formas de vida diferentes ao modo capitalista de produção, e que, portanto, ajudariam na compreensão da atualidade dessa crítica. O objetivo desse último capítulo é, portanto, desenvolver uma aproximação do modo em que essas organizações indígenas produzem e percebem a informação e a comunicação, concebidas aqui no âmbito das forças produtivas.

Assim, a primeira parte dessa seção aprofunda na macrotemática dos meios ancestrais de informação e comunicação, atendendo o contexto sociocultural em que as atividades das organizações indígenas desenrolam-se. A segunda aborda a perspectiva em que as organizações definem as TICs em relação a sua missão corporativa.

7.1 Elementos etnográficos do saber comunicacional indígena amazônico

Compreendidas as considerações feitas sobre os sentidos da cidadania nas organizações indígenas, enxerga-se uma dinâmica divergente no modo em que Ocidente transformou a (sua) natureza e aquele dos povos indígenas sul-americanos. Nesse sentido, lembramos, especialmente, o que diz Fabián Moreno, Publicitário do povo Nonuia e assessor de comunicação na OPIAC:

el río Caquetá es un canal de comunicación. Entonces sabemos que estamos guiados por los cambios en etapas del ciclo anual. Y es funcional: uno sabe que en julio llegan las heladas del Brasil, para el caso de Aracuara, en el caso de Pedrera llega por ahí un poquito

antes de julio, quince días antes. Eso ya nos conecta con ellos para hacer ciertas actividades de rituales, que es lo que ellos llaman “manejar el mundo”, para prevenir enfermedades, para hacer algunas dietas, para hacer una formación de muchachos en el conocimiento, entonces, cuando llega el friaje nosotros sabemos que en Pedrera están haciendo ciertos rituales y ellos saben que nosotros acá también estamos, se trata de una comunicación muy tradicional porque, claro, hasta Pedrera no llega el sonido del maguaré [...]”¹⁵⁸

Deve-se dizer, então, que ainda hoje a natureza constitui uma fonte de informação e uma possibilidade de comunicação, assim como o espaço e a matéria para o desenvolvimento de meios e dispositivos destinados a sua realização. O rio, o ar, a chuva, o sol, a lua, as nuvens, as árvores, as pedras, as montanhas... a natureza toda constitui o fundamento dessas primeiras técnicas indígenas de obtenção e produção de informação e de articulação do comum no social. Por isso, a continuação, detalham-se alguns desses meios e dispositivos que eles desenvolveram historicamente na região.

7.1.1 O *mullu* e o *botuto*

Nessa ordem, chamam a atenção os usos informacionais que davam já em tempos pré-colombianos às próprias espécies do mar. Os Inca conheceram e transformaram metais como o cobre, a prata e o ouro. Foram bons metalúrgicos. Embora nunca lhes dessem o valor monetário que sim lhes daria o mundo moderno. Esses metais eram valorados mormente pelo seu uso em vasilhames, ornamentos para os templos dedicados à lua

¹⁵⁸ “o rio Caquetá é um canal de comunicação. Então sabemos que estamos guiados pelas mudanças em etapas do ciclo anual. E é funcional: a gente sabe que em julho chegam as geadas do Brasil, para o caso de Aracuara; no caso de Pedrera chega por aí um pouco antes de julho, quinze dias antes. Isso já nos conecta com eles para fazer certas atividades de rituais, que é o que eles chamam “manejar o mundo”, para prevenir doenças, para fazer algumas dietas, para fazer uma formação de rapazes no conhecimento, então, quando chega o frio nós sabemos que em Pedrera estão fazendo certos rituais e eles sabem que nós cá também estamos; se trata de uma comunicação muito tradicional porque, claro, até Pedrera não chega o som do maguaré...” (Tradução nossa). Fabián Moreno. Entrevista concedida ao autor. Bogotá, maio 2013.

e ao sol, edifícios do estado incaico ou, ainda, como adornos corporais que denotavam alguma posição social. Todavia, antes deles, culturas como a Chavin, Cupisnique, Mochica, Lambaieque, Chimu e Chincha, davam já um valor sagrado e comercial, não a tais metais, mas a um molusco, considerado o “ouro vermelho” ou “alimento dos deuses”, o qual era usado cerimonialmente pelo povo Valdívía há 5.200 anos, na região sul do litoral equatoriano (LÓPEZ CUEVAS, 2005).

Foram, desse modo, aqueles metais, menos apreciados do que um molusco da costa oeste americana, cuja dispersão abrange áreas que vão do Equador até a Califórnia. O *mullu* (*Spondylus princeps*), como chamaram os Inca essa espécie de concha marinha, de múltiplas protuberâncias e cor avermelhada, utilizou-se em variados rituais, adornos corporais e, até, como espécie monetária.¹⁵⁹ As práticas rituais ligadas aos processos de produção agrícola e pecuária tinham no *mullu* um produto altamente valorizado, pois além de “alimentar aos deuses”, o molusco estava associada ao saber em torno da climática sul-americana, questão, sem dúvida, necessária ao correto planejamento e aprovisionamento das regiões tauantinsuianas.

Dessa maneira, o comportamento da espécie marinha e a climática sul-americana passam a ser conhecidos por diversos povos sul-americanos, primeiramente no litoral pacífico e, logo, nos Andes, sendo utilizada, maiormente, em cerimônias dedicadas à água e à chuva, ademais das relativas a uma produção abundante da terra e a uma reprodução satisfatória de alguns de seus recursos comuns. López Cuevas (2005, p. 37) sugere que “es muy posible que las sociedades prehispánicas hubieran llegado a alcanzar cuanto menos conciencia de esta asociación entre las variaciones climáticas y las poblaciones de *Spondylus*.”¹⁶⁰ Ou seja, que tais sociedades

¹⁵⁹ Surpreendentemente, na região de Manabí, como anota Martín-Ramos ([s.d.], p. 6): “Los sacerdotes valdivianos también pudieron conocer que puesto que el molusco solo se reproduce en aguas cálidas, noticias de su eventual presencia al sur de Tumbes (en las costas peruanas) era indicadora de un aumento de la temperatura del mar (claro síntoma del “fenómeno del Niño”), lluvias muy abundantes y una mala cosecha. Por el contrario, si la presencia de *Spondylus* sp., era o es escasa en esa región quiere decir que las aguas del norte (habitualmente calientes) han bajado su temperatura media. Esto genera un fenómeno inverso al del Niño, y con seguridad será un año de sequías. De este modo, el control de los avistamientos de *mullu* pudo ser muy importante para planificar las campañas agrícolas.”

¹⁶⁰ “é muito provável que as sociedades pré-hispânicas tivessem alcançado, quanto menos, consciência de esta associação entre as mudanças climáticas e as populações de *Spondylus*.” (Tradução nossa).

puderam reconhecer tendências ambientais, a partir das quais começaram a relacionar a climática com a produção agropecuária. Em nossa perspectiva, um processo que tinha a ver, certamente, com práticas hoje agrupadas no campo da informação.

Quanto ao *botuto*, assinala dois artefatos de amplificação sonora, usados historicamente pelas sociedades indígenas sul-americanas. Ontem, elas identificavam a concha-rainha (*Eustrombus gigas*) e as suas diferentes propriedades, entre elas, as de ampliação do raio de difusão de sons, com as atividades que competiam aos *chasques*. De igual maneira, usava-se para convidar aos trabalhos coletivos, pois tinham o costume de, nos tempos da preparação da terra, do cultivo e da colheita, “subirse de noche en atalayas o torres que para este efecto había hechas, y tocaban una trompeta o caracol para pedir atención, y a grandes voces decían: ‘Tal día se labran las tierras de los impedidos; acuda cada uno a su pertinencia’.”¹⁶¹ (GARCILASO DE LA VEGA, 1976a, p. 217).

Mas, as transformações decorrentes da colonização europeia no Sul da América, minguraram esse tipo de costumes e acabaram com esse sistema de postagens dos *chasques*, desenvolvido pelos incas na primeira metade do segundo milênio (especialmente nos séculos XIV e XV). Processo que, aunado à introdução de gado feita ao longo do tempo, resultou numa transformação da cultura material dos povos sul-americanos. Uma mudança que temos nomeado como o *botuto* de ontem e o de hoje.

Em outras palavras, hoje o *botuto* é mais aquele chifre-de-sopro, o que, virtualmente, emula o grande barulho que se pode atingir com a concha-rainha. Aparece ali uma mudança histórica que, assim seja funcional, perpassa um âmbito utilitário, pois os sentidos sociais e culturais ligados ao molusco não são os mesmos que os do chifre bovino, e apesar deles compartilharem características físicas que os fazem apropriados à amplificação dos sons produzidos pela garganta e a boca humanas. Constituem, por isso, verdadeiras amostras de instrumentos e práticas sociais da comunicação antiga e hodierna na Amazônia, as quais, certamente, têm mudado através do tempo (Figura 7).

¹⁶¹ “subir-se de noite em atalaias ou torres que para este efeito havia feitas, e tocavam uma trombeta ou caracol para pedir atenção, e a grandes vozes diziam: ‘Tal dia se lavram as terras dos deficientes; acuda cada um a sua pertinência’.” (Tradução nossa).

Figura 7 - O *botuto* ontem (a) e hoje (b)



Fonte: (a) Wikipédia; (b) arquivo do autor

O *botuto* pode aparecer hoje para muitos como um artefato obsoleto. Contudo, se pensarmos com Sahlins (1983, p. 203) que o “que para la sabiduría heredada son condiciones «antieconómicas» o «exógenas», constituyen, en la realidad primitiva, la organización misma de la economía”¹⁶², compreenderemos o errado desse juízo. Com certeza, no horizonte do modo capitalista de produção, trata-se de um artefato de museu, mas, considerando que na nossa Amazônia ainda existem outros modos como o extrativo ou o comunal, saberemos que o valor de uso desses instrumentos é ainda vigente em muitos cantos desse espaço sul-americano.

7.1.2 De *trocans* e *manguarés*

No entanto, se o *mullu* e o *botuto* foram ou são vitais nas práticas e saberes ancestrais ou atuais dos povos indígenas, outras formas de difusão da informação também se desenvolveram em outros setores amazônicos. É o caso do *trocans*. Trata-se de um instrumento feito a partir do tronco de uma árvore grande, num processo que se desenvolve ao longo de meses investidos na sua feitura; é chamado de *manguaré* pelo povo Muinane na Amazônia colombiana e peruana e *trocans* na brasileira.

Para Délio Alves, além de o *trocans* ser um meio de comunicação é um instrumento sagrado, graças às suas qualidades na geração desse “barulho grandioso”, que possibilita(va) a comunicação sonora entre aldeias

¹⁶² “que para a sabedoria herdada são condições ‘antieconômicas’ ou ‘exógenas’, constituem, na realidade primitiva, a organização mesma da economia” (tradução minha).

espalhadas na floresta amazônica (informação verbal)¹⁶³. Efetivamente, com esse instrumento de percussão, os povos conseguem facilmente difundir sons num raio longínquo, até atingir comunidades próximas. Segundo Gonzales Grández (2011, não paginado), seu som pode ser escutado até uns 20 quilômetros de distância. Daí, então, que possamos concebê-lo como uma ferramenta tradicionalmente eficaz em muitas aldeias.

Entre os Muinane, é comum o uso do *manguaré*. *Manguaré* fêmea e *manguaré* macho, para ser mais exato, capazes de produzir sons de tons diferenciados pela forma específica de cada um deles (Figura 8). Bate-se neles com um pau que tem no final um grosso recobrimento de borracha. A sua feitura é um acontecimento de suma importância para as sociedade indígenas, pois reproduz e cristaliza um conhecimento que seus ancestrais perpetuaram até hoje, por meio do saber e a prática transmitidos de geração em geração.

Figura 8 - *Manguarés* muinane (macho e fêmea, respetivamente)



Fonte: Arquivo do autor

Desse modo, o *manguaré* ou *trocano* constitui um artefato de percussão que viabiliza ações de comunicação tradicionalmente eficazes às necessidades informativas e de comunicação no nível local, isto é, das comunidades da floresta e suas vizinhas próximas. Certamente, não poderíamos dizer que se trate de um instrumento primitivo ou historicamente superado, pois, segundo Leandro Candapeña, o uso de instrumentos de percussão feitos a partir de madeira ainda é comum no Chaco e na Amazônia bolivianos, sendo utilizados para o chamado a cerimônias espirituais, reuniões e assembleias.¹⁶⁴

¹⁶³ Délio Alves. Entrevista concedida ao autor. Manaus, jul. 2013.

¹⁶⁴ Leandro Candapeña. Entrevista concedida ao autor. Santa Cruz de la Sierra, dez. 2012.

Acreditamos que esse artefato das sociedades amazônicas só chegou a existir e permanecer graças ao desenvolvimento de modos comunitários ou comerciais simples de produção e não na forma extrativa. É difícil mesmo imaginarmos que povos isolados ou em contato inicial tenham por costume fazer *manguarés*, pois o seu grande peso e o cuidado de que precisam seriam insustentáveis para a maneira em que eles produzem e se reproduzem na floresta amazônica.

7.1.3 Ecos e cantos entre os Tacana e os Aioreo

Desde a antiguidade os indígenas concebiam os rios como limites naturais e davam nomes específicos em sua língua aos acidentes geográficos¹⁶⁵ (sítios sagrados) existentes em seus territórios. O que se passa com cada um dos elementos da imensidão florestal, passíveis de se tornarem objetos do saber-fazer indígena. Um saber estreitamente ligado ao desenvolvimento das linguagens, especialmente das orais, como fator essencial da produção e a reprodução de suas culturas, ao final, de suas sociedades.

Por isso, em contextos mais localizados dessa imensidão, o eco cumpre cabalmente como técnica de comunicação de curta distância. A partir de uma ação em cadeia, em que a informação vai-se repetindo em cada elo, os aldeões articulam uma velha prática sociocultural de se comunicarem em espaços locais. Trata-se de uma forma que ainda utiliza o povo Tacana, nas terras baixas bolivianas, para se passarem impressões orais por meio da voz humana que viaja rapidamente pelo espaço próximo: “En algunos pueblos para una comunicación interna podía ser también el eco, en cadena, es decir, eran varios voceros. Pronunciaba aquí, repetía otro más allá, repetía otro más allá. Esa era una forma, por ejemplo, en mi pueblo.” (Informação verbal).¹⁶⁶

Mas, as línguas, que verdadeiramente possibilitam a comunicação oral, não podem ser reduzidas às meras contingências do presente ou restringidas aos âmbitos locais. Elas são um dos aspectos essenciais na vida das culturas originárias. É assim que, entre os Aioreo, que moram tanto na Bolívia como no

¹⁶⁵ Essas e outras considerações sobre a informação geográfica e os povos indígenas peruanos derivam, especialmente, das conversas feitas na AIDSESP com Sergio Loaiza e Waldir Eulogio Azaña. Entrevista concedida ao autor. Lima, dez. 2012.

¹⁶⁶ Emar Francisco Raldes. Entrevista concedida ao autor. Santa Cruz de la Sierra, dez. 2012. “Em alguns povos para uma comunicação interna podia ser também o eco, em cadeia, é dizer, eram vários vozeiros. Pronunciava aqui, repetia outro mais além, repetia outro mais além. Essa era uma forma, por exemplo, em meu povo.” (Tradução nossa).

Paraguai, o canto converteu-se num modo de transmissão de conhecimento e informação; em palavras de Rolando Bueno, liderança indígena da CIDOB:

Y el pueblo Ayoreo, por ejemplo, ¿cómo ellos transmitían su información o su realidad? Una persona viajaba de aquí al Paraguay, donde hay ayoreos también, y llegaba aquí y ese se sentaba debajo de un árbol y comenzaba a cantar, es decir, no les contaba hablando sino les contaba cantando en una canción lo que había vivido y lo que bien le habían transmitido. (Informação verbal).¹⁶⁷

Assim, os cantos aioreos reproduzem a sua história coletiva, a sua própria cultura, sob impressões sonoras articuladas pela voz humana. O que nos lembra dos usos dados ao canto também num contexto incaico, tal como se anota a esse respeito:

Las canciones que componían de sus guerras y hazañas no las tañían, porque no se había de cantar a las damas ni dar cuenta de ellas por sus flautas. Cantábanlas en sus fiestas principales y en sus victorias y triunfos, en memoria de sus hechos hazañosos. (GARCILASO DE LA VEGA, 1976a, p. 113).¹⁶⁸

Usos da memória que Le Goff (2013, p. 391) considera sob a expressão ‘memória étnica’; aquela dos povos sem escrita, memória coletiva que se interessa, mormente, pelos “conhecimentos práticos, técnicos, de saber profissional”, constatando-se “raramente a existência de procedimentos

¹⁶⁷ Rolando Bueno. Entrevista concedida ao autor. Santa Cruz de la Sierra, dez. 2012. “E o povo Aioreo, por exemplo, como eles transmitiam a sua informação o a sua realidade? Uma pessoa viajava de aqui ao Paraguai, onde há aioreos também, e chegava aqui e esse se sentava embaixo de uma árvore e começava a cantar, é dizer, não lhes contava falando senão que contava cantando numa canção o que tinha vivido e o que lhe tinham transmitido.” (Tradução nossa).

¹⁶⁸ “As canções que compunham de suas guerras e façanhas não as interpretavam, porque não se devia cantar às damas nem dar conta delas por suas flautas. Cantavam-nas em suas festas principais e em suas vitórias e triunfos, em memória de seus acontecimentos façanhosos.” (Tradução nossa).

mnemotécnicos nestas sociedades (um dos casos raros é o quipo peruano, clássico na literatura etnológica)”; memória que parece funcionar “segundo uma ‘reconstrução generativa’ e não segundo uma memorização mecânica.” Por isto, afirma, certamente, que “enquanto a reprodução mnemônica palavra por palavra estaria ligada à escrita, as sociedades sem escrita, excetuando certas práticas de memorização *ne varietur*, das quais a principal é o canto, atribuem à memória mais liberdade e mais possibilidades criativas.” (LE GOFF, 2013, p. 393-394).

7.1.4 A comunicação interpessoal

A dispersão de comunidades e grupos existentes na Amazônia, assim como o predomínio da linguagem oral nesse âmbito, fazem com que em muitas delas se prefira a comunicação direta entre as pessoas. Os “vozeiros” ou pessoas encarregadas dessa prática de difusão oral nas comunidades são, geralmente, as próprias autoridades indígenas nas aldeias:

Dentro del mundo nuestro, algunos de nuestros hermanos, a veces, quieren que uno vaya personalmente a decirle, mira, tal día tenemos la reunión. Y, entonces, pase la voz. Ellos tienen esa forma de comunicarse, ese pueblo, digo yo. Entonces muchos de los que desconocen esta área de trabajo de pueblos indígenas y cómo lo van a hacer, tranquilízate, que eso, sí es mañana el evento, mañana te aparece toda esa gente. Eso tiene su forma y la cadena de cómo han sido sus comunicaciones. Eso es un pueblo que maneja esa forma, esa cadena de comunicación, se lo transmite a la autoridad y la autoridad se encarga de pasar la voz. (Informação verbal).¹⁶⁹

¹⁶⁹ Ninfa Tividor. Entrevista concedida ao autor. Puerto Ayacucho, jul. 2013. “Dentro do mundo nosso, alguns de nossos irmãos, às vezes, querem que a gente vá pessoalmente a lhe dizer, olha, tal dia temos a reunião. E, então, passe a voz. Eles têm essa forma de se comunicarem, esse povo, digo eu. Então muitos dos que desconhecem esta área de trabalho de povos indígenas e como o vão fazer, acalma-te, que isso, se é amanhã o evento, amanhã te aparece toda essa gente. Isso tem a sua forma e a cadeia de como têm sido as suas comunicações. Isso é um povo que maneja essa forma, essa cadeia de comunicação, transmite-o à autoridade e a autoridade encarrega-se de passar a voz.” (Tradução nossa).

Conforma-se assim uma cadeia, como no supradito caso do eco, na qual as informações fluem pelos corpos que articulam impressões orais e, conseqüentemente, fluem verdadeiramente pelo corpo social. A questão da interação pessoal na comunicação é, dessa maneira, valorizada positivamente por alguns povos que confiam fortemente nela. Com razão, pois esses espaços internos constituem verdadeiros momentos de articulação das suas reivindicações e resistências (SCOTT, 2000, 2011). A comunicação presencial continua a ser assim um modo preferido em muitas aldeias, pois dessa forma também se criam e se afirmam vínculos sociais estratégicos para essas comunidades e povos. Além disso, a carência de infraestruturas adequadas para a internet e outros meios modernos de comunicação faz com que seja essa a única opção viável de se compartilhar a informação em áreas remotas dos centros mais populosos da bacia amazônica.

7.1.5 De *chasques* e *quipos*

A consolidação de um modo de produção tributário no oeste da bacia, a partir da estruturação do estado e o território incaicos, permitiu a aparição de formas mais desenvolvidas de informação e comunicação.¹⁷⁰ Trata-se dos *chasques* e dos *quipos*. Segundo Rolando Bueno (informação verbal)¹⁷¹:

Los *chasquis* viajaban llevando mensajes y los llevaban en unas pitas que tenían nudos, esos son los *quipus*, y cada nudo tenía una significación, tenían hasta un color, si era para guerra tenía un color, si era para transmitir fiestas tenía otro color y esos *chasquis* corrían kilómetros, viajaban prácticamente.¹⁷²

¹⁷⁰ É bom lembrar com Vitale (1983, p. 98) que os Inca “lograron un desarrollo agrícola tan avanzado como el de los pueblos euro-asiáticos; una cerámica que resiste cualquier parangón; un calendario tan preciso como el juliano y una minería y una metalurgia tan adelantadas como las de Europa en el momento de la conquista de América.”

¹⁷¹ Rolando Bueno. Entrevista concedida ao autor. Santa Cruz de la Sierra, dez. 2012.

¹⁷² “Os *chasques* viajavam levando mensagens e os levavam numas cordas que tinham nós, esses são os *quipos*, e cada nó tinha uma significação, tinham até uma cor, se era para guerra tinha uma cor, se era para transmitir festejo tinha outra cor, e esses *chasques* corriam quilômetros, viajavam praticamente.” (Tradução nossa).

Chasques e *quipos* formaram parte de verdadeiros sistemas de postagem e processamento de informação eficazes no seu momento. Segundo Garcilaso de la Vega (1976b, p. 22), os *chasques* encarregavam-se de levar os mandatos do Inca e de trazer avisos e notícias importantes de todo o seu reino (o *Tauantinsuyo*). Eles percorriam longas distâncias, através de diversos postos (*tambos*) espalhados pelos caminhos desse grande território.

A respeito dos *quipos*, podiam-se usar, por exemplo, para levar estatísticas sobre o número do gado nos seus territórios, pois, segundo o autor:

Tenían cuenta del número de todo este ganado bravo como si fuera manso, y en los *quipus*, que eran los libros anales, lo asentaban por sus especies, dividiendo los machos de las hembras. También asentaban el número de animales que habían muerto, así de las salvajinas dañosas como de las provechosas, para saber las cabezas que habían muerto y las que quedaban vivas, para ver en la cacería venidera lo que se había multiplicado.¹⁷³ (GARCILASO DE LA VEGA, 1976b, p. 21).

Os *quipos* têm sido definidos como “knotted textile record-keeping devices used by the Inkas”¹⁷⁴ (KHIPU DATABASE PROJECT, 2009, não paginado). Mas não só eles davam conta do gado por meio desse dispositivo. A administração de justiça nesse período armazenava e compartilhava informação da sua incumbência, desde os níveis locais até os superiores, através de *quipos*:

La manera de dar estos avisos al Inca y a los de su Consejo Supremo era por nudos dados en cordoncillos de diversos

¹⁷³ “Tinham conta do número de todo esse gado bravo como se fosse manso, e nos *quipos*, que eram os livros anais, o registravam por suas espécies, dividindo os machos das fêmeas. Também tombavam o número de animais que tinham morrido, assim dos selvagens danosos como dos proveitosos, para saber as cabeças que tinham morrido e as que ficavam vivas, para ver na caçada seguinte o que se tinha multiplicado.” (Tradução nossa).

¹⁷⁴ “dispositivos de conservação de registros em nós tecidos, usados pelos Inca” (Tradução nossa).

colores, que por ellos se entendían como cifras. Porque los nudos de tales y tales colores decían los delitos que se habían castigado, y ciertos hilillos de diferentes colores que iban asidos a los cordones más gruesos decían la pena que se había dado y la ley que se había ejecutado.¹⁷⁵ (GARCILASO DE LA VEGA, 1976a, p. 88).

A ampla rede de sendeiros e caminhos que percorria América do Sul, na época do Inca Garcilaso, apenas se começa a descobrir e compreender. Daí a importância desse texto que descrevia já no início do século XVII um dispositivo material como os *quipos*. Certamente, o *quipo* foi um mecanismo de memória, portanto, em algum momento, em algum sentido, de informação e comunicação. Isto é, foi tradicionalmente eficaz para produzir e reproduzir informação sobre terras, gado, obras, provisões, postagens, entre outras, essenciais no desenvolvimento de um modo tributário, nessa área andino-amazônica, ligado aos diversos *suios* e *aillus* dependentes do Cusco pré-colombiano.

O *quipo*, em termos de dispositivo ou prática discursiva é ligado ao trabalho do *quipocamaio*, quem, nesse tipo de cordões, sintetizava diversas informações e decisões administrativas, ações relativas ao funcionamento da estrutura estatal incaica. Se pensarmos que houve uma quantidade suficiente de servidores a desenvolver uma tarefa, até certo ponto, ‘informática’¹⁷⁶, começaremos a entender a estratégia de informação e comunicação por trás desse território que, em seu tempo, agrupou áreas hoje limitadas pelas repúblicas da Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Chile e Argentina (cf. *Qhapaq Ñan* ou Caminho Inca), abrangendo uma parte do que atualmente chamamos de Pan-Amazônia.

Por enquanto, devemos pensar que esses diversos dispositivos, assim não façam parte das próprias atividades que hoje desenvolvem as

¹⁷⁵ “A maneira de dar esses avisos ao Inca e aos de seu Conselho Supremo era por nós em cordões de diversas cores, que eles entendiam como cifras. Porque os nós de tais e tais cores diziam os delitos que se tinham castigado, e, certas cordinhas de diferentes cores atreladas aos cordões grossos, diziam a pena que se tinha dado e a lei que se tinha executado.” (Tradução nossa).

¹⁷⁶ Daí que se diga certamente deles que da “aritmética supieron mucho y por admirable manera, que por nudos dados en unos hilos de diversos colores daban cuenta de todo lo que en el reino del Inca había de tributos y contribuciones por cargo y descargo.” (GARCILASO DE LA VEGA, 1976a, p. 112).

organizações nos seus escritórios regionais, são parte desse espaço do que pode e deve ser dito, isto é, da formação discursiva que delimita esse saber comunicacional indígena. Por isto, noções como *trocano*, *manguaré* ou *chasque* aparecem no interdiscurso que nos lembra dessa condição diferenciada em que eles se desenvolveram. Em consequência, o percurso linear da teoria mais tradicional da comunicação, que se vangloria no joguinho da mensagem entre um emissor e um receptor, fica aquém de uma crítica rigorosa dessa prática sociocultural, e os marcos de ação das sociedades ocidentais tendem a mostrar cada dia mais essa carência.

Dáí resulta o desafio colocado de problematizar a comunicação num âmbito estritamente não ocidental. De tentar, a partir da teoria do discurso, do materialismo histórico e de conceitualizações em torno dos bens comuns, procurar um caminho transdisciplinar que dê conta desse desafio. Assim, o debate que se desenrolou nessas páginas sobre uma categoria moderna como a de cidadania, a que se transformou desde a sua chegada no cenário político da França revolucionária e que continua a transformar-se (OLIVEIRA, 2006), representa diversos argumentos que assinalam as limitações da forma em que os estados, o aparelho midiático, as ciências, o mercado, e outros campos relevantes da nossa sociedade ocidental, continuam a sua acumulação delirante, a costa desses outros que ainda se resistem a desaparecerem. Ou que acreditamos terem desaparecido, quando em verdade sumiram para viver de outro modo que recém começamos a valorizar e que, na nossa arrogância, achamos como formas primitivas e obsoletas.

Talvez não tenha conseguido desenvolver suficientemente uma justificativa da transcendência de propor o modo de produção extrativo. Mas, peço encarecidamente ao leitor, entenda esse esboço como um plano inacabado, a estruturar-se, ou não, numa futura linha de pesquisa. Não é à toa que nos detivemos no modo de produção tributário da formação social incaica. Porque, se a forma capitalista é chave para nos aproximarmos do passado, esses modos passados podem ser chave para nos aproximarmos do contemporâneo. E a isso vamos dedicar os seguintes parágrafos.

7.2 Organizações regionais indígenas e tecnologias de (des)informação e (in)comunicação

Tal como apontou Manxineru (2008) numa nota sobre a questão da cidadania e o eleitor indígena, as TICs também não deveriam ser enxergadas

sob uma ótica meramente informacionalista, mas de processos de desinformação e incomunicação que, real ou potencialmente, menoscabam o exercício político que implica uma cidadania substantiva e ativa. Uma que não iguale só política, mas economicamente, em que o cidadão não tenha de ser representado (WOOD, 2000), ainda menos, em termos produtivos.

Nesse contexto, são gritantes as formas em que ainda alguns setores sociais se valem de estratégias que historicamente têm deformado esses sujeitos coletivos que são os povos indígenas. Daí que, respeito dos eixos ideológicos que permeiam os discursos sobre os indígenas, os seus inimigos,

apoiando-se em um forte controle da mídia, procuram apresentá-los como obstáculo à soberania nacional, à justiça social e até à proteção ambiental, tentando envolver setores progressistas da sociedade em seus raciocínios. Os índios reais são considerados “falsos índios” ou ainda “índios corrompidos pelos brancos”, enquanto a imagem atemporal é genérica, já quase não mais encontrada na realidade brasileira, continua associada ao “índio bom e verdadeiro”. Se não chega por ora configurar uma retomada (nova e populista) da postura racista, trata-se nitidamente da tentativa de construção de um “bode expiatório” para o distorcido panorama agrário brasileiro. (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 206).

Contudo, uma contraestratégica está estruturando os caminhos alternos dos movimentos sociais. É aqui que pronunciamentos como os da ORPIA e suas organizações de base, denunciando assassinatos, lentidão e descaso na demarcação e homologação das terras indígenas, falta de consulta prévia e informada, entre outras, espalham-se em correios eletrônicos, foros virtuais, redes sociais e todo o leque de janelas abertas no ciberespaço, criando novas relações de solidariedade, conhecimento e reconhecimento, praticamente impossíveis de imaginar no contexto homogeneizador do mercado e dos estados nacionais. Seria muito interessante explorarmos as maneiras concretas em que essas reivindicações repercutem em espaços que ganharam participação multitudinária como o *Facebook*, o *Youtube* ou o *Instagram*, no que se conhece como a *Web 2.0*. Mas, trata-se de uma possibilidade que perpassa o escopo de nosso trabalho.

Sublinha-se também a relação especial com a natureza, com a terra, que aqui se considera o meio de produção e reprodução social por excelência, a qual continua a ser essencial na existência e na resistência das culturas amazônicas. E, ligada a ela, os saberes tradicionais sobre esse ambiente amazônico, onde mais do que informação ou conhecimento passíveis de direitos de propriedade intelectual, enxergam-se práticas coletivas de saber e manejo dos recursos comuns. Como se disse anteriormente, acham-se ali ainda formas do trabalho comum (*minga* ou *mutirão*) e relações de reciprocidade que embasam as práticas ligadas à construção e uso de malocas, artefatos como o *trocano*, o *tipiti*, o *iapurutu*, ou, inclusive, de completos sistemas agropecuários ou de irrigação, como aqueles vestígios vivos dos vales dos rios Apurímac e Urubamba.

Destaca-se, por isso, a transversalidade das práticas informativas e comunicativas nesse quadro organizacional avaliado. No qual é vital tanto o saber sobre o “manejo do mundo”¹⁷⁷ como aquele da estratégica corporativa de comunicação. Por isto, a maioria das lideranças indígenas entrevistadas sabe que não é da mesma cidadania que falam quando outros falam dela. Que os seus modos de vida resistem, justamente, no seu confronto com os marcos regulatórios democrático-liberais. De maneira que é preciso continuar a refletir em torno desses dispositivos da cultura material contemporânea, sob uma ótica diferenciada e concreta.

É assim que as TICs são matéria de interesse nessas organizações. Porque, se de um lado os diretórios conhecem essas dinâmicas comunitárias da comunicação, por outro, eles precisam manterem vínculos com outros públicos diversos. Aspectos que têm sido valorizados com maior resolução nessas entidades nos últimos lustros. Evidencia-se logo a transcendência que hoje tem para elas a sua presença na internet, face ao mundo exterior, e mesmo da telecomunicação viabilizada por meio do correio eletrônico, a transferência de arquivos, os aplicativos de bate-papo, o celular, as vídeo-ligações, os sistemas de informação geográfica¹⁷⁸, entre outros dispositivos e ferramentas que são articulados e usados na produção de informações e o estabelecimento de comunicações internas, com as organizações de base e suas respectivas comunidades, e com os demais agentes sociais envolvidos com as suas atividades corporativas.

¹⁷⁷ Manejo cristalizado em diversos rituais que reproduzem saberes e conhecimentos ancestrais (informação verbal). Fabián Moreno. Entrevista concedida ao autor. Bogotá, maio 2013.

¹⁷⁸ Lembre-se aqui o caso da AIDSESEP e a sua trajetória em georreferenciação que completou já uma década e meia. Sergio Loaiza. Entrevista concedida ao autor, dez. 2012.

Frisa-se, aliás, uma relação entre tecnologia, natureza e necessidades dos povos indígenas amazônicos, o que representa um argumento a mais na análise das dinâmicas específicas em matéria de informação e comunicação nessa região. Explica-se. A tecnologia, como anota Délio Alves, é relativa, a se fazer na própria aldeia, por exemplo, na transformação do barro em panelas ou na elaboração de arcos, setas, lanças, veneno, ao final, de tudo o que precisam as sociedades indígenas para viver. Em suas palavras:

A tecnologia para mim, na minha visão, ela é importante, mas ela não é tudo, né? Porque para mim viver para mim ter saúde, por exemplo, eu não precisaria da tecnologia do mundo branco, porque tudo do que eu preciso: comida, terra, floresta, água, eu tenho na minha aldeia, então a tecnologia para mim ela é feita na minha aldeia. Se eu preciso de uma panela, por exemplo, claro, se eu vou lá eu pego o barro e faço uma panela, se eu preciso de comida eu não preciso ir no supermercado pegar o carrinho e comprar, a natureza já me dá a comida; então a tecnologia no mundo indígena ela é relativa, então, nós temos a nossa tecnologia, nosso povo, nós temos a nossa ciência, a minha ciência, por exemplo, não é nem melhor nem pior do que a ciência do mundo branco. (Informação verbal).¹⁷⁹

Uma distinção que é reforçada nos confrontos e antagonismos vividos pelos indígenas que chegam às cidades amazônicas desde o interior, em que o modo capitalista quiçá pode ter até agora uma menor influência na vida das pessoas. Mas, com a chegada na cidade o processo de se mergulhar numa outra dinâmica cultural, alheia às suas próprias sociedades, é acelerado:

no mundo hoje, tecnológico, mais moderno, onde eu tô vivendo, numa cidade, onde têm pessoas indígenas, não indígenas e que os conflitos eles não são aparentes, eles realmente existem, nós precisamos nos adequar a essas tecnologias. E aí, como nós estamos hoje num mundo

¹⁷⁹ Délio Alves. Entrevista concedida ao autor, Manaus, jul. 2013.

em que nós precisamos também divulgar, comunicar, o sofrimento ou a violação dos direitos, nós precisamos usar essas ferramentas que existem e que são feitas pelos não indígenas, por exemplo. E essas tecnologias nos ajudam muito, a questão, por exemplo, de a gente fazer um jornalzinho, ir imprimir e entregar para as autoridades, para as pessoas que não conheçam nossa causa e aí a gente já usufrui da tecnologia que não é nossa mas que nos ajuda, né? Usufrui, por exemplo, da tecnologia hoje do e-mail, que não é nossa, mas nos ajuda, usar da tecnologia do telefone que não é nossa, mas nos ajuda. Então a gente tem que fazer essa associação da tecnologia e as necessidades atuais dos indígenas, sempre fazendo essa comparação, mas sempre tendo essa noção de diferenciação.¹⁸⁰ (Grifo do autor).

As TICs devem ser usadas para comunicar, divulgar a violação dos direitos, o sofrimento. Délio sublinha, dessa forma, a relação entre tecnologia e necessidades dos indígenas. Na sua fala, certamente, encontram-se as pegadas da cidadania segundo uma lógica democrático-liberal, mas não só. Se lembrarmos da constituição do subjetivo na enunciação (ou da prática comunicativa em geral), constituição imaginada neste trabalho como um resultado sócio-histórico, facilmente saberemos que o brutal recalçamento com que a modernidade nos distancia da configuração dos sujeitos e dos sentidos (mecanismo que nos ilude, até o ponto de crer que o eu é a sua fonte e fundamento), é ali atenuado pelo contexto societal em que para ele a tecnologia adquire algum sentido. Em outras palavras, o nós da sua enunciação não se poderia restringir ao agente organizacional que ele representa, mas ao âmbito em que como povos indígenas diferenciam-se numa luta também contraideológica, perante o individualismo inserido na cidadania do estado liberal. Correndo o risco de simplificar demais o nosso argumento, diríamos que ao 'penso, logo existo', contrapõe-se aí o 'pertence, logo existo'.

Nessa ordem de ideias, reflete-se igualmente uma distinção clara para eles sobre a informação e a comunicação:

La información como tal es conocimiento. Sabemos que la información se puede generar en distintos lugares.

¹⁸⁰ Délio Alves. Entrevista concedida ao autor. Manaus, jul. 2013.

Pero como pueblos indígenas para nosotros no es tan importante solamente la información como tal, lo que queremos es comunicación, porque la comunicación es algo mucho más que la información. La información puede ser fría, la comunicación tiene siempre un sentido.¹⁸¹

O que nos lembra a reflexão dicotômica proposta por Paulo Freire (1998): comunicação ou extensão? Não faltará quem prefira a última, mas a escolha que o mestre fez pela comunicação é a eleição autêntica de quem reconhece a essência dialógica que está por trás das relações sociais. Uma ideia que fica mais clara quando se pensa na manipulação constante que as agências estatais de informação geográfica ou de outros setores governamentais fazem no seu mapeamento convencional das terras indígenas, ignorando, inclusive, o trabalho que as próprias organizações como a AIDSESP realizam no campo da delimitação e homologação dos territórios ancestrais.

Nessa medida, e dada a ligação do indígena, a terra, e, portanto, os recursos naturais, e considerando que muitos desses territórios acham-se em eixos de importância para o transporte e a intercomunicação, “pretender discutir a política indigenista como uma questão menor e supor que o Estado não tem interesses diretos envolvidos nas pendências existentes seria um equívoco sociológico e uma miopia política inexcedíveis.” (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 204). Trata-se de um cenário em que o mercado atingiu uma posição dominante e, nos estados, produzem verdadeiros “engendros” de desinformação e incomunicação.

Portanto, ante a visão unívoca da informação como mercadoria ou simples vantagem comparativa da competição, o olhar indígena imprime uma diversidade de sentidos sobre o que é informação e comunicação. Todavia, houve uma ênfase no relacionamento da informação como conhecimento e da sua importância crucial no correto funcionamento dessas organizações respeito das reivindicações indígenas. Destacou-se, da mesma maneira, a

¹⁸¹ “A informação como tal é conhecimento. Sabemos que a informação se pode gerar em distintos lugares. Porém, como povos indígenas para nós não é tão importante somente a informação como tal, o que queremos é comunicação, porque a comunicação é algo muito mais que a informação. A informação pode ser fria, a comunicação tem sempre um sentido.” (Tradução nossa).

transversalidade da comunicação nas atividades organizacionais indígenas e o significado dela como entendimento do mundo e das pessoas. É assim que podemos pensar, seguindo a ideia de Raffestin de ponderar o poder pelos meios mobilizados, que no seu contexto os indígenas alicerçam ainda domínios com forte componente informacional, perante estados e corporações que continuam a embasar seu domínio num maior componente energético.

Poder energético que vai incrementando-se à medida que o modo capitalista de produção estende seu raio de ação pelo mundo. Daí que as palavras de Rolando Bueno sejam um autêntico diagnóstico dos sintomas desse processo de mercadorização e oligopólio que caracterizam na atualidade os nossos países:

conforme va avanzando también esta globalización y se va haciendo cada vez más tecnológica, eso está generando también la individualización de la comunicación como el caso de los celulares. Pero también en el caso de las famosas redes grandes y cadenas de información, el manejo de la información con la intención, si se quiere, de obtener ciertos efectos en el público objetivo, es decir, yo creo que lo fundamental para nosotros es entender la comunicación. Cuando uno tiene el entendimiento de lo qué es la comunicación puede defenderse de las redes, de la intencionalidad que se busca en la comunicación, porque la comunicación siempre tiene un sentido, es decir, tiene una carga de intencionalidad de quien la emite. A veces, los pueblos indígenas estamos indefensos ante esa carga que le ponen porque la información ya tiene ese sentido, la información que es transmitida, que es comunicada a través de redes ya tiene una intención y nosotros somos víctimas. Actualmente en Bolivia se está dando el mismo fenómeno de otros países grandes, donde las redes más importantes son las que manejan el tema de la comunicación, las han concentrado tanto a la población que solo pueden decir dos o tres redes máximo, que son las que más ven, pero la carga, la intencionalidad que tienen esas redes es peligrosa porque nos están mostrando una sociedad, si se quiere, arruinada, un

gobierno que no sirve, corrupción, sangre, sexo y eso nos están metiendo a nosotros.¹⁸²

Um panorama de concentração midiática e manipulação que passaria, realmente, por uma tragédia dos comuns. Em verdade, pode-se dizer, a respeito da internet, que essas ameaças continuam a existir. Por exemplo, de vez em quando, circulam notícias sobre a violação da privacidade por parte de potências como os Estados Unidos. O que é mais grave se pensarmos que a maior parte da infraestrutura da rede está ali localizada e a nossa informação flui pelos seus servidores. No entanto, o potencial dela como meio de comunicação é ainda chamativo, pois como anota Leandro Candapeña: “el caso de nosotros es difícil de llegar a las comunidades indígenas, pero, a través del internet rápidamente se puede dar la información más claro, más transparente y más visible a nivel nacional, internacional.”¹⁸³ Um argumento que podemos compreender dada a abrangência e o abatimento da intermediação na produção e publicação de conteúdos que as TICs estão permitindo.

Entretanto, o funcionamento dessa rede mundial de comunicação e informação, vem sendo cooptado pelo estado e o mercado, em detrimento da produção de conteúdos culturais, educativos, sociais, comunitários. Por

¹⁸² “conforme vai avançando também a globalização e se torna cada vez mais tecnológica, isso está gerando a individualização da comunicação como o caso dos telefones celulares. Mas também no caso das famosas grandes redes e canais de informação, a gestão da informação com a intenção de obter determinados efeitos no público-alvo, ou seja, eu acho que a chave para nós é compreendermos a comunicação. Quando você tem uma compreensão do que é a comunicação pode-se defender das redes, da intencionalidade que visa à comunicação, pois a comunicação tem sempre um sentido, é dizer, tem uma carga de intencionalidade de quem a emite. Às vezes, os povos indígenas estamos indefesos contra esse fardo que lhe põem porque a informação já tem esse sentido, a informação que é transmitida, que é comunicada através de redes já tem uma intenção e nós somos vítimas. Atualmente na Bolívia está dando-se o mesmo fenômeno de outros grandes países, onde as grandes redes estão manejando a questão da comunicação, têm se concentrado tanto à população que só podem dizer duas ou três redes no máximo, que são as que mais assistem, mas a carga, a intencionalidade dessas redes é perigosa, porque nós estão mostrando uma sociedade arruinada, um governo que não funciona, corrupção, sangue, sexo e isso estamos recebendo nós.” (Tradução nossa).

¹⁸³ “o caso nosso é difícil de chegar nas comunidades indígenas, porém, através da internet rapidamente pode-se dar a informação mais clara, mais transparente e mais visível a nível nacional, internacional.” (Tradução nossa).

isso, a manutenção de *sites* de organizações como as dos indígenas, em específico, e dos povos tradicionais, em geral, tem de se ajustar aos mandados legais e os constrangimentos do mercado. Assim, ainda que muitas delas tenham o apoio internacional para a gestão dessa presença no ciberespaço, quando tais ajudas cessam, o ônus dos pagamentos relativos aos domínios ou endereços *web* devem ser assumidos pelas próprias entidades. O que não representa maior problema para as mais consolidadas como a CIDOB ou a AIDSESP, porém, para as menos fortalecidas, especialmente em termos financeiros, esses custos ainda são privativos. É nesse cenário que falamos de uma verdadeira tragédia dos comuns, pois assim sejam elas entidades de caráter não lucrativo e lutem pelos direitos dos povos indígenas amazônicos (o que se aproxima, com certeza, da perspectiva dos *commons*), as condições sociais em que elas desenvolvem suas atividades restringem-nas. Daí que tenha optado pelo uso das partículas privativas (*des-* e *in-*) que acompanham o título dessa pesquisa sobre umas tecnologias que, tradicionalmente, apresentam-se como realmente informativas e comunicativas para toda sociedade.

Desse modo, auscultamos nesse capítulo ambas as faces da mesma moeda. Chegamos assim a uma arena instável, na qual as TICs exigem ser pensadas para além dos pressupostos mais tradicionais da comunicação e das ciências sociais, com o intuito de aproximarmos da melhor maneira ao objeto concreto, examinado ao longo desse documento.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa denominou-se, inicialmente, “Novas Cidades, Velhas Sociedades: o Lugar das TICs no Desenvolvimento Regional Amazonense”. Logo, no projeto de qualificação, intitulou-se “Organizações Regionais Indígenas, Cidadania e Tecnologias de Informação e Comunicação na Amazônia”. Esta última nomeação mudou também, por ocasião e após a realização da pesquisa de campo, ficando assim: “Organizações Regionais Indígenas, Cidadania e Tecnologias de (des)Informação e (in)Comunicação na Pan-Amazônia”. À primeira vista parece que tal transformação não representasse uma mudança de maior importância nesse trabalho. No entanto, esse movimento nos dá já uma ideia da dinâmica mesma desse processo investigativo, desenvolvido entre os anos de 2011 e 2014.

O sujeito estudado, praticamente, continuou sendo o mesmo: as organizações regionais indígenas amazônicas. E a categoria principal também: a cidadania. Porém, a conceitualização sobre as TICs e o recorte espacial foram, evidentemente, transformados. Este primeiro esclarecimento permite entender melhor a nossa abordagem, assim como os resultados mais importantes da pesquisa. Para tanto, problematizou-se a comunicação, percorrendo os caminhos que nos levam da sua improbabilidade à configuração de espaços e dispositivos concretos em que esse condicionamento tende a ser superado, pela ação coordenada de sujeitos que cooperam como agentes organizacionais. Mas que, mesmo assim, não têm assegurado o sucesso da sua prática comunicativa, pois outros agentes e seus interesses particulares introduzem efeitos de sentido que contradizem os próprios fins organizacionais. Trata-se de formações discursivas em confronto, delimitando-se nos embates que perfilam os seus respectivos modos do dizível, do que pode e deve ser dito segundo circunstâncias determinadas.

Lembre-se do quadrado ideológico, a partir do qual se pode pensar que a estratégia comunicativa desses agentes é movimentada por meio de funções de ênfase ou supressão de aspectos, positivos ou negativos, de um determinado grupo social. É uma forma em que tais embates das formações discursivas aparecem e podem ser descritos na análise social. Assim, da perspectiva dessas entidades, existiriam tanto aliados como detratores da sua tarefa reivindicatória. Ou seja, onde os seus processos informacionais e comunicacionais (“de nós”) são confrontados por outros processos de

desinformação e incomunicação (“deles”) que restariam eficácia nessa tarefa organizacional.

Em nossa abordagem tridimensional os enunciados/impressões (para não falar em textos) analisados, assim como as descobertas resultantes da pesquisa de campo, dão conta de como uma prática discursiva (comunicação organizacional), ligada às outras ações organizacionais, é transformada e se consolida dentro do âmbito do que poderíamos chamar “comunicação digital”, uma prática sociocultural que ganhou força nesses últimos anos. Auscultaram-se, assim, alguns efeitos de sentido em torno da cidadania nessas impressões digitais, eminentemente polifônicas, produzidas segundo diversas linguagens (oral, escrita, auditiva, visual) num canal que permite tanto a difusão concentrada (rede a cabo) como a concentração difundida (rede sem fio) e a múltipla conexão de equipamentos e sujeitos. Portanto, essas impressões, produzidas no contexto das práticas informativas e comunicativas (ao final, discursivas) dessas entidades (como sujeitos especiais de direito dentro dos estados nacionais sul-americanos), representaram verdadeiras unidades analíticas para explicar práticas contemporâneas de ordem sociocultural.

Considerando essa análise e as observações e dados obtidos em campo, a questão do acesso, uso e manutenção das TICs nessas corporações apresenta tanto potencialidades como disfuncionalidades. De uma parte, o rebaixamento e flexibilização de custos de armazenagem, apresentação, processamento e transferência de informação converteram-se em parte vital das suas dinâmicas organizacionais, tanto respeito dos povos que elas representam como interna e externamente. Mas, por outra parte, o modo e as relações dominantes de produção no espaço Pan-Amazônico embatem e ameaçam as suas culturas e territorialidades, especialmente, em escalas locais. Por isso, a transformação das práticas discursivas nelas, deve ser pensada como uma via de mão dupla, em que é preciso prestar atenção ao rumo, com o fim de se evitar ficar não contramão. Pode ser que não seja essa a melhor alegoria para explicar tais potencialidades e disfuncionalidades, mas, por enquanto, nos aproxima dos resultados e conclusões mais importantes dessa pesquisa.

Todavia, a arguição sobre a constituição de um sujeito “linguageiro-ideológico” da/na comunicação, permitiu refletir de uma forma distinta, em se tratando de um âmbito diferenciado do nosso olhar ocidental, tal e como é o caso do objeto estudado. Ao respeito, contrastou-se um “pertença, logo

existo” ao dito moderno “penso, logo existo”, com o intuito de assinalar o movimento divergente em que deveria ser imaginado esse assujeitamento num contexto indígena. Por isso, quanto ao sentido da utilização de TICs por parte delas, consideramos que aponta, claramente, numa estratégica histórica, de lutas de reivindicação popular e social, de construção de um “nós” diferenciado “deles”, como forma de resistência e afirmação ante o avanço do estado e do mercado.

No contexto Amazônico, a consolidação e hegemonia da democracia liberal, especialmente ao longo do século XX, aprofundou a divisão social do trabalho e com isso a divisão em classes sociais, alavancando ali a economia de mercado. Nesse processo os indígenas foram considerados como menores de idade que precisavam da tutela do estado ou da igreja, estabelecida pelos mandatos legais dos estados-nação, pois já não eram mais súditos do rei ou do imperador, como na época colonial ou imperial. Aos poucos, a redução dos povos indígenas pela igreja e o estado servia instrumentalmente à consolidação das novas relações de produção.

E foi até os anos 1950-1960 que os movimentos indígenas amazônicos ganharam a força necessária para reivindicar os direitos costumeiros sobre a terra e reclamar o respeito pelas suas culturas, num processo dinamizado a partir da estruturação de suas organizações nas décadas posteriores. Paulatinamente, as constituições políticas foram transformando a visão dos séculos XIX e XX (ao menos no papel), com o reconhecimento da diversidade étnica e cultural existente em cada um dos países analisados. No entanto, as recentes lutas dos povos indígenas, seus movimentos e organizações, mostram uma realidade alheia a esses textos que proclamam a igualdade formal ante a lei, a liberdade de expressão e o respeito dos direitos humanos. Assim, na prática, o desenvolvimento de meios de comunicação e informação por parte das mesmas entidades indígenas, por exemplo, é um processo atrelado a trajetórias de resistência étnica e reivindicação política, mais do que a dádivas ou auxílios estatais.

Certamente, o reconhecimento dos direitos étnico-cidadãos afirmou-se nos textos constitucionais até o final do século XX e começo do XXI, como promessa de mudança dessa história subalterna. Mudança que, contudo, continua a ser uma promessa ao respeito das TICs. Além do mais, considere-se que

Gran parte de la comunicación -sobre todo en las sociedades modernas- no tiene ningún efecto concreto

en las relaciones de poder. No obstante, los poderosos, bajo casi cualquier forma de dominación, procuran constantemente mantener fuera de la mirada pública las disputas que afectan sus pretensiones de poder.¹⁸⁴ (SCOTT, 2000, p. 86).

Consequentemente, pensamos na cidadania étnica como um exercício ligado a esses processos de disputa que perturbam as pretensões hegemônicas, como os casos da terra e os seus recursos naturais, ou da individualização dos sujeitos modernos que poderia fazer *tabula rasa* de coletivos que se resistem a serem encaixados nesse moldes ocidentais. Em verdade uma situação assimétrica, mas que ainda deixa uma pequena parte para o agir, a qual deveria usar-se estrategicamente pelas próprias entidades indígenas.

Por isso, em matéria de informação e comunicação, o panorama não é muito diferente das relações que historicamente têm se dado entre indígenas e não indígenas. Hoje o aparelho estatal e a grande imprensa (veículo do estado e das grandes corporações) continuam a exercer práticas de exclusão de setores como povos indígenas e, em geral, das populações tradicionais, apesar dos mandados de fomento e promoção da diversidade cultural nos vários países amazônicos.

Nessa medida, as práticas informacionais da sociedade sustentam ainda desigualdades, baseadas em relações de poder, ainda que se fale constantemente em muitos espaços (acadêmicos, políticos, econômicos, sociais, culturais) das benesses de uma sociedade dita democrática, equitativa e participativa; na qual o conhecimento e a informação são valorizados especialmente. Assim, as trajetórias de resistência e luta indígenas vão ganhando visibilidade na rede, enquanto as organizações e as comunidades que elas representam são ao mesmo tempo confrontadas com os perigos que a tecnologia traz para as suas culturas.

Feitas essas colocações sobre o assunto das TICs e a cidadania no âmbito indígena, poderíamos chegar também à conclusão de que:

¹⁸⁴ “Grande parte da comunicação -sobretudo nas sociedades modernas- não tem nenhum efeito concreto nas relações de poder. Não obstante, os poderosos, sob quase qualquer forma de dominação, procuram constantemente manter fora do olhar público as disputas que afetam as suas pretensões de poder.” (Tradução nossa).

No caso do Brasil e demais países da América Latina, o direito tem um grande desafio que não pode ser ignorado: enfrentar os problemas ditados por uma ordem jurídica excludente e, ao mesmo tempo, estabelecer novos padrões jurídicos para beneficiar os grupos sociais emergentes, em especial os povos e comunidades tradicionais. (SHIRAIISHI NETO; ARAUJO; LIMA, 2014, p. 421).

É essa uma questão importante sobre as TICs, notadamente em relação aos efeitos de sentido movimentados por sujeitos coletivos indígenas amazônicos, que reclamam e constroem seu espaço cidadão. Uma categoria sobre a que também se conclui assinalando com Oliveira Filho (1999, p. 207) que:

Embora os textos legais consagrem a perspectiva de uma atuação assistencial diferenciada do Estado (no plano da educação, da saúde e no apoio ao desenvolvimento), resguardando, portanto, a especificidade dos usos e costumes das sociedades indígenas, muito pouco disso já foi materializado na administração pública.

O que não quer dizer que as mobilizações e os movimentos sociais, em geral, estejam esgotados pelo descaso público. Pelo contrário, os processos de reivindicação, de resistência desses povos e populações tradicionais estão em todo o seu vigor, o que nos lembra Scott quando diz que a grande maioria dos povos foram e seguem sendo súditos, não cidadãos. Isto é mais certo numa formação social como a amazônica, espaço verdadeiramente periférico do capitalismo, outrora colonial, que padece crescentes processos de transformação e exploração associados à acumulação hodierna do capital.

Nesse sentido, consideramos necessária e frutífera uma perspectiva pluralista, dada a complexidade da temática abordada e os pressupostos teórico-metodológicos que a fundamentam. Optamos, assim, por correr o risco de ser chamados “ecléticos”, mas evitamos a todo custo ficar numa posição fácil: a de incorrer numa banalização relaxada da pesquisa social. Portanto, os descompassos que algumas partes desse trabalho possam ter,

devem ser entendidos à luz da nossa abordagem transdisciplinar, mas não a uma falta de rigor científico.

Nesse percorrido é de destacar ainda a sugestão feita para considerar um modo de produção que denominei aqui “extrativo”. Os avanços que o pensamento marxiano deram à ciência social são de grande valor para a pesquisa científica ainda hoje, um século e meio após a publicação de suas descobertas. Não obstante, as limitações decorrentes do recorte espacial e temporal do objeto da crítica de Marx e Engels, obrigam, como eles já o previram, a revisão desse arcabouço analítico.

Ao enveredar pelas trilhas do materialismo histórico, deparei-me com diversas conceitualizações que ainda continuam em vigor, respeito do modo em que a sociedade continua a produzir a sua vida material. Algumas outras, diria, ficaram no passado e só valem na medida em que lembram o turbulento século XIX, tempo em que a Inglaterra consolidou a forma capitalista de produção. Feitas essas ressalvas, saberemos do valor que tem essa sugestão de um novo de produção a se considerar nos estudos sobre a Amazônia. Não se trata meramente de uma simples agregação de nome aos modos colocados por alguns dos pensadores que se debruçaram já sobre o assunto. Muito pelo contrário. Quando se pensa nesse espaço socioambiental analisado, onde atualmente existem sociedades consideradas por muitos como “primitivas” ou “selvagens”, revelam-se certos pré-conceitos alicerçados, inclusive, pelo conhecimento científico.

É ali que a nossa proposta torna-se fundamental. Não voltaremos aos dados quantitativos sobre o número de povos e habitantes da região que ainda se encontram em estado de isolamento ou contato recente, mas repetiremos que o que está em jogo é a sua própria supervivência e dos modos em que tradicionalmente vivem e se reproduzem na floresta. Como pesquisadores sociais que focamos os nossos esforços intelectuais na compreensão da Amazônia, é o nosso dever visar também formas inovadoras de entendê-la. Nesse sentido, pensar-se num modo de produção que se ajuste melhor a essas condições concretas e que vá contra os olhares mais reducionistas, não representa uma tarefa simples, mas vale totalmente a pena começá-la. Foi o que tentamos aqui puxando, para isso, outros conceitos e categorias de ordem interdisciplinar, além dos próprios saberes indígenas.

Em verdade, o nosso passo pela linguística, a comunicação, a Análise do discurso, os *commons*, a economia política, a antropologia, a sociologia, representou, assim, um claro desafio para o nosso olhar disciplinar. Todavia,

para mim, ficaram mais perguntas do que respostas em torno da temática analisada. Mas, o tempo a ela dedicado, permitiu elaborar alguns argumentos que assinalam tendências certas quanto à comunicação e a informação nas organizações indígenas amazônicas. Trata-se de abstrações concretas, sínteses de múltiplas determinações sobre o assunto aqui tratado em específico. Constitui também o começo de novos questionamentos sobre os quais voltarei, com certeza, no futuro próximo.

Devo dizer ainda que a minha colaboração no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCOSA), coordenado pelo professor doutor Alfredo Wagner Berno de Almeida e apoiado numa ampla rede de participantes, tanto da universidade como das comunidades, ensinou-me a transcendência de os cientistas redescobriremos os saberes populares, como nova questão de nosso interesse. Ao ensinar a autcartografia dos povos e comunidades tradicionais dessa região, o projeto contribui de maneira inovadora no desenvolvimento do conhecimento científico, em que academia e sociedade trabalham conjuntamente nesse objetivo. Concretizam-se, assim, a partir dessa iniciativa acadêmica, políticas e práticas alternativas de informação e comunicação para os povos tradicionais na bacia amazônica. Povos que, certamente, como disseram os lanaconas, não são uns aparecidos pelo fato de não ter estado ou estar ainda nas cartografias convencionais.

Findam, deste modo, os parágrafos que reúnem as principais conclusões e considerações desta obra. Vale dizer que os anos nela dedicados, e que resultaram na articulação desses capítulos, foram uma experiência única, estimulante e enriquecedora. Confio que assim tenha sido também para o leitor que “surfou nessas ondas” transdisciplinares da comunicação, considerada num contexto organizacional, indígena e amazônico. Contexto em que o aprendizado é, necessariamente, de parte e parte. Para lá aponta o apelo que nós fez o próprio Fabián Moreno na OPIAC, entidade que ainda não conta com uma área de comunicação:

Necesitamos gente que nos ilumine en ese proceso, qué es lo que necesitamos realmente en las comunidades y desde aquí, entre nosotros mismos entender esa parte para poder formular esa política, para poder después ver qué tecnología vamos aplicar aquí, internamente.¹⁸⁵

¹⁸⁵ “Precisamos gente que nos ilumine nesse processo, que é o que necessitamos realmente nas comunidades e desde aqui, entre nós mesmos entendermos essa parte para poder formular essa política, para poder depois ver que tecnologia vamos aplicar aqui, internamente.” (Tradução nossa).

Não falamos aqui por eles e também não os representamos; simplesmente, como pesquisadores sociais, estamos desenvolvendo a tarefa de preparar o terreno para que as suas falas encontrem novos e melhores espaços de amplificação. Nessa medida é que avaliamos as múltiplas determinações aqui desenvolvidas com o objeto de compreender, concretamente, a relação das reivindicações cidadãos das organizações regionais indígenas amazônicas e a sua utilização de TICs.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

ACSELRAD, H. (Ed.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

_____. (Ed.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ALIMONDA, H. Aproximações para uma ecologia política Latino-Americana (conhecimento, poder, cultura, política...). In: AMODEO, N. B. P.; ALIMONDA, H. (Ed.). **Ruralidades, capacitação e desenvolvimento**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2006. p. 45-58.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2 ed. Manaus: PGSCA; UFAM, 2008.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado** (Notas para uma investigação). Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1970.

_____. **Freud e Lacan. Marx e Freud**. Trad. Walter José Evangelista. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALVARENGA, A. T. de et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., A.; NETO, A. J. S. (Ed.). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2011. p. 3-68.

AMIN, S. **Unequal development: an essay on the social formations of peripheral capitalism**. Trad. Brian Pearce. Sussex: The Harvester Press, 1976.

ANDRADE TAPIA, M. E. **Movimentos e organizações políticas dos povos indígenas no Equador, Peru e Bolívia.** 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

ARAGÓN, L. E. Há futuro para o desenvolvimento sustentável na Amazônia? In: MELLO, A. F. de (Ed.). **O futuro da Amazônia: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI.** Belém: EdUFPA, 2002. p. 178.

ARDOINO, J. A complexidade. In: MORIN, E. (Ed.). **A religação dos saberes: o desafio do século XXI.** Trad. Flávia Nascimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 548-558.

ASOCIACIÓN INTERÉTNICA DE DESARROLLO DE LA SELVA PERUANA. **Centro de Información y Planificación - CIPTA.** Disponível em: <www.aidesep.org.pe/index.html?p=312.html>. Acesso em: 12 nov. 2012.

BADIOU, A.; ALTHUSSER, L. **Materialismo histórico e materialismo dialético.** 2. ed. São Paulo: Global, 1986.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem.** Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal.** Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: WMF M. Fontes, 2010a. p. 261-306.

_____. Apontamentos de 1970-1971. In: **Estética da criação verbal.** Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b. p. 367-392.

BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de lingüística geral II.** Trad. Marco Antônio Escobar. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-90.

_____. A natureza dos pronomes. In: **Problemas de lingüística geral I.** Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995a. p. 277-283.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de lingüística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995b. p. 284-293.

BOLÍVIA, C. **Constitución Política del Estado**, 2009.

BONILLA, J. I.; CADAVID BRINGE, A. **¿Qué es noticia? Agendas, periodistas y ciudadanos**. Bogotá: Fundación Konrad Adenauer, Pontificia Universidad Javeriana, 2004.

BOYLE, J. The second enclosure movement and the construction of the public domain. **Law and Contemporary Problems**, v. 66, n. 1, p. 33-74, 2003.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, B. (Ed.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-31.

BRAIT, B.; MELO, R. de. Enunciado / enunciado concreto / enunciação. In: BRAIT, B. (Ed.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 61-78.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

BRASIL, C. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRITO, D. C. de. **A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia**. Belém: UFPA; /NAEA; PDTU, 2001.

BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais : os polos da prática metodológica**. Trad. Ruth Joffily. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CAMPOS, N. J. de. **Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-socioespacial**. Florianópolis: UFSC, 2011.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 5-39, dez. 2005.

_____. Integração sul-americana do IIRSA: visão do estado e dos atores da Pan-Amazônia. In: ALMEIDA, A. W. B. DE; CARVALHO, G. (Ed.). **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica**. Belém: FASE; Observatório Comova; UFPA, 2009. p. 107-141.

CASTRO, M. C. P. S. Dilemas para a constituição do espaço público brasileiro : controversas mediáticas. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (Ed.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 139-152.

CHAN, L.; ARUNACHALAM, S.; KIRSOP, B. La chaîne de la communication dans les sciences de la santé : des chercheurs aux praticiens, l'impact du libre accès. In: ASSOCIATION VECAM (Ed.). **Libres savoirs : les biens communs de la connaissance : produire collectivement, partager et diffuser les connaissances au XXIe siècle**. Caen: C&F Éditions, 2011. p. 86-104.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. DE (Ed.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Trad. Ida Lúcia Machado; Williane Viriato Rolim; Renato de Mello. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001. p. 23-38.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. Trad. Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

COAN, E. I. A informação como mercadoria e a estetização da notícia na sociedade contemporânea. **Estudos de Sociologia**, v. 16, n. 30, p. 19-35, 2011.

COLÔMBIA. **Prosperidad para todos: Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014**. Bogotá: Departamento Nacional de Planeación, 2011.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contato inicial en las Américas: recomendaciones para el pleno respeto a sus derechos humanos.** [S.l.]: Organización de Estados Americanos, 2013.

CONFEDERACIÓN DE PUEBLOS INDÍGENAS DE BOLIVIA. **La Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia CIDOB.** Disponível em: <www.cidob-bo.org/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=41.html>. Acesso em: 13 nov. 2012a.

_____. **Historia Institucional.** Disponível em: <www.cidob-bo.org/index.php?option=com_content&view=article&id=119&Itemid=85.html>. Acesso em: 13 nov. 2012b.

CONFEDERACIÓN DE PUEBLOS INDÍGENAS DEL ORIENTE, CHACO Y AMAZONIA DE BOLIVIA. **Marcha Indígena:** “nuestro respaldo es la ciudadanía de todo el país”. Disponível em: <http://www.cidob-bo.org/index.php?option=com_content&view=article&id=673:marcha-indigena-nuestro-respaldo-es-la-ciudadania-de-todo-el-pais&catid=82:noticias&Itemid=2>. Acesso em: 28 mar. 2014.

_____. **APLP DICE QUE DECOMISO DE RADIOS A INDÍGENAS COARTA EL DERECHO A LA INFORMACIÓN.** Disponível em: <http://www.cidob-bo.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1505:aplp-dice-que-decomiso-de-radios-a-indigenas-coarta-el-derecho-a-la-informacion&catid=82:noticias&Itemid=2>. Acesso em: 31 mar. 2014a.

_____. **TIPNIS Y AUTONOMÍA.** Disponível em: <http://www.cidob-bo.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1803:tipnis-y-autonomia&catid=82:noticias&Itemid=2>. Acesso em: 31 mar. 2014b.

_____. **EL MAS Y EL CRIMEN POLÍTICO DE LO INDÍGENA ORIGINARIO.** Disponível em: <http://www.cidob-bo.org/index.php?option=com_content&view=article&id=2433:el-mas-y-el-crimen-politico-de-lo-indigena-originario&catid=82:noticias&Itemid=2>. Acesso em: 31 mar. 2014a.

_____. **CONAMAQ RECHAZA INVITACIÓN DE GOBIERNO PARA TRATAR LEY.** Disponível em: <http://www.cidob-bo.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1866:conamaq-rechaza-invitation-de-gobierno-para-tratar-ley&catid=82:noticias&Itemid=2>. Acesso em: 31 mar. 2014b.

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. **Organizações Indígenas solicitam ao Presidente da Funai respeito e mais agilidade nas demarcações de Terras Indígenas.** Disponível em: <<file:///home/james/Documents/OrgIndNov2012/www.coiab.com.br/coiab.php%3Fdest=show&back=noticia&id=16&tipo=N&pagina=27.html>>. Acesso em: 11 dez. 2012a.

_____. **GTA divulga carta de sua VII Assembleia Geral.** Disponível em: <<file:///home/james/Documents/OrgIndNov2012/www.coiab.com.br/coiab.php%3Fdest=show&back=noticia&id=121&tipo=N&pagina=24.html>>. Acesso em: 11 dez. 2012b.

_____. **Vida do Xingu, vida e cidadania dos seus povos.** Disponível em: <<file:///home/james/Documents/OrgIndNov2012/www.coiab.com.br/coiab.php%3Fdest=show&back=noticia&id=121&tipo=N&pagina=24.html>>. Acesso em: 11 dez. 2012c.

_____. **COIAB promove Semana dos Povos Indígenas.** Disponível em: <<file:///home/james/Documents/OrgIndNov2012/www.coiab.com.br/coiab.php%3Fdest=show&back=noticia&id=345&tipo=N&pagina=18.html>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

_____. **COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.** Disponível em: <www.coiab.org/index.html>. Acesso em: 12 nov. 2012a.

_____. **Como surgiu.** Disponível em: <www.coiab.com.br/index.php?dest=quemsomos.html>. Acesso em: 12 nov. 2012b.

_____. **Programas e projetos.** Disponível em: <www.coiab.com.br/index.php?dest=programa_projeto.html>. Acesso em: 12 nov. 2012c.

COORDENADORA DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA BACIA AMAZÔNICA. **Avanza el Taller de Comunicación para el Desarrollo de Fortalecimiento de la Red de Comunicación de la Cuenca Amazónica.** Disponível em: <<http://www.coica.org.ec/index.php/component/content/article?id=83>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COUTINHO, C. N. Lukács, a ontologia e a política. In: ANTUNES, R.; RÊGO, W. D. L. (Ed.). **Lukács: um galileu no século XX.** São Paulo: Boitempo, 1996. p. 16-26.

CURY, V. M. **História da industrialização no século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

DEFENSORÍA DEL PUEBLO. **Informe de adjuntía no 006-2009-dp/adhpd: actuaciones humanitarias realizadas por la defensoría del pueblo con ocasión de los hechos ocurridos el 5 de junio del 2009, en las provincias de utcubamba y bagua, región amazonas, en el contexto del paro amazónico.** Lima: Defensoría del Pueblo, 2009.

DEFLEUR, M. L.; BALL-ROKEACH, S. **Teorias da comunicação de massa.** Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

DIIK, T. A. van. **Ideology: a multidisciplinary approach.** Nova Iorque: Sage, 1998.

DOURADO, S. B. **Proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia: o debate dos debates.** 2014. Tese (Doutorado)- Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

EKECRANTZ, J. Espetáculos midiáticos e comunicações democráticas: entre a hegemonia global e a ação cívica. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (Ed.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 93-116.

ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: **Dialéctica da natureza**. Trad. Joaquim José Moura Ramos; Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Presença, 1974a. p. 171-185.

_____. A ciência da natureza no mundo dos espíritos. In: **Dialéctica da natureza**. Trad. Joaquim José Moura Ramos; Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Presença, 1974b. p. 35-47.

_____. A dialéctica. In: **Dialéctica da natureza**. Trad. Joaquim José Moura Ramos; Eduardo Lúcio Nogueira. Lisboa: Presença, 1974c. p. 49-56.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. H. Chaves. 3. ed. Lisboa: Presença, 1976.

_____. F. Engels: ciência e ideologia na história: a situação do historiador marxista. In: **K. Marx, F. Engels : história**. Trad. Florestan Fernandes et al. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984. p. 475-481.

_____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Trad. Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: papers in the critical study of language**. Nova Iorque: Longman, 1995.

_____. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N.; MULDERRIG, J.; WODAK, R. Critical Discourse Analysis. In: DIJK, T. A. van (Ed.). **Discourse Studies**. 2 ed. Los Angeles: Sage, 2009. p. 357-378.

FERNANDES, F. (Ed.). **K. Marx, F. Engels: história**. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

FINK, B. O sujeito lacanianiano. In: **O sujeito lacanianiano: entre a linguagem e o gozo**. Trad. Maria de Lourdes Duarte Sette. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 55-70.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B. (Ed.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008. p. 161-193.

FLOR, A. ICDT Praxis : Bridging theory and practice. In: CHIB, A.; HARRIS, R. (Ed.). **Linking research to practice** : strengthening ICT for development research capacity in Asia. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, Singapore Internet Research Centre e International Development Research Centre, 2012. p. 49-57.

FONSECA, M. A. da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2011.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado; Eduardo Jardim Morais. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREDERICO, C. A ontologia materialista. In: **O jovem Marx (1843-44: as origens da ontologia do ser social)**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 163-193.

FREIRE, P. **Comunicação ou extensão?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FUCHS, C. **Internet and Society**: social theory in the information age (Draft Version). Nova Iorque: Routledge, 2008.

_____. Theoretical foundations of defining the participatory, co-operative, sustainable information society. **Information, Communication & Society**, v. 13, n. 1, p. 23-47, fev. 2010.

GARCILASO DE LA VEGA, I. **Comentarios reales I**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1976a.

_____. **Comentarios reales II**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1976b.

GODELIER, M. Qu'est-ce que définir une "formation économique et sociale"? L'exemple des Incas. **La Pensée**, n. 159, p. 99-106, out. 1971.

_____. El concepto de "formación económica y social": el ejemplo de los incas. In: **Economía, fetichismo y religión en las sociedades primitivas**. Trad. Celia Amoros; Ignacio Romero de Solís. Madri: Siglo XXI, 1974a. p. 176-184.

_____. De la no correspondencia entre las formas y los contenidos de las relaciones sociales: nueva reflexión sobre el ejemplo de los Incas. In: **Economía, fetichismo y religión en las sociedades primitivas**. Trad. Celia Amoros; Ignacio Romero de Solís. Madri: Siglo XXI, 1974b. p. 185-197.

_____. Antropología y economía. ¿Es posible la antropología económica? In: **Antropología y economía**. Trad. Oriol Romaní. Barcelona: Anagrama, 1976. p. 279-334.

GONZALES GRÁNDEZ, D. **El manguaré**. Disponível em: <<http://escritoresamazonicos.blogspot.com/2011/02/el-manguare-demostenes-gonzales-grandez.html>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GREGOLIN, M. do R. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, B. (Ed.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 33-52.

GRIMALDI, L. Commons e direitos das diferenças: práticas de direito vivo nos movimentos sociais contemporâneos. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29, 2014, Natal. **Anais...** Natal, 2014

GUDYNAS, E. **Ecología, economía y ética del desarrollo sostenible**. 5. ed. Montevideo: Centro Latino Americano de Ecología Social, 2004.

HALE, C. R. Does multiculturalism menace? Governance, cultural rights and the politics of identity in Guatemala. **Journal of Latin America Studies**, v. 34, n. 3, p. 485-524, ago. 2002.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, v. 162, p. 1243-1248, 1968.

HAUDRICOURT, A.-G. **La technologie science humaine**: recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des science de l'homme, 1987.

HELFRICH, S. Commons: ámbitos o bienes comunes, procomún o “lo nuestro” : las complejidades de la traducción de un concepto. In: HELFRICH, S. (Ed.). **Genes, bytes y emisiones**: bienes comunes y ciudadanía. México: Ediciones BÖLL, 2008. p. 42-48.

HESS, C. **Untangling the Web**: the Internet as a commons. In: WORKSHOP IN POLITICAL THEORY AND POLICY ANALYSIS. Bloomington: 1996

_____. Inscire les communs de la connaissance dans les priorités de recherche. In: **Libres savoirs** : les biens communs de la connaissance : produire collectivement, partager et diffuser les connaissances au XXIe siècle. Caen: C&F Éditions, 2011. p. 33-54.

HESS, C.; OSTROM, E. Ideas, artifacts, and facilities : information as a common-pool resource. **Law and Contemporary Problems**, v. 66, n. 111, p. 111-145, 2003.

IANNI, O. **A sociedade global**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Trad. Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KHIPU DATABASE PROJECT. **Data in knots**. Disponível em: <<http://khipukamayuq.fas.harvard.edu/>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

KLEIN, O. J. A gênese do conceito de dispositivo e sua utilização nos estudos midiáticos. **Estudos em Comunicação**, n. 1, p. 215-231, abr. 2007.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: ZIZEK, S. (Ed.). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 338.

LAHNI, C. R.; LACERDA, J. de S. Do que é feito o Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania. In: LAHNI, C. R.; LACERDA, J. de S. (Ed.). **Comunicação para a cidadania: objetos, conceitos e perspectivas**. São Paulo: INTERCOM, 2013. p. 280-290.

LA RUE, F. **Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression**. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 16 maio 2011.

LE CROSNIER, H. Leçons d'émancipation : l'exemple du mouvement des logiciels libres. In: VECAM (Ed.). **Libres savoirs: Les biens communs de la connaissance : Produire collectivement, partager et diffuser les connaissances au XXIe siècle**. Caen: C&F Éditions, 2011. p. 175-191.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão; Irene Ferreira; Suzana Ferreira Borges. 7. ed. Campinas: UNICAMP, 2013.

LÉVY-BRUHL, L. **El alma primitiva**. Trad. Eugenio Trías. 2. ed. Barcelona: Península, 1985.

LÉVY, P. **¿Qué es lo virtual?**. Trad. Diego Levis. Barcelona: Paidós Ibérica, 1999.

_____. **Cibercultura : La cultura de la sociedad digital**. Trad. Beatriz Campillo; Isabel Chacón; Florentino Martorana. Rubí (Barcelona): Anthropos, 2007.

LEYVA SOLANO, X. ¿Antropología de la ciudadanía? ... étnica. En construcción desde América Latina. **Estudios sociales y humanísticos**, v. V, n. 1, p. 35-59, jun. 2007.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. Trad. José Paulo Netto. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÓPEZ CUEVAS, F. El Spondylus en el Perú prehispánico. Su significación religiosa y económica. **Ámbitos: Revista de Estudios de Ciencia Sociales y de Humanidades**, n. 14, p. 33-42, 2005.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. Trad. Juarez Guimarães; Suzanne Felicie Léwy. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUHMANN, N. **A improbabilidade da comunicação**. Trad. Anabela Carvalho. 4. ed. Lisboa: Vega, 2006.

LUKÁCS, G. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**, 1968. Disponível em: <<http://moviments.net/espaimarx/docs/818f4654ed39a1c147d1e51a00ffb4cb.pdf>>. Acesso em: 17 maio, 2014.

LUKÁCS, G. A ontologia de Marx: questões metodológicas preliminares. In: NETTO, J. P. (Ed.). **Georg Lukács: sociologia**. Trad. José Paulo Netto; Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ática, 1981. p. 87-108.

_____. **Marx, ontologia del ser social**. Trad. Manuel Ballester. Madri: Akal, 2007.

MACHADO, I. Gêneros discursivos. In: BRAIT, B. (Ed.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 151-166.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indurky. 3. ed. Campinas: Pontes; Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. **Termos-chave da análise do Discurso**. Trad. Márcio Venício Barbosa; Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. Primado do interdiscurso. In: **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005. p. 33-48.

_____. Unidades tópicas e não tópicas. In: POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. DE (Eds.). **Cenas da enunciação**. Trad. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008. p. 11-26.

MANXINERU, T. S. H. **O eleitor indígena**. Disponível em: <file:///home/james/Documents/OrgIndNov2012/www.coiab.com.br/coiab.php%3Fdest=show&back=artigo&id=218&tipo=A&pagina=3.html>. Acesso em: 14 nov. 2008.

MÁRKUS, G. A teoria do conhecimento no jovem Marx. In: **A teoria do conhecimento no jovem Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 17-73.

MARTÍNEZ, G. La comunicación corporativa: variable estratégica en las organizaciones no lucrativas. **Razón y Palabra**, v. 9, n. 42, dez. 2004.

MARTÍN-RAMOS, P. **En busca del Spondylus. Rutas y simbolismo**. [S.l.]; [s.d.].

MARX, K. K. Marx : o método da economia política. In: FERNANDES, F. (Ed.). **K. Marx, F. Engels : história**. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984a. p. 409-417.

_____. K. Marx: auto-avaliação: porte e significado de “o capital”. In: **K. Marx, F. Engels : história**. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984b. p. 418-430.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Trad. João Maia. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

_____. **Miséria da filosofia**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2007.

_____. **El Capital: crítica de la economía política : el proceso de producción de capital I**. Trad. Pedro Scaron. México: Siglo XXI, 2008. v. 1

_____. **El Capital: crítica de la economía política : el proceso de producción de capital II.** Trad. Pedro Scaron. México: Siglo XXI, 2000.

_____. Prefácio. In: **Contribuição à crítica da economia política.** Trad. Maria Helena Barreiro Alves. 4 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. K. Marx e F. Engels: reflexões sobre a explicação materialista da história. In: **K. Marx, F. Engels : história.** Trad. Fernando Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984. p. 431-474.

_____. **A ideologia alemã.** Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAYO, H. B. Dialectical Materialism: the philosophy underlying Marxism. In: **Introduction to Marxist Theory.** Nova Iorque: Oxford University Press, 1960. p. 29-62.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media).** Trad. Décio Pignatari. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

MCQUAIL, D. **Teoria da comunicação de massas.** Trad. Carlos de Jesus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MEHTA, L. et al. Explorando conocimientos sobre instituciones e incertidumbre : nuevas direcciones en el manejo de recursos naturales. In: R. C.; PINEDO, D. (Ed.). **El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonía.** Trad. Danny Pinedo. Instituto del Bien Común, 2002. p. 100-154.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Dicionário escolar latino-português.** Rio de Janeiro, 1962.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Ed.). **Bakhtin: conceitos-chave.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-176.

MONSALVE, J. L. P. “Queremos governo cristão”: os discursos sobre a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” na *Folha de S. Paulo*. In: REGIONAL SUL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, mar. 2014.

MONSALVE, J. L. P.; MARÍN, B. E. A. Pesquisas sobre tecnologias da informação e comunicação (TICs) no Brasil (2001-2010). In: 64 REUNIÃO ANUAL DA ANPA...

